



60



MAIO 2021 – AGOSTO 2021



Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF (IN MEMORIAM)
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

PAUL SINGER (USP) **PRESIDENTE DE HONRA** (IN MEMORIAM)

JOÃO LEONARDO MEDEIROS (UFF) PRESIDENTE

MARISA SILVA AMARAL (UFU) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Ellen Lucy Tristão UFVJM

Marcelo Dias Carcanholo UFF

Leda Maria Paulani USP

Henrique Pereira Braga UFES

Maria de Lourdes R. Mollo UNB

Marco Antonio Rocha UNICAMP

Giliad de Souza Silva UNIFESSPA

Marcelo José Braga ANPEC

José Rubens Damas Garlipp ANGE

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES

Vanessa Follmann Jurgenfeld (editora-chefe) - UFVJM

Carlos Henrique Lopes Rodrigues - UFVJM

Janaína Elisa Patti de Faria - UFVJM

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2021**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 20 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2021
ISSN 1415-1979
ISSN-E 2595-6892
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

NÚMERO 60
MAI 2021 – AGO 2021

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

11 **A teoria das crises financeiras: uma apreciação crítica**

Cláudio Gontijo

43 **O conflito distributivo e os paradoxos da intervenção: a FIESP diante do governo Dilma Rousseff (2011-2016)**

Gabriel da Silva Vaccari e Reginaldo Teixeira Perez

76 **Alienação, fetichismo e incerteza**

Eduardo Barros Mariutti

111 **Transições do capitalismo ao socialismo e/ou pós-capitalismo no século XXI: breve síntese do debate**

Eduardo Martins Ráo

145 **O neoliberalismo no governo Itamar Franco: uma análise de sua política de privatização**

Carlos Henrique Lopes Rodrigues e Vanessa Follmann Jurgenfeld

177 **Instituições sociais e sistema econômico: a perspectiva de Karl Polanyi**

Tales Rabelo Freitas

RESENHA

202 **The Gig Economy: a critical introduction. WOODCOCK, Jamie & GRAHAM, Mark. 1a. ed. Cambridge: Polity Press, 2020.**

Rodrigo Constantino Jeronimo

APRESENTAÇÃO

As notícias dos últimos meses no Brasil têm sido bastante reveladoras do projeto neoliberal da extrema direita que comanda o país. O avanço das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 trouxe à tona as informações de que o governo brasileiro, ao que tudo indica, deixou deliberadamente de comprar vacinas, mesmo com diversas ofertas feitas pela Pfizer, e que negociou somente (e tão somente) um volume mínimo de vacinas do consórcio Covax Facility, além de suspeitas de propinas em torno dos imunizantes Covaxin e Oxford/AstraZeneca. Certamente, esses fatos foram decisivos para uma postura mais contundente da opinião pública contra o atual governo. A pesquisa Datafolha de julho já mostrou queda expressiva de apoio ao presidente da República.

Como de praxe, a base governista tenta mudar o foco e colocar outras notícias na mesa, e, preferencialmente, que agradem ao “mercado”. Foram desengavetados projetos de venda de importantes empresas públicas. Assistimos à aprovação, pelo Congresso Nacional, da privatização da Eletrobras e a avanços na desestatização dos Correios, que agora se estima para o ano de 2022. Dois gigantes estatais e essenciais para o país estão prestes a passar para o setor privado, com o obsoleto e inverídico discurso de suposta ineficiência do setor público.

Dados sobre a fome, a desigualdade social e a pobreza não permitem, contudo, dissimular o quadro social mais amplo. Segundo o estudo *O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo*, divulgado em julho pelo órgão da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO), de 2018 a 2020, a

insegurança alimentar grave atingiu 7,5 milhões de brasileiros, quase o dobro do que havia sido registrado de 2014 a 2016. E ainda indicou que 23,5% da população brasileira vivenciaram insegurança alimentar moderada ou severa no mesmo período. Já o número de bilionários cresceu 40% durante a pandemia na América Latina, sendo que 75% destes teriam nacionalidade brasileira ou mexicana. A pobreza extrema disparou recentemente ao nível mais alto em 20 anos na região: oito em cada dez latino-americanos vivem hoje em situação de vulnerabilidade, sendo o Brasil um destaque negativo.

Boas novas, entretanto, vêm das ruas e do avanço da vacinação, mesmo que em um ritmo muito mais lento do que seria necessário para o efetivo controle da pandemia no país. Em várias cidades, as grandes manifestações de oposição ao atual governo impressionam pelo tamanho, regularidade e adesões. A vacinação, mesmo e apesar da avalanche de *fake news* que insiste em negar a sua necessidade, tem melhorado alguns indicadores de internação e mortes.

Esta edição da *Revista da SEP* n. 60 chega em meio a essa conjuntura difícil, mas talvez mais generosa do que a existente nos primeiros meses deste ano, ao menos por apontar uma luta em marcha. Trata-se da primeira edição deste novo Comitê Editorial, que assumiu a *Revista da SEP* em 8 de junho de 2021.

Aproveitamos para manifestar nossos agradecimentos ao Comitê Editorial anterior, que foi responsável pela seleção dos artigos e da resenha que compõem este volume. Entre os textos há, inclusive, um de autoria de dois novos editores da *Revista da SEP*. E aqui vale uma ressalva: a publicação de textos de seus editores não é uma prática da revista, mas a situação peculiar decorreu do fato de o artigo ter recebido aprovação antes de os novos membros iniciarem seus trabalhos no Comitê Editorial, não tendo, portanto, qualquer participação no seu processo de análise e seleção.

Esta edição traz, primeiramente, um artigo escrito por Cláudio Gontijo. “A teoria das crises financeiras: uma aproximação crítica” faz um necessário debate sobre as crises financeiras a partir das suas principais explicações

em diferentes vertentes teóricas: as teorias monetárias, a novo keynesiana, a keynesiana, a hipótese da fragilidade financeira de Minsky, e a marxista.

O segundo artigo, de autoria de Gabriel da Silva Vaccari e Reginaldo Teixeira Perez, intitulado “O conflito distributivo e os paradoxos da intervenção: a FIESP diante do governo Dilma Rousseff (2011-2016)”, discute a mudança de postura da FIESP, inicialmente atuando como uma força de apoio ao governo Dilma e, posteriormente, como crítica da condução econômica de seu governo, exercendo influência no seu *impeachment* em 2016.

O terceiro artigo, “Alienação, fetichismo e incerteza”, de Eduardo Barros Mariutti, repensa a noção de fetichismo a partir de uma reconstituição crítica da noção de fetiche da mercadoria formulada por Karl Marx.

O quarto, por sua vez, de Eduardo Martins Ráo, intitulado “Transições do capitalismo ao socialismo e/ou pós-capitalismo no século XXI”, realiza uma síntese do debate das teorias que se propuseram a fazer uma reflexão crítica sobre os processos de transição, abordando cinco delimitações: socialismo digital, pós-capitalismo, socialismo autogestionário, ecossocialismo e socialismo pós-capital.

O quinto trabalho, escrito por Carlos Henrique Lopes Rodrigues e Vanessa Follmann Jurgensfeld, discorre sobre a política econômica do ex-presidente Itamar Franco. “O neoliberalismo no governo Itamar Franco: uma análise de sua política de privatização” debate a venda, sobretudo ao capital estrangeiro, de várias empresas estatais-chave da economia brasileira, distanciando Itamar do ideário de nacionalista que chegou a lhe ser imputado.

Já o sexto artigo – “Instituições sociais e sistema econômico: a perspectiva de Karl Polanyi” – traz uma discussão sobre as contribuições de Karl Polanyi. Escrito por Tales Rabelo Freitas, o texto analisa como, na interpretação deste autor, o sistema econômico não pode ser entendido de maneira isolada das instituições sociais, sendo os aspectos sociais fundamentais para a determinação da ação econômica e das transformações sistêmicas.

Esta edição contempla, ainda, uma resenha de *The Gig Economy: A Critical Introduction*, livro publicado em 2020 pelos autores Jamie Woodcock e Mark Graham. De autoria de Rodrigo Constantino Jeronimo, a resenha destaca esta como uma obra fundamental para aqueles que possuem interesse em entender a tendência de transformação do mundo do trabalho, com o avanço das experiências de trabalhadores por plataformas digitais.

Boa leitura!

Comitê Editorial

CLÁUDIO GONTIJO

A TEORIA DAS CRISES FINANCEIRAS: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA

Recebido em 03/07/2020

Aprovado em 08/02/2021

A TEORIA DAS CRISES FINANCEIRAS: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA

Resumo

Este artigo procura analisar as crises financeiras do ponto de vista teórico, realizando uma apreciação crítica, ainda que sumária, das suas principais explicações. Assim, examina (i) as teorias monetárias, fundamentadas nas discrepâncias entre oferta e demanda por moeda; (ii) o enfoque novo keynesiano, baseado na assimetria de informações; (iii) a abordagem keynesiana, fundada na ideia de que as crises resultam de flutuações da eficácia marginal do capital provocadas por mudanças nas expectativas; (iv) a hipótese da fragilidade financeira de Minsky; (v) a teoria marxista, assentada na ideia de que as crises são fenômenos complexos que resultam da conjugação entre o impulso à acumulação de capital, a tendência decrescente da taxa de lucro, a expansão creditícia e a especulação financeira. Conclui em favor da explicação marxista, que se baseia na concepção do crédito como “contradição sem termo médio”: a expansão creditícia não apenas permite o distanciamento da produção do consumo, mas também produz o “descolamento” da valorização do capital financeiro, que gera a crescente fragilidade financeira que desemboca nas crises.

CLÁUDIO GONTIJO

Professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

E-mail: gontijo@ufsj.edu.br

Palavras-chave: crise financeira; fragilidade financeira; teoria marxista das crises.

Abstract

This article examines critically the main theories of financial crises. It analyses (i) the monetary theories, according to which financial crises emerge from discrepancies between supply and demand for money; (ii) the dominant approach, based on information asymmetries; (iii) the Keynesian theory, founded on the notion that crises emerges from the fluctuations of the marginal efficiency of capital caused by changes in expectations; (iv) Minsky's financial fragility hypothesis; (v) the Marxian theory, based on the idea that crises are complex phenomena that result from the combination of the capitalist impulse to capital accumulation, the tendency of the rate of profit to fall, credit expansion and financial speculation. It concludes in favor of the Marxian explanation, which is based on the concept of credit as a "contradiction without mediation": credit expansion not only allows for a crescent gap between production and consumption but also causes the valorization of capital to take off, which generates a crescent financial fragility system that eventually results in a crisis.

Keywords: financial crises; financial fragility; Marxian crisis theory.

I. Introdução

Apesar de algumas ocorrências durante o século XVIII, as crises financeiras tornaram-se fenômenos mundiais recorrentes entre 1825 e a Segunda Guerra Mundial, sendo objeto de estudo por Stuart Mill, Marx, Marshall, Wicksell, Veblen, Mitchell, von Mises e Hawtrey, entre outros. Apesar do interesse sobre o assunto ter fenecido no imediato pós-Guerra, dado o virtual desaparecimento do fenômeno, o *creditcrunch* de 1966 e a subsequente proliferação das crises financeiras, no bojo do processo de liberalização dos mercados e da globalização financeira, ressuscitaram-no, particularmente depois da eclosão da crise do *subprime*.¹

Em geral, a literatura econômica reconhece que, seguindo o padrão dos pânico bancários, que “tendem a ocorrer logo após os picos do ciclo de negócios” (GORTON, 1988, p. 223), as crises financeiras estão “associadas com os ápices dos ciclos econômicos”, conduzindo a economia à recessão (KINDLEBERGER, 1989, p. 19). Todavia, não se deve confundir a crise financeira com a mera reversão do ciclo econômico, até porque, conforme reconhece Kindleberger (*ibidem*, p. 21), nem todas as fases de expansão têm sido seguidas por crises. De igual sorte, não se deve confundir a teoria das crises com a teoria dos ciclos, em particular com os diversos modelos do tipo acelerador/multiplicador, nos quais a reversão de uma fase para outra se dá de forma suave, sem ondas de insolvência. Efetivamente, uma das falhas dos modelos matemáticos do ciclo – mesmo os não lineares, como os modelos de predador-presa de Kaldor e de Goodwin – consiste em deixar sem explicação como se acumulam os desequilíbrios, particularmente os de ordem financeira, que eclodem nas crises.

Este artigo procura examinar a teoria das crises financeiras, concebidas como irrupções abruptas de ondas de inadimplência e/ou insolvência em mercados financeiros, realizando uma apreciação crítica, embora sucinta, das abordagens mais populares. Pelas razões apresentadas acima, não

¹ De 1970 até inícios de 2009 ocorreram 124 crises bancárias sistêmicas, 208 crises cambiais e 63 episódios de não-pagamento de dívida soberana (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009, p. 2)

examina os modelos matemáticos de ciclo econômico; antes, concebe-os como processos organicamente articulados às crises financeiras.

Nesse desiderato, divide-se em 7 seções, além desta Introdução. Na seção 2 analisa-se a tradição da crise como fenômeno monetário, ou seja, como efeito de desequilíbrios entre oferta e demanda por moeda. Na seção seguinte, examina-se a crise como oriunda de choques externos que se propagam em razão de imperfeições do mercado. A seção 4 contempla a teoria keynesiana, assentada no efeito das flutuações das expectativas sobre o nível dos investimentos. Segue-se, na seção 5, o exame da hipótese da fragilidade financeira de Minsky e, nas duas seções seguintes, a análise do papel do crédito e do capital financeiro na explicação marxista. A seção 8 condensa as conclusões.

2. A crise como fenômeno monetário

Como toda explicação das crises financeiras carrega consigo os elementos matriciais do corpo teórico mais amplo do qual faz parte, a aparente capacidade de cada teoria em dar conta do fenômeno depende, em larga medida, da sua capacidade de mostrar como se acumulam desequilíbrios que desabrocham em ondas inesperadas de inadimplência/insolvência. Isso é particularmente difícil de se realizar a partir de abordagens que assumem que o sistema econômico esteja permanentemente em equilíbrio ou possua propriedades de convergência assintótica para o mesmo. Nesse caso, as crises somente podem surgir de choques externos e/ou de erros dos agentes econômicos, inclusive de fraudes e, mesmo assim, há de se assumir a presença de mecanismos que os transformem em desequilíbrios cumulativos.

No caso de Adam Smith, por exemplo, as teses da mão invisível (1776, livro IV, cap. II, pp. 378-380) e da gravitação dos preços de mercado em torno da sua posição de equilíbrio (1776, livro I, cap. VII, pp. 84-85), conjugadas à sua formulação daquilo que, mais tarde, ficaria conhecido como “lei de Say” (1776, livro IV, cap. I, p. 366), tornariam extremamente difícil

explicar as crises em geral, inclusive as financeiras. Não obstante, Smith (1776, livro II, cap. II, p. 265) faz referências ao *overtrade*,² causado pela especulação de empresários que, desconhecendo as reais condições do mercado, produziriam mais do que a capacidade de absorção do mesmo, assim como às dificuldades e falências de bancos comerciais provocadas quer por fraudes de empresários quer por práticas bancárias indevidas, como o financiamento do capital fixo ou inversões em terras (*ibidem*, pp. 265-268). Seja como for, para Smith (1776, livro IV, cap. I, p. 366), “embora um comerciante individual, que tem estoque abundante de mercadorias, às vezes possa ir à ruína por não conseguir vendê-las em tempo, uma nação ou país não está sujeito ao mesmo perigo”, de modo que as crises gerais, em última instância, somente se explicariam por erros por parte dos banqueiros, sendo, assim, evitáveis.

A relação de dependência entre as crises e o crédito, identificada por Smith, tem sido um traço marcante das explicações subsequentes das crises financeiras, inclusive nas baseadas em teorias que aceitam que o sistema econômico possua mecanismos que garantam a convergência para o equilíbrio. Para Harberler (1943, p. 14), “[o] dinheiro e o crédito ocupam uma posição tão central no nosso sistema econômico que é quase certo que desempenhem um papel importante na geração do ciclo de negócios”. Essa perspectiva baseia-se na equação quantitativa, incorporada, desde cedo, ao paradigma neoclássico, que requer que a elevação do nível de preços verificada nas fases de expansão econômica e a sua queda nas fases de contração sejam causadas, de alguma forma, respectivamente, pelo aumento e pela contração do meio circulante, ou, mais particularmente, do crédito.

Para Irving Fisher, por exemplo, as recessões e as expansões econômicas são “um fenômeno monetário” (ALLEN, 1977, p. 563): “o volume da ‘quantidade do meio circulante’ é um importante fator nos *booms* e depressões – ambos como causa e efeito” (*ibidem*, p. 565). Afinal, “[a] deflação inevitável e inexoravelmente causa depressão em todos os lugares e tempos” e “toda nação

² Significa “o uso de crédito bancário para financiar estoques de mercadorias e produtos acabados acumulados por comerciantes na expectativa de preços mais altos” (TOPOROWSKI, 2005, pp. 16-17).

que tem recuperado [sua economia] o tem feito através de meios monetários” (FISHER, 1935, *apud* ALLEN, 1977, p. 563). Em particular, a Grande Depressão teria sido causada pelo fato de se ter permitido que a oferta de moeda caísse um terço desde seu nível de 1929, de modo que, para superá-la, dever-se-ia promover a “reflação monetária” (ALLEN, 1977, pp. 563-564). Ainda, pois, que “os *booms* e as repressões sejam, em certa medida, inevitáveis”, “[s]e o controle monetário fosse exercido de forma ideal, os *booms* e as recessões seriam muito menores do que são efetivamente” (*ibidem*, p. 565).

Na mesma linha, Milton Friedman (1958, p. 179) sustenta que, embora as mudanças do estoque de moeda sejam “tanto uma consequência como uma causa independente de variações na renda e nos preços”, ainda assim “existe ampla evidência [...] que mesmo durante os ciclos de negócios o estoque de moeda desempenha um papel largamente independente”, de modo que, em última instância, são as mudanças da oferta de moeda que governam as flutuações da renda. Tanto assim que, na interpretação de Milton Friedman e Anna Schwartz (1963), devido à inatividade do *Federal Reserve (Fed)*, “uma depressão ‘normal’ e de curta duração foi convertida numa grande onda contracionista em termos de renda e preços pelo colapso do sistema bancário” (TEMIN, 1976, p. 10) em fins de 1930 e novamente em fins de 1931.

Apesar de se ter transformado num cânone para muitos bancos centrais, as teses friedmanianas referentes à exogeneidade da oferta de moeda e à origem monetária das flutuações da renda e do nível de preços têm sido contestadas amplamente. Para começar, as evidências de que as mudanças da oferta de moeda seriam o maior determinante das flutuações da renda nominal e dos preços foram contestadas por Culbertson (1960), para o qual a ordem da causalidade moeda → renda (e moeda → preços) também funcionaria na direção oposta, e por Karen e Solow (1963), que, além de concordarem com Culbertson, apontaram o caráter arbitrário da escolha de Friedman dos pontos de reversão dos ciclos, assim como a não replicabilidade dos seus resultados econométricos. Estimando um modelo de regressão para os EUA relativo ao período 1930-1958, Hester (1964a e 1964b) pôde

constatar que a “teoria do gasto autônomo” keynesiana tem um desempenho melhor do que a “teoria quantitativa”, conclusão referendada por Ando e Modigliani (1965a e 1965b), que também apontaram o caráter parcialmente endógeno da oferta de moeda. Mais decisivo, contudo, foram os estudos de Sims (1980a e 1980b) relativos aos EUA, que mostraram que, quando a taxa de juros é incluída num modelo de causalidade de Granger, ela “determina” tanto a renda quanto a quantidade de moeda. Outras contribuições importantes refutando a proposição monetarista em relação à ordem da causalidade vieram com Eichenbaum e Singleton (1986), usando dados para os EUA, e com Litterman e Weiss (1985), usando dados para EUA, Inglaterra, França e Alemanha. Também os estudos de Friedman e Kuttner (1992); Leeper, Sims e Zha (1996); Estrella e Mishin (2006) confirmaram que, em geral, em vez da oferta de moeda, que possui forte componente endógeno, é a taxa de juros que constituía principal variável causadora das flutuações no nível de preços.³

Tampouco a tese de Friedman e Schwartz de que a Grande Depressão teria sido causada por fatores monetários, particularmente pelas crises bancárias, ficou sem contestação adequada, até porque, conforme salienta Temin (1976, p. 16), os seus autores a pressupõem, em lugar de demonstrá-la ou mesmo testá-la. Para começar, Friedman e Schwartz assumem que o estoque de moeda no período tenha sido determinado pelo *Fed* sem considerar o papel da queda da renda e da taxa de juros entre agosto de 1929 e outubro de 1930. Além disso, explicam os pânicos bancários de fins de 1930 e de 1931 como resultado das dificuldades dos bancos, que sofreram com a crise agrícola de fins da década de 1920 sem contar com o apoio do *Fed*, o que fez com que a crise bancária desembocasse em crise sistêmica por efeito de contágio. Ocorre, porém, que a evidência empírica disponível não dá qualquer suporte a nenhuma dessas asserções (*ibidem*, pp. 86-93); de mais a mais, ainda conforme demonstrou Temin (*ibidem*, pp. 57-58), tem sido impossível

³ O questionamento dos resultados antimonetaristas de Sims por King (1983), Eichenbaum e Singleton (1986), Runkle (1987), Spencer (1989) e Todd (1990) não excluíram o papel determinante da taxa de juros no processo cíclico, restando ao estoque de moeda um papel claramente secundário.

rejeitar, econometricamente falando, a hipótese de que as falências dos bancos durante as crises de 1930 e 1931 não chegaram a afetar o comportamento do estoque de moeda. Aliás, os próprios Friedman e Schwartz (1963, p. 303) reconhecem que a crise bancária de 1930 não deixou “nenhuma marca clara nos indicadores econômicos amplos”. Mais do que isso, a queda das taxas de juros de curto prazo, num contexto de estabilidade dos retornos dos títulos corporativos de baixo risco e dos títulos públicos de longo prazo, sugere fortemente a ausência de qualquer *credit crunch* mais grave do que o verificado nas recessões anteriores. Por essas e outras razões, Temin (1976, p. 126) conclui que a hipótese de que a Grande Depressão teria sido causada por fatores monetários “falhou no seu teste mais importante”, pois “não há razão para pensar que o aperto monetário em 1929-30 tenha sido mais severo do que em outras depressões do período entreguerras e não há evidência de que as falências de bancos em 1930 criaram esse aperto”.

Outro exemplo importante é a teoria monetária dos ciclos de Hawtrey, para o qual “[a] depressão é induzida pela queda dos gastos dos consumidores provocada pela redução do meio de circulação e é intensificada pelo declínio da velocidade de circulação da moeda. A fase de prosperidade do ciclo, por outro lado, é dominada pelo processo inflacionário” (HARBERLER, 1943, pp. 16-17). Os ciclos são, assim, uma consequência da instabilidade do sistema de crédito: reduzindo as taxas de juros e facilitando os empréstimos, os bancos induzem a expansão da atividade econômica, particularmente do comércio, que amplia suas encomendas à indústria, principalmente quando os preços se elevam. A expansão da produção resulta no aumento dos gastos dos consumidores, o que reforça o processo. “Cria-se um círculo vicioso, uma expansão cumulativa da atividade produtiva” (HAWTREY, 1932, p. 167), que é alimentada pela contínua expansão do crédito. Mas, “[a] medida que o processo cumulativo leva uma indústria após a outra ao limite da capacidade produtiva, os produtores começam a cobrar preços cada vez mais elevados” (*idem ibidem*). “Uma crescente demanda por moeda desnuda os bancos de suas reservas. Dentro de seus limites, o Banco Central abastece-os através de empréstimos, mas chega um momento quando não

pode ir além senão exaurindo as suas próprias reservas ou infringindo a lei que regula a oferta de papel-moeda” (*ibidem*, p. 171). Torna-se necessário, portanto, “não apenas parar a expansão, mas revertê-la” (*ibidem*, p. 169) com o corte do crédito e a elevação da taxa de juros. Nesse momento, as vendas forçadas com a finalidade de obter meios de pagamento das dívidas provocam a queda dos preços, causando a falência de muitos comerciantes, o que, por sua vez, ameaça a solvência dos bancos.

Conforme se verifica, a teoria de Hawtrey, além de ferir o postulado neoclássico da neutralidade da moeda, presume que as forças econômicas sejam essencialmente desestabilizadoras, comprometendo, pois, a “mão invisível”. Daí uma inadmissibilidade pela escola austríaca de Ludwig von Mises (1881-1973) e August von Hayek (1899-1992), segundo a qual,

[o] principal problema que uma teoria que pretenda explicar as depressões deve resolver é: *por que ocorre repentinamente um conjunto generalizado de erros por toda a economia?* Essa é a primeira pergunta a se fazer para qualquer teoria dos ciclos. A atividade econômica vai se desenvolvendo bem, com a maioria das empresas colhendo belos lucros. De repente, sem qualquer aviso, as condições mudam e o grosso das empresas passa a sofrer prejuízos; repentinamente elas descobrem que cometeram erros atroz de previsão. (ROTHBARD, 2000, p. 8)

Partindo também do princípio que “[o] ciclo de ‘expansão-contracção’ é gerado [...] pela expansão do crédito bancário aos negócios” (*ibidem*, p. 9), postulam, contudo, que “o sistema bancário regula a quantidade de moeda mudando a taxa de desconto [bancário] e conduzindo operações de open market” (HARBERLER, 1943, p. 33). O ciclo de negócios surgiria, então, das complexas relações existentes entre a taxa de desconto bancário – denominada taxa monetária ou **taxa de juros de mercado** (WICKSELL, 1935, pp. 190-208), que equilibraria o mercado monetário– e a **taxa natural de juros**, que, “governada pela produtividade marginal do capital” (OHLIN, 1936, p. viii), igualaria poupança e investimento.

Quando os bancos aumentam a oferta de moeda, expandindo o crédito, cai a taxa de juros de mercado, o que leva os empresários a investirem em “processos de produção mais longos” (de maior intensidade de capital), com a redução relativa dos investimentos nas indústrias de bens de consumo e o aumento relativo nas de bens de capital. Todavia, como as preferências temporais não mudaram, os consumidores mantêm a antiga proporção de consumo-poupança, de modo que a estrutura da demanda se mantém inalterada. A duração do *boom* depende, assim, da disposição dos bancos de sustentar a expansão creditícia, mantendo os tomadores de empréstimo um passo à frente da demanda dos consumidores. Mais cedo ou mais tarde, contudo,

[a]s indústrias de bens de capital irão descobrir que todo o seu investimento foi um erro: aquilo que se imaginou que seria lucrativo não o era realmente, pois não havia uma verdadeira demanda por parte de seus clientes – no caso da indústria de bens de capital, outros empresários. Os investimentos nas ordens maiores de produção se revelam meros desperdícios, e esses maus investimentos devem ser liquidados [...]. A “crise” chega quando os consumidores decidem restabelecer suas proporções desejadas. A “depressão”, na realidade, é o processo pelo qual a economia se ajusta aos desperdícios e erros do *boom*, e restabelece o serviço eficiente dos desejos do consumidor. (ROTHBARD, 2000, pp. 11-12)

Apesar de inteligente, o recurso a Wicksell para explicar a crise parece inadequado, até porque, conforme salienta Carvalho (1988, p. 748), “[o] processo cumulativo gerado por mudanças monetárias descritas por Wicksell destinava-se a explicar variações em preços, não as mudanças reais de produto e emprego que normalmente se associam aos ciclos”.⁴

Outro problema, que, aliás, é comum às demais teorias fundamentadas na oferta de moeda/crédito, reside em explicar a própria crise, uma vez que, se, em princípio, tanto a expansão quanto a contração do nível de atividade econômica podem ser explicadas, até certo ponto, por variações da oferta

⁴ Cf. Laidler (1972), Martone (1979) e Soromenho (1995).

de moeda/crédito e/ou da taxa de juros, o mesmo não ocorre com as flutuações dramáticas nos indicadores monetários e “reais” que caracterizam a eclosão das crises. De fato, essas teorias não mostram como os desequilíbrios que se revelam nas crises se desenvolvem durante a fase de expansão sem que as forças reequilibradoras existentes entrem em ação e que deles tomem consciência os agentes econômicos. Tampouco explicam porque há um colapso das expectativas, levando à súbita contração do crédito, que, nesse sentido, surge como variável dependente, não podendo, pois, ser aventada como fator determinante das crises.

3. *Sunspots*, informação assimétrica, problemas de agente, seleção adversa e *moral hazard*

Por admitir a natureza autorreguladora do capitalismo, as escolas neoclássicas têm de postular que as crises financeiras originam-se de “choques externos” ou de eventos aleatórios (*sunspots*). A explicação usual é que, conforme propõem Bernanke, Mishkin e Stiglitz, “informação assimétrica, problemas de agentes e *moral hazard*, considerados conjuntamente, podem ser responsáveis pelo colapso do sistema financeiro, uma *externalidade negativa*” (HEFFERNAN, 2003, p. 368). Enquanto “a teoria da ‘informação assimétrica’ sugere que os bancos não podem ter plena consciência dos propósitos para os quais seu crédito será aplicado e os verdadeiros retornos desses propósitos”, o risco moral (*moral hazard*) “refere-se ao comportamento descuidado que pode surgir porque os segurados sabem que podem obter compensação monetária em caso de perda” (TOPOROWSKI, 2005, pp. 20-21). Já o problema do *agente principal*

surge em razão da diferença de informação entre os administradores e os acionistas. Tendo os acionistas delegado a direção de uma empresa a administradores, necessitam monitorá-los para se assegurar que tomem decisões que maximizem o valor adicionado das ações em lugar de, por exemplo, maximizarem a receita das vendas de forma a incrementar o seu poder pessoal e sua remuneração. (HEFFERNAN, 2003, p. 368)

Outro problema associado à assimetria de informações é o de *seleção adversa* (STIGLITZ & WEISS, 1981; MISHKIN, 1992), consequência do fato de os investimentos de maiores riscos serem frequentemente aqueles capazes de permitir o pagamento de maiores taxas, de modo que o mercado termina por privilegiar os especuladores, com o conseqüente aumento do risco sistêmico.

Parece extremamente difícil conjugar informação assimétrica, o “problema do agente”, *moral hazard* e seleção adversa para produzir o colapso do sistema financeiro como externalidade (sic), não apenas porque os “problemas de agente não são privativos do setor bancário” (HEFFERNAN, 2003, p. 368), por inerentes à forma de organização corporativa. O motivo é que, em primeiro lugar, quem se envolve em atividades de elevado risco que eventualmente levam à bancarrota não são os depositantes, que, como corretamente aponta Heffernan, muitas vezes não sabem o risco que correm, sendo atraídos principalmente pela remuneração paga pela instituição financeira, mas os seus administradores e acionistas, que efetivamente arcam com o risco do empreendimento. Nesse sentido, a tese do *moral hazard* confunde o seguro oferecido à atividade bancária ou financeira em geral com o seguro ao investidor, que, de mais a mais, não existe na maioria dos casos. No resgate a bancos executados pelas autoridades monetárias, em geral costuma-se honrar integralmente os depósitos à vista de até determinado montante, mas não as aplicações em outros ativos, particularmente no caso dos maiores investidores. Tampouco se preserva o valor das ações do banco, cuja queda significa invariavelmente a demissão dos seus administradores, que podem inclusive ser processados. Em outras palavras, aqueles que possuem maiores informações – inclusive os que gerenciam a instituição financeira – geralmente são os maiores perdedores, por não estarem cobertos por qualquer esquema formal ou informal de seguro.

Em particular, a hipótese de informações assimétricas tem sido amplamente utilizada para explicar as corridas bancárias, visto que elas

significam que rumores (mal fundamentados ou não) de dificuldades financeiras de um banco resultarão na retirada de depósitos não-segurados

e na venda das ações do banco por parte de investidores. O *contágio* surge quando bancos saudáveis se tornam vítimas de corridas porque depositantes e investidores, na ausência de informação que permita distinguir entre bancos saudáveis e fracos, procuram refúgio na liquidez. (HEFFERNAN, 2003, p. 368)

Na realidade, corridas bancárias têm-se originado mesmo quando se reconhece o caráter solvente da instituição, visto que, para começar, o público supostamente pouco informado sabe que, mesmo um banco que, até o momento, não tenha sido afetado por uma onda de insolvência, provavelmente o será em futuro próximo, em razão das complexas e defasadas conexões que existem no mercado financeiro. De mais a mais, tem perfeita consciência de que corridas bancárias são suficientes para nocautear uma instituição “saudável”, o que, aliás, explica porque o mero anúncio da ajuda por parte de instituições financeiras de grande credibilidade pode, por si só, fazer refluir a corrida, salvando as instituições solventes.

Não é sem razão, pois, que tampouco parece sustentável a ideia de que, como admite Kindleberger (1989), a especulação (mania) e o pânico originem-se de um comportamento irracional do tipo “psicologia das multidões”. A dificuldade não reside apenas em explicar porque agentes supostamente racionais se comportam de modo oposto em determinadas circunstâncias, mas em ignorar a racionalidade mesma desses fenômenos, que nem de longe são manifestações de histeria coletiva. De fato, como se verá mais adiante, a especulação representa uma manifestação extremada da lógica mesma do capitalismo, vinculada à sua *raison d'être*. Quanto aos pânicos, estes resultam da compreensão de que as crises são períodos de dramática queda do valor dos haveres financeiros e que as instituições financeiras, além de possuírem limitada capacidade de converter esses ativos em dinheiro, frequentemente quebram como resultado do processo mesmo de conversão, quando não se tornam insolventes pelo aumento da inadimplência. Por via de consequência, quanto maior for a demora em realizar a conversão, maior é o risco de experimentar perdas expressivas. Não é de se estranhar, pois, que Gorton (1988, p. 222) conclua que “[o]s pânicos bancários durante a Era de Bancos

Nacionais dos EUA representaram respostas dos depositantes às cambiantes percepções de risco, baseadas no surgimento de novas informações, em lugar de eventos aleatórios”.

Parece ser ainda mais difícil explicar as crises financeiras a partir da hipótese neoclássica de que os agentes econômicos estão sempre em equilíbrio. Não se trata apenas da aparente incompatibilidade da teoria, que nega a realidade do desemprego involuntário (Cf. MODIGLIANI, 1977, p. 6; BUTER, 1980; LINDBECK & SNOWER 1988b, p. 29), com a evidência empírica, mas da dificuldade ou impossibilidade de sustentar que o pânico, com a quebra em cadeia de empresas e instituições financeiras e as demissões em massa, não represente uma ruptura com um padrão de equilíbrio.

4. Keynes e o papel das expectativas

A conexão entre expectativas e as crises foi ressaltada por Keynes, que também as reconhece como um momento do ciclo econômico (1936, p. 218). Segundo ele, apesar das “flutuações na propensão a consumir, no estado da preferência pela liquidez e na eficiência marginal do capital desempenha[re]m todas o seu papel”, “o ciclo econômico deve, de preferência, ser considerado como uma variação cíclica na eficácia marginal do capital” (*ibidem*, p. 217). Igualmente, se a elevação da taxa de juros “pode, certamente, representar um papel no agravamento da crise e talvez, ocasionalmente, no seu desencadeamento”, porém, “a explicação mais normal, e por vezes a essencial, da crise” está no “repentino colapso da eficiência marginal do capital” (*ibidem*, p. 218).

Este colapso explica-se pela frustração das “expectativas otimistas relativas ao rendimento futuro dos bens de capital suficientemente fortes para compensar a abundância crescente desses bens, a alta de seus custos de produção e, provavelmente, também a alta da taxa de juros” (*idem ibidem*). Quando “a decepção advém”, as cotações caem “em movimento súbito e mesmo catastrófico. Além disso, o pessimismo e a incerteza a respeito do futuro

que acompanham um colapso da eficiência marginal do capital suscitam, naturalmente, um forte aumento da preferência pela liquidez e, consequentemente, uma elevação da taxa de juros” (*ibidem*, pp. 218-219), o que pode agravar a crise. Finalmente, “uma queda substancial da eficiência marginal do capital tende, também, a afetar negativamente a propensão a consumir” (*ibidem*, p. 220), o que representa um fator adicional de aprofundamento do processo recessivo.

O colapso da eficiência marginal do capital deve-se ao fato de que, no auge da expansão, “os investimentos que terão um rendimento efetivo de, digamos, 2% em condições de pleno emprego se realizam na esperança de, digamos, 6% e são avaliados nesta base” (*ibidem*, p. 222). Essa discrepância entre a taxa esperada de retorno e a taxa efetiva se deve, assim, ao fato de que os investidores e os especuladores não tomam em consideração o declínio da eficácia marginal do capital, que, por sua vez, ocorre “em parte, porque a renda prospectiva baixará conforme suba a oferta desse tipo de capital e, em parte, porque a pressão sobre as fábricas produtoras daquele tipo de capital causará, normalmente, uma elevação de seu preço de oferta” (*ibidem*, p. 101).

Apesar dos avanços em relação às teorias neoclássicas, a explicação keynesiana dos ciclos econômicos participa, com elas, da lei dos rendimentos decrescentes, que representa o fundamento último da relação inversa entre a eficácia marginal do capital e o montante dos investimentos realizados. Em compensação, acertadamente rejeita o postulado da racionalidade abstrata, uma vez que assume, conforme assinalado, que os investidores ignoram os efeitos deprimentes dos investimentos sobre a taxa efetiva de retorno. Isto é feito, contudo, borrando as diferenças entre os investidores financeiros (inclusive os especuladores) e os empresários, diferenças essas que, conforme se tornará claro mais adiante, são essenciais para explicar as crises financeiras. Finalmente, além de não elucidar porque a discrepância entre a taxa esperada de retorno e a taxa efetiva passa despercebida durante o *boom*, Keynes deixa em aberto, em grande medida, a dimensão financeira

da crise, exceto com relação à bolsa de valores, em que a queda das cotações invariavelmente arrasta consigo os investimentos em bens de capital.

5. Minsky e a tese da fragilidade financeira

A insuficiência da abordagem keynesiana, que aparentemente deixou de lado importantes aspectos financeiros, foi salientada por Minsky (1975, p. 12), segundo o qual “em nenhum lugar da *Teoria Geral* ou dos poucos artigos posteriores de Keynes explicando sua nova teoria, o *boom* e a crise são adequadamente definidos e explicados. Os desenvolvimentos financeiros durante o *boom* que tornam a crise provável, senão inevitável, estão sugeridos, mas não examinados completamente”.

De forma a completar o quadro keynesiano, preenchendo essa lacuna, Minsky (*ibidem*, p. 64) constrói “um modelo de geração endógena de *booms*, crises e deflações”, introduzindo as finanças e examinando explicitamente “o desenvolvimento dos fluxos de caixa (inseridos nos balanços das empresas) durante os vários estágios da economia” (*ibidem*, p. 129).

A análise minskyana baseia-se na “decisão especulativa fundamental de uma economia capitalista”, que “diz respeito a quanto, do fluxo de caixa antecipado das operações normais, uma firma, família ou instituição financeira reserva para o pagamento dos juros e do principal de suas obrigações”, assumidas para financiar posições em ativos (*ibidem*, pp. 86-87). Trata-se de decisão especulativa porque o agente econômico “está apostando que as situações viventes em datas futuras serão tais que os compromissos financeiros poderão ser cumpridos: está estimando que a sorte no futuro incerto será favorável” (*ibidem*, p. 87).

No período de estagnação que se segue à crise, recompõem-se as finanças empresariais e tem início a recuperação, que

se inicia com fortes memórias das penalidades resultantes das posições expostas durante o período de deflação e das estruturas passivas que foram limpas de dívidas. Contudo, o sucesso alimenta a ousadia e, com o tempo,

a memória dos desastres passados é erodida. A estabilidade – mesmo da expansão – é desestabilizadora e formas mais aventureiras de financiamento dos investimentos dão resultados positivos e outros seguem os aventureiros. Então, a expansão realimentará, de forma acelerada, o ritmo da economia, que desembocará no boom. (*ibidem*, p. 126)

Com a expansão econômica, cai a demanda especulativa por moeda e “os portfólios tornam-se mais carregados com posições financiadas por emissão de dívida. Os proprietários dos ativos de capital comprometem maiores porções dos seus fluxos de caixa esperados [...] com o pagamento dos compromissos financeiros” (*ibidem*, p. 124). Mas, “[à] medida que o *boom* se desenvolve, as famílias, empresas e instituições financeiras são forçadas a empreender atividades de ‘assumir posições’ ainda mais aventureiras” (*idem ibidem*) e “o crescente financiamento de posições de longo prazo através de financiamentos de curto prazo torna-se um modo normal de vida” (*ibidem*, p. 213).

Dessa forma, “o peso do endividamento de curto prazo na estrutura de financiamento dos negócios aumenta, caindo o das disponibilidades de caixa nos portfólios. Há, então, uma mudança da proporção das unidades com diferentes estruturas financeiras – e a participação das finanças especulativas e Ponzi aumenta” (MINSKY, 1980, p. 221).

Em oposição às finanças *hedge*, em que as unidades econômicas e seus banqueiros “esperam que o fluxo de caixa operacional de seus ativos de capital (ou decorrentes de seus contratos financeiros) seja mais do que suficiente para cobrir as obrigações financeiras atuais e futuras” (MINSKY, 1986, pp. 206-207), as unidades que se engajam em finanças especulativas e seus banqueiros⁵

esperam que os fluxos de caixa oriundos de seus ativos operacionais (ou decorrentes de seus contratos financeiros) sejam menores do que os compromissos financeiros em algum período, tipicamente próximo ao

⁵ Para uma descrição do significado das finanças *hedge*, especulativas e Ponzi, cf. Mollo (1986), Costa (1992, pp. 78-86) e Wolfson (1994, pp. 16-20).

período final das inversões correspondentes. Contudo, [...] os resultados esperados dos fluxos de caixa superam os pagamentos com juros e outras formas de rendas em todos os períodos. As deficiências no fluxo de caixa emergem porque os compromissos financeiros decorrentes da amortização do principal ultrapassam os rendimentos das inversões durante esses períodos. (*ibidem*, p. 207)

Finalmente, as unidades envolvidas nas finanças Ponzi esperam que, durante determinado período, os fluxos de caixa sejam insuficientes para cobrir os compromissos financeiros. Diferentemente das finanças especulativas, todavia, “os compromissos financeiros em termos de rendimentos ultrapassam o fluxo de caixa dos rendimentos”, “de modo que o valor de face da dívida aumenta” (*ibidem*, p. 207).

Como resultado do aumento da proporção das finanças especulativas e Ponzi durante o *boom*, desenvolve-se uma crescente *fragilidade financeira*, fazendo com que “acontecimentos inesperados po[ssam] desencadear sérias dificuldades financeiras (MINSKY, 1975, pp. 11-12). “Quando a demanda especulativa por moeda aumenta, devido ao acréscimo do perigo resultante da estrutura dos passivos”, ou quando, por outro motivo, as taxas de juros elevam-se, “as empresas, famílias e instituições financeiras tentam vender ou reduzir os ativos de forma a pagar as dívidas. Isso resulta na queda dos preços dos ativos” (*ibidem*, pp. 124-125), inclusive das ações, desencadeando a queda abrupta dos investimentos e, com ela, a crise, seguida da deflação.

Mas da mesma forma que a expansão, também a deflação e a consequente estagnação trazem consigo os elementos de sua superação. De fato, “[a] medida que as repercussões da deflação diminuem, que o estoque de capital se reduz e que as posições financeiras são reconstruídas durante a fase de estagnação, têm início a recuperação e a expansão” (*ibidem*, p. 126), de modo que se inicia novo ciclo, durante o qual, uma vez mais, desenvolver-se-á novo cenário de fragilidade financeira, que desembocará em nova crise.

Conforme se pode depreender, parecem evidentes as contribuições de Minsky, quando sustenta que as famílias, empresas e instituições financeiras

abandonam a postura cautelosa assumida durante a estagnação, passando a assumir posições fortemente alavancadas. Todavia, Minsky falha ao não esclarecer porque as expectativas otimistas subjacentes não são confirmadas pelo mercado em expansão. Além disso, conforme confirma o estudo das crises financeiras, particularmente a dos créditos hipotecários *subprime*, o comportamento *hedge* não é suficiente para evitar a crise, em razão da desvalorização geral dos ativos financeiros privados. Representando importantes fontes de rendimentos e instrumentos de *hedge* durante os períodos “normais”, esses ativos veem os seus *yields* reduzidos drasticamente, assim como seu valor de mercado durante os períodos de crise, demonstrando claramente a natureza especulativa de toda posição financeira, inclusive a mais conservadora. Não fica claro, tampouco, como ocorre a transição das finanças especulativas para as finanças Ponzi, até porque, durante a fase de expansão, as expectativas otimistas respaldam amplamente as posições alavancadas, no sentido de que o fluxo de caixa esperado resultante das inversões de capital e financeiras costuma cobrir amplamente o serviço das dívidas assumidas, incluindo as amortizações. No fundo, portanto, persiste a questão de saber como e porque as expectativas otimistas são defraudadas, originando o seu colapso, causa final das crises, segundo Keynes.

Outro aspecto negligenciado tanto por Minsky quanto por Keynes reside no distanciamento progressivo da produção em relação ao consumo, o qual se revela na crescente acumulação de estoques que tem lugar durante o *boom*. A importância dessa acumulação tem sido reconhecida pela literatura, até porque, conforme reconhecem Blinder e Maccini (1991, pp. 73-74), “a queda dos investimentos em estoques responderam por 87 por cento da queda do PNB durante a recessão média do pós-guerra nos Estados Unidos”. É, aliás, através do seu intermédio que, em grande medida, o crédito assume um papel decisivo no processo cíclico, visto que, conforme demonstrado por estudos do *Board do Fed* por Kashyap, Stein e Wilcox (1993 e 1994), Kashyap, Lamont e Stein (1994) e Gertler e Gilchrist (1994), entre outros, os investimentos em estoques dependem, em larga medida, da disponibilidade do crédito bancário, particularmente no caso das pequenas empresas.

Ademais, a acumulação excessiva de estoques tem sido um importante componente do processo de reversão do ciclo: quando os empresários percebem que não estão vendendo o que esperavam, reduzem os preços e cortam a produção, o que causa a queda da renda e do emprego, o que, inclusive, pode afetar negativamente as expectativas de longo prazo. Em outras palavras, não há como, em se tratando da explicação da crise, evitar o exame do balanço entre oferta e demanda agregadas, o que passa necessariamente pela acumulação de estoques, que, da noite para o dia, pela frustração das expectativas de curto prazo, passa de desejada para indesejada.

Finalmente, embora Minsky faça referência a crises financeiras que não resultam em crises econômicas gerais, não deixa claro quais seriam os mecanismos que as tornam possíveis. O mesmo, na verdade, é válido para Keynes, que não possui uma teoria que dê conta de crises financeiras, mas, como visto, apenas de uma teoria da reversão do ciclo de negócios pela queda da eficácia marginal do capital.

6. Marx: crédito, contradição e crise

Ao considerar a abordagem de Marx das crises financeiras, cumpre observar, com Wolfson (1994, pp. 13-14), que, embora a mesma não tenha sido desenvolvida completamente, “é possível, não obstante, focar em certos aspectos de suas ideias centrais que contribuem para o nosso entendimento do assunto”. Mais precisamente, a teoria marxista das crises somente ganha inteligibilidade como momento da sua teoria do capitalismo, que se assenta na mercadoria, concebida como universal concreto, ou seja, como forma elementar que contém, de modo não desenvolvido, a totalidade da ordem capitalista de produção, concebida como sistema organicamente articulado.

E a análise da mercadoria revela tratar-se de síntese de valor de uso e valor de troca, ou melhor, de valor, concebido como cristalização de trabalho social abstrato, que se opõe ao trabalho concreto, ou seja, ao trabalho como mero produtor de valores de uso, que, contudo, é um suposto do trabalho

abstrato, pois somente é social o trabalho que atende a uma demanda social, de coisas socialmente úteis. Com a circulação de mercadorias, essa diferença entre valor de uso e valor desdobra-se na oposição entre mercadoria e dinheiro, com a transformação da própria circulação mercantil em meio de acumulação de dinheiro. Em outras palavras, o próprio desenvolvimento da circulação de mercadorias gera o dinheiro (ou seja, do valor tornado autônomo e oposto aos produtores privados) e, com ele, o processo de sua acumulação, cuja finalidade está em si mesmo e cujo termo, portanto, é indefinido (MARX, 1867, livro I, cap. IV, p. 171).

A distinção entre trabalho abstrato e concreto permite a Marx abandonar a Lei de Say e admitir a possibilidade de crises gerais. Segundo ele, a possibilidade formal das crises já está presente na produção simples (não capitalista) de mercadorias e emerge do fato de que, quando um produtor vende sua mercadoria, não necessita comprar outra. Como resultado, outro produtor pode se ver desprovido da possibilidade de vender seu produto, o que significa que também ele deixará de comprar. Assim, se surgirem determinadas condições nas quais muitos produtores desejem vender sem comprar, o sistema como um todo entrará em colapso, visto que somente poucos serão capazes de vender. Mercadorias permanecerão sem serem vendidas e o processo de reprodução estará em risco. Seguindo este raciocínio, Marx (*ibidem*, cap. III, pp. 126-127) critica a Lei de Say, asseverando que

uma vez que a primeira fase da [metamorfose] da mercadoria é, ao mesmo tempo, venda e compra, esse processo, embora parcial, é autônomo. Ninguém pode vender sem que alguém compre. Mas ninguém é obrigado a comprar imediatamente, apenas por ter vendido. A circulação rompe com as limitações de tempo, de lugar e individuais impostas pela troca de produtos, ao dissociar a identidade imediata que, nesta última, une a alienação do produto próprio e a aquisição do alheio, gerando a antítese entre venda e compra. [...] Se essa independência exterior dos dois atos – interiormente dependentes por serem complementares – prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade por meio de uma crise.

A conversão dessa mera **possibilidade formal** (*ibidem*, p. 127) em **realidade necessária** está dada pelo papel do crédito, que, para Marx, representa uma contradição. As relações creditícias nascem da função do dinheiro como meio de pagamento, em oposição às suas funções como medida de valor e meio de circulação: o desdobramento do processo de circulação das mercadorias, sumariamente descrito como Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria (M–D–M) em dois atos distintos, mas complementares – a venda (M–D) e a compra (D–M) –, implica a possibilidade formal de sua separação no espaço e no tempo. Quando uma venda não é seguida imediatamente por uma compra e o vendedor retém indefinidamente o dinheiro resultante da venda, o dinheiro funciona como meio de entesouramento (reserva do valor). Mas também pode suceder uma venda sem pagamento, isto é, a separação do ato da venda do ato de recebimento da soma de dinheiro correspondente: “[c]om o desenvolvimento da circulação das mercadorias vão aparecendo as condições em que a alienação da mercadoria se separa, por um intervalo de tempo, da realização de seu preço (*ibidem*, p. 149). O vendedor dá sua mercadoria e recebe em troca apenas uma promessa de pagamento. O devedor compra a mercadoria “antes de pagá-la. Um vende mercadorias existentes, outro compra como mero representante de dinheiro, ou de dinheiro futuro. O vendedor torna-se credor; o comprador, devedor” (*idem ibidem*). Quando expira o prazo estipulado na promessa de pagamento, o devedor paga o dinheiro e a dívida é liquidada. Nessa transação, “o dinheiro adquire nova função. Ele se torna meio de pagamento” (*ibidem*, p. 150).

Com o desenvolvimento das relações de crédito, emerge e se desenvolve um sistema de compensação de pagamentos. “Com a concentração dos pagamentos no mesmo lugar, desenvolvem-se organizações e métodos especiais para liquidá-los” (*ibidem*, p. 152). O comerciante A compra de B e, em lugar de pagar em dinheiro, aceita uma promessa de pagamento emitida por B (a nota de venda a prazo). O próprio B faz o mesmo, comprando de C e aceitando outra promessa de pagamento. C talvez também faça o mesmo e toda uma rede de relações de crédito se estabelece. Quando chega o momento

de se saldarem as dívidas, A paga a B, que pode usar o dinheiro assim recebido para pagar C, que paga D e assim por diante. Se existir uma câmara de compensação, todas as transações podem ser efetivadas utilizando-se apenas uma folha de papel, sendo necessário dinheiro apenas para pagar o saldo remanescente. “Bastará confrontar os créditos de A contra B, de B contra C, de C contra A e assim por diante, para até certo ponto se anularem reciprocamente como grandezas positivas e negativas. Assim, fica restando apenas um saldo a pagar” (*ibidem*, p. 152). Em suma, o crédito substitui o dinheiro como meio de pagamento na medida em que os pagamentos se compensam.

A natureza contraditória do crédito deve-se ao fato de que o dinheiro representa uma expressão da divisão social do trabalho: quando uma mercadoria é trocada pelo seu valor, existe uma identidade entre o trabalho concreto privado nela incorporado e a quantidade de trabalho requerido pela sociedade para ter essa mercadoria produzida e distribuída. Mas o mesmo não ocorre quando a mercadoria é vendida por um título de crédito – nesse caso há apenas uma relação privada que pode estar ou não respaldada pela divisão do trabalho, uma vez que, quando um produtor vende a crédito, ele antecipa que o comprador terá condições de honrar a correspondente promessa de pagamento. Contudo, essa capacidade está além do controle do devedor, pois depende, em última instância, das condições externas e incontrolláveis ditadas pela reprodução do sistema como um todo, e que se fazem sentir concretamente no mercado.

Para Marx (*ibidem*, pp. 152-153), essa contradição está nas raízes do mecanismo que gera as crises, visto que

[a] função do dinheiro como meio de pagamento envolve uma contradição direta. Enquanto os pagamentos se compensam, serve apenas idealmente de dinheiro de conta ou de medida dos valores. Quando têm de ser efetuados pagamentos reais, a função do dinheiro deixa de ser a de mero meio de circulação, de forma transitória e intermediária do intercâmbio das coisas materiais, para ser a de encarnar o trabalho social, a existência independente

do valor de troca, a mercadoria absoluta. Essa contradição manifesta-se na fase especial das crises industriais e comerciais, chamada crise de dinheiro. [...] Havendo perturbações gerais, deixa o dinheiro súbita e diretamente a forma ideal, de conta, para virar dinheiro em espécie. Não é mais substituível por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria não interessa mais, e o valor dela desaparece diante da forma independente do valor.

Com a distinção entre trabalho concreto e abstrato e o conceito de crédito como uma contradição “sem termo médio”, Marx abandona a visão de Smith de que as crises se devem a erros de gerenciamento – e, portanto, à falta de regulamentação – do sistema bancário, assim como a Lei de Say, utilizada por Smith e Ricardo para argumentar que, num regime de notas bancárias conversíveis, excessos gerais de mercadorias são impossíveis. As crises são, então, concebidas como inerentes à natureza íntima da economia capitalista, sendo tanto a manifestação da sua contradição fundamental entre trabalho abstrato e concreto, quanto a forma de corrigi-las, ainda que temporariamente.

7. Capital financeiro e crise

A partir da concepção do crédito como “contradição sem termo médio”, Marx articula uma complexa teoria das crises financeiras, no centro da qual se encontram, além da compulsão à acumulação de capital e do crédito, a tendência à queda da taxa de lucro e o capital fictício, definido como todo título de crédito ou título que represente um direito de propriedade sobre rendimentos futuros, seja qual for a sua origem (MARX, 1893, livro III, cap. XXIX, pp. 533-546). Embora sejam precificados no mercado, os ativos financeiros representam riqueza imaginária, constituindo apenas direitos a dada riqueza, que, dependendo das circunstâncias, perdem suas condições para serem exercidos.

Para começar, está claro que, subjacente ao processo especulativo que conduz às crises, está o afã de acumular capital, gerado, como o demonstra Marx (1867, livro I, cap. III, p. 147), pela própria contradição do dinheiro,

que, como representante da riqueza em geral, possui uma dimensão infinita – a da riqueza universal –, e que, como soma limitada, possui dimensão finita, de modo que, capturado pela lógica do dinheiro, o capitalista tenta alcançar a riqueza universal, mas ao acumular determinada soma de dinheiro, termina abarcando apenas uma riqueza particular, o que o induz, portanto, a tentar de novo, gerando um processo indefinido, ou seja, cuja finalidade está em si mesmo.

A tendência da queda da taxa de lucro resulta, para Marx (1893, livro III, cap. XIII, pp. 241-266), da elevação da composição orgânica do capital, consequência da aceleração da acumulação de capital que ocorre durante a fase de prosperidade e que representa uma causa e também um efeito da mesma, num contexto de aumento menos do que proporcional da taxa de mais valia.⁶ O mercado, no entanto, não registra a correspondente mudança dos preços de produção, graças à expansão do crédito, que, como registram Gontijo e Oliveira (2009, p. 15), “viabiliza a crescente formação de estoques, consequência tanto da necessidade, por parte dos empresários, de se precaver contra a elevação de preços [que caracteriza a fase de expansão] e a falta de insumos no mercado, quanto da própria especulação com estoques dos produtos, induzida pela perspectiva de elevação dos seus preços”. Na verdade, na medida em que as vendas a crédito engordam os balanços das empresas, o que o mercado percebe é exatamente o contrário, ou seja, uma elevação da rentabilidade das empresas, pois “[a] aparência de consumo causada pela formação de estoques e pelos pagamentos efetuados com títulos de crédito” indica “que tudo vai bem e os negócios estão em expansão” (*idem ibidem*). Em outras palavras, a queda da taxa de lucro manifesta-se como um duplo processo: de um lado, na percepção errônea de que a rentabilidade está aumentando, quando, na realidade, está caindo; de outro, em uma crescente acumulação de estoques viabilizada pela expansão do crédito, que, assim, mascara o aumento da distância entre a produção e o

⁶ Não se discutirá aqui, também por falta de espaço, a questão da tendência à queda da taxa de lucro.

consumo e induz os empresários a acreditarem na continuidade e solidez do *boom*, a criar novas oportunidades de ganhos.

Mas, se o crédito, em razão do seu papel em viabilizar o distanciamento entre a produção e o consumo, é componente necessário de toda crise, nas crises financeiras propriamente ditas o capital fictício, ou **capital especulativo parasitário**, na interpretação de Carcanholo e Nakatani (1999), também desempenha papel central, visto que, em razão mesma da errônea percepção dos agentes econômicos de que a rentabilidade está se elevando e o consumo aumentando mais rapidamente do que a oferta, contribui para o “descolamento” da esfera financeira em relação à “esfera real”. Sendo determinado, segundo Hilferding (1910, cap. VII, pp. 111-118), pela capitalização dos rendimentos esperados no futuro, o valor dos títulos de renda sobe como resultado da redução da taxa de juros e do aumento dos ganhos esperados, o que ocorre durante os períodos de expansão econômica como resultado da própria recuperação das expectativas. Mas a consequente valorização dos ativos financeiros traz novos ganhos aos seus detentores, o que resulta em novo aumento da demanda por títulos, a rebater em nova valorização, criando, assim, uma espiral ascendente que guarda pouca, se alguma, vinculação com o que está efetivamente ocorrendo em termos “reais”.

O aumento efetivo dos rendimentos e a demanda crescente de bens e serviços, provocados pelo *boom*, refletem-se nas expectativas sobre os rendimentos futuros, tornando-as mais favoráveis, o que leva à valorização dos ativos financeiros. A elevação dos preços desses ativos, por sua vez, traz ganhos patrimoniais aos seus detentores, o que amplia a demanda pelos mesmos, trazendo novos ganhos patrimoniais, o que reforça o processo de valorização, rebatendo, por sua vez, no aumento do consumo via “efeito riqueza”. Gera-se, portanto, um frenesi vertiginoso, uma loucura exuberante, que, embora nada tenha de irracional, resulta num distanciamento crescente do valor dos ativos financeiros das reais condições econômicas, que lança verdadeiro véu sobre o que ocorre em termos da reprodução econômica.

Esse descolamento da valorização financeira em relação às condições da reprodução econômica é favorecido pela percepção viciada oriunda da forma mesma do ciclo do capital produtor de juros, em que o “dinheiro gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos” (MARX, 1893, livro III, cap. XXIV, p. 450), dada pela produção e circulação de mercadorias. Cegados pela ideia de que o capital é “fonte misteriosa, autogeradora de juro, aumentando a si mesmo” (*ibidem*, p. 451), os especuladores perdem a capacidade de interpretar os sinais da “economia real”, como a elevação indefinida da razão preço/lucro (PL), a constituição de empresas de capital aberto com as finalidades mais extravagantes, a fusão de corporações tradicionais com empresas frágeis, etc.

Chega um momento, contudo, em que um evento qualquer – como, por exemplo, a falência do *Lehman Brothers* no dia 15 de setembro de 2008 – torna claro para os experts o castelo de cartas em que se assenta o processo especulativo, dando origem aos pânicos que assinalam o desabrochar da crise financeira, através da qual se principia o processo de ajuste da economia, inclusive de supressão do distanciamento entre produção e consumo, dos desequilíbrios intersetoriais e do descolamento da esfera financeira em relação aos seus “fundamentos”.

8. Considerações finais

Enfim, parece difícil explicar as crises financeiras, cuja geração endógena parece evidente, a partir de teorias que supõem que a economia de mercado esteja permanentemente em equilíbrio ou possua propriedades de convergência assintótica para o mesmo, de modo que as crises somente resultem de choques externos ou de erros dos agentes econômicos. Em particular, parece extremamente difícil conjugar informação assimétrica, o “problema do agente”, *moral hazard* e seleção adversa para produzir como externalidade em crises sistêmicas. Em razão da lógica das mesmas, tampouco parece racional explicá-las através da suposta irracionalidade da “psicologia das multidões”.

Por outro lado, embora pareça adequado sustentar que as crises se devem às flutuações bruscas no “estado da preferência pela liquidez” e na “eficiência marginal do capital”, Keynes não elucida as razões da discrepância entre a taxa esperada de retorno e a taxa efetiva, que passa despercebida durante o *boom*, além de deixar em aberto a questão das dimensões financeiras da crise. A tentativa de Minsky de suprimir as deficiências keynesianas, por sua vez, apesar de identificar o abandono, por parte dos agentes econômicos, da postura cautelosa assumida durante a estagnação, não mostra porque as expectativas otimistas subjacentes não são confirmadas pelo mercado em expansão, nem dá conta da insuficiência das posturas *hedge* em evitar as crises financeiras.

Suprindo essas lacunas, Marx mostra que, embora a possibilidade formal das crises já se encontrar na distinção entre trabalho privado (concreto) e social (abstrato) contido na mercadoria, a sua necessidade se deve ao crédito, que representa uma contradição “sem termo médio”, uma vez que, dissociando a venda das mercadorias do seu pagamento em dinheiro, entra em colapso quando as condições de mercado impossibilitam os compradores/devedores de honrarem suas dívidas.

A partir dessa concepção, Marx conjuga a compulsão à acumulação de capital, a tendência à queda da taxa de lucro e o capital fictício para mostrar como se gera um processo de crescente distanciamento da produção em relação ao consumo, em meio a um contexto especulativo que cega os agentes econômicos até que sejam surpreendidos por um evento que gera o pânico, desabrochando a crise financeira. Através da mesma, dá-se início ao processo de ajuste da economia, inclusive de supressão do distanciamento entre produção e consumo, dos desequilíbrios intersetoriais e do descolamento da esfera financeira em relação aos seus “fundamentos” reais.

Referências

- ALLEN, William R. "Irving Fisher, F.D.R., and the Great Depression", *History of Political Economy*, vol. 9, n. 4, pp. 560-587, Winter 1970.
- ANDO, A. & MODIGLIANI, Franco. "The Relative Stability of Monetary Velocity and the Investment Multiplier", *American Economic Review*, vol. 55, n. 4, pp. 693-728, Sep. 1965a.
- _____. "Rejoinder", *American Economic Review*, vol. 55, n. 4, pp. 786-790, Sep. 1965b.
- CARVALHO, Fernando Cardim de. "Keynes a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 18, n. 3, pp. 741-764, dez. 1988.
- COSTA, Fernando N. da. *Ensaio de Economia Monetária*. São Paulo: Bienal/Educ, 1992.
- CULBERTSON, J. M. "Friedman on the Lag in Effect on Monetary Policy", *Journal of Political Economy*, vol. 68, pp. 617-621, 1960.
- EICHENBAUM, Martin & SINGLETON, Kenneth J. "Do equilibrium real business cycle theories explain postwar U.S. business cycles?". In: FISCHER, Stanley (ed.). *NBER Macroeconomics Annual 1986*. Cambridge: MIT Press, vol. 1, 1986, pp. 91-135.
- ESTRELLA, Arturo & MISHIN, Frederic S. "Is there a role for monetary aggregates in the conduct of monetary policy?", *Journal of Monetary Economics*, vol. 40, pp. 279-304, 1997.
- FRIEDMAN, Benjamin M. & KUTTNER, Kenneth N. "Money, income, prices, and interest rates", *American Economic Review*, vol. 82, n. 3, pp. 472-492, 1992.
- FRIEDMAN, Milton & SCHWARTZ, Anna. *A Monetary History of the United States 1867-1960*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- GERTLER, M. & GILCHRIST, S. "The role of credit market imperfections in the monetary transmission mechanism: Arguments and evidence", *Scandinavian Journal of Economics*, vol. 64, pp. 43-64, 1993.
- GONTIJO, Cláudio & OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte: CORECOM-MG e ASSEMG, 2009.
- GORTON, Gary. "Banking panics and business cycles", *Oxford Economic Papers*, vol. 40, pp. 751-781, 1988.
- HARBERLER, Gottfried. *Prosperity and Depression*. New York: United Nations, 1946[1943].
- HAWTREY, Ralph George. *Currency and Credit*. London: Longmans, Green and Co., 1950[1919].
- _____. *The Art of Central Banking*. London: Longmans, 1932.
- HEFFERNAN, Shelagh. "The causes of bank failures". In: MULLINEUX, Andrew W. & MURINGE, Victor. *Handbook of International Banking*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2003, pp. 366-485.
- HESTER, D. D. "Keynes and the quantity theory: A comment on the Friedman-Meiselman CMC paper", *Review of Economics and Statistics*, vol. 66, n.4, pp. 364-368, Nov. 1964a.
- _____. "Rejoinder", *Review of Economics and Statistics*, vol. 66, n. 4, pp. 376-377, Nov. 1964b.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985[1910].
- KASHYAP, Anil K.; LAMONT, O. A. & STEIN, Jeremy C. "Credit conditions and the cyclical behavior of inventories", *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 109, n. 3, pp. 565-592, Aug. 1994.
- KASHYAP, Anil K; STEIN, Jeremy C & WILCOX, David W. "Monetary policy and credit conditions: Evidence from the composition of external finance", *American Economic Review*, vol. 83, n. 1, pp. 78-98, Mar. 1993.

- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução de Rolf Kuntz. São Paulo: Victor Civita, 1983[1936]. Coleção Os Economistas.
- KINDLEBERGER, C. P. *Manias, pânico e crashes*. Uma história das crises financeiras. Tradução de Vânia Conde e Viviane Castanho. Porto Alegre: Ortiz/Gazeta Mercantil, 1992[1989].
- KING, S. *Real Interest Rates and the Interaction of Money, Output, and Prices*. Evanston: Northwestern University, 1983. Mimeo.
- LAIDLER, D. "On Wicksell's theory of price level dynamics", *Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. 40, n. 2, pp. 125-144, 1972.
- LEEPER, Eric C.; SIMS, Christopher A. & ZHA, Tao. "What does monetary policy do?", *Brookings Papers on Economic Activity*, vol. 2, pp. 1-78, 1996.
- LITTERMAN, R. B. & L. WEISS. "Money, Real Interest Rates, and Output: A Reinterpretation of Postwar U.S. Data", *Econometrica*, vol. 53, n. 1, pp. 129-155, 1985.
- MARTONE, C. L. "O processo cumulativo de Wicksell e a dinâmica da inflação", *Estudos Econômicos*, vol. 9, n. 3, pp. 77-100, 1979.
- MARX, Karl. *O capital*. 6 vol. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d. (1867-1893).
- MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- _____. "Finance and profits: The changing nature of American Business Cycles". In: U.S. CONGRESS, JOINT ECONOMIC COMMITTEE. *The Business Cycle and Public Policy, 1929-80*. Washington: Government Printing Office, 1980.
- _____. *John Maynard Keynes*. New York: Columbia University Press, 1975.
- MISHKIN, F. *The Economics of Money, Banking and Financial Markets*. New York: Harper Collins, 1992.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. "Instabilidade do capitalismo, incerteza e papel das autoridades monetárias: uma leitura de Minsky", *Revista de Economia Política*, vol. 8, n. 1, pp. 100-23, jan.-mar. 1988.
- OHLIN, Bertil. "Introduction" (1936). In: WICKSELL, Knut. *Interest and Prices*. Tradução de R. F. Kahn. New York: Augustos M. Kelley, 1965, pp. vii-xxi.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. "A crise internacional e possíveis repercussões". *Comunicado da Presidência*, 16. Brasília: IPEA, jan., 1990.
- ROTHBARD, Murray N. *America's Great Depression*. Auburn: The Ludwig von Mises Institute, 2000[1999/1963].
- RUNKLE, David E. "Vector autoregressions and reality", *Journal of Business and Economic Statistics*, vol. 5, n. 4, pp. 437-42, Oct. 1987.
- SIMS, Christopher A. "Macroeconomics and reality", *Econometrica*, vol. 48, pp. 1-48, Jan. 1980a.
- _____. "Comparison of interwar and postwar business cycles: Monetarism reconsidered", *American Economic Review*, vol. 70, pp. 250-257, May 1980b.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre a sua natureza e as suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1776).
- SOROMENHO, Jorge. "Wicksell e a teoria austríaca dos ciclos", *Estudos Econômicos*, vol. 25, n. 1, pp. 77-113, 1995.
- SPENCER, David E. "Does money matter? The robustness of evidence from vector autoregressions", *Journal of Money, Credit, and Banking*, vol. 21, pp. 442-454, Nov. 1989.
- STIGLITZ, J. E. & WEISS, A. "Credit rationing in markets with imperfect information", *American Economic Review*, vol. 71, n. 3, pp. 393-410, 1981.

TEMIN, Peter. *Did Monetary Forces Cause the Great Depression?* New York: Norton, 1976.

TODD, Richard M. "Vector autoregression evidence on monetarism: Another look at the robustness debate", *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review*, vol. 25, n. 1, pp. 167-171, 1990.

TOPOROWSKI, Jan. *Theories of Financial Disturbance*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

WICKSELL, Knut. *Interest and Prices*. New York: Kelley, 1936.

_____. *Lectures on Political Economy*. 2 vol. Fairfield: Kelley, 1935.

WOLFSON, Martin H. *Financial Crises. Understanding the Postwar U.S. Experience*. New York: M.E. Sharpe, 1994.

GABRIEL DA SILVA VACCARI
REGINALDO TEIXEIRA PEREZ

O CONFLITO DISTRIBUTIVO E OS PARADOXOS DA INTERVENÇÃO: A FIESP DIANTE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Recebido em 08/09/2020

Aprovado em 03/05/2021

O CONFLITO DISTRIBUTIVO E OS PARADOXOS DA INTERVENÇÃO: A FIESP DIANTE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Resumo

Este artigo busca identificar e examinar as razões que levaram as elites industriais brasileiras a alterar as suas posições em relação aos governos Dilma Rousseff (2011-2016). Conciliando a reconstrução da conjuntura política e econômica com uma análise da linguagem dos atores em foco, examina-se como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), após ter as suas principais demandas acolhidas pelo Governo Federal, abandonou a postura de apoio e passou a criticar a condução econômica de Dilma, sendo uma força mobilizadora *pró-impeachment* em 2016. Após a exposição das interpretações formuladas pela literatura que examinou o fenômeno, propõe-se hipótese complementar: orientados por racionalidade estratégica, diante da mudança de ciclo econômico que levava à queda do crescimento e ao consequente acirramento do conflito distributivo, os empresários industriais secundarizaram a agenda de viés desenvolvimentista que os aproximava das forças organizadas do trabalho e do governo do Partido dos Trabalhadores, e passaram a priorizar a agenda ortodoxa de ajuste fiscal via austeridade e reformas *pró-mercado*, inserindo-se em uma coalizão empresarial unificada com o setor financeiro e apoiando ativamente a interrupção do mandato de Dilma.

Palavras-chave: industriais/FIESP; governo Dilma; política econômica; *impeachment*.

GABRIEL DA SILVA VACCARI

Professor na Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). Mestre e doutorando em Ciências Sociais pela UFSM.

E-mail: gabriel.vaccari360@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9904-1125>

REGINALDO TEIXEIRA PEREZ

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do PPGCS-UFSM. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ.

E-mail: rtp10@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5131-6433>

¹ Incluindo atualizações e complementos, este artigo tem origem em parte da Dissertação de Mestrado intitulada *Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo: o discurso da FIESP e dos bancos frente à política econômica do Governo Dilma Rousseff (2011-14)*, defendida em março de 2016 (VACCARI, 2016) junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGCS-UFSM). Agradecemos aos pareceristas anônimos da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* pelas críticas e sugestões que visaram à qualificação do artigo.

Abstract

This article seeks to identify and examine the reasons that led Brazilian industrial elites to change their positions in relation to Rousseff's Administration (2011-2016). Harmonizing the reconstruction of the political and economic conjuncture with an analysis of the language of the actors in focus, it is examined how the Federation of Industries of the State of São Paulo (FIESP), after having its main demands accepted by the Federal Government, abandoned the posture of support and began to criticize Dilma's economic conduct, being a pro-impeachment mobilizing force in 2016. After exposing the interpretations formulated by the literature that examined the phenomenon, a complementary hypothesis is proposed: guided by strategic rationality, before the change in economic cycle that led to the declining growth and the consequent intensification of the distributive conflict, industrial entrepreneurs seconded the developmentalist agenda that brought them closer to the organized labor forces and the Workers Party government, and started to prioritize the orthodox fiscal adjustment agenda via austerity and pro-market reforms, inserting in a unified business coalition with the financial sector and actively supporting the interruption of Dilma's presidency.

Keywords: industrials/FIESP; Rousseff's Administration; economic policy; impeachment.

I. Introdução

Em meio à massa de manifestantes com camisetas amarelas da seleção brasileira espalhados pela Avenida Paulista, reluz um pato inflável gigante. Referência da manifestação, ele é o símbolo da inserção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na pressão para precipitar a queda do governo Dilma Rousseff. Quem viu essa cena em algum momento entre 2015 e 2016 talvez não recorde, mas até pouco tempo antes a relação entre o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a entidade empresarial paulista era bastante distinta. Isso porque, entre meados de agosto de 2011 e abril de 2013, Dilma havia implementado quase na íntegra o núcleo da agenda de políticas econômicas então reivindicada pelos industriais: redução dos juros, depreciação cambial, desonerações tributárias, expansão de subsídios, redução do preço da energia elétrica. Trata-se do pacote conhecido como Nova Matriz Econômica (NME).

Não obstante, ao longo do primeiro mandato de Dilma, os industriais foram paulatinamente se afastando do governo, subindo o tom crítico, até o ponto de defenderem oficialmente e apoiarem ativamente o seu *impeachment*. Alinhando-se a uma profícua produção acadêmica que esquadrinha a atuação política do empresariado brasileiro,² o presente *paper* almeja decifrar esse aparente paradoxo. Quais razões levaram a FIESP a se afastar do governo, logo após este atender às suas reivindicações? Esta questão é a interrogação principal deste artigo. Adotando-se parcimoniosamente elementos da análise de conjuntura política (VELASCO E CRUZ, 2011), combinados à identificação dos significados advindos das posições dos atores sob exame,

² Há uma rica tradição de estudos sobre a atuação política do empresariado industrial brasileiro, com autores destacados como Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Warren Dean, Boris Fausto, Luciano Martins, Eli Diniz, Renato Boschi, Luiz Carlos Bresser-Pereira, René Dreifuss, Paulo Roberto Neves Costa, Adriano Codato, Armando Boito Júnior, Antônio Carlos Mazzeo, Décio Saes, Sebastião Velasco e Cruz, César Guimarães, Nícia Vilela Luz, Maria Antonieta Leopoldi, Charles Freitas Pessanha, Marcus Ianoni, além de brasilianistas como Peter Evans, Peter Kingstone, Philippe Schmitter, Ben Ross Schneider e Leigh Payne. Uma excelente sistematização do conjunto de formulações sobre o empresariado industrial como ator político no Brasil pode ser encontrada em Mancuso (2007a).

buscar-se-á discutir e propor hipóteses explicativas para a mudança dos juízos dos industriais em relação a Dilma e sua política econômica.

O artigo está organizado em cinco partes. Na primeira parte, reconstrói-se a relação estabelecida pelos industriais com os governos do PT desde a eleição de Lula, em 2002. Na segunda e terceira partes, analisa-se a relação paradoxal da entidade empresarial com a política econômica do governo Dilma, que vai do apoio à oposição pró-impugnação. Em um quarto momento, apresentam-se e examinam-se as hipóteses que alguns intérpretes elaboraram para tentar explicar esse comportamento político oscilante da entidade industrial paulista. Por fim, argumenta-se em favor da hipótese segundo a qual a alteração de posição política da FIESP foi uma resposta à crise de crescimento e ao acirramento do conflito distributivo que marcaram o período presidencial de Dilma Rousseff.

2. A FIESP nos governos do PT

A vitória eleitoral que levou Lula à presidência da República em 2002, entre outros fatores, foi a realização bem sucedida da aproximação entre setores do empresariado e o Partido dos Trabalhadores, iniciada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (BOITO JR., 2018; DINIZ, 2010). De um lado, a cúpula do PT, depois de três derrotas eleitorais consecutivas, decidiu abrandar o discurso de ruptura com a ordem, comprometendo-se com valores liberais como a “estabilidade macroeconômica”, o controle da inflação e o “cumprimento dos contratos”.³ Na dimensão propositiva, o PT deixou de pregar mudanças de modelo para defender uma mais suave e gradativa mudança no modelo (PEREZ & BARBOSA, 2019).

Do outro lado, os empresários industriais, afetados pelos efeitos da abertura comercial, da taxa de juros elevada e do real valorizado que marcaram a década tucana, passaram a criticar o liberalismo de FHC e exigir modificações

³ Símbolo maior dessa aproximação do PT com o empresariado é a Carta ao Povo Brasileiro, lançada em junho de 2002, em meio à campanha eleitoral que terminou por conduzir Lula à testa do governo federal.

na condução macroeconômica que oferecessem maior proteção ao mercado interno, mais estímulos fiscais, monetários e cambiais – medidas que os empresários consideravam essenciais para reduzir o chamado “Custo Brasil” e devolver “competitividade” à indústria (MANCUSO, 2007b). Símbolo dessa convergência entre a moderação do PT e a crescente crítica do empresariado à agenda liberal foi a escolha do empresário têxtil José Alencar, do Partido Liberal (PL), para a vice-presidência de Lula.

Com Antonio Palocci no Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles à frente do Banco Central, a condução macroeconômica do primeiro mandato de Lula foi caracterizada pela continuidade em face da gestão anterior, mantendo a rigidez no cumprimento do tripé macroeconômico (taxa de câmbio flutuante, geração de superávits primários e metas de inflação), das altas taxas de juros e da autonomia operacional do Banco Central. Os industriais criticaram o “excessivo conservadorismo”, o “monetarismo” e o “medo de crescer” que marcaram a gestão Palocci/Meirelles (DINIZ, 2010).

A partir da segunda metade do primeiro governo Lula, porém, metamorfoses na conjuntura contribuíram para o arrefecimento da ortodoxia na condução econômica. A crise política desencadeada pelo “Escândalo do Mensalão”, em 2005, gerou uma recomposição da coalizão governamental e levou à queda do ministro Palocci, no início de 2006. Em seu lugar, Lula nomeou o então presidente do BNDES, Guido Mantega, economista de conhecida inclinação heterodoxa. A FIESP saudou a chegada de Mantega ao comando da economia. A troca ministerial representava, para a entidade, a substituição da ortodoxia liberal de Palocci por uma posição desenvolvimentista, “pró-crescimento” (BOITO JR., 2018). A gestão de Mantega representou inflexão na condução da macroeconomia, levando a cabo a flexibilização da política monetária, o aumento do gasto e do investimento público e o fortalecimento do BNDES como banco público de fomento (BARBOSA & SOUZA, 2010). Quando o sistema financeiro mundial entrou em colapso após a quebra do banco de investimentos *Lehman Brothers*, em 2008, para dirimir os efeitos recessivos da crise sobre a economia brasileira,

o governo aprofundou a linha heterodoxa, adotando importante pacote de medidas anticíclicas (CARVALHO, 2018). As medidas governamentais de estímulo foram efetivas e, ao ampliarem o ritmo de crescimento econômico (PIB teve elevação de 7,5% em 2010), sustentaram o baixo nível de desemprego e mantiveram os programas sociais de transferência de renda, contribuindo para Lula terminar seu segundo mandato com índices recordes de aprovação popular e, assim, contribuiu para a eleição de sua ex-ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para suceder-lhe na cadeira presidencial.

Mesmo apoiando as medidas de estímulo, a FIESP considerava ainda muito tímidas as providências, aquém de suas demandas. Por isso, no primeiro semestre de 2011, quando o governo Dilma dava seus primeiros passos econômicos na direção fiscal constritiva de debelar a inflação por meio de forte contingenciamento orçamentário e novas rodadas de aumento de juros, a FIESP formalizou uma aliança capital-trabalho com as centrais sindicais (CUT, Força Sindical) para pressionar o governo recém-iniciado a mudar de rota em questões macroeconômicas (SINGER, 2018). Em maio, o presidente da FIESP, Paulo Skaf, em coautoria com os presidentes das centrais sindicais, publicou artigo na *Folha de São Paulo* (26/05/2011) explicando as razões e os objetivos comuns que os levaram a formar a parceria. Com o título “Um acordo pela indústria brasileira”, o texto reconhecia o “grande momento econômico e social” vivido então pelo país e elogiava a decisão política dos governos petistas em apostar no mercado interno como motor do crescimento, mas alertava para a tendência de “encolhimento da participação da indústria de transformação no nosso PIB” e “reprimarização da pauta de exportações” que a estratégia de crescimento adotada impunha ao Brasil. Para reverter o quadro, afirmavam empresários e sindicatos, seria necessário retomar a pauta de desenvolvimento com industrialização, o que só seria sustentado com uma aliança desenvolvimentista entre setor produtivo, trabalhadores e governo:

A previsão de que em 30 ou 40 anos o Brasil será a quarta economia do mundo apenas se sustenta com o restabelecimento do papel da indústria e

com o adensamento de suas cadeias produtivas. Não existem países cujos cidadãos gozem de alto padrão de vida e pleno acesso a bens e serviços que não contem com indústria sólida, diversificada e com alto grau de inserção em mercados internacionais.

A possibilidade de estabelecimento de um diálogo contínuo entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é algo inovador e reflete o compromisso de construir um Brasil forte e industrializado. Este é o momento para que os diferentes atores desse processo – trabalhadores, empresários e o governo – formem um grande consenso acerca da política industrial nos rumos da economia (SKAF; HENRIQUE & SILVA, 2011, s/p).

No mesmo dia da publicação do artigo, a FIESP e as centrais sindicais promoveram no Moinho Santo Antônio, em São Paulo, ato público para a entrega do documento que formalizava a aliança ao vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB). O texto *Brasil do diálogo da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego* expunha a avaliação e as propostas da elite industrial e das centrais sindicais para a economia brasileira, exigindo de forma incisiva o ativismo estatal no “estímulo aos agentes produtivos (empresas e trabalhadores)”, para assim propiciar “um ambiente macroeconômico que não seja limitante da competitividade, e uma política industrial, de inovação e de comércio exterior, que promova os investimentos, a inserção internacional e o emprego de forma a tornar realidade as expectativas otimistas que pairam sobre o Brasil” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO *et alii*, 2011, p. 3).

As principais propostas elencadas no documento dos industriais e trabalhadores eram: *i*) redução da taxa básica de juros “para nível internacional” e diminuição dos *spreads* bancários; *ii*) desvalorização do real frente ao dólar, para conter importações e estimular as exportações; *iii*) continuidade e fortalecimento da utilização do BNDES como banco de fomento aos investimentos privados; *iv*) aumento de impostos sobre produtos importados e

controle da movimentação de capitais especulativos; *v*) desonerações tributárias para vários setores produtivos; *vi*) adoção do critério de conteúdo nacional como diretriz para as compras governamentais; *vii*) revisão do modelo de concessões das usinas hidrelétricas e redução do preço da energia. Como veremos a seguir, essa agenda de políticas econômicas encontrou eco junto ao governo Dilma e pautou boa parte de sua estratégia no período subsequente.

3. A “Nova Matriz Econômica” como resposta à agenda dos industriais

No inverno de 2011, a conjuntura econômica mundial começou a desenhar um cenário novo para o Brasil. Naquele momento, a crise que começara no sistema bancário norte-americano três anos antes transferia seu epicentro para a União Europeia, contaminando, por tabela, a economia chinesa, reduzindo relativamente seu ritmo de crescimento. A desaceleração econômica de alguns dos mais importantes parceiros comerciais do Brasil, entre os quais a China, principal mercado importador dos produtos agrominerais brasileiros, produziria importante impacto negativo em nossa economia: a queda dos preços das *commodities* – cuja valorização extraordinária havia sido o principal fator externo a beneficiar o desempenho econômico dos governos Lula – confirmava-se no governo Dilma, impondo graves limitações ao financiamento do Estado (DE CONTI & BLIKSTAD, 2018). Diante da encruzilhada, Dilma decidiu aprofundar o desenvolvimentismo que vinha ganhando força no interior da coalizão governamental desde a ascensão de Mantega ao Ministério da Fazenda. A estratégia era tentar, por meio da intervenção estatal, induzir a ampliação do ritmo de crescimento via aumento do investimento produtivo e da reindustrialização do país (SINGER, 2015; BRESSER-PEREIRA, 2015; BASTOS, 2017; CARNEIRO, 2018). Assim

nasceu a Nova Matriz Econômica (NME), uma “ofensiva desenvolvimentista”⁴ que ia claramente ao encontro da agenda da FIESP (CARVALHO, 2018).

Entre as principais medidas da NME, estavam:

- 1) Redução agressiva da taxa básica de juros (SELIC), que despencou, no intervalo de um ano, de 12,5% para 7,25% a.a. – a taxa de juro real chegou, em fins de 2012, a menos de 1%;
- 2) Intervenções do Banco Central na flutuação cambial. O real foi desvalorizado, indo de R\$ 1,65 por dólar, em 2011, para algo em torno de R\$ 2,05, entre o final de 2012 e o início de 2013;
- 3) Afrouxamento da austeridade fiscal, com o superávit primário em proporção ao PIB sendo reduzido de 3,11% (2011) para 2,39% (2012) e 1,90% (2013), até chegar ao déficit primário em 2014 (-0,63%);
- 4) Aumento das alíquotas de IOF sobre investimentos estrangeiros em portfólio, imposição de recolhimento compulsório sobre posições vendidas pelos bancos no mercado de câmbio à vista e regulação de operações com derivativos;
- 5) Manutenção e expansão do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com o BNDES recebendo aporte de R\$ 400 bilhões do Tesouro Nacional para suas linhas de crédito subsidiado;
- 6) Estímulos e proteção para a indústria, com o lançamento do Programa Brasil Maior e do Programa de Compras Governamentais, destacando-se aqui as desonerações oferecidas para a indústria, as quais chegariam, em 2014, ao montante de R\$ 222,46 bilhões;

⁴ Neste trabalho, define-se *desenvolvimentismo* no sentido proposto por Bielschowsky (2004, p. 7): “projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente”. Singer (2015), ao analisar o mesmo período, utiliza o conceito de “ensaio desenvolvimentista” para caracterizar a natureza da NME. Optamos por “ofensiva desenvolvimentista” por entendermos que a virada na política econômica já estava sendo ensaiada desde o segundo mandato de Lula. Com Dilma, o que houve foi um aprofundamento dessa linha.

7) Reforma do setor elétrico, com revisão do modelo de concessões e redução do preço da energia para consumidores e empresários.

Buscando sustentar o crescimento acenando para a indústria, o governo Dilma flexibilizou o tripé macroeconômico, a autonomia do Banco Central e o sistema de metas de inflação (IANONI, 2018). Vista de perspectiva mais ampla, a NME representava uma ruptura com a postura ortodoxa.⁵ A FIESP reconheceu o esforço do governo em atender sua agenda. Em maio de 2012, quando Dilma esticava a corda na pressão sobre os bancos buscando a redução dos *spreads*, o presidente Paulo Skaf declarou em nota que o Banco Central estava fazendo a sua parte e que era hora de os bancos também contribuírem, já que a queda da taxa de juros deveria chegar aos tomadores finais de empréstimos: “O Banco Central vem baixando os juros há seis meses. Nesse contexto, os bancos devem baixar a taxa de juros para as pessoas físicas e jurídicas. É preciso estimular o crédito para sustentar o crescimento econômico e a geração de empregos no Brasil” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO *et alii*, 2011, s/p). Para o presidente da FIESP, “lucro não é vergonha”, porém os do sistema financeiro brasileiro seriam excessivos: “no momento em que você [os bancos] tem 30% por ano sobre o patrimônio líquido, isso significa que a cada três anos o patrimônio vai dobrar” (UOL, 2012a). Outras importantes associações de classe dos industriais engrossaram o coro da FIESP na defesa das medidas governamentais e nas críticas ao setor financeiro. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, manifestava “apoio integral à postura ousada do governo” (UOL, 2012b).

Quando, atendendo à reivindicação industrial de redução do custo da energia, o governo enviou para o Congresso Nacional a Medida Provisória 579 – que previa a mudança do marco regulatório do setor elétrico, barateando as tarifas da eletricidade para o setor produtivo –, a FIESP publicou anúncios

⁵ Não por acaso, um desgaste da até então boa relação entre o governo petista e as finanças começou a processar-se, tendo como principal marco a pressão que Dilma exerceu sobre os bancos no primeiro semestre de 2012, exigindo que eles reduzissem suas taxas de *spread* para empresários e consumidores – ao que os bancos chegaram a oferecer certa resistência, inclusive criticando publicamente as ações governamentais.

de página inteira em vários dos maiores jornais de circulação do país defendendo a medida governamental, definindo a MP como “uma conquista”. O diretor do departamento de infraestrutura da entidade paulista, Carlos Cavalcanti, resumiu em uma frase o motivo do apoio dos empresários ao governo: “a presidente está seguindo a nossa cartilha” (LEO, 2012).

Benjamin Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e vice-presidente da FIESP, em artigo intitulado “Um país diferente” (*Folha de São Paulo*, 09/10/2012), dava mostras do espírito com que a elite industrial avaliava a condução governamental da economia naquele momento, prognosticando que, se o caminho adotado por Dilma fosse mantido, o Brasil poderia se tornar um país em que os “rentistas” perderiam seus privilégios e teriam que “arregaçar as mangas” e “correr mais riscos”.

Além de reduzir juros, outras medidas vêm sendo tomadas pelo governo desse país diferente para diminuir custos de produção, como desoneração de folhas de pagamentos e cortes de impostos.

É uma tendência muito bem-vinda, porque ela vai estimular exatamente o que esse país mais precisa: investimentos de médio e de longo prazo. Aumentar o investimento é crucial para que o objetivo maior do crescimento da produção e do emprego seja ali cumprido, sem estímulo inflacionário.

Em breve, se a tendência continuar, chegará a hora da verdade para que esse país deixe de ser diferente. Nele, certamente continuará sendo possível “viver de renda”, como diziam os antigos.

Mas a vida, nesses casos, será menos tranquila, porque os ganhos reais cairão, como em qualquer lugar do mundo. Quem quiser obter rendimentos mais elevados terá de arregaçar as mangas, investir em operações produtivas de longo prazo e correr mais riscos. Será um país igual aos outros. Ou, no mínimo, menos diferente. (STEINBRUCH, 2012b).

Apesar das manifestações públicas de apoio dos industriais, os efeitos econômicos esperados não apareciam.⁶ A taxa de investimento, por exemplo, encerrou 2012 em 18,1% do PIB, retração de 4% em relação à taxa de 19,3% registrada em 2011 (OLIVON, 2013). Esta situação jogava um importante questionamento no ar: por que, apesar do pacote de estímulos, os empresários não estavam aumentando o investimento? Ao final de 2012, o economista de notória proximidade com o empresariado industrial paulista, Delfim Netto, em artigo publicado no *Valor Econômico*, tentava dar uma resposta à questão. A explicação para os números “decepcionantes” do PIB e dos níveis de investimento, segundo Delfim, possuía conotação política: o empresariado desconfiava que Dilma objetivava expandir exageradamente o papel de intervenção do Estado sobre o mercado, “controlando preços”, “regulando e controlando a atividade privada”, “estatizando setores estratégicos”:

A falsa ideia que se generalizou no setor financeiro e no setor real da economia – que a política do governo objetiva ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar atividade privada, ampliar a “estatização de setores estratégicos” – é consequência da relação vista como hostil pelos que têm contato necessário e direto com os agentes públicos que detêm o poder, o que, aparentemente, tem produzido mais calor do que luz.

Quem conhece a inteligência da presidente, sua disposição de estudar cuidadosamente cada problema e seu pragmatismo, tem muita dificuldade de entender como se chegou a tal distância de confiança entre o governo e o setor privado de infraestrutura. Uma coisa é certa. Enquanto ela não for anulada, é pouco provável que o “espírito animal” volte a comandar os empresários e se ampliem os investimentos. (DELFIN NETTO, 2012, s/p).

O ruído na relação entre Dilma e empresários só aumentaria a partir de 2013, com os industriais engrossando as críticas à condução macroeconômica petista.

⁶ O PIB brasileiro, por exemplo, fechou 2012 com baixo crescimento, 0,9%, pior desempenho desde 2009, quando, no auge da crise internacional, a economia teve retração de 0,3%. O PIB da indústria caiu 0,8% em 2012, em relação a 2011 (ver: PIB industrial cai..., 2013).

4. A FIESP contra Dilma: da crítica moderada à campanha pelo *impeachment*

Pressionado pela falta de resposta do crescimento e do investimento aos estímulos, vendo a inflação aproximar-se do teto da meta e sendo já bastante criticado pelo mercado financeiro, em abril de 2013 o governo recuou em seu projeto de flexibilização monetária e deu início a um novo ciclo de elevação da taxa básica de juros, quebrando assim um dos principais sustentáculos da NME. A mudança na condução econômica de Dilma/Mantega foi acompanhada de importante inflexão com tonalidades liberais no discurso político da FIESP.

O primeiro indício dessa mudança no discurso dos industriais deu-se justamente no tocante à questão dos juros. Ao longo da segunda metade de 2013, os industriais criticaram o retorno do processo de aperto monetário levado a cabo pelo BC. Até aqui, nenhuma novidade. A diferença estava na forma da crítica: as entidades de classe empresariais passaram a cobrar, de forma cada vez mais incisiva, um ajuste fiscal via corte de gastos correntes do governo como forma principal de enfrentar a inflação – em alternativa à elevação da taxa de juros. Após a reunião de julho do Comitê de Política Monetária (COPOM), por exemplo, a CNI, alertando que “todo o ônus do controle dos preços não poderia recair sobre o setor produtivo”, exclamava ser “necessária uma revisão da combinação de políticas e uma readequação do ritmo de expansão dos gastos públicos às necessidades da estabilização, de modo a gerar condições de um ciclo de juros menos intenso” (A INDÚSTRIA quer..., 2013, s/p). Ao criticar a decisão do COPOM de elevar novamente a taxa de juros em agosto, a FIESP reforçou a reivindicação por “mudanças na política econômica, na direção de maior controle de gastos e menor uso da taxa de juros” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013a). Comparada aos argumentos utilizados pelos empresários ao longo da ofensiva desenvolvimentista em 2012, a demanda por “disciplina fiscal no lugar de aperto monetário para combater a inflação” sinalizava uma mudança de foco discursivo, sintoma de um

reposicionamento político. O alvo do ataque deixava de ser o “monetarismo do BC a serviço da especulação financeira” e passava a ser a indisciplina fiscal do governo que não fazia a “lição de casa” ao não cortar os próprios gastos para permitir ao país ter taxas de juros menores.

Uma segunda importante inflexão em direção à ortodoxia no discurso industrial se deu na política de comércio exterior. Pouco tempo antes, em 2011, como já citado, a FIESP denunciava a “enxurrada de importados” e cobrava medidas de proteção para o mercado interno, as quais dariam condições para a indústria local fazer frente à concorrência imposta pelos manufaturados estrangeiros. Pois, a partir da segunda metade de 2013, os industriais romperam com esse comportamento protecionista e passaram a criticar o isolamento comercial do Brasil, especialmente o seu fechamento no Mercosul. Como alternativa à situação, entidades como a FIESP, a CNI e o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), passavam a reivindicar a integração do país nas “cadeias internacionais de valor”, através da assinatura de acordos de livre-comércio com países e blocos líderes em inovação tecnológica, como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Essa mudança na política comercial proposta pela FIESP foi sistematizada e publicada no documento *Agenda de integração externa* (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013b). O empresário Pedro Passos, presidente do IEDI, explicou a nova posição: “Estamos superando uma etapa onde (sic) a prioridade total era o mercado interno. O consumo local já não é mais suficiente para dar todas as respostas que o setor produtivo procura” (INDÚSTRIA pede gasto..., 2013).

Uma terceira inflexão foi a intensificação das pressões dos industriais por “flexibilização e modernização das leis trabalhistas”. A demanda por revisão da Consolidação das Leis Trabalhistas, que é uma pauta de longa data do empresariado, voltou a ganhar força na segunda metade do governo Dilma. No final de 2012, a CNI, em parceria com a FIESP, já havia apresentado ao público o documento denominado *101 propostas para a modernização trabalhista* (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2012). Naquela

segunda metade de 2013, a revisão das leis trabalhistas voltou ao centro das polêmicas, com a intenção da Câmara dos Deputados em votar o Projeto de Lei 4.330/2004, que visava a regulamentar e expandir as terceirizações por parte das empresas. As mesmas centrais sindicais que dois anos antes haviam assinado o “paço pró-produção” com a FIESP (CUT, UGT, CTB, Força Sindical) foram protestar contra o PL na frente do prédio da entidade empresarial (CENTRAIS sindicais protestam..., 2013), como um forte indício de que a “frente produtivista” estava implodindo. O retorno de propostas de flexibilização das leis trabalhistas ao centro do debate não era fruto do acaso. A política de valorização real do salário mínimo e a redução do desemprego, marcas dos governos petistas, estavam gerando no país um aumento da renda do trabalho acima do aumento da produtividade, elevando os custos de produção e corroendo os ganhos do capital industrial, como denunciaram em artigo conjunto os empresários Paulo Francini (FIESP) e Rogério César de Souza (IEDI) (FRANCINI & SOUZA, 2013).

Confirmando a neófito postura, em 2014, o antes entusiasta da política econômica de Dilma, Benjamin Steinbruch, no posto de presidente interino da FIESP (Skaf licenciara-se do cargo para disputar o governo de São Paulo pelo PMDB), durante a abertura de congresso organizado pelo Instituto Aço Brasil (IABr), alertava que “só louco investe no Brasil” (LAGUNA; ALONSO & RIBEIRO, 2014). Durante o processo eleitoral, Steinbruch alvejou novamente o governo Dilma. Em entrevista concedida ao jornalista Kennedy Alencar, do *SBT*, quando perguntado sobre a falta de confiança do empresariado na política econômica (àquela altura já bastante evidente para todos), Steinbruch disse que, na verdade, antes de qualquer coisa, “faltava política econômica e previsibilidade em termos de governo”. Sobre o principal erro econômico do governo, o empresário bateu na questão fiscal: “gastar dinheiro de forma desordenada”. Na sua avaliação, a presidente-Dilma pecava ao “centralizar bastante as decisões” e fazer “do jeito que achava certo, tentando acertar, mas, na verdade, faltou discussão, faltou entendimento, faltou convergência com o mercado”. Ainda segundo ele, a

presidente teria o defeito de ser “fechada em si mesma”, “distanciada da realidade” (STEINBRUCH, 2014a).

Em entrevista à revista *Veja*, Steinbruch voltou à carga: “vivemos uma situação em que estamos tentando há bastante tempo uma interlocução com o governo para alertá-lo sobre os problemas de vários setores. A interlocução tem sido muito difícil. O governo não está ouvindo os alertas dos empresários” (STEINBRUCH, 2014b). Além disso, chancelou de forma cristalina a hipótese apresentada por Delfim Netto: o empresariado considerava o governo excessivamente intervencionista.

A presidente Dilma não encontrou o mesmo ambiente favorável e adotou uma política mais intervencionista. Não vejo nela nada que não seja trabalho e vontade de acertar. Mas ela parece não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil de assumir suas responsabilidades, o que a leva a colocar o Estado para competir onde ele não é necessário.

Por isso, começou a intervir de maneira muito determinada em alguns setores, distanciando-se da interlocução com o setor produtivo. O Brasil continua o mesmo, os empresários continuam os mesmos, as oportunidades continuam as mesmas. Agora, faltam confiança, proximidade, convergência, determinação. (STEINBRUCH, 2014b; grifos nossos)

No pleito de 2014, após disputa acirradíssima no segundo turno com Aécio Neves (PSDB), Dilma conquistou a reeleição presidencial. Tentando mitigar os problemas avolumados no horizonte, o governo recém-eleito inverteu os sinais da política econômica, passando a defender as medidas restritivas reivindicadas pelos empresários, que antes condenara na campanha. A presidente demitiu Mantega e escolheu para ser seu novo ministro da Fazenda o economista ortodoxo Joaquim Levy, membro do Conselho Executivo do banco *Bradesco*. Levy, além de realizar forte contração fiscal, reduzindo o ritmo de crescimento dos gastos públicos de 12,8% em 2014 para 2,1% em 2015, propôs reformas nas concessões de benefícios sociais e restringiu a oferta de crédito subsidiado (MELLO & ROSSI, 2017). Em uma espécie de retorno à conjuntura pré-eleitoral de 2002, o PT novamente manobrava

buscando a recuperação de sua credibilidade junto às elites econômicas. Esta mudança estratégica, porém, agora se efetivava em um contexto muito mais adverso que aquele de 12 anos antes. A crise econômica que se aprofundava, a desmobilização da base social petista que se sentia traída com o “estelionato eleitoral”, a perda de apoio do governo no Congresso Nacional e as denúncias de corrupção apresentadas pela operação Lava-Jato formaram uma combinação que derrubou a popularidade presidencial e praticamente inviabilizou o segundo mandato de Dilma desde o seu início. Logo após a posse, setores da oposição e movimentos de rua começaram a flertar com a bandeira do *impeachment*.

Após um primeiro semestre de 2015 marcado por obstruções das votações dos projetos governamentais de ajuste fiscal no Congresso, lideradas pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB), em agosto a FIESP e a FIRJAN divulgaram nota pública conjunta “em prol da governabilidade”, pedindo “responsabilidade e união em prol do Brasil” para as forças políticas envolvidas na crise (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO & FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015) – um claro aceno positivo dos empresários para a sustentação do governo Dilma. Em dezembro, porém, Eduardo Cunha, depois de muitas ameaças ao governo e flertes com a oposição por conta de um processo instaurado contra ele na Comissão de Ética da Câmara em decorrência de seu envolvimento com os escândalos da Lava-Jato, decidiu pela admissibilidade do processo político de *impeachment* contra a presidente Dilma. Mudando radicalmente em relação ao seu posicionamento de quatro meses antes, a FIESP manifestou apoio formal à destituição presidencial. Levantamento do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da FIESP e do CIESP (Depecon), realizado entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2015, e que ouviu 1.113 empresas no estado de São Paulo, apontava que 91,9% dos empresários industriais paulistas eram favoráveis à FIESP se posicionar a favor do processo de *impeachment*. As justificativas, segundo Paulo Skaf, eram a “incapacidade de efetivar o ajuste fiscal”, a “perspectiva de estouro do orçamento” e a “total falta de credibilidade do

governo” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

Em nossa leitura, ao menos três fatores combinados contribuíram para essa mudança de posição “pela estabilidade”, em agosto, para o apoio aberto à deposição presidencial, em dezembro. O primeiro foi a avaliação de que com sua popularidade abaixo de 10% e sem apoio no Congresso, a presidente Dilma não conseguiria aprovar as medidas de ajuste fiscal e não teria forças e habilidade para superar a crise de ingovernabilidade na qual estava mergulhada. O segundo fator é que o vice-presidente Michel Temer (PMDB) passou a apresentar-se como alternativa capaz de liderar um esquema de poder diante do impasse político. Foi em palestra para empresários paulistas que ele emitiu o primeiro grande sinal nesta direção, quando afirmou ser necessário “alguém capaz de unir e pacificar o país”. O terceiro e mais decisivo elemento a influir na decisão da FIESP de apoiar a substituição de Dilma por Temer foi o programa econômico de viés liberalizante apresentado pelo PMDB, intitulado *Uma ponte para o futuro*. Neste, o partido do vice-presidente comprometia-se com a austeridade fiscal via corte de gastos e sem aumento de impostos, com privatizações, rearranjo da orientação da política de comércio exterior, além de reformas constitucionais de flexibilização de leis trabalhistas, de fim dos reajustes automáticos do salário mínimo e das vinculações orçamentárias, de reforma previdenciária, entre outras (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015). Em linhas gerais, o conjunto das propostas econômicas peemedebistas acenava para as demandas que os industriais e as demais elites empresariais vinham apresentando desde meados de 2013.

Entre março e abril de 2016, a FIESP assumiu de vez o papel de liderança do movimento pró-destituição presidencial. Foi então que a sede da entidade iluminou sua fachada com a bandeira brasileira e insígnias como “Renúncia Já” e “Impeachment Já”, além de promover a famosa campanha publicitária “Não vamos pagar o Pato”. A FIESP montou uma infraestrutura na frente da sua sede, na Avenida Paulista, para receber manifestantes e

publicou anúncios de 14 páginas nos principais jornais do país defendendo o *impeachment*. Skaf fez inúmeras chamadas para a população comparecer aos protestos anti-Dilma, além de ter liderado o *lobby* empresarial junto aos deputados federais em Brasília, pressionando os congressistas a votarem pela impugnação de Dilma (MACIEL, 2016). “Nós queremos um outro governo, nós queremos que sejam recuperadas a confiança e a credibilidade. Caso contrário não há investimentos, não há consumo, e sem os dois não há crescimento e não há emprego” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016), declarava o líder industrial. O *impeachment* de Dilma foi admitido pela Câmara Federal em 17 de abril e concluído no julgamento do Senado em 31 de agosto. Após período de interinidade, Temer assumiu definitivamente a chefia do Estado. A FIESP comemorou e cobrou: “Chegou a hora de voltar aos trilhos da confiança, do desenvolvimento, da gestão eficiente, da boa governança, do crescimento e da geração de empregos e riquezas para o país [...] O novo governo chega com um voto de confiança da nação. Mas deve, com a ajuda de todos, ser firme no esforço diário pela reconstrução do nosso Brasil” (APÓS *impeachment...*, 2016).

5. Uma esfinge, algumas hipóteses

A inflexão na posição e na postura dos empresários industriais processada entre 2011 e 2016 atraiu a atenção de diversos analistas políticos, que elaboraram hipóteses para explicar as raízes de tal movimento. A seguir, sistematizamos as principais teorias para o fenômeno.

A primeira e mais intuitiva hipótese a se considerar é de que os industriais se afastaram de Dilma simplesmente porque a NME fracassou, não entregou o que prometera (BARROS, 2016). Foge ao escopo deste trabalho a análise acerca das razões econômicas de tal fracasso, mas inequivocamente o crescimento e o aumento dos investimentos produtivos que se esperava obter como resultado das intervenções desenvolvimentistas não apareceram. Entre 2012 e 2014, o PIB cresceu abaixo da média dos anos anteriores, a taxa de investimento caiu, a inflação cresceu, as finanças públicas tornaram-se

deficitárias. Em 2015 e 2016, o país entrou em profunda recessão, com a deterioração de todos os indicadores econômicos. A NME não reverteu a desindustrialização da economia, que se aprofundou. Quando Dilma assumiu, em 2011, a indústria respondia por 13,9% do PIB; em 2014, havia recuado para 10,9% (FIESP, 2014). O PIB industrial em 2012 teve retração de -0,8%; em 2013, cresceu 1,3%; em 2014, nova queda de -1,2%. Na recessão gerada na crise de governabilidade do segundo mandato de Dilma, em 2015 e 2016, a indústria teve quedas de -6,2% e -3,8%, respectivamente. Como os empresários são atores fundamentalmente pragmáticos, não haveria elementos objetivos para continuar apoiando o governo Dilma, mesmo que este tenha implementado a agenda até então defendida pelos industriais (BIANCHI, 2015; IANONI, 2018). A FIESP teria feito uma inflexão em direção à agenda ortodoxa porque a agenda desenvolvimentista anteriormente defendida pela entidade e implementada pelo governo mostrou-se concretamente ineficaz.

Uma segunda hipótese é que o processo de financeirização das economias, intrínseco à lógica do capitalismo contemporâneo, teria levado à diminuição da clivagem estrutural de interesses entre setor produtivo e financeiro (TAVARES, 2014). Atraídos por taxas de juros altas ofertadas por aplicações financeiras com rentabilidade e segurança muito maiores que os arriscados investimentos produtivos, muitos empresários ligados à produção comprometeram parte significativa do capital de suas empresas com atividades rentistas. Parcela significativa dos grandes industriais, assim, não teria mais interesse claro em reduções significativas dos juros. Além disso, muitas empresas industriais que abriram capital na bolsa passaram a ter parte de suas ações controladas por interesses especulativos, e/ou foram adquiridas e passaram a ser administradas por bancos e fundos de investimento (DALLA COSTA & SOUZA-SANTOS, 2012). A própria Dilma Rousseff apontou para essa mudança estrutural na relação entre indústria e setor financeiro (a qual ela teria subestimado ao levar a cabo a NME), ao avaliar criticamente as razões que teriam levado os empresários a somarem forças para apeá-la da

presidência.⁷ Esta hipótese, porém, parece apresentar insuficiências. Se o entrelaçamento econômico entre setores levou à indiferenciação de interesses produtivos e rentistas, diminuindo o ímpeto da demanda industrial por relaxamento da política monetária, por que as entidades representativas dos industriais continuaram dando tanta centralidade a essa agenda ao longo do período? Em momento algum há sinal de abandono dessa pauta. A FIESP e demais entidades industriais criticaram incisivamente a retomada do ciclo de elevação da taxa de juros que se dá a partir do segundo semestre de 2013. A diferença, como demonstramos anteriormente, era a forma da crítica, focada na “indisciplina fiscal do governo”.

Uma terceira explicação possível é que a adesão da FIESP à agenda liberal seria uma reação ao excessivo ativismo estatal presente na NME. Ter-se-ia disseminado nos círculos das elites empresariais a leitura de que o governo Dilma visava, usando as palavras de Delfim Netto, a “ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar atividade privada, estatizar setores estratégicos”. Como demonstramos, os próprios empresários articularam sua crítica nos termos de reação à intervenção governamental excessiva: Dilma parecia “não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil de assumir suas responsabilidades”, o que a levou a “colocar o Estado para competir onde ele não é necessário”, conforme a avaliação de Steinbruch. Parece-nos adequado ressaltar, porém, que a crítica industrial ao “intervencionismo” foi seletiva: ela se concentrou no “excesso de gasto público”, em “excessivas regulamentações”, nas “amarras do mercado de trabalho” e na resistência a qualquer proposta de elevação de tributos. A FIESP, por outro lado, não

⁷ Dilma, já na condição de ex-presidente, em entrevista concedida em 2017 ao jornal *Esquerda Petista* e recuperada pela *Revista Fórum*: “Quando iniciamos o processo de baixar os juros, nós abrimos uma discussão e não apareceu ninguém na discussão. Não apareceu apoio nenhum. Por quê? Porque os empresários brasileiros são maus? Não [ri]. [...] Por que é que eles não queriam juro baixo? Porque também ocorreu o processo de financeirização aqui. A JBS tem banco. Quem era o chefe do banco da JBS? Você sabe? O companheiro [Henrique] Meirelles! Todas as grandes empresas brasileiras têm uma variante bancária chamada tesouraria, na qual a parte financeira é, progressivamente, mais significativa que a parte produtiva. [...] A financeirização é implacável, ela muda completamente a lógica. Quem perde com juro alto é a média indústria. A grande não perde e a pequena não muito, porque tem juros subsidiados.” (ROUSSEFF, 2017). Sobre o processo de financeirização, ver Lapavistas (2011).

reclamou de intervenções governamentais que concederam à indústria uma série de subsídios, desonerações e proteção de mercado interno.

O politólogo André Singer considera que esse movimento paradoxal dos industriais diante do Estado, no qual se demanda a ação interventora e, logo depois, se reclama do intervencionismo excessivo no mercado, encontra antecedente histórico na conjuntura que levou ao golpe civil-militar de 1964, analisada por Fernando Henrique Cardoso em seu clássico *Empresariado industrial e desenvolvimento econômico*. Inspirado em FHC, para Singer, descontadas as muitas particularidades que diferenciam os dois momentos históricos, tal como ocorrera na crise que levou à queda de João Goulart, no governo Dilma, a burguesia industrial, em um primeiro momento, demandou “ativismo estatal pró-industrialização”, mas, no segundo momento, reticente quanto ao fortalecimento de um “poder sobre qual teme perder o controle e que pode favorecer excessivamente os trabalhadores”, voltou-se “contra seus próprios interesses imediatos’ para evitar mal maior: uma política nacional que represente a ascensão das camadas populares” (SINGER, 2018). A similaridade de atuação nas duas conjunturas indicaria certo padrão histórico de comportamento pendular dos industriais diante do Estado.

Singer também constrói hipótese tentando explicar a inflexão dos industriais no tocante à política de comércio exterior. Conforme demonstramos, entre 2011 e 2014 a FIESP passou de um discurso explicitamente protecionista para outro, pró-acordos de livre-comércio e abertura econômica. Para Singer, a raiz desse reposicionamento estaria na “mudança das relações entre burguesia interna e capital internacional pós-crise de 2008”. A alteração na postura dos empresariais neste quesito estaria embasada nos seguintes pontos: a) percepção da ameaça representada pela competição imposta pelos produtos industriais chineses e sua busca pela captura do mercado interno brasileiro; b) incapacidade de a indústria crescer se ficasse presa ao mercado de consumo brasileiro, que começava a desaquecer; c) a constatação de que a prioridade às relações comerciais com o Mercosul, África

e Ásia, que marcara a política externa “Sul-Sul” petista, estava afastando a indústria brasileira da oportunidade de se integrar nas cadeias internacionais de valor por meio da adesão a tratados que aproximassem o Brasil da União Europeia e dos EUA, como o *Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)*, em negociação naquele momento (SINGER, 2016).

Outro elemento importante para compreender o comportamento dos industriais estaria ligado ao aguçamento das contradições entre capital e trabalho ocorrido no governo Dilma, decorrente de três processos problemáticos para os interesses empresariais. O primeiro é a diminuição e manutenção da taxa de desemprego para os níveis mais baixos já registrados em toda série histórica, flutuando entre 6,0% (2011) e 4,3% (2014), a despeito da redução do ritmo de crescimento do PIB (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015). Resultado das políticas adotadas desde os governos Lula, o desemprego baixo diminuiu drasticamente a capacidade de os empresários imporem redução ou estagnação salarial aos empregados. Aliado à política de reajustes reais automáticos do salário mínimo acima da inflação implantada pelos governos petistas, o desemprego baixo contribuiu para o aumento do valor dos salários acima da produtividade média, o que elevou o custo unitário do trabalho, o qual, por sua vez, com a queda do poder de compra da população gerada pelo desaquecimento econômico no mandato de Dilma, não pôde mais ser repassado para o preço final dos produtos, comprimindo as taxas de lucro industrial (BRESSER-PEREIRA, 2015; MARQUETTI; HOFF & MIEBACH, 2020; FREITAS, 2021; SERRANO & SUMMA, 2018). As condições favoráveis do mercado de trabalho, por fim, estimularam os sindicatos de trabalhadores a se mobilizarem crescentemente em paralisações e greves buscando obter ganhos salariais reais.

Conforme demonstrado pelo sociólogo Ruy Braga em estudo sobre o sindicalismo nos governos petistas, entre 2008 e 2013 houve ganhos reais, crescentes e continuados nas negociações coletivas lideradas pelos sindicatos, sendo que 2013 representou a maior onda grevista já registrada no Brasil:

foram registradas 2.050 greves naquele ano, superando 1990, até então o recordista (BRAGA, 2016). Baseando-se em teorias desenvolvidas pelo economista polonês Michal Kalecki e pelo sociólogo alemão Wolfgang Streeck, Fernando Rugitsky (2015) elaborou hipótese segundo a qual a não elevação (e depois, a retração) da taxa de investimento empresarial, mesmo com os estímulos da política econômica de Dilma, seria uma reação do capital aos ganhos crescentes do trabalho, que assumiria a forma de uma espécie de “greve de investimentos”, por meio da qual os empresários buscam pressionar os governos a adotarem medidas de reversão do pleno emprego e desvalorização dos salários. Reconhecendo que tal argumento pode ser acusado de “possuir natureza de teoria conspiratória”, o autor ressalta que sua tese está baseada na premissa de que as “decisões de investimento não são tomadas de forma completamente atomizada, por firmas que não estabelecem quaisquer relações entre si”; na verdade, “ao contrário, se a economia e a política são duas faces de uma mesma realidade social, é esperado que também os investimentos sejam objeto de barganha e negociação” (RUGITSKY, 2015, s/p). É uma leitura instigante, porém, em nossa avaliação, carece da capacidade de explicitar empiricamente os mecanismos pelos quais os empresários seriam capazes de concertar ação coletiva tão ampla e complexa.

6. Mudança de ciclo econômico, acirramento do conflito distributivo e realinhamento de coalizões empresariais

É possível que a combinação dos fatores sublinhados pelas hipóteses apresentadas explique de modo significativo o comportamento oscilante da FIESP no governo Dilma: diante dos resultados econômicos frustrantes da NME e das mudanças de forças nas relações internacionais, os industriais, estruturalmente cada vez mais fundidos com o setor financeiro, reagiram contra a intervenção excessiva do Estado e o aumento do custo do trabalho. Adicionamos outra hipótese que, em nosso juízo, contribui para complementar o quadro explicativo: o fim do ciclo de crescimento econômico, resultado da queda do preço internacional das *commodities* exportadas pelo

Brasil e da elevação das taxas de juros internacionais e potencializado pela ineficácia das respostas governamentais, levou ao acirramento do conflito distributivo, fez colapsar a sustentação material da coalizão social conciliadora do lulismo e influenciou os industriais a preterirem a agenda econômica de viés desenvolvimentista que os aproximava politicamente dos sindicatos de trabalhadores, substituindo-a pela priorização de agenda de corte ortodoxo, que os aproximou do setor financeiro.

Durante os governos Lula, a economia brasileira apresentou crescimento médio de 4% ao ano. No primeiro mandato de Dilma, caiu para 2,2%. Em 2015 e 2016, a crise de governabilidade alimentou grave recessão. Para além dos possíveis acertos e erros das políticas econômicas adotadas por tais governos, a desaceleração foi resultado de uma mudança de ciclo econômico externo típica da estrutura e da inserção da economia brasileira – e latino-americana – no plano internacional (BIANCARELLI; ROSA & VERGNHANINI, 2018). Conforme aponta Campello (2018), por ter níveis baixos de poupança interna e ser industrialmente pouco competitivo, o Brasil insere-se no mercado mundial na condição de importador de capital e exportador de *commodities* agrominerais, tais como minério de ferro, soja, carne, petróleo. Essas duas características estruturais fazem nossa economia ter seu desempenho fortemente atrelado a duas variáveis exógenas e flutuantes: os preços internacionais das *commodities* e as taxas de juros internacionais. Quando os preços das *commodities* estão em alta e as taxas de juros internacionais estão baixas ou em queda, crescem nossas receitas de exportação, há maior injeção de recursos na economia, o país atrai investimentos financeiros externos. O crescimento melhora a arrecadação do Estado, contribuindo para a saúde fiscal. Nesses “ciclos de bonança”, é possível crescer e distribuir renda, mantendo a estabilidade macroeconômica. Em termos políticos, os governos ganham espaços orçamentários para atender e conciliar interesses diversos. De outra parte, quando os preços das *commodities* ficam baixos e as taxas de juros internacionais são elevadas, a queda nas exportações deteriora os termos de troca e os investidores migram seus capitais para economias de moeda forte. O crescimento cai, o

Estado é privado de receitas, as contas públicas se desequilibram. Abrem-se “ciclos de crise”, torna-se difícil conciliar crescimento, distribuição e estabilidade. Politicamente, a margem de manobra dos governos é estreitada, surge a necessidade de ajustes fiscais e aprofunda-se a disputa dos diferentes grupos políticos e sociais pelo controle do orçamento (*ibidem*).

Os dois mandatos de Lula foram beneficiados por um ciclo externo de bonança que impactou positivamente o conjunto das economias latino-americanas. No início do governo Dilma, porém, o cenário internacional reverteu-se, iniciando um ciclo de crise (*ibidem*). A NME foi a estratégia elaborada para reverter a desaceleração, mas, ao fracassar, ampliou o problema. Emperrada a alavanca do crescimento, a base de sustentação material da fórmula de conciliação de interesses empresariais e trabalhistas que caracterizava o núcleo do “reformismo fraco lulista” (SINGER, 2012) entrou em corrosão. Não era mais possível manter, nos mesmos termos, o compromisso pluriclassista. Sem crescimento, o jogo distributivo deixou de ser de “soma variável”, em que a ampliação da riqueza total gera incentivos para a cooperação e a formação de soluções de compromisso entre forças do capital e do trabalho (PRZEWORSKI & WALLERSTEIN, 1981), e passou a ser de “soma zero”, no qual se acirra o conflito pelo acesso à riqueza. Neste, “para que um dos agentes ganhe, outros necessariamente perdem na mesma proporção” (PERISSINOTTO, 2010, p. 122). “Um cenário em que, no melhor dos casos, a soma era constante (com tendência ao congelamento do perfil social de distribuição da riqueza) e, no pior, era negativa, em que alguns grupos seriam obrigados no mínimo a reduzir o ritmo de apropriação da renda gerada” (SANTOS, 2017, p. 42).

Mudado o ciclo econômico, estratégica e pragmaticamente, a FIESP repositionou-se. A partir de 2013, a agenda de reivindicações de cunho desenvolvimentista, que fora em larga medida atendida pela NME, foi sendo gradativamente secundarizada em relação a outro conjunto de reivindicações, de proeminência crescente: ajuste fiscal via corte de gastos públicos (sem aumento de impostos) e reformas estruturais de flexibilização das leis

trabalhistas, constitucionalização de um limite para as despesas públicas, revisão da política de reajuste salarial e redução de custos previdenciários. O aprofundamento da crise econômica e a ineficácia na NME fizeram os industriais avaliarem que o custo salarial e tributário das políticas redistributivas passara a exceder o custo monetário e cambial da macroeconomia ortodoxa. Essas medidas, de corte liberal, levaram à ruptura da aliança com as forças organizadas do trabalho e à aproximação com a plataforma tradicionalmente defendida pelo setor financeiro.

Desse modo, em termos políticos, *o acirramento do conflito distributivo fez com que as linhas demarcatórias da cooperação e do conflito fossem redefinidas: no lugar da aliança produtivista capital industrial-trabalho, formou-se uma repactuação de amplo arco de frações das elites empresariais da indústria e das finanças, unidas pela rejeição crescente à condução econômica heterodoxa do governo Dilma e pela defesa do ajuste fiscal via austeridade e de reformas pró-mercado* (BOITO JR., 2018; SINGER, 2018; BRESSER-PEREIRA, 2015; BASTOS, 2016; IANONI, 2018; SERRANO & SUMMA, 2018). Foi para reconquistar o apoio dessa “frente ampla” empresarial e dar sustentação ao governo que Dilma inverteu os sinais de sua política econômica no início do segundo mandato. Entretanto, diante da crise de governabilidade, da instabilidade e da recessão de 2015, o programa *Uma ponte para o futuro* de Michel Temer/PMDB parecia ser mais atraente.

7. Considerações finais

Atores pragmáticos movidos por uma racionalidade de fins à promoção de seus interesses, os empresários apresentam grande maleabilidade em suas posições, aderindo a diferentes valores, ideologias e alianças políticas a depender dos contextos econômicos e das relações de forças políticas. A aparente incoerência de discurso encobre a profunda coerência de interesses, traduzidos de diferentes modos em distintas situações. A conjuntura analisada neste artigo é exemplar desse traço característico do comportamento dessas elites industriais.

Entre 2011 e 2016, em decorrência da combinação de desaceleração econômica internacional e políticas econômicas adotadas pelo governo Dilma, o ciclo de crescimento que havia sustentado o modelo de compromisso lulista havia se esgotado e provocava salientes reflexos na política. A passagem do jogo de “soma positiva” para o jogo de “soma zero” acirrou o conflito distributivo, ensejando um movimento pendular triplo dos empresários industriais paulistas: a FIESP transitou (i) da agenda desenvolvimentista para a agenda ortodoxa; (ii) da coalizão produtivista com as forças organizadas do trabalho para uma coalizão empresarial com o setor financeiro; (iii) do apoio ao governo Dilma à atuação mobilizadora em favor do *impeachment*.

Essa inflexão crítica no comportamento dos empresários industriais, somada à perda de apoio popular e congressual, contribuiu para pôr fim à experiência de 14 anos do PT no Poder Executivo Federal. Em um país com a estrutura social e econômica como a do Brasil, resta plausível a indagação: é possível haver relação política estável entre um governo de centro-esquerda e o empresariado quando a economia perde dinamismo e/ou para de crescer?

Referências

- “A INDÚSTRIA quer derrubar o muro”. *Isto É Dinheiro*, São Paulo, 07/06/2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130607/industria-quer-derrubar-muro/3743>. Acesso em: 02/12/2015.
- “APÓS alta da Selic, Firjan e Fiesp cobram maior rigor fiscal do governo”. *Valor Econômico*, São Paulo, 10/07/2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3194154/apos-alta-da-selic-firjan-e-fiesp-cobram-mais-rigor-fiscal-do-governo>. Acesso em: 02/12/2015.
- “APÓS impeachment, FIESP comemora e cobra medidas de Temer e do BC”. *Revista Isto É*, 31/08/2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/apos-impeachment-fiesp-comemora-e-cobra-medidas-de-temer-e-do-bc>. Acesso em: 12/03/2019.
- BARBOSA, Nelson & SOUZA, José Antonio Pereira de. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda”. In: SADER, Emir & GARCIA, Marco Aurélio. *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010, pp. 69-103.
- BARROS, Celso Rocha de. “Sobre o ‘experimento desenvolvimentista de Dilma Rousseff’: uma discussão com André Singer”, *Revista Fevereiro*, n. 9, pp. 22-40, São Paulo, abril 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/Revista9.pdf>. Acesso em: 15/04/2020.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”, *Revista de Economia Política*, n. Especial, pp. 1-63, Rio de Janeiro: UFRJ, março 2017.
- BIANCARELLI, André; ROSA, Renato & VERGNHANINI, Rodrigo. “O setor externo no Governo Dilma e seu papel na crise”. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo & SARTI, Fernando (orgs.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018, pp. 91-127.
- BIANCHI, Alvaro. “Por que a FIESP apoia o impeachment?”. In: *Blog Junho*, 18/12/2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/por-que-a-fiesp-apoia-o-impeachment>. Acesso em: 13/04/2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOITO JR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- BRAGA, Ruy. “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes”. In: SINGER, André & LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* 1a. edição. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 55-92.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- CAMPELLO, D. “Entre o capital e o voto: disciplina de mercado e eleições na América Latina”, *Cadernos Adenauer XIX, Política e Mercado*, n. 2, pp. 9-34, Rio de Janeiro: Fundação Conrad Adenauer, 2018.
- CARNEIRO, Ricardo. “Navegando a contravenuto: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff”. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo & SARTI, Fernando (orgs.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018, pp. 11-54.
- CARVALHO, Laura. *A valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia, 2018.
- “CENTRAIS sindicais protestam em frente à FIESP na avenida paulista”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06/08/2013. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,centrais-sindicais-protestam-em-frente-a-fiesp-na-avenida-paulista,161131e>. Acesso em: 12/12/2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *101 propostas para a modernização trabalhista*. Brasília: CNI, 2012. Disponível em: <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>. Acesso em: 02/12/2015.

DALLA COSTA, Armando & SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo de. “Financeirização e reestruturação produtiva: evidências pós-crise financeira de 2008”, *Revista de Economia e Tecnologia (RET)*, ano 8, n. 1, pp. 35-46, janeiro 2012.

DE CONTI, Bruno & BLIKSTAD, Nicholas. “Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser”. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo & SARTI, Fernando (orgs.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018, pp. 55-91.

DELFINO NETTO, Antonio. “Voltarão os investimentos?”. *Valor Econômico*, São Paulo, 4/12/2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2927030/voltarao-os-investimentos>. Acesso em: 30/11/2015.

DINIZ, Eli. “Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações”, *Revista Política e Sociedade*, ano 9, n. 17, Florianópolis, outubro 2010. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21594_Cached.pdf. Acesso em: 20/06/2015.

“EMPRESÁRIOS defenderão medida para inibir investimentos na poupança”. *UOL*, 02/05/2012. Disponível em: <http://m.terra.com.br/noticia?n=9109490b3f731410VgnCLD200000bbcceb0aRCRD>. Acesso em: 25/11/2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Juros e importações altos, câmbio e PIB baixo. Fiesp questiona: Até quando?*. São Paulo: FIESP, 08/12/2010. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/juros-e-importacoes-altos-cambio-e-pib-baixo-fiesp-questiona-ate-quando>. Acesso em: 11/11/2015.

_____. *FIESP/CIESP: Bancos também precisam baixar os juros*. Nota pública. São Paulo: FIESP, 18/04/2012. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiespciesp-bancos-tambem-precisam-baixar-os-juros>. Acesso em: 25/11/2015.

_____. *Nota oficial: ‘não é hora de subir os juros’, comenta Paulo Skaf sobre decisão do Copom de elevar Selic para 9%*. São Paulo: FIESP, 29/08/2013a. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/nota-oficial-nao-e-hora-de-subir-os-juros-comenta-paulo-skaf-sobre-decisao-do-copom-de-elevar-selic-para-9>. Acesso em: 02/12/2015.

_____. *Agenda de integração externa*. São Paulo: FIESP, 23/06/2013b. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/agenda-de-integracao-externa>. Acesso em: 02/12/2019.

_____. *Índices, pesquisas e publicações: participação da indústria de transformação no PIB*. São Paulo: FIESP, 12/12/2014. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014>. Acesso em: 11/03/2019.

_____. *FIESP e CIESP definem apoio ao processo de impeachment*. Nota Pública. São Paulo: FIESP, 14/12/2015. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment>. Acesso em: 10/03/2016.

_____. *Entidades que representam milhares de empresas e milhões de trabalhadores definem na Fiesp apoio ao impeachment*. São Paulo: FIESP, 17/03/2016. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/entidades-que-representam-milhares-de-empresas-e-milhoes-de-trabalhadores-definem-na-fiesp-apoio-ao-impeachment-ja>. Acesso em: 18/03/2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO & FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Nota oficial – FIESP e FIRJAN em prol da governabilidade do país*. São Paulo: FIESP, 06/08/2015. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/nota-oficial-firjan-e-fiesp-em-prol-da-governabilidade-do-pais>. Acesso em: 02/03/2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO et alii. *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego. São Paulo: FIESP, maio 2011. Disponível em: http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B3E53A6382B94%7D_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf. Acesso em: 13/11/2015.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro*. 29/10/2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/uma-ponte-para-o-futuro.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

FRANCINI, Paulo & SOUZA, Rogério Cesar. *Produtividade, salários e crise na indústria*. São Paulo: FIESP, 28/10/2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/produtividade-salarios-e-a-crise-da-industria>. Acesso em: 03/12/2015.

IANONI, Marcus. *Estado e coalizões no Brasil (2003-2016): social-desenvolvimentismo e neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2018.

“INDÚSTRIA pede gasto eficiente em vez de alta da Selic”. *Isto É Dinheiro*, São Paulo, 10/07/2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130710/industria-pede-gasto-eficiente-vez-alta-selic/134750>. Acesso em: 02/12/2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Taxa de desemprego: série histórica*. Brasília: IPEA, 02/12/2016. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38401>. Acesso em: 10/05/2019.

LAGUNA, Eduardo; ALONSO, Olivia & RIBEIRO, Ivo. “Dono da CSN diz que Brasil enfrenta risco de recessão inédito”. *Valor Econômico*, São Paulo, 13/08/2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3650556/dono-da-csn-diz-que-brasil-enfrenta-risco-de-recessao-inedito>. Acesso em: 10/12/2015.

LAPAVITSAS, Costas. “Theorizing financialization”, *Work, Employment and Society*, vol. 25, n. 4, pp. 611-626, 2011.

LEO, Sergio. “Industriais com Dilma na disputa elétrica”. *Valor Econômico*, São Paulo, 26/11/2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2916532/industriais-com-dilma-na-disputa-eletrica>. Acesso: 25/11/2015.

MACIEL, Alice. “Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment”. *Agência Pública*, São Paulo, 25/08/2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment>. Acesso em: 02/03/2019.

MANCUSO, Wagner Pralon. “O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa”, *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, pp. 131-146, junho 2007a.

_____. *O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Humanitas-EDUSP, 2007b.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecília & MIEBACH, Alessandro. “Profitability and distribution. The origin of the Brazilian economic and political crisis”, *Latin American Perspectives*, vol.47, n. 230, pp. 115–33, 2020.

MELLO, Guilherme & ROSSI, Pedro. “Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma”. Texto para discussão. *Instituto de Economia da UNICAMP*, junho 2017. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3538/TD309.pdf>. Acesso em: 08/05/2021.

MIOTO, Ricardo. “Renda maior do trabalhador come lucro”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07/10/2013. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1352429-renda-maior-do-trabalhador-come-lucro.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1352429-renda-maior-do-trabalhador-come-lucro.shtml). Acesso em: 02/12/2019.

OLIVON, Beatriz. “Taxa de investimento cai de 19,3% para 18,1% em 2012”. *Revista Exame*, São Paulo, 01/03/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/taxa-de-investimento-cai-de-19-3-para-18-1>. Acesso em: 30/11/2015.

PEREZ, Reginaldo Teixeira & BARBOSA, Luís Guilherme Camfield. “Antonio Palocci e o pêndulo do Partido dos Trabalhadores: entre a política e o mercado”, *Revista Em Tese*, v. 16, pp. 8-29, Florianópolis, 2019.

PERISSINOTTO, Renato. “Marxismo e Ciência Social: um balanço crítico do marxismo analítico”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 25, n. 73, pp. 113-128, junho 2010.

“PIB industrial cai e de serviços sobe em 2012”. *Exame*, São Paulo, 01/03/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/pib-industrial-cai-e-de-servicos-sobe-em-2012-diz-ibge>. Acesso em: 30/11/2019.

PRZEWORSKI, Adam & WALLERSTEIN, Michael. “The structure of class conflict in democratic societies”, *American Political Science Review*, ano 76, 1981.

ROUSSEFF, Dilma. “Fomos ingênuos em relação aos meios de comunicação”. [Entrevista concedida ao jornal Esquerda Petista]. *Revista Fórum*, 14/06/2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/dilma-fomos-ingenuos-em-relacao-aos-meios-de-comunicacao>. Acesso em: 13/03/2019.

RUGITSKY, Fernando. “Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (orgs.). *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Carta Maior/Friederich Ebert Stiftung, 2015, pp. 131-138.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2017.

SERRANO, Franklin & SUMMA, Ricardo. “Conflito distributivo e o fim da ‘breve era de ouro’ da economia brasileira”, *Novos Estudos – CEBRAP*, v. 37, n. 2, pp. 175-189, São Paulo, maio-agosto. 2018.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 102, pp. 39-67, São Paulo, julho 2015.

_____. *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do Governo Dilma*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SKAF, Paulo; HENRIQUE, Arthur & SILVA, Paulo Pereira da. “Um acordo pela indústria brasileira”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26/05/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2605201107.html>. Acesso em: 13/11/2015.

STEINBRUCH, Benjamin. “Um país diferente”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09/10/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/70974-pais-diferente.shtml>. Acesso em: 26/11/2015.

_____. “Marina é ‘boa opção’ e Dilma está longe da ‘realidade’, diz Steinbruch”. [Entrevista concedida a Kennedy Alencar]. *Blog do Kennedy*. 23/09/2014a. Disponível em: <http://www.blogdokennedy.com.br/marina-e-boa-opcao-e-dilma-esta-longe-da-realidadediz-steinbruch-2>. Acesso em: 14/12/2015.

_____. “Benjamin Steinbruch, presidente da Fiesp: Hoje, só um louco investe no Brasil”. [Entrevista concedida a Pedro Dias Leite]. *Revista Veja*, 06/09/2014b. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/benjamin-steinbruch-presidente-dafiesp-hoje-so-um-louco-investe-no-brasil>. Acesso em: 14/12/2015.

TAVARES, Maria da Conceição. “País pode estar perto de recessão moderada, diz Conceição Tavares”. [Entrevista]. *Valor Econômico*, 29/08/2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2014/08/29/pais-pode-estar-perto-de-recessao-moderada-diz-conceicao-tavares.ghtml>. Acesso em: 09/03/2019.

VACCARI, Gabriel da Silva. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo: o discurso da FIESP e dos bancos frente à política econômica do Governo Dilma Rousseff (2011-14)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS, 2016.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. “Teoria e método na análise de conjuntura”, *Educação & Sociedade*, ano 21, n. 72, pp. 145-152, agosto 2000.

EDUARDO BARROS MARIUTTI

ALIENAÇÃO, FETICHISMO E INCERTEZA

Recebido em 05/03/2021

Aprovado em 03/05/2021

ALIENAÇÃO, FETICHISMO E INCERTEZA

Resumo

A ênfase deste artigo recairá na reconstituição crítica da noção de fetiche da mercadoria formulada por Marx, que servirá como o parâmetro principal para *repensar* a noção de fetichismo. De posse desta definição, que é bastante específica, retornaremos à ideia mais geral de fetiche, isto é, o processo social que incrusta valor e desperta a cobiça e o desejo humano por objetos. Toda sociedade baseada na dominação é fetichista: não apenas pelo caráter místico muito frequente em rituais e incrustado em objetos, mas sobretudo pelo fato preliminar de pressupor a existência de uma esfera das ações sociais mais prestigiosas e mais elevadas do que as *meras ações cotidianas*.

Palavras-chave: marxismo; antropologia econômica; valor social

EDUARDO BARROS MARIUTTI

Professor Associado do Instituto de Economia da Unicamp e do Programa de Pós-Graduação *San Tiago Dantas*. Membro da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PAET&D).

E-mail: mariutti@unicamp.br

Abstract

The emphasis of this article will be on critically reconstructing Marx's notion of the commodity fetish, which will serve as the main parameter for rethinking the notion of fetishism. In possession of this definition, which is quite specific, we will return to the more general idea of fetish, that is, the social process that embeds value and arouses human lust and desire for objects. Every society based on domination is fetishistic: not only because of the mystical character that is very frequent in rituals and embedded in objects, but above all because it presupposes the existence of a sphere of social actions that is more prestigious and higher than mere everyday actions.

Keywords: Marxism; economic anthropology; social value

I. Introdução

Por fetiche geralmente se entende a incrustação de relações sociais em objetos ou símbolos que passam a ser percebidos como se tivessem um poder intrínseco. O homem *cria* divindades e artefatos sociais – a mercadoria, o capital e o dinheiro, por exemplo – que se voltam contra ele, passando a constranger e até mesmo controlar as suas ações. Porém, como Marx insistiu com certa veemência, o fetiche não é *apenas uma ilusão*, pois ele produz efeitos sociais: o poder da moeda no capitalismo é tão concreto quanto o da hóstia na Europa da Idade Média e dos colares *soulava* e *mwalli* entre os nativos das ilhas Trobriand. E enquanto vigorar a trama social que engendra tais percepções fetichistas de nada adianta simplesmente denunciar que dinheiro, hóstia e colares ritualísticos são fetiches.

Esta noção tem uma longa tradição no pensamento social europeu. O termo – que deriva de expressão *feitiço* usada por comerciantes portugueses que operavam na África – foi popularizado em meados do século XVIII por Charles de Brosses para designar a tendência dos povos primitivos em cultuar amuletos como se eles possuíssem propriedades mágicas (IACONO, 1992, pp. 5-7, 39-46). Desde então a ideia de fetiche passou a ser usada predominantemente como uma forma de demarcar a diferença entre o pensamento civilizado e o primitivo. O fetichismo dos selvagens deriva de sua alegada incapacidade de operar com abstrações, alegorias e representações para dar conta dos objetos que nos cercam. Isto os inclina a atribuir diretamente aos objetos propriedades mágicas e, também, em tomar os efeitos pelas causas ou a parte pelo todo.¹ Nisto reside a diferença com os civilizados, cujo pensamento se define pela suposta capacidade de ultrapassar as experiências sensoriais mais imediatas e, assim, operar com ideias abstratas

¹ Deste ponto de vista, quando alguém mata um animal que é associado a algum fenômeno adverso da natureza, está confundindo o efeito com a causa. Alguns pássaros migram em revoada fugindo da seca. Quem os abate para evitar a seca está fazendo este tipo de confusão. Por supostamente serem incapazes de conhecer o conceito de *força* ou agressividade, alguns selvagens vão adorar os dentes de leões ou de crocodilos. Neste exemplo as limitações na capacidade de abstração fazem os selvagens tomarem a parte pelo todo. O dente representa o leão, e não a sua *força* ou agressividade. O mesmo ocorre com adeptos do canibalismo quando comem o coração de um corajoso adversário vencido, crendo que, com isto, irão absorver a sua bravura (este é um famoso exemplo usado por Gustave Le Bon).

representadas por símbolos genéricos que expressam relações relativamente claras de *causalidade*.

É a partir desta noção que Auguste Comte irá caracterizar a civilização como a culminação de um processo evolutivo marcado por três grandes fases. A primeira delas, a fase teológica, subdivide-se em três subfases, cujo ponto de partida, uma espécie de limiar básico que se manifesta com os primórdios do sedentarismo, envolve a deificação de objetos e animais que, por conta de suas propriedades mágicas, interferem regularmente na realidade. Trata-se do “fetichismo” em sua forma elementar.² Por pressupor um certo grau de abstração, o politeísmo seria um segundo momento dentro da fase teológica. Uma multiplicidade de deuses abstratos – muitas vezes representados por símbolos – mescla-se à realidade dos humanos e ajuda a determinar o curso dos acontecimentos. O monoteísmo seria a terceira fase. Um único deus cria o mundo – dotado de regras próprias apreensíveis pela razão –, mas se separa dele. É um observador que, contudo, preserva a capacidade de julgar os homens e interfere apenas esporadicamente – os milagres – no mundo que criou. Esta subfase possibilita a passagem para a era da metafísica (poderes ou forças abstratas que não são imediatamente visíveis governam o mundo), que, por sua vez, cede lugar ao estágio da positividade, no qual as explicações derivam do método científico calcado na observação da realidade balizada por experimentos e pela comparação sistemática. Logo, deste ponto de vista, a civilização teria, como um de seus fundamentos, uma espécie de tendência à abstração, em que o fetichismo envolveria o momento mais elementar, uma primeira tentativa de explicar os fenômenos mediante qualidades mágicas impregnadas nas coisas.

² “A adoração do mundo externo deve ser especialmente dirigida aos objetos mais próximos e comuns; e isto tende a desenvolver o afeto originalmente tênue dos homens por seu solo nativo. As lamentações comoventes dos guerreiros vencidos por seus deuses tutelares não eram sobre Júpiter, Minerva ou outras divindades abstratas e gerais, que eles podiam encontrar em todos os lugares, mas por seus deuses locais; ou seja, puros fetiches” (COMTE, 2009, p. 200; tradução nossa).

Por vias próprias e distintas, Karl Marx e Sigmund Freud³ vão popularizar a ideia de fetiche e, ao mesmo tempo, romper com as visões lineares que concebem a modernidade como o progresso sucessivo da razão contra o obscurantismo. Tanto Marx quanto Freud, embora de formas distintas, utilizam a noção de fetiche para ressaltar a preservação de um caráter selvagem e primitivo na sociedade “moderna”.⁴ A ênfase deste artigo recairá na reconstituição crítica da noção de fetiche da mercadoria formulada por Marx, que servirá como o parâmetro principal para *repensar* a noção de fetichismo. De posse desta definição, que é bastante específica, retornaremos à ideia mais geral de fetiche, isto é, o processo social que incrusta valor e desperta a cobiça e o desejo humano por objetos. Antes de desenvolver de forma mais direta esta questão, contudo, é importante discutir um outro aspecto do problema, que raramente é discutido fora da antropologia econômica: a ideia de fetiche não deriva apenas das elucubrações de pensadores europeus, pois ela se formou em um complexo quadro intercivilizacional,

³ A relação de Freud com a modernidade sempre foi ambivalente, encorajando percepções muito díspares sobre a significado e as implicações de sua obra. Há quem veja nela o sinal de que a modernidade é uma farsa, pois o consciente é uma casca fina incapaz de conter impulsos primais que sequer podem ser claramente explicitados. Tais pulsões podem ser reprimidas, mas nunca eliminadas. Além desta observação geral, em *Civilization and its Discontents* ele deixa claro que o descompasso entre o domínio técnico sobre a natureza não aumentou o prazer que se pode obter na vida. Parece ser, inclusive, o contrário que se observa. Mas é bastante frequente uma interpretação diametralmente oposta a esta. Embora o inconsciente envolva um nível de operação da mente que não pode ser divisado pelo próprio indivíduo, ele pode ser perscrutado de forma indireta. O terapeuta, mediante a análise dos sonhos e dos fetiches, pode ajudar o paciente a tornar mais visível os impulsos reprimidos e, deste modo, reduzir a ansiedade e, deste modo, inibir os mecanismos repressivos. Neste segundo caso, a racionalidade é expandida de tal modo que a própria noção de irracionalismo (comportamentos e situações incompreensíveis) é erodida. Algo tão moderno que, inclusive, aponta para a pós-modernidade: “Algo só pode ser descrito como racional se houver outras coisas que possam ser descritas como irracionais. Freud adentrou na arena do que era socialmente aceito como comportamento irracional, neurótico. Sua abordagem foi revelar a racionalidade subjacente a este comportamento aparentemente irracional. Ele continuou no ainda mais irracional, o psicótico, e encontrou lá também uma explicação que poderíamos chamar de racional, mais uma vez a fuga do perigo” (WALLERSTEIN, 1999, p. 232; tradução nossa).

⁴ Vladimir Safatle destaca isto com muita clareza: “Mas se voltarmos à elaboração freudiana veremos como ela impõe um profundo redirecionamento no sentido usualmente pressuposto da noção de ‘fetichismo’. Por essa razão, ela é funcionalmente solidária de outra elaboração maior a respeito de fetichismo que deixará traços indelévels na forma de autocompreensão do Ocidente. Trata-se da discussão marxista referente ao fetichismo da mercadoria. Podemos dizer isso porque tanto Marx quanto Freud acabaram por dar forma conceitual a um momento histórico de deslocamento do sistema de partilha entre modernidade e pré-modernidade. Pois eles mostraram como o encantamento e a alienação que o Ocidente identificou em seu Outro operam, na verdade, *no interior de nossas sociedades desencantadas e no cerne de nossas próprias formas de vida*” (SAFATLE, 2020, p. 26).

em que os comerciantes tinham de lidar com formas de sociabilidade que *pareciam* muito distantes de sua experiência.

2. O conceito de fetichismo como produto das relações interculturais

William Pietz produziu uma grande reviravolta nesta temática ao sugerir que o fetichismo como ideia e como problema teórico não emana de nenhuma sociedade particular, mas se constitui dentro de uma ampla zona marcada por intensas relações interculturais concentradas na costa ocidental da África entre os séculos XVI e XVII. Ele usa um termo forte: a interação sistemática entre vários sistemas sociais engendrou uma *revolução cultural* que instaurou um quadro novo de referências (PIETZ, 1985, p. 11), uma tentativa de dar conta de fenômenos novos, estranhos à experiência prévia dos protagonistas:

O fetiche, portanto, não se originou apenas da problemática do valor social dos objetos materiais, mas permanece específico a ela, como revelado em situações decorrentes do encontro de sistemas sociais radicalmente heterogêneos, e um estudo da história da ideia do fetiche deve ser orientado pela identificação dos temas que persistem ao longo dos diversos discursos e disciplinas que se apropriaram deste termo. (*ibidem*, p. 7; tradução nossa)

O que Pietz investiga é, exatamente, o fetiche enquanto uma saída encontrada pelos europeus para o problema da atribuição de valor social a objetos em situações de alteridade.

Na busca pelo ouro, as comunidades de mercadores de longa distância (holandeses, italianos e portugueses, sobretudo) tinham de lidar com percepções muito distintas sobre o *valor* dos objetos em um ambiente onde tinham pouca familiaridade. A questão era, em última instância, pragmática: como fazer o *comércio* com culturas muito distintas, nas quais a língua, os costumes sexuais, os valores e hábitos religiosos são heterogêneos a ponto de causar estranheza. O aspecto mais interessante é que a heterogeneidade não pode ser absoluta, pois, se assim fosse, o fenômeno não se

manifestaria desta forma. A sedimentação da ideia de fetiche exigiu uma dimensão de identificação e de fascínio recalcado com “o outro”.⁵ Logo, esta percepção nasce do *confronto* entre os europeus e as sociedades africanas, frente a um jogo tenso, em que as diferenças são percebidas por meio dos traços de *identidade*, que, contudo, tendiam a ser renegados. O tom era de rejeição explícita. Porém, dada a própria veemência da condenação aos hábitos “fetichistas”, o discurso do mercador europeu e, posteriormente, de pensadores como Charles de Brosses, ocultava uma afinidade resignada, típica das tensas relações de alteridade.⁶

Deste ponto de vista, inclusive, é possível destacar, com mais precisão, a grande peculiaridade da ideia do fetiche, que, inclusive, a diferencia da noção cristã medieval de *idolatria*: a sua irredutível *materialidade* aliada ao seu vínculo *mercantil* (PIETZ, 1987, pp. 29-31).⁷ Do ponto de vista dos intérpretes religiosos da Idade Média, o idólatra venera *símbolos* como, por

⁵ “Não foi a ‘alteridade’ dos africanos ocidentais que acabou levando os europeus a caricaturas tão extremas, mas, sim, a ameaça de similaridade – o que exigiu a mais radical rejeição. Isso também ocorreu com a estética, particularmente a estética da atração sexual. Fontes europeias escreveram sobre as práticas estranhas das mulheres que encontravam nas cidades costeiras, que ‘fetichizavam a si mesmas’, compondo seus rostos com diferentes tipos de argilas coloridas, ou usavam ‘ouro fetichista’ em seus cabelos, ornamentos intrincadamente trabalhados, sapos e pássaros junto com contas de vidro e adornos similares. As descrições aqui não são normalmente condenatórias moralmente, mas geralmente adotam uma espécie de tom de escárnio, de desprezo pelo que parece passar como beleza nestas partes, o que os africanos achavam sedutor ou atraente. Mas, obviamente, eles protestam demais. Se os europeus fossem completamente imunes aos encantos das mulheres com terra no rosto e rãs no cabelo, eles não teriam tido centenas de filhos com elas; de fato, não há nenhuma razão especial para supor que o número de tais crianças teria sido substancialmente maior se as mulheres em questão tivessem se comportado como damas europeias adequadas e colocado brilho nos lábios e anéis de ouro nas suas orelhas” (GRAEBER, 2005, p. 41; tradução nossa).

⁶ David Graeber é, mas uma vez, enfático: “O que eu quero enfatizar, porém, é que aqui, os marinheiros europeus do século 17 ou 18 se encontravam em território muito mais familiar do que quando se aventuravam a lugares como a China ou o Brasil. Foi a afinidade subjacente, suspeito, que foi responsável pela frequente reação europeia de repulsa e consternação quando expostos a alguns aspectos do ritual africano: uma negação desesperada de reconhecimento. Porque, em muitos aspectos, as ideias cosmológicas africanas pareciam formular as mesmas questões e chegar exatamente às conclusões que os europeus estavam mais ansiosos para evitar: tais como, talvez soframos porque Deus não é bom, ou está além do bem e do mal e não se importa; talvez o Estado seja uma instituição violenta e exploradora e não haja nada que possa ser feito a respeito; e assim por diante” (GRAEBER, 2005, p. 415; tradução nossa)

⁷ “A verdade do fetiche reside em seu *status* de encarnação material; sua verdade não é a do ídolo, pois a verdade do ídolo está em sua relação de semelhança icônica com algum modelo ou entidade imaterial. Esta foi uma das bases da distinção entre o *feitiço* e o *ídolo* em português medieval” (PIETZ, 1987, p. 7; tradução nossa).

exemplo, uma estátua que *representa* uma “falsa divindade”. Embora, sempre do ponto de vista do cristão, o ídolo tenha sido feito com o objetivo consciente de produzir uma fraude sacramental (desviar o crente do verdadeiro deus, ou incliná-lo ao diabo), ele não possui nenhum poder. É, como dito, apenas um símbolo que não projeta o seu poder fantasmagórico sobre o homem que o idolatra. No fetiche é diferente. Os objetos são entendidos pelos fetichistas como *a fonte* da magia (ou do valor) e das formas de controle sobre o indivíduo. Há também uma dimensão *proposital* – o *feitiço* produz efeitos tangíveis (cura, malefícios etc.) –, que, do ponto de vista da cristandade, não passa também de um engodo. Somente a Igreja seria capaz de atribuir poder sagrado a objetos, como a hóstia, por exemplo (*idem ibidem*). Quem crê no poder de objetos mágicos que não foram sagrados por um padre ou bispo – objetos genuinamente sacramentais – é fetichista (e não idólatra).

Olhando o problema do ponto de vista da alteridade, o fetiche está em ambas as partes. Os mercadores europeus, por exemplo, faziam incursões em ambientes pouco conhecidos e marcados por perigos de diversas naturezas (naufrágios, emboscadas, doenças desconhecidas etc.) em busca de um metal dourado que não possui nenhuma utilidade prática imediata. E eram eles que corriam a maior parte dos riscos. Trocavam o que consideravam “miçangas” por ouro, acreditando que *somente* os nativos eram tolos e arbitrários no que diz respeito ao valor dos objetos (GRAEBER, 2005, p. 412). Não é difícil imaginar que os locais enxergavam os exóticos visitantes em termos similares. Marx percebeu com muita precisão esta dimensão do problema ao ironizar a febre pelo ouro dos comerciantes “modernos” como uma variação da adoração dos selvagens por objetos inanimados, fato que marca uma *identidade profunda* entre os europeus trocadores de mercadorias e os “selvagens” adoradores de miçangas. Esta observação sagaz altera os termos do problema e, como já foi sugerido,

possibilita uma crítica imanente à própria ideia de modernidade (FLECK, 2012, pp. 144-145).⁸

3. Karl Marx: da teoria da alienação ao fetiche da mercadoria

Depois de suas incursões pela filosofia idealista alemã, Marx passou a estudar de forma mais sistemática a Economia Política (EP). Nesta nova empreitada ele explicitou três formas conexas de alienações que se manifestam no plano da vida material. Na vigência do modo de produção capitalista, a mercadoria – o produto do trabalho – defronta-se com o trabalhador como algo externo, isto é, como um objeto *independente* do produtor. Esta é a primeira forma: *a alienação do produto do trabalho*. Ela decorre da alienação que se manifesta *no próprio ato de produção*, entendido também como algo externo ao produtor, uma emanção dos movimentos do capital e da concorrência entre os trabalhadores, os quais, ao se autonomizarem, se impõem coercitivamente sobre os produtores, degradando a sua capacidade criativa e aprisionando-os no fantasmagórico mundo das mercadorias. Isto desencadeia a terceira forma de alienação, isto é, *a alienação do próprio gênero humano*: ao se fragmentarem em uma multiplicidade de indivíduos perseguindo o que julgam representar os seus interesses pessoais, a *vida* perde a sua substância e passa a ser confundida com a mera preservação dos *meios de vida* (PIMENTA, 2020, p. 615), uma forma degradada que só pode adquirir o seu sentido pleno se o homem se reconciliar enquanto gênero, rompendo radicalmente com as formas de sociabilidade calcadas na alienação.

⁸ A seguinte passagem é muito esclarecedora: “Antes de Marx, a crítica usual ao esclarecimento e à modernidade é aquela dos românticos, crítica esta que visa, quase sempre, ao retorno a um passado idílico, harmônico. Os pensadores comprometidos com o esclarecimento, *grosso modo*, afirmam-no sem ressalvas: os problemas do mundo decorrem do fato de o processo do esclarecimento ainda estar incompleto, inconcluso. Marx cria uma nova posição ao criticar a modernidade rechaçando o romantismo. Para ele, a própria modernidade possui elementos fetichistas, elementos estes que impedem a efetivação do próprio esclarecimento. A modernidade possui, assim, um caráter antagônico: tem um imenso potencial emancipatório, libertador, mas também mecanismos repressivos que impedem a efetivação da emancipação. Trata-se, portanto, de criticar a modernidade e o esclarecimento a partir da própria modernidade e esclarecimento, de uma crítica imanente voltada ao futuro” (FLECK, 2012, p. 145).

Esta temática mais geral prepondera nos estudos que os marxistas e simpatizantes qualificam como “preparatórios” para a redação de *O capital*. Neste livro, Marx desenvolve com muita precisão um tipo peculiar de mistificação: *o fetiche da mercadoria*. Antes de entrar de forma direta neste tema, é necessário fazer uma breve digressão. Há um amplo debate sobre a relação entre a teoria da alienação e a noção de fetichismo na obra marxiana. Há continuidade ou ruptura? Quem insiste na continuidade tende a posicionar a elaboração do fetichismo da mercadoria dentro da problemática geral da alienação. Com o tempo a terminologia herdada das tensões do idealismo alemão saiu do primeiro plano da argumentação marxiana – a expressão *alienação*, em particular – mas, sustentam os defensores da continuidade, sem que tivesse ocorrido uma transformação fundamental de problemática. Trata-se mais de um refinamento e adequação crítica ao discurso da Economia Política do que de uma ruptura epistemológica ou algo do gênero. A analogia é feita nos seguintes termos: os homens criam as divindades, projetam sobre elas as suas virtudes e passam a vê-las como seres autônomos que passam a determinar externamente o destino da humanidade. O homem cria a mercadoria e os mercados, que, tal como os deuses, passam a determinar e mediar a vida social humana.

Já quem defende que há uma cisão enfatiza a *especificidade* do fetichismo da mercadoria. O argumento mais utilizado é que o deslocamento para a análise da mercadoria sinaliza o amadurecimento do pensamento marxiano, que envolve uma espécie de ajuste de contas com a problemática com a qual ele lidava anteriormente. Grande parte das visões economicistas do marxismo são tributárias desta ideia. A polêmica é bastante capciosa, pois ela se funde com a celeuma sobre a eventualidade de uma “ruptura epistemológica” (Louis Althusser) operada na segunda metade da década de 1840, que separa a problemática do jovem Marx daquela do Marx maduro. O curioso é que Althusser rejeita veementemente o economicismo de quem quer refundar a economia política e, também, ataca as incursões marxianas pelo tema do fetichismo da mercadoria, que ele toma como sobrevivências humanistas do jovem Marx. Entretanto, por conta dos objetivos deste

estudo, é possível passar ao largo desta querela, explorando a zona de contiguidade entre a noção mais ampla de alienação e as formulações marxianas sobre o fetiche, particularmente sobre o fetichismo da mercadoria.

Antes de ser usado em *O capital*, o termo fetiche aparece com um sentido diferente, geralmente como uma crítica aos adeptos da Economia Política, que apresentavam a riqueza como proveniente de uma fonte única (a fecundidade da natureza apropriada pelo trabalho agrário para os fisiocratas, por exemplo) ou cristalizada em algum objeto (terra, dinheiro, metais preciosos etc.). Nos *Grundrisse* esta temática é recorrente. Porém o fetiche é pensado fundamentalmente como uma ilusão que acomete os economistas em seu “materialismo tosco”, que tomam as coisas como se elas possuíssem qualidades naturais imanentes, ao invés de destacarem que elas são um produto de relações sociais de produção encetadas pelos seres humanos. O fetichismo é, neste caso, uma mistificação da consciência dos economistas, que, ao invés de destacarem a sua peculiaridade, eternizam as “condições burguesas de produção”.⁹ Em *Contribuição à crítica da Economia Política e nas Teorias da mais-valia*, a ideia de que o fetichismo é uma confusão ou ilusão da consciência é mantida, mas surge também a percepção do fetiche como *uma necessidade objetiva da produção burguesa* de cristalizar a riqueza em um objeto (FLECK, 2012, p. 146).

É esta última percepção que é desenvolvida em *O capital*. Neste livro, logo no primeiro parágrafo, Marx afirma que, onde reina o modo de produção capitalista, a riqueza *aparece* como uma enorme coleção de mercadorias.¹⁰ E, enquanto um momento do metabolismo do capital, todo produto do

⁹ Ao discutir a relação entre capital fixo e circulante no pensamento de Ricardo, Marx afirma: “O materialismo tosco dos economistas, de considerar como *qualidades naturais* das coisas as relações sociais de produção dos seres humanos e as determinações que as coisas recebem, enquanto subsumidas a tais relações, é um idealismo igualmente tosco, um fetichismo que atribui às coisas relações sociais como determinações que lhe são imanentes e, assim, as mistifica” (MARX, 2011, p. 575).

¹⁰ A rigor, só existem mercadorias neste modo de produção. Este argumento é crucial. Em modos de produção não capitalistas os bens se convertem em mercadoria pela *mão do comerciante* que mobiliza excedentes ou o produto de saques e pilhagens para nutrir o capital comercial, uma forma antediluviana de capital que só pode existir preservada a separação entre a esfera da produção e a da circulação.

trabalho, ao assumir a forma mercadoria, tem nele colado o *fetichismo*, algo *inseparável* da produção de mercadorias. Ter consciência disto não altera em nada a questão. A seguinte passagem ilustra bem este argumento:

O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem. A descoberta científica tardia de que os produtos do trabalho, como valores, são meras expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção fez época na história do desenvolvimento da humanidade, mas de modo algum elimina a aparência objetiva do caráter social do trabalho. O que é válido apenas para essa forma particular de produção, a produção de mercadorias – isto é, o fato de que o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste em sua igualdade como trabalho humano e assume a forma do caráter de valor dos produtos do trabalho –, continua a aparecer, para aqueles que se encontram no interior das relações de produção das mercadorias, como algo definitivo, mesmo depois daquela descoberta, do mesmo modo como a decomposição científica do ar em seus elementos deixou intacta a forma do ar como forma física corpórea. (MARX, 2013, p. 149)

Esta forma de fetiche só pode ser eliminada transformando radicalmente os próprios fundamentos da sociedade produtora de mercadorias. Logo, nesta acepção, o fetiche não é uma ilusão passageira, uma falha da percepção, mas um elemento intrínseco ao modo de produção capitalista. Este argumento será aprofundado na próxima seção.

O fato é que a análise de Marx sobre o fetichismo fica ainda mais interessante se contrastarmos com exemplos mais distantes da realidade europeia. Em termos gerais, todo processo de incrustação de relações sociais em objetos que passam a ser vistos como *autônomos* é fetichista. Mas o *modo* como o fetiche é produzido e a maneira como ele se manifesta é sempre peculiar. As economias da dádiva (*gifteconomies*) produzem uma forma peculiar de fetichismo, que é distinta da que se manifesta na mercadoria. O famoso

ritual *Kula* ilustra bem esta diferença. A percepção de que os objetos *são embebidos de relações sociais* é a sua marca decisiva. Quando recebemos um presente de alguém parte da alma do doador fica retida no artefato. Isto gera a *obrigação* de retribuir o gesto. Reter indefinidamente objetos recebidos é, além de imoral, considerado perigoso, pois os donos anteriores do objeto podem exercer algum controle mágico sobre você. Marx deixa bem claro que é o *contrário* que ocorre no sistema produtor de mercadorias. A mercadoria está carregada de relações sociais, autonomiza-se por conta destas mesmas relações, mas é precisamente esta dimensão social que é *ocultada* quando as relações sociais de produção assumem a forma de *coisas*. E a mistificação impõe-se pelo fato das propriedades sociais e as relações de exploração manifestarem-se como propriedades intrínsecas às mercadorias. Em uma bela e espirituosa passagem Peter Stallybrass capta este aspecto da questão:

Marx, apesar de todas as suas brilhantes análises sobre o funcionamento do capitalismo, estava equivocado em apropriar o conceito de fetichismo da antropologia do século XIX e aplicá-lo às mercadorias. Ele estava certo, naturalmente, em insistir que a mercadoria é uma forma mágica (isto é, mistificada), na qual os processos de trabalho que lhe dão seu valor foram apagados. Mas ao aplicar o termo fetiche à mercadoria ele, por sua vez, apagou a verdadeira mágica pela qual outras tribos (e quem sabe, talvez até mesmo nós próprios) habitam e são habitadas por aquilo que elas tocam e amam. Para dizer de uma outra forma, amar coisas é, para nós, algo constrangedor: as coisas são, afinal, meras coisas e acumular coisas não significa dar-lhes vida. E porque as coisas não são fetichizadas que elas continuam sem vida. (STALLYBRASS, 2008, p. 15)

Não acho que seja um *erro* aplicar deste modo o conceito de fetichismo às mercadorias. Pelo contrário. Como já foi apontado, a ideia é marcar como *persiste* na modernidade o fetichismo, embora ele se manifeste de forma peculiar nas sociedades onde reina o modo de produção capitalista.

Pode-se objetar que o termo reificação seria melhor do que fetiche. Pois é disso que se trata: a coisificação das relações sociais. O termo fetiche faz par

com a noção de “fórmula trinitária” do capital que Marx apresenta no livro III de *O capital*, outra alusão direta e jocosa à confluência entre as questões teológicas e as interpretações sobre o capitalismo. Jorge Grespan destacou isto com muita precisão:

As metáforas religiosas de Marx ampliam as possibilidades de interpretação do mistério do capital, que também se revela dividido em três personificações cuja relação original é ocultada pelo desenvolvimento da forma: o puro proprietário, o capitalista e o assalariado. E assim também se completa o elenco dos personagens que vão despontando ao longo de *O capital* para formar um autêntico teatro místico. (GRESPLAN, 2019, p. 239)¹¹

O termo fetiche foi selecionado cuidadosamente por Marx precisamente para manter a recorrente metáfora com as questões teológicas. Isto inclusive encorajou Walter Benjamin a pensar o capitalismo como *uma forma peculiar de religião*. Uma religião sem dogmas, em que o caráter redentor do cristianismo é obliterado por um culto incessante que intensifica sistematicamente a culpa ao invés de expiá-la.¹²

¹¹ A continuidade da passagem é basta elucidativa: “Cada qual deve agir dentro de uma forma social determinada, como a venda de certa mercadoria ou a oferta de crédito, mas acredita ser o criador autônomo de sua ação e da forma em que ela se dá. A ação repõe e confirma a forma social, que só existe mediante essa confirmação, alimentando a fé na liberdade do agente. Mas uma ação que não esteja dentro das formas estabelecidas só pode sobreviver se criar uma nova forma social que preserve, e de preferência amplie, a reprodução do capital e do modo de vida por ele gerado; senão, ela será incapaz de gerar respostas recíprocas dentro do sistema, o qual excluirá o agente. É nesse sentido que ele pode ser chamado de ator ou “portador” das relações e das formas sociais em vigência.” Na orelha do livro Gabriel Cohn conta que Grespan cogitou publicar o livro como *Do fetiche à trindade*. Este título me parece muito mais sagaz e representativo do argumento central do autor.

¹² “Nisto reside o aspecto historicamente inaudito do capitalismo: a religião não é mais a reforma do ser, mas o seu esfacelamento. Ela é a expansão do desespero ao estado religioso universal, do qual se esperaria a sua salvação” (BENJAMIN, 2013, p. 20). Giorgio Agamben destaca uma importante implicação desta perspectiva: “Se isso for verdadeiro, então a hipótese de Benjamin de que há uma estreita relação entre capitalismo e religião acaba recebendo uma nova confirmação: o capitalismo é uma religião inteiramente fundada sobre a fé, é uma religião cujos adeptos vivem *sola fide* (unicamente da fé). E se, segundo Benjamin, o capitalismo é uma religião na qual o culto se emancipou de todo objeto e a culpa se emancipou de todo pecado, e, portanto, de toda possível redenção. Então, do ponto de vista da fé, o capitalismo não tem nenhum objeto: crê no puro fato de crer, no puro crédito (*believes on the pure belief*), ou seja, no dinheiro. O capitalismo é, pois, uma religião em que a fé – o crédito – ocupa o lugar de Deus; dito de outra maneira, pelo fato de o dinheiro ser a forma pura do crédito, é uma religião em que Deus é o dinheiro.” (AGAMBEN, 2013, s/p.).

4. A ideia de valor destacada da economia

O problema do fetiche é uma das dimensões de uma questão muito mais fundamental: o modo como as diferentes sociedades atribuem *valor* a objetos, símbolos, ações e a personagens. David Graeber oferece um bom ponto de partida para pensar este tema (GRAEBER, 2001, pp. 1-2). Do ponto de vista da teoria social, há pelo menos 3 grandes correntes do pensamento que se servem do termo “valor”:

1. O sentido “sociológico”, isto é, a ideia de valor é usada para designar o bom, o belo, o desejável na vida humana, ao estilo da reflexão weberiana sobre a razão substantiva.
2. O sentido “econômico”: neste caso, por valor entende-se o grau com que certos objetos são desejados, isto é, o quanto as pessoas estão dispostas a abdicar de seus recursos (tempo, esforço, dinheiro etc.) para obtê-los.
3. O sentido linguístico, no qual o termo valor é entendido como a *diferença* que produz significado. Graeber faz uma referência direta à linguística estrutural de Ferdinand de Saussure,¹³ mas o termo valor é utilizado também pelos adeptos da teoria “moderna” da informação formulada por Claude Shannon.¹⁴

O que nos interessa aqui, mais diretamente, são as duas primeiras acepções, embora o fato do mesmo termo ser usado nestas três maneiras não deixa de ser instigante.

¹³ Toda palavra ou signo possui um valor, mas ele sempre é negativo. Ela só tem significado por contraste com outras palavras na mesma linguagem. A definição de uma cor só faz sentido por oposição a todos os termos que se referem às demais cores na mesma linguagem. Vermelho, por exemplo: a sua definição mais precisa é: a cor que não é azul, verde etc. O significado de um termo, portanto, é o seu lugar (sua posição) no sistema total. Todos os sistemas de significado são organizados com princípios similares aos da linguagem. Graeber sustenta que o significado de um objeto só faz sentido tendo em vista o seu contraste com os outros possíveis elementos no mesmo sistema. Nada pode ser analisado isoladamente. Para entender qualquer objeto, é necessário primeiro identificar o sistema total do qual ele faz parte. E isso virou o elemento distintivo do estruturalismo: a tentativa de descobrir o código secreto, o sistema simbólico que liga tudo. Mas o problema é que, neste plano, só se constatam as diferenças ou dessemelhanças. Quando dizemos que um pão custa 2 reais e um bife custa 20, não estamos apenas dizendo que pães e bifés são diferentes. Estamos dizendo também que o bife vale mais. Esse é o caráter único do dinheiro: ele pode dizer exatamente quanto algo vale mais do que outra coisa (GRAEBER, 2001, pp. 13-14).

¹⁴ Neste caso, valor é a quantidade de informação presente em um código ou um sinal, visto do ponto de vista da sintaxe e não da semântica, e medido em *bits*.

O fato é que com a consolidação do capitalismo a acepção *econômica* do valor engolfou as demais. Isto não é fortuito. A redução da ideia de *valor* a *valor de troca* e a sua generalização para todas as dimensões da vida social estão no âmago da reflexão marxiana sobre o fetiche da mercadoria. No entanto, a obsessão economicista com a medida do valor – ou sua “substância” – acabou por esterilizar as potencialidades da crítica marxiana. Deste ponto de vista, somente uma teoria do valor rigorosa poderia impedir a clássica confusão entre o excedente ricardiano e o mais-valor e, deste modo, abrir caminho para destacar a dimensão “produtiva” do capital da parasitária. Esta inclinação favorece uma perspectiva redistributiva ancorada na tentativa de coordenar de forma eficiente os investimentos “produtivos” e promover a inclusão do maior número possível de pessoas no mercado de trabalho formal. Já nos países periféricos, a análise do valor geralmente desemboca em uma duvidosa “economia política” do desenvolvimento, que, pela crítica do rentismo e do consumo suntuoso, advoga como diretriz fundamental a tarefa de “internalizar” na nação um suposto “núcleo dinâmico” que marca as economias centrais. Este tipo de visão encerra a discussão no âmbito da razão instrumental, que, enquanto tal, é incapaz de ultrapassar o horizonte engendrado pela sociedade regida pelo capital.

Estas críticas “desenvolvimentistas” ficam circunscritas à uma concepção de valor *econômico* que ilumina alguns aspectos para obscurecer outros. Não há dúvida de que estas perspectivas foram importantes para desmascarar as defesas apologéticas da sociedade comercial que surgiram no século XVIII, bem como para propor uma linha de contra-ataque às pressões pela abertura comercial provenientes dos países centrais na década de 1950 e 1960. Mas isto teve um custo: na prática, acabou preservando a métrica do valor como o eixo básico da luta, que, sob esta ótica, envolve lutar contra a deterioração dos termos de troca ou a supressão das “trocas desiguais”. A noção de “valor agregado” ilustra bem a confusão entre valor e “substância material”. A ideia de um valor *intrínseco* a algo simplesmente não faz sentido: todo ícone de riqueza (ou de prestígio) é sempre “fictício”, toda tarefa considerada “prestigiosa” apoia-se em um conjunto gigantesco de

atividades *fundamentais* que são percebidas como acessórias, demasiadamente mundanas ou triviais.

David Graeber, sempre incisivo, mostrou ao seu modo que as percepções e a própria ideia de valor não possuem nenhum fundamento “objetivo”. Tentar utilizar expressões como *quantum* de trabalho socialmente necessário, necessidades metabólicas básicas, nível de subsistência, como parâmetro para separar o essencial do supérfluo e, deste modo, definir um padrão para orientar a alocação das tarefas e dos recursos sociais, somente alimenta debates vazios.¹⁵ As noções de valor – que sempre são intersubjetivas – são o produto e, simultaneamente, uma fonte de retroalimentação das hierarquias sociais que repousam na separação sistemática entre as atividades que são consideradas prestigiosas e as tarefas alegadamente ordinárias e, por conta disto, socialmente desvalorizadas (GRAEBER, 1997). No capitalismo isto aparece sob duas rubricas: trabalho produtivo e “não trabalho” ou trabalho criativo e simples dispêndio de energia laboral bruta.

As correntes teóricas feministas sempre insistiram que as tarefas domésticas foram historicamente desprezadas, inclusive pela tradição marxista. Para muitos, este tipo de atividade “não gera valor”. Silvia Federici, por exemplo, atacou pela raiz este tipo de argumento falacioso, que, inclusive, acomete muitas socialistas feministas quando argumentam que o problema fundamental da mulher é a exclusão do mercado de trabalho. Para Federici, a questão deve ser atacada de outro ângulo. A assimetria de poder entre mulheres e homens não deriva da irrelevância do trabalho doméstico para a acumulação capitalista e nem apenas de resquícios culturais do passado. Esse trabalho é e sempre foi central. Mas o fato dele não aparecer deste

¹⁵ Isto sempre colocou os adeptos da economia dita “neoclássica” ou ortodoxa em uma posição vantajosa no debate. A definição do econômico ou do aspecto econômico que eles utilizam é sempre *formal*, ou seja, não há nenhuma qualidade ou essência que transforma um bem ou comportamento em econômico. Mas toda ação humana que envolve escassez ou escolha possui um *aspecto* econômico. Isto é, para estes economistas não se deve partir de uma perspectiva classificatória, que incide sobre os tipos de produtos ou de comportamentos que são “econômicos”, mas sim de uma visão *analítica* que identifica os aspectos econômicos da vida social. Isto é, todos os comportamentos influenciados pela escassez caem no escopo da generalização feita pelos economistas, *mas não são exclusiva ou principalmente “econômicos”* (ROBBINS, 1932).

modo é que é decisivo enquanto uma forma de dominação social. A sociedade capitalista – e muitos de seus críticos – não reconhece a produção e a reprodução da força de trabalho no âmbito doméstico como uma fonte de acumulação de capital e de exploração. A percepção de que se trata meramente de um serviço pessoal é *mistificadora* (FEDERICI, 2017, pp. 5-7), e desvaloriza estas atividades tanto do sentido geral de valor, quanto no sentido econômico.

A chave é essa. Um dos fundamentos de toda ordem hierárquica é que existem papéis ou ações sociais especiais, inerentemente *valerosas*, por oposição a atividades mundanas, supostamente ao alcance de qualquer um. O paradoxo é que, deste ponto de vista, o primeiro tipo de atividade nem deveria ser considerado “trabalho”, mas um esforço essencialmente criativo e singular, uma expressão da individualidade do *performer*, algo que paira sobre a tragédia incessante dos esforços repetitivos e alienantes dos homens ordinários. Não deixa de ser curioso o fato desta distinção ser preservada em meio à mercadorização generalizada da vida social, que permite precificar praticamente tudo. Tudo é mercadoria. Mas alguns trabalhadores acham que a sua atividade é inerentemente valorosa, criativa e destacada das funções meramente “braçais”. Esta visão não somente acentua a desigualdade – as funções prestigiosas não podem ser tratadas da mesma forma que o simples trabalho –, como gera muita confusão no debate público sobre a construção de uma sociedade justa.

Marx e Engels insistem com veemência, em *A ideologia alemã*, que a produção “material” não envolve apenas a fabricação de objetos, mas também *a reprodução de pessoas e de relações sociais*. Ou melhor: a produção dos objetos está imbricada no mesmo processo de produção de pessoas, relações e instituições sociais que estrutura a sociedade. Em uma passagem bastante incisiva, Graeber dá um passo importante:

Um verdadeiro materialismo, portanto, não privilegiaria simplesmente uma esfera “material” sobre uma esfera ideal. Ele começaria por reconhecer que não existe de fato uma esfera ideal. Isto, por sua vez, tornaria possível parar de

se concentrar tão obsessivamente na produção dos objetos materiais – coisas discretas e autoidênticas que se pode possuir – e começar o trabalho mais difícil de tentar entender os processos (igualmente materiais) pelos quais as pessoas criam e se moldam umas às outras. (GRAEBER, 2006, p. 71; tradução nossa)

Esta orientação exige retomar o problema do fetichismo como uma questão geral. Toda sociedade baseada na dominação é fetichista: não apenas pelo caráter místico muito frequente em rituais e incrustado em objetos, mas sobretudo pelo fato preliminar de pressupor a existência de uma esfera das ações sociais mais prestigiosas e mais elevadas do que as *meras ações cotidianas* (educar as crianças, cultivar os campos, limpar a casa etc.), demasiadamente “mundanas” e, portanto, ordinárias.¹⁶ Esta é outra maneira de *separar* artificialmente uma esfera ideal – as ações virtuosas, desprendidas etc.– de outra material. É quase um lugar comum afirmar que a força de Marx foi corrigir o que *sempre* apareceu de forma invertida: em toda filosofia anterior, a esfera ideal paira artificialmente sobre a esfera material, da qual, na realidade, ela é uma emanação. “Inverter” é uma forma de manter a separação entre material e ideal, que, do ponto de vista aqui defendido, não corresponde ao sentido mais frutífero da ideia de materialismo. *Eliminar* esta suposta cisão é o passo decisivo para evidenciar os diversos mecanismos de exploração que se encontram na raiz das sociedades baseadas na desigualdade e na dominação.

5. Fetichismo e valor

Os mercadores europeus afirmavam que o gosto dos povos africanos era totalmente arbitrário. Mas, ao mesmo tempo, de forma contraditória,

¹⁶ “Eu iria ainda mais longe. O que passou por ‘materialismo’ no marxismo tradicional – a divisão entre ‘infraestrutura’ material e ‘superestrutura’ ideal – é, em si mesmo, uma forma perversa de idealismo. É verdade que aqueles que praticam direito, música, religião, finanças, ou teoria social, tendem sempre a afirmar que estão lidando com algo mais alto, mais abstrato, do que aqueles que plantam cebolas, sopram vidros ou operam máquinas de costura. Mas isso não é realmente verdade. As ações envolvidas na produção de lei, poesia etc., são tão materiais quanto quaisquer outras” (GRAEBER, 2006, p. 70; tradução nossa).

relatavam como era difícil e demorado o processo de barganha. Era necessário adivinhar que objeto particular iria despertar a cobiça do “selvagem” para que a troca fosse concretizada. A incapacidade de compreender outro sistema de atribuição de valores aos objetos era tomada como “arbitrariedade” por parte dos “primitivos”. Ao aproximar o comerciante dos “selvagens”, Marx abre caminho para superar posições etnocêntricas como esta. Mas, infelizmente, a crítica marxiana vem acompanhada de duas grandes limitações *potenciais*: a teoria do valor trabalho e a tese de que o modo de produção capitalista “desenvolve as forças produtivas” e, portanto, é uma etapa necessária para a construção de uma sociedade mais justa. Que fique claro: é possível, a partir de Marx, e sem violar o seu estilo, escapar destas tendências, mas isto é muito pouco comum.

Na época de Marx fazia sentido insistir na teoria do valor trabalho. O problema é que muitos dos seus epígonos ficaram presos à inútil tarefa de tentar encontrar uma medida *objetiva* do valor, entendido geralmente como uma *substância* ou propriedade metafísica. Para piorar, isto desaguou muitas vezes nas desastradas tentativas de converter valores em preços de produção. O que aflige a estranha confraria dos economistas que odeiam a ciência econômica é a pecha de metafísicos ou de pós-ricardianos. Eles têm razão em marcar uma ruptura definitiva de Marx com relação à problemática da Economia Política Clássica. Mas estão errados em querer reconstituir uma “nova” economia política pensada, sobretudo, por oposição à ciência econômica dita “neoclássica” ou ortodoxa, como se a versão heterodoxa fosse mais “próxima do real” – isto é, distante dos modelos econométricos, como se fosse possível pensar o real sem recorrer a modelos e simplificações – e coerente com uma teoria do valor especificamente “marxiana”. Marx foi um pensador genial *a despeito* de insistir em uma teoria do valor e em expressões capciosas como “trabalho socialmente necessário”.

Os mais sensatos dentre os “economistas políticos” percebem que a particularidade da interpretação de Marx pode ser destacada se nos atentarmos para a *indagação* que move a sua análise em *O capital*. O cerne não é a busca

de um fundamento metafísico do valor ou uma medida objetiva para as trocas, como é caso dos adeptos da economia política clássica. A questão é outra: em que condições peculiares os produtos do trabalho humano *assumem a forma-valor*, isto é, convertem-se em mercadorias que podem ser intercambiadas a despeito de suas características singulares? (BELLUZZO, 1998, p. 95).¹⁷ Este é, sem dúvida, o melhor ponto de partida. Mas, mesmo quando os economistas destacam esta peculiaridade, raramente eles resistem à forte tendência em introjetar o problema da forma de representação do capital no debate sobre a consolidação da ciência econômica como disciplina acadêmica. Se pensarmos então que a questão-chave não é a natureza ou a essência *do valor*, mas a forma de manifestação da riqueza e das mercadorias no capitalismo e, sobretudo, o modo como isto engendra padrões específicos de sociabilidade, poderíamos evitar as ciladas insolúveis da teoria do valor trabalho entendida como o fundamento último do excedente e, portanto, como a medida da exploração de uma classe sobre outra.¹⁸

A primeira observação de Marx é que mercadoria não é qualquer produto intercambiável, mas apenas o que foi produzido pelo movimento do próprio capital e que tem como *única finalidade* valorizá-lo. O impulso do

¹⁷ Marx, justamente na parte 4 do capítulo I, em uma nota de rodapé, é explícito: “É verdade que a economia política analisou, mesmo que incompletamente, o valor e a grandeza de valor e revelou o conteúdo que se esconde nessas formas. Mas ela jamais sequer colocou a seguinte questão: por que esse conteúdo assume aquela forma, e por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho? Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo. Por essa razão, as formas pré-burguesas do organismo social de produção são tratadas por ela mais ou menos do modo como as religiões pré-cristãs foram tratadas pelos padres da Igreja” (MARX, 2013, p. 155).

¹⁸ Isto é particularmente nítido no que se convencionou chamar de “teoria do valor trabalho incorporado”, isto é, a ideia de que a teoria marxiana do valor trabalho “corrige” a Economia Política (especialmente Ricardo), tornando possível definir com precisão a grandeza do valor adicionado pelo trabalho humano às mercadorias e, deste modo, permitir a quantificação precisa do mais-valor sem recorrer à “circulacionismos” (somente a “produção” gera valor e engendra a exploração que, sem a teoria do valor trabalho, permaneceria velada). Contra esta visão economicista, sobretudo depois da década de 1970, surgiram diversas críticas insistindo na necessidade de pensar a questão do valor enquanto “relação social”. Isaak Rubin, por exemplo, afirma corretamente que o valor não se cristaliza na “produção” enquanto uma substância ou grandeza, mas que só se manifesta (e pode ser desvendado) *post festum*. Logo, é necessário levar em consideração também o que ocorre na fase da circulação. O problema é que ainda persiste a tese de que o “trabalho humano” é a fonte principal do valor e a chave para a compreensão do enigma do dinheiro e das demais formas da mercadoria.

capital é, portanto, converter a natureza e todas as dimensões da atividade humana – inclusive as afetivas – à forma mercadoria. Vladimir Safatle expõe com muita precisão o âmago da reflexão marxiana:

Podemos então dizer que, ao produzir mercadorias, os sujeitos produzem necessariamente valores de troca. Mas o que afinal eles fazem ao produzir valores de troca? Marx diz inicialmente que eles devem agir como quem dissolve todas as características sensíveis dos objetos trabalhados. Tudo se passa como se o corpo (*Körper*) do objeto fosse abstraído, isso para se tornar puro suporte de valores abstratos de troca. Dessa forma o corpo da mercadoria se conforma a uma “objetividade fantasmática” [...] representada pela pura quantidade do valor de troca. Esse corpo advém da expressão daquilo que Marx chama de ‘forma-equivalente’, *o que nada mais é do que a possibilidade de todo corpo equivaler a um outro, de todo corpo equivaler a outro, de todo corpo passar no outro ou, se quisermos, de todo corpo dissolver-se no outro*. Essa reversibilidade absoluta dos corpos pode ser vista como uma espécie ideal do fetichismo. (SAFATLE, 2020, p. 112; grifos no original)

Este é um passo importante. É impossível destrinchar a temática do *valor no capitalismo* do problema do fetichismo. A produção de mercadorias envolve necessariamente a dissolução das características sensíveis dos objetos para que, deste modo, eles possam “encarnar” o valor e se autonomizar frente aos seus produtores.

E, com base nestas incisivas constatações, Safatle dá mais um passo:

[...] podemos pensar algumas consequências da afirmação de Marx segundo a qual, ao agir como quem vê na mercadoria o puro suporte de valores de troca, os sujeitos, ao mesmo tempo, agem como se acreditassem que todos os trabalhos singulares pressupostos pelos objetos produzidos são também equivalentes. Pois se as mercadorias podem ser equivalentes é porque os trabalhos que as produziram também podem ser submetidos a um padrão geral de cálculo. Esse ponto é central para compreender por que Marx pode dizer que, ao produzir e consumir valores de troca, os sujeitos não sabem o que fazem. Agir como se os trabalhos singulares fossem equivalentes significa transformá-los em puro *quantum* de trabalho abstrato, trabalho que não expressa subjetividade alguma. Dessa forma, a característica alienada

do trabalho social é posta como característica objetiva dos produtos do trabalho. Nesse sentido, a maneira com que as coisas são trocadas apenas revelaria a maneira com que as relações sociais de trabalho são efetivamente vivenciadas. [...] Notemos com isso que, mesmo estando no interior de um mundo de entidades a-qualitativas, de abstrações, os sujeitos agirão como se essas abstrações fossem reais. (*ibidem*, pp. 115-116)

Nesta forma de se apresentar a questão não se trata mesmo de uma metafísica. E precisamente por isso não faz sentido tentar encontrar a medida do valor, precisar a “quantidade de trabalho socialmente necessário em um bem”, o valor justo das mercadorias ou redescobrir uma sociedade orientada por “valores de uso”.

Infelizmente não é esta percepção que preponderou. Os economistas que se autodenominam críticos se refugiaram na problemática do valor para tentar se desviar das investidas dos “neoclássicos” e, deste modo, tentar cristalizar uma concepção “heterodoxa” da *dismal science*. O projeto intelectual de Marx era muito mais audacioso do que simplesmente criar uma disciplina *acadêmica* capaz de pensar, de forma rigorosa, o valor em sua dimensão “econômica”. É mais frutífero pensar o problema da ruptura que o marxismo representa em termos muito mais gerais, explorando a relação de Marx não apenas com relação à Economia Política, mas levando em conta todo o quadro do pensamento de sua época, mediante um esforço – uma tentativa quase desesperada, na verdade, que consumiu toda a sua vida – de propor uma *ruptura total*, expressa numa forma integralmente revolucionária de apreensão da realidade.

E esta forma de apreensão é revolucionária em dois sentidos. No que tange aos saberes, Marx tentou teorizar de forma simultânea todas as esferas da existência social que, precisamente quando ele escrevia, estavam sendo delimitadas e isoladas no meio acadêmico. Isto é, frente à tendência em dividir a realidade em *objetos* dotados de fronteiras bem definidas, “leis” e mecanismos causais restritos à dimensão do real privilegiada pelo recorte das disciplinas, Marx insistia na apreensão da totalidade. Mas dizer apenas isto não

basta. A posição é revolucionária também em um outro sentido, pois não se trata de qualquer tipo de visão holística. É possível – e, na verdade, bastante comum entre intelectuais herdeiros da tradição apodíctica – insistir na “totalidade” e manter uma distância segura das “questões mundanas” que se manifestam no cotidiano. Nunca foi esta a noção de totalidade almejada por Marx. A questão, pare ele, envolvia a crítica radical da ordem vigente, orientada pela *fusão* entre a reflexão teórica – isto é, decorrente de um amálgama entre a história e as ciências sociais em vias de constituição – e os movimentos sociais revolucionários.

Parte da defesa da necessidade de uma teoria do valor atrelada ao trabalho envolve a ideia de que é necessário oferecer uma prova *científica* de que, ao contrário do que sustentam “os liberais”, as trocas no mercado capitalista não são simétricas. O fato curioso é que a ideia de simetria das trocas é uma relíquia até mesmo entre liberais. O centro de gravidade do liberalismo deslocou-se da divisão social do trabalho e da igualdade das trocas para a defesa dos mecanismos de concorrência como a principal fonte do dinamismo social. À exceção da franja reformista derivada dos *New Liberals*, os liberais contemporâneos aceitam que a desigualdade nas posses é, em algum grau, inevitável. O que importa é definir um piso mínimo de rendimentos e um conjunto de políticas de assistência localizadas que sejam capazes de recolocar no jogo da concorrência quem foi expelido. Logo, este tipo duvidoso de “prova” não é mais necessário.

Mesmo se aceitarmos que o trabalho humano pode ser a referência fundamental para discriminar as contribuições particulares de cada um para o produto social total o problema persiste. Tomemos o modo como a leitura dominante da reflexão marxiana sobre a sociedade comunista presente em *Crítica do Programa de Gotha* é realizada.¹⁹ Trata-se de um processo em duas

¹⁹ Essa ressalva é importante, pois este livro coloca em xeque as visões mais apressadas sobre a teoria do valor trabalho. Como salienta Michael Löwy no prefácio à edição brasileira do livro, Marx afirma categoricamente “que o trabalho não é o único gerador de riqueza, a natureza o é tanto quanto ele.” “O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana” (2012, p. 24).

etapas. A teoria do valor trabalho só seria necessária na primeira, isto é, o socialismo, um sucedâneo do modo de produção capitalista. O objetivo final é a constituição do comunismo, a mais justa das sociedades, à qual corresponde o famoso slogan “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”.²⁰ Na fase socialista – ainda marcada pela visão burguesa da igualdade de direitos – os produtos seriam trocados entre os produtores na exata proporção com a contribuição de cada um. Aqui surge a questão: eles seriam produzidos do mesmo modo e apenas *redistribuídos* tendo como critério o *quantum* de trabalho que cada um desprende? Neste caso, o foco desloca-se da “produção” para a *distribuição* do produto social, algo que fica muito estranho na boca dos marxistas ortodoxos (os que mais usam este argumento) que criticam como “circulacionista” toda análise que não tenha como eixo a “produção”, muitas vezes definida de forma estabonada como o “chão de fábrica”. E isto leva ao segundo problema: definir a institucionalidade e os mecanismos de redistribuição do produto social, que, além de congruentes com a teoria do valor trabalho, precisam ser eficazes. A tendência é requestrar o “debate” sobre o cálculo socialista, reiterando a falsa oposição entre distribuição centralizada pelo Estado *versus* coordenação descentralizada pelo mercado.

Mas a questão que me parece decisiva é: faz sentido pensar a questão da distribuição justa e eficaz do produto social a partir de apenas *uma variável*, mesmo que seja o trabalho humano? Somente ingênuos e totalitários podem crer nisto. Dificilmente haverá acordo sobre os fins últimos da vida social. Uma sociedade livre e justa deve permitir a convivência de múltiplos mundos, levando em conta o fato de que é impossível a coexistência de todos os valores em sua intensidade máxima. Logo, a política entendida

²⁰ “Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2102, p. 33).

como arte da busca da zona de consenso entre valores que não são integralmente compatíveis é uma atividade infinita. Isaiah Berlin, em texto clássico, deixou isto muito claro. Se houvesse *acordo pleno* entre os fins, a única decisão relevante envolveria os meios. Uma decisão que não é política, no sentido de administrar a discórdia, mas técnica. Pode ser resolvida por peritos ou até mesmo por máquinas. Este é o sentido da famosa paráfrase de Saint-Simon proclamada por Engels em *Anti-Dübring*, que profetiza o fenecimento do Estado quando o governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e da *direção* dos processos de produção (BERLIN, 2002, pp. 85, 166-167).²¹ Um economicismo vulgar que frequentemente culmina em ditaduras tecnocráticas.

E se entendermos o trabalho humano como atividade *criativa* de transformação do mundo? Mais como artesanato do que como produção serial dos meios de vida e de mercadorias? É uma via muito mais interessante do que a seguida pelo economicismo dos defensores da teoria do valor trabalho. Mas tal definição também acarreta um número considerável de impasses e problemas capciosos. O fato mais curioso é que, entendido enquanto atividade criativa, como já foi discutido na seção anterior, teríamos de discriminar dois tipos de trabalho. As atividades repetitivas e mecânicas realizadas pelo homem não devem ser consideradas como *trabalho humano* no sentido forte, pois não exigem imaginação e envolvimento com a tarefa.²² De novo recaímos na mentalidade tecnocrática denunciada por Isaiah Berlin. Socialismo, nesta visão, envolve a criação de uma base industrial emancipada do processo de valorização do capital que, deste modo, encarregar-se-ia das atividades rotineiras, libertando o homem para que possa dedicar-se às

²¹ A passagem completa de Engels: “Em 1816, ele [Saint-Simon] declara que a política é a ciência da produção e prognostica a dissolução total da política na economia. Embora o conhecimento de que a condição econômica é a base das instituições políticas aflore aqui apenas embrionariamente, está expressa com todas as letras a conversão do governo político sobre pessoas em administração de coisas e em condução de processos de produção, ou seja, a recentemente tão badalada abolição do Estado” (ENGELS, 2015, p. 292).

²² Na verdade, como sugere Gramsci em “Americanismo e Fordismo”, a produção serial exige desinteresse por parte do executor da tarefa. Um copista que se envolve com o seu trabalho, que tenta modificar o texto de acordo com o seu julgamento, é um péssimo copista.

atividades criativas e à busca do bom e do belo. Até mesmo Keynes percebeu que o eventual “fim do problema econômico” não traria automaticamente o fim da política e das angústias da existência.

Outro problema significativo com esta visão é a tendência a reforçar o corte cartesiano, que separa o homem – o único ser ativo e criativo – da natureza, que passa a ser entendida simplesmente como o *ambiente* onde se desenrola a ação humana. Neste caso, a necessária integração entre a dimensão humana e a “natural” –, ou melhor, a eliminação desta separação –, acaba se perdendo em favor do misticismo da modernidade. Marx, mais uma vez, é bastante ambivalente. Se por modo de produção entendermos a (re)produção conflituosa da vida social, em que o homem, o meio, as técnicas e as visões de mundo se articulam em uma totalidade, não faz sentido insistir na separação entre corpo e espírito, natureza e cultura. Esta separação não seria *materialista*, no sentido que estamos aqui privilegiando. Desta perspectiva, na prática, a noção economicista de valor deve ser integralmente descartada. Mas há também o Marx que atribuiu o dinamismo da história ao desenvolvimento das forças produtivas, em que a técnica, na prática, autonomiza-se. As classes só aparecem para resolver a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que não conseguem mais contê-las. Este Marx não interessa.

Mas mesmo operando com a ideia ampliada de modo de produção, o problema da criatividade e da emergência do novo persiste. Embora muito exótico, Bruno Latour tem razão em insistir que a vida social se processa dentro de uma *rede* que mistura os *factos*, o poder e o discurso, e que não faz sentido separar o mundo dos humanos e dos não humanos. É necessário reconstituir o tecido inteiriço das naturezas-culturas para fugir das ciladas do pensamento moderno (LATOURE, 1994, pp. 11-17). Além disto, como destaca Graeber, é necessário desenvolver a reflexão marxiana sobre a criatividade. Marx insiste que a imaginação reflexiva é a fonte da criatividade humana. O exemplo mais conspícuo que utiliza é a comparação entre o arquiteto e a abelha. O primeiro é capaz de imaginar o edifício antes de construí-lo.

A abelha constrói a sua colmeia diretamente pelo trabalho, sem nenhuma abstração.²³ Estamos falando de objetos. Mas e se pensarmos em *criar novas relações e instituições sociais*? Aí estamos no terreno da *revolução*. E um revolucionário não pode operar como o arquiteto, isto é, imaginar a planta da sociedade futura e, depois disso, construí-la. Isto não passa de utopismo burguês. “Portanto, as duas formas de criatividade – a criação de casas, ou outros objetos materiais, e a criação de novas instituições sociais (que é, afinal de contas, o que realmente importa na revolução) – não devem funcionar do mesmo modo” (GRAEBER, 2005, p. 408; tradução nossa).

Se a revolução for entendida como o produto automático de contradições “objetivas” que independem da ação consciente do homem, não faz sentido levantar a questão do fetichismo e da criatividade social.

6. Fetichismo e criatividade social: é possível não ser fetichista?

Como se explica a criação de algo radicalmente novo na vida social? Tendo como referência o pensamento moderno, há pelo menos duas formas distintas de abordar esta questão. O mundo é complexo e caótico. Mas as múltiplas unidades que o compõem interagem e geram complexos padrões recursivos cujas feições gerais podem ser divisadas pelos homens. O novo surge sempre por *emergência*, isto é, um processo endógeno de formação espontânea, no qual um aglomerado muito grande de elementos adquire uma gama de propriedades que, conquanto dependam das particularidades das unidades, só se manifestam no conjunto. O mercado, a língua e diversos outros sistemas complexos surgem e se modificam desse modo. A outra visão parte da ideia de que, a despeito da aparência de aleatoriedade,

²³ Ele usa este exemplo ao discutir o trabalho como uma mediação entre o homem e a natureza. A passagem: “Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 255).

o mundo é fundamentalmente *determinista*. Pela análise metódica do real é possível identificar um elo – a “unidade do diverso” – que dá coerência a fenômenos aparentemente desconexos e aleatórios. Deste ponto de vista, o novo sempre está inscrito potencialmente nas contradições da velha sociedade e, em determinadas condições, pode aflorar.

A primeira linha de pensamento pressupõe uma grande limitação do grau de controle e do potencial de criação *consciente* de instituições sociais. Uma ordem espontânea pode, no máximo, ser aprimorada e suplementada por instituições formais que sejam compatíveis com seus traços fundamentais, mas nunca efetivamente controlada ou dirigida. Assim, o que chamamos de criatividade social ou humana é algo muito menos ativo do que se supõe, pois envolve muito mais perceber os novos padrões e suas possibilidades do que, efetivamente, *criar* de forma consciente e deliberada grandes instituições e dispositivos sociais complexos que possam garantir o protagonismo do homem. E, mesmo quando deliberadamente criadas pelos homens, toda instituição complexa tende a fugir do seu controle e a desenvolver propriedades que não foram previstas inicialmente.

O novo emerge *sempre* de forma imprevisível em um processo geralmente disparado por problemas ou situações concretas, quando surge uma “solução” coletiva que não foi totalmente planejada por nenhum dos atores envolvidos e que, uma vez instaurada, passa a se reproduzir por conta de sua eficácia. Trata-se de um curioso fenômeno no qual os *efeitos* se tornam as suas próprias causas. Precisamente por isto a ordem é “espontânea”: embora sem nenhum desígnio, ela se autogerou. Nesta percepção, a ênfase é deslocada do processo de criação do “novo” – que é predominantemente cego e “espontâneo” – para os mecanismos que permitem a sua transmissão e reiteração. Trata-se do que Robert Nozick chama de “explicações ao estilo mão invisível” (1999). Um determinado resultado impõe-se a despeito das intenções dos atores. A noção de seleção cultural formulada por Hayek é, a meu ver, uma das melhores ilustrações deste tipo de visão. E, para citar um autor situado em outra problemática, a noção de *sistemas abertos*

desenvolvida por Roy Bhaskar também explicita este tipo de percepção (BHASKAR, 2008 pp. 2-7,55; 2010, p. 199). Frente a pressões concretas, o novo surge espontaneamente e, uma vez efetivado, o máximo que podemos fazer é formalizar e aperfeiçoar algumas de suas características, aprimorando um processo que, no limite, é impossível de ser efetivamente controlado.

A segunda percepção é mais ambivalente, pois acomoda duas posições que, se levadas ao limite, são antagônicas. A ênfase no automatismo das estruturas e no processo contraditório que rege a mudança social praticamente elimina qualquer espaço para a ação criativa e consciente do homem. Mas é possível insistir no caráter determinista do mundo e, mesmo assim, encontrar uma margem significativa para a escolha humana. Há momentos na história – as situações revolucionárias – em que a coação estrutural que molda o conjunto de possibilidades que define um período se enfraquece e, com isto, surge uma gama de mundos alternativos. E, por meio de um diagnóstico preciso da situação e um programa de ação coletiva, o homem pode conscientemente favorecer a consolidação de um dos futuros possíveis com conflito. Há, portanto, sempre uma escolha que deve ser considerada do ponto de vista substantivo, mesmo que ela seja uma escolha negativa: o que não estamos dispostos a fazer, em hipótese alguma, a despeito de suas implicações imediatas.

Assim, se eliminarmos a ideia de que as coações estruturais são fundamentalmente inevitáveis e automáticas, todo fenômeno de criação do novo assemelha-se ao problema do fetiche em seus termos mais gerais: os homens vivendo em sociedade criam alguma instituição ou artefato e, desde então, passam a agir como se a sua própria criação se voltasse contra os criadores e exercesse poder sobre eles. Isto ocorre quando os objetos – ou instituições – encarnam um novo laço social:

Os seres humanos criam seus mundos coletivamente, mas devido à extraordinária complexidade envolvida na coordenação social desta atividade criativa, ninguém pode efetivamente rastrear todo o processo, muito menos assumir o controle sobre ele. Como resultado, estamos

constantemente confrontando nossas próprias ações e criações como se fossem poderes estranhos. O fetichismo caracteriza-se simplesmente quando isso acontece com objetos materiais. Como os fetichistas africanos, argumenta-se, acabamos fazendo coisas e depois as tratamos como divindades. (GRAEBER, 2005, p. 428; tradução nossa)

Como já foi apontado, as palavras “objetos materiais” podem gerar confusão. O dinheiro é um “objeto material” tanto quanto um feitiço rogado de acordo com os rituais apropriados em uma sociedade mágica. Mas o que importa é o argumento básico: a complexidade inerente à criação de algo novo é a fonte da percepção de que os produtos da ação social humana se voltam contra os próprios “criadores”.

Neste sentido, não é possível não ser fetichista. Sempre conviveremos com um grau elevado de incerteza, especialmente quando nos defrontarmos com grandes transformações. Toda sociedade que concentra a produção e a validação do saber e dos grandes princípios norteadores em poucas mãos produz visões enviesadas, que beneficiam os grupos proeminentes e ocultam as formas de exploração e as fontes de privilégio social. Pouco importa se este papel é conduzido por sacerdotes, feiticeiros ou cientistas. Só é possível se *aproximar* da objetividade no âmbito do conjunto do sistema social, distribuindo o investimento social, prestígio e as formas de deliberação e de validação dos saberes *proporcionalmente* entre todos os grupos sociais, em um movimento incessante de revisão sistemática dos postulados socialmente produzidos (WALLERSTEIN, 1974, pp. 9-10). E mesmo assim, jamais produziremos algo similar a uma *sociedade transparente*, onde a norma seria a reprodução exata da realidade e a objetividade perfeita seria a garantia de uma vida sem mistérios (VATTIMO, 1992).

7. Considerações finais

É evidente que, enquanto indivíduos ou grupos, alguns possuem saberes mais especializados do que os demais sobre áreas delimitadas de interesse. Mas nenhum indivíduo ou grupo tem *todo o saber necessário para tomar decisões* que afetam significativamente os demais grupos, sem que estes sejam

consultados. As habilidades e o escopo da inteligência sempre são parciais e, portanto, precisam ser efetivamente combinados por meio de instituições e instâncias deliberativas. E é precisamente a forma desta integração que pode resultar em uma vida social mais ou menos igualitária, mais ou menos coercitiva. Levando tudo isto em conta não fica difícil concluir que somente uma democracia social radical fundamentada no vínculo entre a igualdade e a liberdade – a *egaliberdade*, nos termos propostos por Immanuel Wallerstein (1999, pp. 98-101) – pode ser “objetiva”. Não chegamos sequer perto disto. Na verdade, parece que estamos cada vez mais distantes deste horizonte.

Immanuel Wallerstein insiste, com veemência, que todas essas constatações só fazem sentido se formularmos nossos questionamentos e utopias à luz de uma *incerteza* permanente. Não se trata, portanto, de conceber a incerteza como uma cegueira momentânea que pode ser superada definitivamente pela “ciência” ou qualquer outra institucionalização do saber orientada pela ideia de perfectibilidade. O fracassado projeto da modernidade e todas as experiências totalitárias e fundamentalistas tiveram na perfectibilidade – e seu portador: a razão, o líder carismático etc. – o seu horizonte. Por outro lado, a incerteza também não deve ser vista como um obstáculo insuperável ao conhecimento e às práticas sociais justas, tipo de visão explorada por cínicos e sofistas. A ideia de perfectibilidade e de falibilidade absoluta são péssimos guias para a ação social. Logo, tendo isto em vista, a incerteza deve ser encarada tanto como uma limitação das nossas ambições, quanto uma fonte de curiosidade, espírito crítico, imaginação, criatividade (não só humana, *mas de toda a natureza*) e ousadia. O fim da ideologia do progresso automático derruba consigo as falsas ilusões que sempre se mostraram funcionais para mitigar a polarização inerente ao sistema-mundo moderno. Tanto a patética esperança keynesiana de regulação do capitalismo, quanto a farsa pseudo-marxista de que é necessário desenvolver as forças produtivas para chegar ao reino da liberdade e da prosperidade, só tem guarida entre burocratas do conhecimento e no seio dos parasitas que ocupam as estruturas partidárias. Limpar o terreno é o primeiro passo para se avaliar os riscos e as possibilidades que se abrem em uma era de transformações fundamentais.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. “Benjamin e o capitalismo”, *Revista IHU Online*, 2013. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057-benjamin-e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>. Acesso em: 18/03/2020.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo*. Campinas: Unicamp, 1998.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BERLIN, Isaiah. *Liberty*. Oxford: Oxford U. Press, 2002.
- BHASKAR, Roy A *Realist Theory of Science*. Londres: Routledge, 2008.
- _____. *Plato Etc*. Londres: Routledge, 2010.
- COMTE, Auguste. *The Positive Philosophy*, vol. 2. Nova York: Cambridge U. Press, 2009.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FLECK, Amaro. “O conceito de fetichismo na obra marxiana: uma tentativa de interpretação”, *ethic@*, vol. 11, n.1, pp. 141-158, 2012.
- GRAEBER, David. “Manners, Deference and Private Property: The Generalization of Avoidance in Early Modern Europe”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 39, n. 4, 1997.
- _____. *Toward an Anthropological Theory of Value*. Nova York: Palgrave, 2001.
- _____. “Fetishism as social creativity: or, Fetishes are gods in the process of construction”, *Anthropological Theory*, n. 5, pp. 407-438, 2005.
- _____. “Turning Modes of Production Inside Out: or, Why Capitalism is a Transformation of Slavery”, *Critique of Anthropology*, vol. 26, n. 1, pp. 61-85, 2006.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx e a crítica ao modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- IACONO, Alfonso M. *Le fétichism: Histoire d'un concept*. Paris: PUF, 1992.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LÖWI, Michael “Introdução à Edição Brasileira”. In: MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp 13-17.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O capital*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NOZICK, Robert. *Anarchy, State, and Utopia*. Oxford: Blackwell, 1999.
- PIETZ, William. “The Problem of the Fetish, I”, *Anthropology and Aesthetics*, n. 9, pp. 5-17, 1985.
- _____. “The Problem of the Fetish, II”, *Anthropology and Aesthetics*, n. 9, pp. 23-45, 1987.
- PIMENTA, Tomás Lima. “Alienation and fetishism in Karl Marx’s critique of political economy”, *Nova Economia*, vol. 30, n. 2, pp. 605-628, 2020.
- ROBBINS, Lionell. *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. Londres: Macmillan, 1932.
- SAFATLE, Vladimir. *Fetichismo: colonizar o outro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I*. Nova York: Academic Press, 1974.

_____. "The Heritage of Sociology, The Promise of Social Science". In: *The End of the World as we Know It*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

EDUARDO MARTINS RÁO

TRANSIÇÕES DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO E/OU PÓS-CAPITALISMO NO SÉCULO XXI: BREVE SÍNTESE DO DEBATE

Recebido em 11/12/2020

Aprovado em 19/04/2021

TRANSIÇÕES DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO E/OU PÓS-CAPITALISMO NO SÉCULO XXI: BREVE SÍNTESE DO DEBATE

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em realizar uma breve síntese do debate acerca das teorias que se propuseram a fazer uma reflexão crítica sobre os processos de transição do capitalismo para o socialismo e/ou pós-capitalismo no século XXI. Em face de um conjunto amplo de estudos e análises, procedeu-se com a delimitação de cinco abordagens que consideramos estar entre as principais contribuições encontradas na literatura e na discussão pública. Sendo assim, serão apresentados os aspectos mais fundamentais das teses inscritas nas posições teóricas do socialismo digital, do pós-capitalismo, do socialismo autogestionário, do ecossocialismo e do socialismo pós-capital. Importa, ainda, deixar bastante explícitas as diferenças entre os autores em termos de pensar a transição ao socialismo/pós-capitalismo no século XXI do ponto de vista do papel atribuído ao desenvolvimento das forças produtivas, assim como também das perspectivas acerca das necessidades de transformações na forma do Estado e do mercado e, sobretudo, da efetividade ou não de uma revolução para a supressão do próprio capitalismo.

Palavras-chave: capitalismo; pós-capitalismo; socialismo; transição; crise.

EDUARDO MARTINS RÃO

Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp) e Professor dos cursos presenciais de Administração, Contábeis, Tecnologia em Logística, Recursos Humanos e Processos Gerenciais, do Centro Universitário do Vale do Ribeira (UNIVR).

E-mail: dudumrao@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0966-7568>

Abstract

The aim of this paper is to provide a brief summary of the debate about the theories that set out to critically reflect on the transition processes from capitalism to socialism and / or post-capitalism in the 21st century. In view of a wide range of studies and analysts, we proceeded with the delimitation of five approaches that we consider to be the main contributions found in the literature and in the public discussion. Therefore, the most fundamental aspects of the theses inscribed in the theoretical positions of digital socialism, post-capitalism, self-managing socialism, ecosystem-socialism and post-capital socialism will be presented. It is also important to make explicit the differences between the authors in terms of thinking about the transition to socialism / post-capitalism in the 21st century from the point of view of the role attributed to the development of the productive forces, as well as the perspectives on the needs of transformations in the form of the state and the market and, above all, the effectiveness or not of a revolution for the suppression of capitalism itself.

Keywords: capitalism; post-capitalism; socialism; transition; crisis.

I. Introdução

A problemática sobre as transformações ocorridas nos anos de 1970, e cristalizadas nos anos de 1990, tornou-se crucial para avaliar as características da contemporaneidade das sociedades capitalistas e do próprio capitalismo, como também se mostra notória nos termos do debate sobre a viabilidade e o caráter de um processo de transição do capitalismo ao socialismo ou ao pós-capitalismo. Se muitas são as formas de analisar o papel das transformações surtidas após 1970, obviamente muitas serão as maneiras de pensar as transições e muitos serão os tipos de transições correspondentes para cada um dos grupamentos teóricos e para cada um dos autores tomados especificamente.

Entretanto, embora esta problemática tenha assumido muitos desdobramentos, especialmente depois da dissolução da experiência do socialismo real e do conseqüente desmantelamento da URSS, simbolizado pela queda do muro de Berlim, o desafio que está colocado, para grande parte da esquerda em todo o mundo, exige uma avaliação sobre o futuro do socialismo no século XXI, alinhada ao exame crítico das experimentações socialistas empreendidas no século XX.

Nesse sentido, podemos indicar pelo menos cinco linhas¹ cujas abordagens versam sobre esta questão: a primeira, de Morozov (2019) e Prado (2014 e 2019), remete ao clássico debate em torno do cálculo e do planejamento econômicos; a segunda, de Mason (2017), busca estabelecer a possibilidade do pós-capitalismo a partir dos elementos encontrados no interior do próprio capitalismo; a terceira, de Singer (1998, 1999 e 2004), assevera a necessidade de radicalização da democracia e da solidariedade, como princípios fundamentais para a construção do socialismo, por meio do uso alternativo

¹ Registram-se ainda as obras de alguns autores, sobretudo latino-americanos, que têm se debruçado sobre esta temática, mas que, por razões de limitação, não serão abordados: J. Bernardo (1975), S. H. Dieterich (2006), O. F. BORDA (2008), A. G. Linera (2015), A. Costa (2016) etc. Caberia ressaltar, ademais, nossa lacuna em pelo menos dois aspectos: as opressões de raça, gênero e sexo e o papel destas lutas para o processo de transição ao socialismo e, ainda, o papel e o caráter da experiência chinesa. Esperamos cobrir estas duas lacunas em trabalhos futuros.

das forças produtivas erigidas pelo capitalismo; a quarta, de Löwy (2000, 2005 e 2009), destaca a importância da ocorrência de uma grande transição, marcada por transformações profundas e sistêmicas, em prol do ecosocialismo, sustentado pelo planejamento democrático ecológico; e a quinta, de Mészáros (2002, 2004 e 2009), exalta a premente e radical “regeneração da humanidade”, baseada na superação do “sociometabolismo do capital”, implicando o socialismo pós-capital.

Desta forma, o presente artigo conta, além desta introdução e das considerações finais, com a exposição sumária das abordagens acerca da transição do capitalismo para o socialismo e/ou pós-capitalismo, inscritas nas teses do socialismo digital, do pós-capitalismo, do socialismo autogestionário, do ecosocialismo e do socialismo pós-capital.

2. Breve síntese do debate

2.1. Cálculo e planejamento econômicos – socialismo digital

A primeira abordagem está referendada no debate sobre o cálculo e o planejamento econômicos que se desenvolveu desde meados de 1850. Barbieri (2013) localiza essa origem e nos apresenta uma linha do tempo, com as principais contribuições dos autores²: o momento mais marcante se concentrou na década de 1930, sendo retomado, posteriormente, nos anos 1980 e 1990.

Verifica-se que a disputa, envolvendo os economistas austríacos e neoclássicos e os teóricos do socialismo de mercado, ganhou nova dimensão

² O pré-debate origina-se na segunda metade do século XIX, com as publicações de Gossen (1853) e Wieser (1889) e segue no início do século XX, a partir de Pierson (1902), Barone (1908) e Cassel (1918). Nos anos de 1920, assume uma orientação mais definida com as obras de Mises (1920 e 1922), Brutzkus (1920), Weber (1922) e Taylor (1929). Na década de 1930, temos as contribuições de Dickinson (1933), Dobb (1934-1935), Lerner (1934), Hayek (1935), Robbins (1935), Durbin (1936), Lange (1936-7b e 1936-7c) e Hoff (1938). Nos anos de 1940, o debate segue com Hayek (1940), Thirlby (1946), Schumpeter (1947), Bergson (1948) e Mises (1949). Em 1953, Wiseman (1953) avança, mas a discussão será retomada apenas na década de 1980, por Nove (1983), Lavoie (1985), Kornai (1986) e Hayek (1988). Nos anos de 1990, segue com as abordagens de Bardhan e Roemer (1993), Cottrell e Cockshott (1993), Stiglitz (1994), Roemer (1994), Shleifer e Vishny (1994), Horwitz (1996) e Caldwell (1997). Cf. Barbieri (2013).

com a linha adotada por Hayek, ao incorporar o conhecimento à noção da complexidade do problema econômico:³ se os termos do debate, modificados pela elaboração hayekiana, postulam a necessidade da explicação de como o conhecimento converge para a realidade, os socialistas de mercado aproveitaram-se desta abertura para proporem modelos que tratassem do problema do conhecimento enquanto informação assimétrica entre planejadores e administradores.

Em outras palavras, para Barbieri (2013), Hayek redefine os termos do debate sobre o cálculo no socialismo ao incorporar a noção de complexidade e sua relação com o conhecimento, indicando a incapacidade do socialismo em auferir a correspondência automática entre os dados subjetivos e a realidade. Porém, esta abertura permitiu aos socialistas de mercado reduzir a economia do conhecimento a uma simplificação, enquanto economia da informação assimétrica, perquirindo modelos positivistas em que o problema do cálculo se reduz à discussão sobre a capacidade de processar e coletar dados objetivos acerca das funções de produção, da demanda e das quantidades de recursos.

Nos anos 2000, especialmente após a crise de 2008, este debate assumiu novos contornos. No âmbito dos teóricos do socialismo de mercado, destaca-se a obra de Daniel Saros (2014), *Information Technology and Socialist Construction: The End of Capital and the Transition to Socialism*. Já no espectro das elaborações neoclássicas, chama atenção o livro de Mayer-Schönberger e Ramge (2018), *Reinventing Capitalism in the Age of Big Data*. Estas duas obras serão

³ “[...] as diferentes posturas a respeito da possibilidade de realizar cálculo econômico no socialismo variam conforme as diferentes concepções adotadas sobre a complexidade do problema econômico e sobre a natureza do conhecimento utilizado na solução do mesmo. Se o problema for complexo e os seres humanos não forem oniscientes, o conhecimento sobre os detalhes que compõem os cambiantes fundamentos da economia é disperso entre os agentes e ao mesmo tempo falível. Se o conhecimento dos agentes for falível, precisamos de um mecanismo impessoal de seleção de hipóteses conjecturais (como o sistema de preços de mercado) e da liberdade para experimentar essas hipóteses (proporcionada nos mercados livres pela propriedade privada). Os mecanismos de seleção artificial propostos no debate, por outro lado, transferem a simplicidade do modelo para a realidade, reduzindo então a complexidade desta. Se não distinguirmos a natureza do conhecimento do cientista e do agente, corremos o risco de adotar uma visão positivista sobre o conhecimento dos agentes: o problema do cálculo se reduziria então à discussão sobre a capacidade de processar e coletar dados objetivos sobre funções de produção, demanda e quantidades de recursos” (BARBIERI, 2013, pp. 286-287).

analisadas e criticadas no artigo de Morozov (2019), publicado na *New Left Review*, intitulado “Digital Socialism? The Calculation Debate in the Age of Big Data”. O objetivo de Morozov (2019) é examinar – e revitalizar – o debate sobre o cálculo econômico no socialismo a partir da análise sobre conhecimento, preços e coordenação social na era do *Big Data*, pois, em sua avaliação, desde a crise de 2008, existe certa disputa em torno de como reestruturar a economia global com base nas inovações digitais (“New Deal on Data”).

⁴ Sobre sua crítica mais geral: “*Reinventing Capitalism* é um dos vários livros recentes que pretendem ler as mudanças massivas desencadeadas pelo surgimento de novos modelos de negócios intensivos em dados contra o fundo analítico mais amplo do capitalismo contemporâneo. *The Age of Surveillance Capitalism*, de Shoshana Zuboff, pode ser o exemplo mais proeminente; outro é *World After Capital*, autopublicado online pelo capitalista germano-americano Albert Wenger (citado de forma bastante favorável por Mayer-Schönberger e Ramge). Na falta de uma concepção de capitalismo robusta e fundamentada teórica e historicamente, esses textos seguem a mesma trajetória narrativa: os autores começam escolhendo algum estágio anterior – ‘capitalismo financeiro’ para Mayer-Schönberger e Ramge, ‘capitalismo de defesa’ para Zuboff, ‘capitalismo da era industrial’ para Wenger – e então prosseguem com o lançamento do deus *ex machina* da tecnologia da informação, *Big Data*, aprendizado de máquina ou mesmo (no caso de Wenger) ‘a universalidade da computação a custo marginal zero’. Todos os três concluem que o estágio atual do capitalismo – ‘capitalismo de dados’ (Mayer-Schönberger e Ramge), ‘capitalismo de vigilância’ (Zuboff), ‘Era do Conhecimento’ no pós-capitalismo (Wenger) – é uma partida radical do anterior, e que mudanças drásticas na tecnologia da informação explicam a transição. Eles se voltam para a história recente apenas de maneira muito seletiva, principalmente para reforçar seu esquema presentista de dois estágios. As consequências analíticas e políticas variam. Zuboff tem pouco a dizer de positivo sobre a era do ‘capitalismo de vigilância’, enquanto *Reinventing Capitalism* conclui com uma leitura quase religiosa do poder terapêutico dos dados e da informação, que vai curar os males do capitalismo contemporâneo e restaurar a eficiência do mercado” (MOROZOV, 2019, p. 39; tradução nossa). Sobre suas críticas específicas à obra *Reinventing Capitalism*: “Por que tudo isso, quando o conceito existente de capitalismo, em toda a sua riqueza analítica, já permite tais transições? Talvez porque operar com esse conceito significasse conceber o capital como um sistema e como uma relação social – e não apenas um estoque de bens físicos e imateriais disponíveis para a produção, como tendem a imaginar os economistas neoclássicos. Dada a relutância de Mayer-Schönberger e sua turma em fazê-lo, mesmo em um contexto de crescentes ansiedades sobre a direção do sistema capitalista, é provável que vejamos mais uma torrente de livros que são nominalmente sobre o futuro do capitalismo, mas oferecem, na melhor das hipóteses, representações de regularidades observadas em como as empresas capitalistas expandem seus estoques de capital para incluir dados. O comportamento futuro dessas empresas equivale a nada menos do que o futuro do próprio capitalismo. Se isso é um pouco melhor do que os contos de fadas da concorrência perfeita e equilíbrio de mercado elaborados por economistas neoclássicos, o uso prático e político de tais percepções é mínimo, já que eles ignoram os impulsionadores fundamentais que moldam o comportamento até mesmo daquelas empresas capitalistas individuais que suas teorias propõem explicar. Reinventar a primeira grande dicotomia do capitalismo – ‘dados versus dinheiro’ – parece insustentável. Mas, e sua segunda dicotomia, entre preços e informação? Aqui, a avaliação é um pouco mais complicada e exigirá uma excursão pela economia clássica e neoclássica, com suas ideias contrastantes de informação, preços e competição – e, em particular, uma leitura atenta de Hayek. *Reinventing Capitalism* é muito leve na teoria econômica e nunca fica muito claro qual estrutura – clássica, neoclássica, austríaca? – informa a insistência dos autores na obsolescência do preço e na ascendência dos dados. Pode-se, no entanto, tentar deduzi-lo” (*ibidem*, p. 42; tradução nossa).

Após expor sua crítica geral às teses “pró-capitalistas”⁴, o autor se debruça criticamente junto à obra de Mayer-Schönberger e Ramge (2018), ressaltando, principalmente, os aspectos mais fundamentais encontrados no livro: (i) a relação entre informação e sistema de preços;⁵ (ii) o conhecimento não

⁵ “O profundo apreço de Hayek pelo preço repousa no fato de que, à medida que os parceiros da transação negociam, eles devem levar em consideração todas as informações que têm em mãos, incluindo suas prioridades e preferências, e condensá-las em um único valor”, afirma Mayer-Schönberger e Ramge. É contra essas visões presumidas de Hayek que eles montam seu próprio argumento de que a tecnologia agora pode fornecer mais informações do que preços, porque não é mais necessário condensar informações – pode-se simplesmente usá-las” (MOROZOV, 2019, pp. 44-45; tradução nossa).

⁶ “Argumentar que há uma escolha a ser feita entre o sistema de preços e o sistema de conhecimento – ou que o último, na forma de *Big Data*, agora está suplantando o primeiro – é fundamentalmente não entender a visão de Hayek de como o sistema capitalista funciona. O fato de os preços terem significado informativo para os participantes do mercado – o que, por si só, depende da internalização das leis básicas do capitalismo – não os impede de adquirir outras formas de informação, antes do momento da troca, durante a fase crucial da ‘competição real’. Como os economistas neoclássicos, os autores de *Reinventing Capitalism* eliminam esse estágio anterior de sua concepção de troca. Eles, portanto, afirmam que os preços devem condensar todas as informações disponíveis – o que, é claro, eles não podem. Toda a premissa do livro é a consequência lógica de tentar encaixar a visão dinâmica da competição de Hayek em uma estrutura neoclássica estática – e, ao descobrir que ela não se encaixa, postular que precisamos de outro termo informativo para ‘capitalismo’” (MOROZOV, 2019, p. 47; tradução nossa).

⁷ “Enquanto Hayek, em sua primeira contribuição para o Debate do Cálculo Socialista, traçou uma distinção explícita entre o economista – o protagonista de uma economia de mercado – e o engenheiro – o protagonista de uma economia de planejamento central –, o consenso pós-hayekiano na economia neoclássica rendeu uma mistura estranha dos dois. E à medida que o mundo se digitaliza cada vez mais, construir novos mercados, bem como consertar os já existentes, fica mais fácil e barato: atuar sobre as dimensões informacionais da troca de mercado agora pode ser feito remotamente, por meio de plataformas digitais. *Reinventing Capitalism* pertence diretamente a esta tradição intelectual de ‘design de mercado’ – um fato que os autores reconhecem vagamente ao situar seu argumento em relação ao trabalho do economista de Stanford, Alvin Roth, o ganhador do Prêmio Nobel de ‘design de mercado’” (MOROZOV, 2019, p. 49; tradução nossa).

⁸ “De fato, a problemática de *Reinventing Capitalism*, originalmente construída ao longo do eixo preço-informação, também gira em torno do eixo lei-mercado. Não é que o preço esteja perdendo terreno para a informação; ao contrário, as soluções para os problemas sociais que se baseiam na lógica do direito – e, portanto, em marcos coletivos, passíveis de revisão democrática – estão perdendo espaço para soluções baseadas na lógica do mercado, sob medida para a figura atomizada do consumidor. O Uber, cuja existência depende da polinização cruzada de vários mecanismos de *feedback*, é um exemplo disso. [...] O que foi feito aos passageiros (e motoristas) agora está sendo estendido a outros domínios. O campo conhecido como ‘regulamento algorítmico’ – ou ‘Regulamento 2.0’ – estuda como aplicar mecanismos de *feedback* de estilo Uber a uma ampla gama de atividades sociais. Sidewalk Labs, uma unidade da Alphabet que trabalha em ‘consertar’ cidades, sugeriu usá-los para o zoneamento: por que os conselhos municipais deveriam impor restrições sobre o que pode ser construído, em vez de simplesmente deixar os desenvolvedores capitalistas experimentarem como quiserem com a realidade local do mercado imobiliário, e interferir apenas se o *feedback* – de vizinhos reclamando de barulho, por exemplo – exceder algum limite negativo?” (MOROZOV, 2019, pp. 50-52; tradução nossa).

baseado em preços;⁶ (iii) o papel dos tecnocratas do mercado⁷ e (iv) as modalidades de mercado.⁸

No entanto, admite que uma das mais importantes contribuições trazidas pelo livro reside na noção de “*dados de retroalimentação*”, desdobrado no conceito de “*infraestrutura de retroalimentação*”. Morozov (2019) acredita que será em função deste paradigma que se empenharão as grandes batalhas políticas vindouras: *a questão do funcionamento dos meios de produzir os “dados de retroalimentação”, bem como também a questão de quem possui os próprios dados.*

Assim sendo, dois projetos se impõem: o projeto político de “retroalimentação neoliberal” e o projeto à esquerda. O primeiro atende a dois objetivos: (i) colaborar para a resolução dos problemas de ineficiências que entravam os mercados existentes e operar em face de soluções indesejadas para os problemas sociais emergentes, particularmente aquelas que não estejam adequadas ao mercado e (ii) programar “mercados artificiais” em situações nas quais eles não surgem espontaneamente. Ou seja, um projeto que visa subordinar todos os seres humanos à lógica da concorrência como norma social.

O projeto à esquerda, por sua vez, para superar o projeto neoliberal, precisa almejar a construção de uma “infraestrutura de retroalimentação”, apoiada em três possibilidades: (i) a solidariedade como procedimento de descobrimento, (ii) o desenho de “não-mercados” e (iii) o planejamento descentralizado.⁹ Trata-se, em suma, de a esquerda perseverar pela *socialização dos meios de produção de retroalimentação*.

Todos os três projetos – “solidariedade como descoberta”, “projetar não-mercados” e “planejamento automatizado” – sugerem um mundo em que o aumento da complexidade não é aceito como um fato inalterável e

⁹ “O primeiro, que podemos, seguindo a descrição de Hayek da competição, chamar de ‘solidariedade como um procedimento de descoberta’, tem a ver com a detecção de novas necessidades e formas de satisfazê-las por meio de mecanismos não mercantis. O segundo, que poderíamos chamar de ‘projetar não-mercados’, diz respeito à coordenação social em questões não relacionadas à produção e ao consumo. O terceiro, que podemos chamar de ‘planejamento automatizado’, se concentra exclusivamente na coordenação na esfera econômica” (MOROZOV, 2019, pp. 54-55; tradução nossa).

onde a competição não é a única maneira de lidar com isto. A tecnologia da informação, por sua vez, seria vista como um meio de descobrir e atuar sobre a plasticidade dos arranjos sociais e econômicos, desfazendo os feixes – como o preço, cujas várias funções já haviam sido agrupadas – que até agora foram tomados por garantidos. Progredir em qualquer uma dessas frentes pode constituir um grande avanço para a esquerda. Mas nenhum progresso desse tipo materializar-se-á se os meios para criar modos alternativos de coordenação social – a “infraestrutura de *feedback*” – permanecerem propriedade exclusiva dos gigantes da tecnologia.¹⁰ (MOROZOV, 2019, p. 65; tradução nossa)

Dialogando com este autor, Prado (2014) já nos dizia que seria fundamental pensarmos o socialismo em termos de planejamento descentralizado e democrático, contrapondo-se ao planejamento centralizado, ditado no “socialismo real”.¹¹ Por conseguinte, Prado (2019) confia no argumento de Morozov (2019) de que uma das disputas mais centrais, no século XXI, reside na possibilidade de superação do mercado pelo planejamento democrático, a partir do “socialismo digital”. Em suas palavras:

¹⁰ Segue afirmando que: “Se o Debate do Cálculo Socialista nos ensina alguma coisa, é que a esquerda não deve perder tempo debatendo os méritos do mecanismo de preços isolado de sua inserção no sistema mais amplo de competição capitalista, que gera conhecimento não relacionado a preços e produz as normas sociais gerais e os padrões de legibilidade que permitem ao sistema de preços fazer tanto com tão pouco. Embora seja verdade que, avaliado em seus próprios termos, o sistema de preços parece uma maravilha de coordenação social, também é verdade que, sem os mercados capitalistas, ele não existe. Portanto, faz sentido buscar uma avaliação mais abrangente, observando como a existência da competição capitalista – e do capitalismo em geral – afeta a coordenação social *tout court*. A coordenação social pode ser mediada por muitos mecanismos, incluindo lei, deliberação democrática, ‘burocracia radical’ descentralizada e controle de *feedback*, bem como o sistema de preços. [...] A esquerda, então, deve se concentrar em preservar e expandir a ecologia dos diferentes modos de coordenação social, ao mesmo tempo que documenta os pesados custos – inclusive na própria descoberta - de descobrir exclusivamente pela competição. Esta missão, entretanto, será quase impossível sem recuperar o controle sobre a ‘infraestrutura de *feedback*’. A contradição entre formas colaborativas de descoberta de conhecimento e a propriedade privada dos meios de produção digital já está se tornando aparente nos processos de ‘produção entre pares’ – há muito celebrados por acadêmicos jurídicos liberais – usados na produção de *software* livre ou serviços como a Wikipédia. No atual modelo de propriedade privada do Vale do Silício, é improvável que a infraestrutura de *feedback* seja receptiva a uma transformação democrática radical. A liberdade, como os neoliberais há muito entenderam, deve ser planejada; mas o mesmo deve acontecer com sua ‘ordem espontânea’” (MOROZOV, 2019, pp. 66-67; tradução nossa).

¹¹ “O socialismo é a superação tanto da sociedade natural, espontânea e anárquica quanto da sociedade construída, administrada e hierárquica. O socialismo é uma formação social constituída pela associação heterogênea e pluralista de pessoas livres e emancipadas. Ele se organiza economicamente com base na autogestão, comunitária, consciente e democrática de trabalhadores. Pressupõe, assim, que a complexidade do social se desenvolve como uma totalidade descentrada” (PRADO, 2014, p. 76).

A ideia central do planejamento automático é empregar um catálogo geral – uma plataforma eletrônica semelhante àquela empregada pela Amazon, mas também por variados centros de comércio eletrônico como o Mercado Livre – em que as empresas, organizadas na forma de comuns e dirigidas por conselhos de trabalhadores, oferecem os seus produtos livremente. Esse catálogo é acessado pelos consumidores em geral, sejam eles intermediários ou finais, com a finalidade de escolher empresas, indicando para elas as suas aquisições planejadas para o futuro próximo ou distante, assim como para fazer aquisições imediatas de bens e serviços. Para registrar as suas demandas, os demandantes empregam um cartão de identificação único (ou seja, semelhante ao CPF do Brasil). O custo de qualquer aquisição imediata é sempre mais alto do que aquele da aquisição planejada; a desistência de uma compra também pode ter um pequeno custo. Note-se que esse sistema, em princípio, elimina o trabalho assalariado. Em consequência, suprime também a relação de capital. Busca, assim, inverter a relação entre valor e valor de uso; ao contrário do que acontece no capitalismo, o valor – agora medido explicitamente – passa a se subordinar aos valores de uso, às necessidades das pessoas. No entanto, é evidente que o método de coordenação por meio de sítios de compra, venda e planejamento econômico também requer um sistema de preços-trabalho. Ele próprio, ademais, constitui-se, sim, como uma forma branda de concorrência. No entanto, os agentes econômicos não são guiados nesse sistema pelo lucro, mas apenas pela necessidade de ofertar valores de uso para outros em troca da possibilidade de adquirir, depois, valores de uso outros de outros. Os conselhos de trabalhadores decidem sobre os preços a serem cobrados pelos produtos que vendem, mas como não são entidades guiadas pelo lucro, a compensação que recebem não está ligada à lucratividade. O critério principal na fixação dos preços é eliminar os estoques antes que o próximo ciclo de produção tenha início. (PRADO, 2019, p. 5)

Segue afirmando:

Não existe nesse sistema socialista, portanto, dinheiro propriamente dito – aquele ente misterioso que opera nos circuitos $D - M - D'$ ou $D - D'$, mas sim “senhas” ou “bilhetes” que funcionam como unidade de conta, meio de transação e reserva de valor temporária, os quais servem ao propósito de melhor atender às necessidades das pessoas e da sociedade como um todo.

Será necessário, no entanto, criar também um subsistema capaz de reunir fundos expressivos para investir em projetos de grande porte. Em suma, um sistema socialista como este – aqui apresentado apenas em grandes traços – constitui-se também como uma forma de coordenação social e um procedimento descentralizado de descoberta. É evidente que poderá ser bem superior aos mercados realmente existentes na realização efetiva dessas duas funcionalidades. Em particular, é preciso ver que elimina a prática de manter segredos industriais e comerciais, as manipulações dos consumidores feitas pelos ofertantes capitalistas, a monopolização dos mercados, a obsolescência planejada etc., que abundam cada vez mais no capitalismo contemporâneo. Sendo bem pensado, ele poderá resolver também o problema da sustentabilidade da sociedade humana na face da Terra, pois poderá levar em conta os imperativos ecológicos. Ademais, esse tipo de economia engendrará uma repartição da renda muito menos desigual em relação ao que ocorre hoje e é quase inevitável sob o capitalismo. (*ibidem*, p. 6)

2.2. Pós-capitalismo

No que tange à segunda abordagem, merece apreciação a obra de Paul Mason (2017 [2015]), *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*. O diagnóstico interpelado pelo autor é bastante intrigante: estamos em condições de avançarmos em direção ao pós-capitalismo.¹² Em sua avaliação, a esquerda, ao longo do século XX, apostou em uma estratégia de superação do capitalismo que fracassou: o mercado aniquilou seus planos, o individualismo suplantou o coletivismo e a solidariedade, e a força de trabalho expandida não se comporta mais como antes. Este projeto entrou em colapso, mas não significa o fim das utopias, pois existe uma forma de perseverar para a superação do capitalismo: *as mudanças propiciadas pelas novas tecnologias da informação implicam novas maneiras de trabalhar e uma nova economia compartilhada*.

¹² “O objetivo deste livro é explicar por que substituir o capitalismo não é mais um sonho utópico, além de esclarecer como as formas básicas de uma economia pós-capitalista podem ser encontradas no interior do sistema vigente e de que modo é possível expandi-las rapidamente.” (MASON, 2017, p. 12).

O capitalismo não será derrotado por estratégias de “marcha forçada”, mas, sobretudo, pelo fato de que algo muito mais dinâmico e fundamental – já em curso – irá remodelar paulatinamente a economia em torno de novos valores e comportamentos. Ou seja, o pós-capitalismo surgirá em função da aceleração de tendências inscritas no próprio capitalismo, coadunadas por choques externos e pela projeção de um novo tipo de ser humano.

Aqui reside o papel-chave das novas tecnologias, pois elas permitiram o advento de três principais transformações: (i) reduziu a necessidade de trabalho e diluiu as linhas entre trabalho e tempo livre, afrouxando a relação entre trabalho e salário; (ii) erodiu a capacidade do mercado de formar preços de modo correto: os monopólios aparecem enquanto mecanismo de defesa do sistema, que, certamente, entrará em conflito com a necessidade da humanidade de usar ideias livremente e (iii) aumentou significativamente o caráter espontâneo da produção colaborativa de bens, serviços, organizações e instituições, fomentando o enfrentamento aos ditames do mercado e à sua hierarquia funcional.

Em suma, existe forte apreço por parte de todos em termos de dispor de *mais tempo livre, de atividades em rede e de coisas gratuitas*: novas formas de propriedade, novas formas de empréstimos, novas formas de contratos legais, novos modelos de negócios, novos produtos de informação (caso expressivo da *Wikipédia* – plataforma mundial gratuita produzida por voluntários) estão despontando no horizonte. São a partir destes exemplos que o autor estabelece uma rota de saída para o capitalismo: medidas micro podem e devem ser projetadas, contando com a atuação crucial do Estado e com as mudanças em nosso pensamento sobre tecnologia, trabalho e propriedade.

No entanto, o que obstaculiza esta tendência reside na lógica capitalista de se apropriar das novas tecnologias visando atender exclusivamente aos seus objetivos mercantis: o sistema bancário, o sistema de planejamento e a cultura neoliberal ainda sustentam o direcionamento da inovação à geração de empregos de baixo valor e de longas horas de trabalho. Além disso,

seguindo a orientação da teoria dos ciclos longos de Kondratieff, acredita que o esperado “quinto avanço tecnológico”¹³ para o capitalismo não prosperou e o elemento central para que isso não esteja acontecendo deriva da natureza específica da tecnologia da informação.

As novas tecnologias da informação trazem consigo novos objetos, novos processos, novos conteúdos, cujo conhecimento figura na condição de um “bem” muito mais valioso do que as coisas físicas usadas para se produzir. Porém, esta grande valia carece, por natureza, de uma medição efetiva: o máximo que ocorre é a utilização de parâmetros utilitários e funcionais. Se tomado o conhecimento como valor de troca ou ativo e se analisado que a informação é abundante, facilmente replicável, e apresenta forte tendência de mecanismos de preços próximos de zero, dados seus custos de produção e reprodução mínimos (máquinas que “duram para sempre” e não custam nada), tudo levaria a economia a uma contradição entre a *escassez convencional e a abundância absoluta dos novos tempos*: a força do dinamismo atual se dá a partir da informação, um bem abundante e que “quer ser livre”.

Esta seria então a contradição fundamental no “infocapitalismo”: de um lado, o mundo da informação e da vigilância monopolizado por empresas e

¹³ “O capitalismo industrial atravessou quatro longos ciclos, levando a um quinto cuja decolagem foi retardada: 1. De 1790 a 1848: O primeiro ciclo longo é discernível nos dados ingleses, franceses e norte-americanos. O sistema fabril, maquinário movido a vapor e canais são a base do novo paradigma. O ponto de inflexão é a depressão no final da década de 1820. A crise revolucionária de 1848-51 na Europa – espelhada pela Guerra Mexicana e pelo Compromisso do Missouri nos Estados Unidos – forma um claro sinal de pontuação. 2. De 1848 a meados dos anos 1890: O segundo ciclo longo é tangível de ponta a ponta do mundo desenvolvido e, em seu final, da economia global. Estradas de ferro, telégrafo, navios a vapor, moedas estáveis e maquinário produzido por máquinas estabelecem o paradigma. A onda chega ao pico em meados da década de 1870, com a crise financeira nos Estados Unidos e na Europa levando à Longa Depressão (1873-96). Durante os anos 1880 e 1890, novas tecnologias são desenvolvidas em resposta a crises econômicas e sociais, juntando-se no início do terceiro ciclo. 3. De 1890 a 1945: No terceiro ciclo a indústria pesada, a engenharia elétrica, o telefone, a administração científica e a produção em massa são as tecnologias-chave. A ruptura ocorre no final da Primeira Guerra Mundial; a Depressão dos anos 1930, seguida pela destruição de capital durante a Segunda Guerra Mundial, arremata o movimento descendente. 4. Final dos anos 1940 a 2008: No quarto ciclo os transistores, os materiais sintéticos, os bens de consumo de massa, a automação fabril, o poder nuclear e o cálculo automático criam o paradigma – produzindo o mais longo boom de toda a história. O pico não poderia ser mais claro: o choque do petróleo de outubro de 1973, depois do qual tem lugar um longo período de instabilidade, mas não uma grande depressão. 5. No final dos anos 1990, sobrepondo-se ao final da onda anterior, aparecem os elementos básicos do quinto ciclo longo. Ele é impulsionado pela tecnologia de rede, comunicações móveis, um mercado verdadeiramente global e bens de informação. Mas ele empacou – e a razão tem algo a ver com o neoliberalismo e com a tecnologia em si” (MASON, 2017, pp. 90-91).

governos e, de outro lado, a informação operando cada vez mais como bem social, livre, incapaz de ser precificada e de se manter explorada e apropriada privadamente.¹⁴ Tal tendência obriga a esquerda a sugerir um caminho diferente de superação da ordem social: o novo centro da luta política rumo ao pós-capitalismo é a *produção colaborativa*, através do uso da tecnologia de rede – para produzir bens e serviços gratuitos e compartilhados. Por essa razão, caberia nos empenharmos na construção do que chama de “Projeto Zero”: um sistema de zero energia baseada no carbono; zero custo marginal de produção de máquinas, produtos e serviços e de redução do tempo de trabalho necessário o mais próximo possível de zero.

Nesta transição, a força produtiva do conhecimento alinhada ao funcionamento das redes se tornam as premissas para um sistema não mercadológico que se replica incessantemente, da mesma forma que o novo agente de mudança na história passa a se localizar no ser humano educado e conectado¹⁵ e o equivalente da nova fonte de riqueza livre são as “externalidades” – o material gratuito e o bem-estar gerado pela interação em rede. Além dos elementos “internos”, existem também os eminentes “choques externos”: o esgotamento de energia, as alterações climáticas, o envelhecimento da população e a migração.

¹⁴ “Eis, em resumo, o argumento deste livro: o *capitalismo é um sistema complexo, adaptativo, que alcançou os limites de sua capacidade de adaptação*. [...] Como pretendo demonstrar, sua tendência espontânea é a de dissolver mercados, destruir propriedade e romper a relação entre trabalho e salários. E esse é o terreno profundo da crise que estamos atravessando” (MASON, 2017, p. 16; grifos do autor). Nesta passagem explicita: “A principal contradição hoje é entre a possibilidade de criar bens e informações livres e um sistema de monopólios, bancos e governos tentando manter as coisas privadas, escassas e comerciais. Tudo se resume à refrega entre rede e hierarquia, entre velhas formas de sociedade moldadas em torno do capitalismo e novas formas de sociedade que prefiguram o que vem em seguida” (*ibidem*, p. 23).

¹⁵ “Nos últimos vinte anos, o capitalismo formou uma nova força social que será sua coveira, assim como tinha formado o proletariado industrial no século XIX. São os indivíduos conectados em rede que têm acampado nas praças das metrópoles, obstruído postos de perfuração petrolífera, tocado punk rock nos telhados de catedrais russas, brandido desafiadoras latas de cerveja na cara do islamismo no gramado do parque Gezi, levado 1 milhão de pessoas para as ruas do Rio e de São Paulo e que agora organizam greves em massa pelo sul da China. Eles são a classe trabalhadora “contradita” — aprimorada e substituída. Podem não ter a mínima noção de estratégia, a exemplo dos operários do início do século XIX, mas já não são mais submissos ao sistema: estão enormemente insatisfeitos com ele. São um grupo cujos interesses diversos convergem para a necessidade de fazer o pós-capitalismo acontecer, de forçar a revolução infotecnológica a criar uma nova espécie de economia, na qual tanto quanto possível o que se produz é grátis, para uso colaborativo comum, revertendo a maré da desigualdade” (MASON, 2017, p. 313).

Tomados em conjunto, devemos pensar a transição como um *projeto*¹⁶, cujo objetivo deve ser o de expandir as tecnologias, modelos de negócios e comportamentos que dissolvem as forças de mercado, socializam o conhecimento e eliminam a necessidade de trabalhar, empurrando a economia para a abundância. Logo, trata-se da construção de medidas que implicam a *reorientação das tendências centrais encontradas dentro do próprio capitalismo*, sendo fundamental o uso do poder governamental junto ao direcionamento de todas as ações para a transição.

Finalmente, cabe destacar ainda o poder da imaginação: o expediente realizado no estágio de *design* pode reduzir os erros no estágio de implementação do projeto. A capacidade de modulação permite que pessoas diferentes possam trabalhar em locais diferentes, em velocidades diferentes, com relativa autonomia uma da outra. Tudo se passaria como se existisse um modelo de código aberto de toda a economia, onde todo experimento realizado fosse enriquecedor.

2.3. Socialismo autogestionário

A terceira abordagem se depreende das contribuições do intelectual e militante socialista brasileiro Paul Singer. A partir de uma síntese mais

¹⁶ O “Projeto Zero” estabelece, ademais, cinco preceitos: entender as limitações da força de vontade humana em face de um sistema complexo e frágil; delinear a transição enquanto sustentabilidade ecológica; insistir na ideia de que a transição ultrapassa a economia, sendo, sobretudo, uma transição humana; atacar o problema a partir de todos os ângulos e maximizar o poder da informação. Prescreve, ainda, o alcance de metas mais elevadas, tais como: a redução das emissões de carbono; a estabilização do sistema financeiro; o proporcionamento de altos níveis de prosperidade material e bem-estar à maioria das pessoas e o direcionamento da tecnologia para a redução do trabalho necessário. Cf. Mason (2017). Os passos a serem adotados, resumidamente, indicam a seguinte trajetória: moldar primeiro e agir depois (utilizar-se da computação de altíssimo desempenho para simular previsões confiáveis); Wiki-Estado (atuação do Estado para suprimir as forças de mercado e coordenar e planejar a infraestrutura de modo democrático); expandir o trabalho colaborativo; suprimir ou socializar os monopólios; eliminar as forças de mercado; socializar o sistema financeiro; pagar uma renda básica a cada indivíduo e, finalmente, libertar as pessoas a partir da redução drástica do trabalho necessário, das hierarquias e do trabalho colaborativo, sustentável e enriquecedor. Cf. Mason (*ibidem*). “Estamos num momento de possibilidade: de uma transição controlada para além do mercado livre, para além do carbono, para além do trabalho compulsório” (*ibidem*, p. 415).

concisa, apoiamo-nos, principalmente, em sua obra *Uma utopia militante: repensando o socialismo* (1998), em alguns lampejos de *Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão* (1999) e em seu artigo *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário* (2004). Na obra de 1998, assim assevera sua posição:

Este livro surgiu da preocupação de reconceituar a revolução social socialista e de reavaliar suas perspectivas e possibilidades, face às vicissitudes do capitalismo e do movimento operário nos anos finais do século e do milênio. [...] O fracasso do “socialismo realmente existente” revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social*. A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter estas organizações. (SINGER, 1998, p. 4; grifos do autor)

Como podemos observar, esta posição encontra forte respaldo na leitura que o autor faz da obra de Rosa Luxemburgo em, pelo menos, três aspectos fundamentais: (i) a ideia de “democracia de massas”; (ii) a dinâmica da revolução de “baixo para cima” e (iii) o conceito de “coexistência de modos de produção”¹⁷. A conjunção destes aspectos constitui o pilar de sustentação teórica de Singer, condizente com a sua formulação em termos de pensar a economia solidária/socialismo autogestionário como processo

¹⁷ No livro de entrevistas sobre Rosa Luxemburgo, *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*, organizado por Loureiro (2008), Paul Singer revela muitas passagens esclarecedoras sobre a influência teórica e sobre sua leitura da obra de Rosa, das quais se verifica, em grande medida, a ligação entre os três aspectos supracitados.

de transição do capitalismo:¹⁸ o *cooperativismo* assume a forma elementar necessária à revolução social socialista, isto é, o cooperativismo significa a *práxis* histórica da classe trabalhadora, desde os primórdios da revolução social capitalista até os dias de hoje, capaz de promover a revolução social socialista através de seu fortalecimento e de sua interação com as demais esferas da realidade a ponto de envolver a totalidade da vida social e criar as condições suficientes, especialmente por meio da radicalização democrática, para que os *meios de produção sejam coletivizados e autogestionados pelos próprios trabalhadores em caráter associativo e solidário*.¹⁹

Logo, o cooperativismo não constitui apenas uma “alternativa” frente à globalização e ao neoliberalismo – e ao consequente desemprego estrutural,

¹⁸ “[...] a mudança se dá, ao meu ver, não por lutas. Digamos, eu desisti da ideia de que é preciso acabar com o capitalismo, eu acho que não dá para acabar com o capitalismo, a não ser quando ninguém mais estiver interessado em desempenhar o papel de patrão e ninguém mais quiser ser assalariado. O que hoje e no futuro próximo – o único que conseguimos vislumbrar – podemos enxergar é que vai ainda levar muito tempo até que ninguém mais se interesse pelo capitalismo. [...] Quer dizer, não estou achando, como Rosa formulou há muitos anos atrás, em outras circunstâncias históricas, que a alternativa é ou acabar com o capitalismo ou cair na barbárie. Eu acho que o que nós temos, e volto a ser otimista, é a possibilidade de construir um capitalismo democrático, que é uma conquista operária e, nesse espaço, avançar para um socialismo autogestionário. [...] Eu acho que a mercadoria em si não tem problema nenhum. Se você tiver um mercado que é ativamente corrigido para não polarizar riqueza e pobreza, que é o que ele polariza; se você nada fizer, o mercado divide a sociedade em alguns poucos ricos e uma maioria pobre – o que Marx mostrou brilhantemente. Mas a experiência do século XX também mostra que intervenções redistributivas do Estado podem eliminar isso em quase 100%. Você tem países inteiros em que não há pobres; os pobres são minorias, doentes, circunstâncias muito especiais. Eu vejo que o capitalismo vai acabar quando chegarmos a uma situação em que qualquer pessoa que não queira trabalhar para os capitalistas tenha acesso a meios de produção. Aí os poucos que ainda vão querer fazer isso, têm que deixar fazer porque é um direito deles” (SINGER *In*: LOUREIRO, 2008, pp. 31-32).

¹⁹ Na apresentação de *Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão (1999)*, assim destaca suas hipóteses: (i) o projeto socialista não se limita à economia; (ii) a história nos oferece uma série de experimentos que deram certo; (iii) os casos em que a autogestão teve mais êxito do ponto de vista econômico são aqueles em que se formou uma forte, embora pequena, economia autossustentável; (iv) a autogestão deve ser implantada pela formação de comunidades inicialmente isoladas; (v) o desenvolvimento da autogestão não pode se dar “de cima para baixo”; (vi) o desenvolvimento da autogestão equivale à transição ao socialismo no terreno da produção e da distribuição; (vii) o desenvolvimento da autogestão como modo de produção alternativo e competidor no seio do capitalismo não estará desligado das demais lutas dos trabalhadores e (viii) com a Terceira Revolução Industrial, há nas empresas capitalistas mais progressistas uma redução das hierarquias, uma redução do autoritarismo capitalista na própria empresa e um aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores de linha. Esta passagem é reveladora: “A terceira revolução industrial está levando a uma redução do autoritarismo capitalista e aumento das responsabilidades. Se for verdade que as novas forças produtivas desenvolvidas na revolução microeletrônica exigem maior participação e democracia nas empresas, a predição de Marx de que o socialismo se imporá por exigência do desenvolvimento das forças produtivas será então realidade” (SINGER, 1999, p. 31).

mas, sobretudo, representa uma *alternativa anticapitalista* à altura de permitir a transição do capitalismo ao socialismo autogestionário. Estabelecer a revolução social socialista na atualidade implica, então, a construção política da economia solidária, na condição de um conjunto de experimentos práticos da classe trabalhadora de organização coletiva sustentada por princípios de autonomia, controle e apropriação dos meios de produção. Estas ações expressam modos de produção associativos, marcados pelo caráter anticapitalista e pelo desenvolvimento humano sustentável, que estão localizados dentro do próprio modo de produção capitalista e, no entanto, rivalizam com ele.

Nesse sentido, a aposta fundamental recai na capacidade suficiente e necessária destes “implantes socialistas” promoverem “uma verdadeira revolução cultural”, afirmando a centralidade do trabalho coletivo como fundamento do processo de socialização, a partir do controle dos meios de produção realizado pelos trabalhadores associados, operando de forma autogestionária (sujeitos coletivos do trabalho). Fica explícito, portanto, que a economia solidária/socialismo autogestionário corresponde à possibilidade de emergência de um novo (ou novos) modo(s) de produção, cujo desenvolvimento se distinguiria radicalmente daquele vigorado no capitalismo.

Trata-se, em síntese, da revitalização do projeto de Owen,²⁰ aliado à noção luxemburguista da coexistência de modos de produção e da radicalização democrática “dos de baixo”, circunscrito à concepção *apropriacionista* das forças produtivas erigidas pelo modo de produção capitalista. Em suas palavras:

A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não

²⁰ “Na Inglaterra do alvorecer do século XIX este projeto foi formulado principalmente por Owen: uma sociedade formada por comunidades autônomas em que os resultados do trabalho coletivo são repartidos de forma equitativa, tendo por critério o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de cada bem ou serviço” (SINGER, 1998, p. 48).

pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. O desenvolvimento solidário apoia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar. Para tanto, o novo conhecimento não deveria ser propriedade privada, protegida por patentes, mas deveria ser livremente disponível para todos. (Esta proposição já se tornou concreta em relação ao *software* indispensável à utilização da Internet: o movimento pelo “*software* livre” desenvolveu o sistema Linux, que representa hoje desafio formidável ao *monopólio do software*, explorado pela Microsoft). Isso requereria que o trabalho de P&D fosse pago por fundos públicos (como de fato já é, em boa parte) ou então que a P&D continue sendo feita para empresas privadas, mas seus resultados sejam socializados mediante o pagamento de um prêmio adequado aos que contribuíram desta forma para o avanço do conhecimento. Entretanto, além da liberação do conhecimento para sua livre aplicação por todos, a economia solidária propõe outra organização da produção, à base da propriedade social dos meios de produção. Isso não quer dizer a estatização desta propriedade, mas a sua repartição entre todos os que participam da produção social. (SINGER, 2004, pp. 11-12; grifos do autor)

Segue afirmando:

O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade. Isso significa que a atividade econômica deverá ser realizada por empresas, constituídas ou por uma só pessoa, por membros de uma família ou por diversas pessoas que se associam para desenvolver atividades produtivas. As pessoas devem ser livres para constituir empresas e dissolvê-las, entrar para alguma e deixá-la quando for de seu desejo ou do desejo da maioria dos outros sócios. Em princípio, dentro da empresa, não importa

o seu tamanho, *todos os que dela fazem parte devem ter os mesmos direitos de participar das decisões que afetam a empresa e, portanto, a cada um deles.* Dessa forma, a economia solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente. A economia solidária é atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e os contratos que celebram. Mas a sociedade como um todo tem por dever tomar medidas para evitar que o jogo das forças de mercado crie ganhadores e perdedores, cuja situação seja reiterada ao longo do tempo. Mesmo que as condições de partida sejam iguais para todos os participantes, o jogo do mercado inevitavelmente produz ganhadores, que enriquecem, e perdedores, que empobrecem. Se a desigualdade assim criada não for desfeita, a divisão da sociedade em classes e o próprio capitalismo acabariam sendo restaurados. Cabe ao Estado, como representante democrático da sociedade, defendê-la contra sua divisão entre ricos e pobres, poderosos e fracos. Para isso, o Estado já dispõe de instrumentos, dos quais os mais importantes são os impostos sobre a renda e a propriedade e a transferência de recursos públicos aos carentes. O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue, e isso sem destruir os incentivos para que os produtores se esforcem em oferecer aos compradores a melhor qualidade e quantidade pelo melhor preço. (*idem ibidem*; grifos do autor)

2.4. Ecosocialismo

A quarta abordagem decorre da ideia do ecosocialismo, condensada principalmente pelo intelectual e militante marxista Michael Löwy, o qual acabou sintetizando e reformulando o conceito de ecosocialismo de maneira radical. O ecosocialismo se apresenta enquanto elemento fundamental em seu projeto de apreensão do que chama de “marxismo crítico”: uma tentativa de atualização do marxismo em face das transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo.²¹

²¹ Löwy expressa claramente seus matizes intelectuais no texto “Por um marxismo crítico” (2000). Em sua visão, o marxismo estabelece a crítica radical das bases da civilização moderna capitalista. Temos assim, em torno desta unidade, suas influências do pessimismo sociológico weberiano, da crítica do progresso em Benjamin, do anticapitalismo romântico e, mais recentemente, da perspectiva ecosocialista.

Em outras palavras, o ecossocialismo representa um aspecto crucial para a necessária renovação radical e anticapitalista que se contrapõe às ideologias do progresso e da modernização: a década de 1970 erigiu o despertar da “consciência ecológica”, mas esta consciência precisa ser admitida em termos radicais e anticapitalistas.

Para proceder com esta discussão, Löwy publica uma série de artigos e alguns livros, sendo as principais obras: *Ecologia e socialismo* (2005); *Ecossocialismo: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista* (2011) e *O que é ecossocialismo?* (2014). Por se tratar de textos que muitas vezes replicam ou, simplesmente, aprofundam os argumentos adotados desde sua obra inicial, iremos nos apoiar em seu próprio artigo “Ecossocialismo e planejamento democrático” (2009 [2007]), cujo expediente se guia justamente no esforço de síntese promovido pelo autor. Na obra de 2005, assim define o ecossocialismo:

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo em que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas, as lógicas do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro do socialismo real – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. (LÖWY, 2005, p. 47)

Tal conceituação será mantida ao longo de toda sua produção intelectual. No artigo de 2009, esclarece-nos sobre o objetivo do ecossocialismo.

O ecossocialismo tem como objetivo fornecer uma alternativa de civilização radical àquilo que Marx chamava de “o progresso destrutivo” do capitalismo. É uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos. (LÖWY, 2009, pp. 35-36).

O ecossocialismo, portanto, deriva da *síntese dialética* envolvendo os questionamentos proclamados pelos ecologistas e pelas correntes marxistas da crítica à economia política.

Os argumentos essenciais que o sustentam têm suas origens no movimento ecológico, assim como na crítica marxista à economia política. Essa síntese dialética – vislumbrada por um grande espectro de autores, de André Gorz a Elmar Altvater, James O'Connor, Joel Kovel e John Bellamy Foster – é ao mesmo tempo uma crítica à “ecologia de mercado” que se adapta ao sistema capitalista e ao “socialismo produtivista” que fica indiferente à questão dos limites da natureza. Segundo O'Connor, a meta do socialismo ecológico é uma nova sociedade fundada na racionalidade ecológica, no controle democrático, na igualdade social e na supremacia do valor de uso sobre o valor de troca. Eu adicionaria as condições seguintes a fim de alcançar esses objetivos: a) a propriedade coletiva dos meios de produção (o termo “coletivo” aqui significa propriedade pública, comunitária ou cooperativa), b) um planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção e c) uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas. Colocando de outra forma, uma transformação revolucionária em nível social e econômico. (*ibidem*, p. 36)

Cabe, então, averiguar a insuficiência das abordagens da ecologia política, bem como das tendências dominantes na esquerda no século XX.

Segundo os ecossocialistas, o problema das principais correntes da ecologia política, cujos representantes são os partidos verdes, é que estas não parecem levar em consideração a contradição intrínseca que existe entre a dinâmica capitalista – fundada sobre a expansão ilimitada do capital e a acumulação dos lucros – e a preservação do meio ambiente. O resultado disso é uma crítica ao produtivismo, muitas vezes pertinente, mas que não vai muito além das reformas ecológicas derivadas da “economia de mercado”. Consequentemente, os governos de centro-esquerda privilegiam as políticas socioliberais e se justificam, em matéria de ecologia, graças aos partidos verdes. Por outro lado, o problema das tendências dominantes da esquerda durante o século XX – a social-democracia e o movimento comunista de inspiração soviética – é que estas aceitavam o modelo de produção existente. Enquanto a primeira se limitava a uma versão reformada – no melhor dos casos keynesiana – do sistema capitalista, o segundo desenvolvia uma forma de produtivismo autoritária e coletivista – ou capitalismo de Estado. Nos dois casos os investimentos ambientais eram negligenciados ou, no

mínimo, marginalizados. (*idem ibidem*).

No tocante às elaborações da esquerda, Löwy (2009) acredita que isso é fruto da leitura *equivocada* – porém possível – das gerações marxistas em torno da problemática da “*neutralidade*” das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, propugnada pela defesa da estratégia de socialização das forças produtivas por meio da revolução social.

Marx e Engels, eles próprios, tinham consciência das consequências destrutivas do modo de produção capitalista sobre o meio ambiente, como indicam diversos trechos de *O capital*. E ainda estimavam que o objetivo do socialismo não era produzir cada vez mais bens, mas sim dar aos seres humanos o tempo livre para que pudessem desenvolver plenamente seu potencial. Nesse sentido, pouco compartilham da ideia de “produtivismo”, isto é, da ideia de que a expansão ilimitada da produção é um fim em si mesmo. No entanto, alguns de seus escritos, nos quais a questão consiste na capacidade de o socialismo permitir o desenvolvimento das forças produtivas para além dos limites impostos pelo sistema capitalista, sugerem que a transformação socialista não concerne apenas às relações capitalistas de produção, as quais se teriam tornado um obstáculo (o termo empregado mais frequentemente é “amarras”) ao livre desenvolvimento das forças produtivas. “Socialismo” queria dizer, sobretudo, apropriação social dessas capacidades produtivas, colocando-as a serviço dos trabalhadores. Eis aqui, por exemplo, uma passagem do *Anti-Dühring* de Friedrich Engels, um texto “canônico” para um grande número de gerações marxistas: sob o regime socialista “a sociedade toma posse abertamente e sem rodeios das forças produtivas que se tornaram grandes demais” no sistema existente. O caso da União Soviética ilustra os problemas que decorrem de uma apropriação coletivista do aparelho produtivo capitalista. A tese da socialização das forças produtivas existentes predominou desde o começo.²² (*ibidem*, p. 37)

²² Segue nos dizendo: “Certamente, o movimento ecológico pôde se desenvolver durante os primeiros anos que se sucederam à Revolução Socialista de Outubro e o governo soviético adotou algumas medidas limitadas de proteção ambiental, mas com o processo de burocratização stalinista, a aplicação dos métodos produtivistas, tanto na agricultura quanto na indústria, foi imposta por meios totalitários, enquanto os ecologistas eram marginalizados ou eliminados. A catástrofe de Chernobyl é o exemplo final das consequências desastrosas da imitação das tecnologias ocidentais de produção. Se a mudança das formas de propriedade não for seguida por uma gestão democrática e uma reorganização ecológica do sistema de produção, tudo isso levará a um impasse” (LÖWY, 2009, p. 37).

Entretanto, as primeiras contraposições à ideologia do progresso não tardaram a surgir: ressalta-se o pioneirismo de Walter Benjamim, na década de 1930. Mas será a partir da década de 1970 que o ecossocialismo começa a se impor e, para Löwy, esse ímpeto carece de uma formulação mais radical. Em suas palavras:

Os ecossocialistas deviam se inspirar nas observações feitas por Marx a respeito da Comuna de Paris: os trabalhadores não podem tomar posse do aparelho capitalista de Estado e colocá-lo a seu serviço. Eles devem demolir-lo e substituí-lo por uma forma de poder político radicalmente diferente, democrático e não estático. A mesma ideia se aplica, *mutatis mutandis*, ao aparelho produtivo que, longe de ser “neutro”, traz em sua estrutura a marca de um desenvolvimento que favorece a acumulação do capital e a expansão ilimitada do mercado, o que o coloca em contradição com a necessidade de proteger o meio ambiente e a saúde da população. É por isso que devemos levar a cabo uma “revolução” do aparelho produtivo no panorama de um processo de transformação radical. O grande valor dos avanços científicos e tecnológicos da era moderna é incontestável, mas o sistema produtivo deve ser transformado em seu conjunto e isso só é possível graças a procedimentos ecossocialistas, isto é, graças à criação de um planejamento democrático da economia que leve em conta a preservação dos equilíbrios ecológicos. O que pode desencadear a supressão de alguns ramos de produção como as centrais nucleares, algumas técnicas de pesca intensiva e industrial (responsáveis pela quase extinção de numerosas espécies marinhas), o desmatamento das áreas de floresta tropical etc. A lista é muito longa.²³ (*ibidem*, p. 38)

²³ Sobre a prioridade da renovação energética, nos diz: “[...] a prioridade continua sendo a revolução do sistema energético que devia conduzir à substituição das fontes atuais (sobretudo a energia fóssil), responsáveis pela mudança climática e pelo envenenamento do meio ambiente, por fontes energéticas renováveis: a água, o vento, o sol. A questão da energia é capital já que a energia fóssil é responsável pela maior parte da poluição do planeta e pelo desastre que representa o aquecimento global. A energia nuclear é uma falsa alternativa, não só em razão do risco de novos Chernobyl, mas também porque ninguém sabe o que fazer com os milhares de toneladas de resíduos radioativos – e com grande quantidade de centrais poluídas que se tornaram inúteis. Negligenciada desde sempre pelas sociedades capitalistas (por sua falta de ‘rentabilidade’ ou de ‘competitividade’), a energia solar deve se tornar objeto de pesquisas e de desenvolvimento de ponta. Deve ter um papel central na construção de um sistema energético alternativo” (LÖWY, 2009, p. 38).

Sua aposta no ecossocialismo²⁴ se sustenta na condição de se pensar uma transição do capitalismo, envolvendo tensões e contradições de grande vulto. Conforme nos diz:

[...] a passagem do “progresso destrutivo” do sistema capitalista ao socialismo é um processo histórico, uma transformação revolucionária e constante da sociedade, da cultura e das mentalidades – e a *política* no sentido mais amplo, tal como definida antes, está inegavelmente no coração desse processo. É importante precisar que tal evolução não pode nascer sem uma mudança revolucionária das estruturas sociais e políticas e sem o apoio ativo da grande maioria da população ao programa ecossocialista. A tomada de consciência socialista e ecológica é um processo cujos fatores decisivos são as lutas coletivas das populações que, a partir de confrontos parciais em nível local, progridem em direção à perspectiva de uma mudança radical da sociedade. Essa transição não conduziria somente a um novo modo de produção e a uma sociedade democrática e igualitária, mas também a um *modo de vida* alternativo, uma verdadeira *civilização* ecossocialista para além do império do dinheiro com seus hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e sua produção ilimitada de bens inúteis e/ou prejudiciais ao ambiente. (*ibidem*, p. 45; grifos do autor)

Nesse sentido, a transição assenta-se em algumas medidas indispensáveis para sua concretude: (i) pleno emprego equitativo; (ii) controle público dos meios de produção e (iii) planejamento democrático ecológico.²⁵ O cerne do

²⁴ “A utopia socialista e ecológica é apenas uma *possibilidade objetiva*. Não é o resultado inevitável das contradições do capitalismo nem das ‘leis de ferro da história’. Só se pode prever o futuro sob forma condicional: a lógica capitalista levará a desastres ecológicos dramáticos, ameaçando a saúde e a vida de milhões de seres humanos e até mesmo a sobrevivência da nossa espécie, se não assistirmos a uma mudança radical do paradigma civilizacional e a uma transformação ecossocialista. Sonhar com um socialismo verde ou, ainda, nas palavras de alguns, com um *comunismo solar*, e lutar por esse sonho, não quer dizer que não nos esforcemos para aplicar reformas concretas e urgentes” (LÖWY, 2009, p. 49; grifos do autor).

²⁵ “O gênero de sistema de planejamento democrático considerado neste ensaio concerne às principais escolhas econômicas e não à administração de restaurantes locais, mercearias, padarias, pequenas lojas, empresas artesanais ou de serviços. Da mesma forma é importante sublinhar que o planejamento não está em contradição com a autogestão dos trabalhadores em suas unidades de produção. Já que a decisão de transformar, por exemplo, uma fábrica de carros em unidade de produção de ônibus ou de *tramways* caberia ao conjunto da sociedade, a organização e o funcionamento interno da fábrica seriam geridos democraticamente pelos próprios trabalhadores. Houve um grande debate sobre o caráter ‘centralizado’ ou ‘descentralizado’ do planejamento, mas o importante continua sendo o controle democrático do plano em todos os níveis, local, regional, nacional, continental – e, assim esperamos, planetário, já que os temas da ecologia, como o aquecimento global, são mundiais e só podem ser tratados nesse nível. Esta proposta poderia ser chamada de ‘planejamento democrático global’. E, mesmo nesse nível, trata-se de um planejamento que se opõe àquilo que com frequência é descrito como ‘planejamento central’ porque as decisões econômicas e sociais não são tomadas por um ‘centro’ qualquer, mas determinadas democraticamente pelas populações envolvidas” (LÖWY, 2009, p. 41).

ecossocialismo estaria no planejamento fundado no debate democrático e pluralista²⁶ e na concepção de uma verdadeira transformação qualitativa de desenvolvimento. A partir das reivindicações ecossociais, prementes na ordem do dia nas sociedades capitalistas, poder-se-ia trabalhar em termos da radicalização paulatina em prol de um programa de transição. Assim pontua:

Essas reivindicações ecossociais urgentes podem conduzir a um processo de radicalização com a condição de que não sejam adaptadas às exigências da “competitividade”. Segundo a lógica do que os marxistas chamam de “programa de transição”, cada pequena vitória, cada avanço parcial conduz a uma reivindicação mais importante, a um objetivo mais radical. Essas lutas em torno de questões concretas são importantes não somente porque as vitórias parciais são úteis elas mesmas, mas também porque contribuem para uma tomada de consciência ecológica e socialista. Além disso, essas vitórias favorecem a atividade e a auto-organização a partir de baixo: são duas pré-condições necessárias e decisivas para alcançar uma transformação radical, isto é, revolucionária, do mundo. (LÖWY, 2009, p. 50)

2.5. Socialismo pós-capital

Finalmente, a quinta abordagem elencada nos remete às reflexões críticas de outro intelectual e militante marxista, István Mészáros. A obra mais fundamental em que esta problemática está discutida é *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (2002 [1994]), embora em *O poder da ideologia* (2004 [1989]) destaque-se uma importante análise sobre o papel das forças produtivas, especialmente da *tecnociência*, na teoria de Marx e na teoria da transição do próprio Mészáros.

²⁶ “O planejamento socialista deve ser fundado no debate democrático e pluralista, em cada nível de decisão. Organizados sob a forma de partidos, de plataformas ou de qualquer outro movimento político, os delegados dos organismos de planejamento são eleitos e as diversas propostas são apresentadas a todos aqueles a quem elas concernem. Dito de outra forma, a democracia representativa deve ser enriquecida – e melhorada – pela democracia direta que permite às pessoas escolher diretamente – em nível local, nacional e, por último, internacional – entre diferentes propostas” (LÖWY, 2009, p. 42). “[...] para que o planejamento funcione, são necessários corpos executivos e técnicos que possam fazer funcionar as decisões, mas a autoridade deles seria limitada pelo controle permanente e democrático exercido pelos níveis inferiores, onde existe a autogestão dos trabalhadores no processo de administração democrática. Não podemos esperar, é claro, que a maioria da população empregue a integralidade de seu tempo livre na autogestão ou em reuniões participativas” (*ibidem*, p. 43).

A concepção de Mészáros acerca da transição está envolta em sua sustentação do caráter absolutamente *incontrolável e destrutivo* do capital, procurando enaltecer a necessidade histórica de atingirmos uma nova forma de sociedade. Nisso reside o seu objetivo central: a urgência em pensar sobre uma *teoria da transição* em tempos de *crise estrutural do capital*. Para elaborar esta teoria, debruçou-se, inicialmente, de modo crítico (e polêmico), sobre as interpretações clássicas elaboradas pelos teóricos da transição ao socialismo e adotou a perspectiva de que, em Marx, em suas palavras, “já estava colocado, de maneira clara, a premissa do socialismo enquanto *processo mundial*”. No entanto, apesar desta enunciação, Mészáros assevera que Marx não apresenta nenhum desenvolvimento do que seria de fato a nova forma social histórica, o socialismo, e tampouco Lênin, que somente irá voltar-se a isso após a emergência da Revolução de Outubro.

Além do destaque da insuficiência teórica, indica ainda que os instrumentos de luta da esquerda histórica também se mostraram debilitados, expressando nada mais do que as linhas de menor resistência do capital, como observamos com os dois principais modelos de partidos políticos (social-democrata e bolchevique), a despeito das diferenças entre si. Superar estas deficiências implica a necessidade de formulação de uma teoria da transição que esteja relacionada efetivamente com o processo de destituição do próprio controle do capital sobre o sociometabolismo, isto é, faz-se imperioso perseguir uma teoria capaz de desmontar todos os equívocos teóricos e práticos das lutas até então experimentadas, que, em sua avaliação, não conseguiram suplantar a “separação” operada pelo capital entre a esfera da política e a esfera da economia (reprodução material).

Seu ponto é preciso: o alvo da transição é sobrepujar o capital enquanto modo de controle do sociometabolismo, e não apenas uma de suas formas de estruturação, tal como o capitalismo. Ir além do capital significa “reconstituir a unidade da esfera política e reprodutiva material” como elemento

fundamental para o alcance do modo socialista de controle sociometabólico.²⁷ E esta verdadeira ofensiva socialista encontra seu momento decisivo quando entramos na crise estrutural do capital.²⁸ Em sua visão, o modo mais seguro para a ofensiva socialista apostar toda sua radicalidade reside nos meios de ampliação e efetivação da *democracia substantiva*, objetivando a promoção de uma ampla *reestruturação da economia*. Conforme nos diz:

A ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva, a menos que a política radical tenha êxito em prolongar seu momento, e seja capaz de implementar as políticas requeridas pela magnitude de suas tarefas. O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária pré-condição. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1078)

²⁷ “A reconstrução da unidade da esfera política e reprodutiva material é a característica essencial definidora do modo socialista de controle sociometabólico. Não se pode deixar para um futuro distante a criação das mediações necessárias para realização deste objetivo. É aqui que a articulação defensiva e a centralização setorial do movimento socialista durante o século XX demonstram seu verdadeiro anacronismo e inviabilidade. Não se podem esperar bons resultados do confinamento da dimensão abrangente da alternativa radical hegemônica ao modo de controle sociometabólico do capital à esfera política. Entretanto, tal como se colocam hoje as coisas, a incapacidade de enfrentar a dimensão sociometabólica vital do sistema continua sendo a característica das corporações políticas organizadas do movimento operário. É este o grande desafio histórico do futuro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 30; grifos do autor).

²⁸ “Hoje, a situação é qualitativamente diferente. Nela, a “transição” não pode mais ser conceitualizada num sentido histórico-social limitado, desde que sua necessidade emerge da relação com o aprofundamento da crise estrutural do capital como um fenômeno global.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1069). Segue afirmando: “[...] é impossível levantar o problema da transição como algo de significado apenas parcial, e, assim, aplicável a não mais que às circunstâncias específicas de uma conjuntura historicamente limitada. Não é mais possível conceber o objetivo das estratégias pós-capitalistas como um tipo de operação de manutenção com sentido estritamente defensivo, na expectativa de um crescimento significativo de todas as condições históricas e da relação de forças que favoreçam as chances de uma genuína transformação socialista. A ‘força das circunstâncias’ que tragicamente constrangeu e determinou o caráter do esforço de transição como uma operação de manutenção é uma coisa, a necessidade de uma transformação social radical em escala global é bem outra. Nesse sentido, a necessidade, hoje, de uma teoria compreensiva da transição aparece na agenda histórica da perspectiva de uma ofensiva socialista, baseada em sua atualidade histórica geral, em resposta à crescente crise estrutural do capital que ameaça a verdadeira sobrevivência da humanidade.” (*ibidem*, p. 1071).

Esta orientação exige, pelo menos, dois tipos de processualidades interligadas: a primeira pressupõe o que chama de *fenecimento do Estado*. O desafio será eliminar gradualmente o comando “separado” do capital sobre o trabalho, através da superação da hierarquia estrutural estabelecida pelo sistema do capital. Aqui reside o papel fundamental da progressiva democratização dos poderes de decisão até ao ponto em que o sociometabolismo do capital seja suplantado pela autogestão do trabalho comunalmente organizado. Com isso, o comando alienado – profundamente embutido na esfera da produção e reforçado pela estrutura de comando político “separado” da esfera da economia – perderá paulatinamente sua validade.

A segunda, por sua vez, diz respeito à necessidade de reestruturação radical da própria economia, o que o autor considera ser “um problema paradigmático da transição”. *Ao rejeitar o apropriação ou a adequação das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, será crucial para o controle sociometabólico socialista perseguir a “regeneração geral da humanidade”*. Realizar as possibilidades históricas de “transcendência da autoalienação do trabalho” implica encarar todo o processo simultâneo de regeneração, envolvendo a relação entre capital, trabalho e Estado. Esta posição o permite proceder com a reavaliação crítica acerca: (i) do significado do “avanço” produtivo do capital²⁹; (ii) do caráter da “neutralidade” das forças produtivas³⁰ e (iii) da “complexidade” do sistema do capital.³¹

²⁹ “A afirmação de que nossa ‘sociedade tecnológica’ é um ‘tipo totalmente novo de sociedade’ em que ‘a ciência e a tecnologia ditam’ o que acontece ao corpo social, abalando por sua própria conta as instituições estabelecidas e destruindo os fundamentos sociais por sua própria conta as instituições estabelecidas e ‘destruindo os fundamentos sociais dos valores mais prezados’, é uma completa mistificação. Não pode haver um ‘tipo totalmente novo de sociedade’ criado pelo mecanismo pretensamente incontrolável e autopropulsionado das descobertas científicas e dos desenvolvimentos tecnológicos porque, na verdade, a ciência e a tecnologia estão sempre profundamente inseridas nas estruturas e nas determinações sociais de sua época” (MÉSZÁROS, 2004, p. 265).

³⁰ “[...] um sistema produtivo que se proponha a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de ‘Processadores Paralelos’, além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada, que seja a capitalista ou as famosas variedades pós-capitalistas de *economias dirigidas*, apresentadas enganosamente como ‘de planejamento’” (MÉSZÁROS, 2002, pp. 864-865; grifos do autor).

³¹ “A ‘complexidade’, portanto, longe de ser a priori ‘inevitável’, é produzida diretamente pelas contradições internas da organização e do controle pós-revolucionário das funções produtivas (e reprodutivas) da sociedade sob as circunstâncias históricas prevalentes. Junto com o peso do passado, esta nova forma de relação estrutural antagônica entre produção e controle *cria* – no âmago do sociometabolismo fundamental das sociedades pós-capitalistas – não uma ‘inevitável complexidade’, mas uma *complexidade incontrolável*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 866; grifos do autor).

Ademais, apoiando-se nas categorias *totalidade da força de trabalho e capital social total*, procura deixar explícito que a engenhosidade do sistema do capital, em utilizar-se de todas as formas possíveis de acumulação de capital, incorre na condição de expedientes que, ao mesmo tempo, encontram-se limitados em termos da capacidade de “renovação” dos deslocamentos violentos das contradições,³² bem como representam uma efusiva intensificação da exploração do trabalho em níveis estarrecedores. Em suma, para Mészáros, não existe qualquer evidência que qualifique o *socialismo pós-capital* enquanto “exigência do desenvolvimento das forças produtivas” e, tampouco, que resulte de transformações supraestruturais. A metáfora utilizada para ressaltar a reestruturação das forças produtivas no processo de transição³³ deriva fundamentalmente de sua postulação sobre o potencial amplamente destrutivo alcançado pelo sociometabolismo do capital.

³² “Neste ponto podemos ver novamente a importância vital de bloquear o caminho para possíveis soluções para a crise estrutural do capitalismo por meio do deslocamento violento de seus problemas na forma de uma nova guerra mundial. Sob as novas circunstâncias, alguns dos mais poderosos instrumentos de mistificação – graças aos quais o capital conseguiu exercer, no passado, seu controle ideológico paralisador sobre o trabalho – tornaram-se ameaçadoramente debilitados e tendem ao completo colapso. Pois agora as imensas tensões geradas no interior do sistema de produção do capital não podem ser exportadas numa escala adequadamente maciça à custa de outros países, e desse modo o antagonismo social básico entre capital e trabalho, que se situa nas raízes de tais tensões, não pode ser contido indefinidamente: *as contradições têm de ser combatidas no lugar onde realmente são geradas*.”

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”.

A interação de vários fatores importantes – do dramático desenvolvimento das forças de produção à interposição de imensos obstáculos à livre expansão internacional do capital monopolista – expôs e debilitou o mecanismo tradicional do “caixa dois”, que no passado habilitou o capital a se conformar internamente às regras do “liberalismo”, enquanto praticava e perpetuava as formas mais brutais de autoritarismo no exterior. Expõe-se, assim, a natureza real das relações capitalistas de produção: a implacável dominação pelo capital evidenciando-se cada vez mais como um fenômeno *global*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1006; grifos do autor).

³³ “Como no caso do pai de Goethe (mesmo que por razões muito diferentes), não é possível colocar abaixo o prédio existente e erigir outro com fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, ‘retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa’. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 599).

3. Considerações finais

De maneira geral, verifica-se que, no debate sobre a transição ao socialismo ou ao pós-capitalismo no século XXI, o *socialismo digital* significa a tentativa de superação da *démarche* inscrita na longa e sinuosa disputa em torno da discussão acerca do cálculo e do planejamento econômicos, tão bem representada pela linha de frente crítica tomada desde Mises e Hayek. Já o *pós-capitalismo* exalta o solapamento do capitalismo contemporâneo, em sua tentativa de readaptação diante da crise dos anos de 1970, devido, sobretudo, ao papel desempenhado pelas novas tecnologias, recaindo, assim, na possibilidade aberta por estas novas tecnologias para a edificação do pós-capitalismo.

Por sua vez, o *socialismo autogestionário* exprime um campo de lutas em prol da constituição de um capitalismo democrático, que rivalize com outros modos de produção, inseridos no seu interior, capazes de promoverem as mudanças no sentido do socialismo autogestionário, aproveitando-se das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, modificando-se apenas a forma do uso das tecnologias, pois esta transformação tecnológica implica a redução do autoritarismo capitalista e das hierarquias e está acompanhada do aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores. A ideia, portanto, reside em radicalizar estas tendências a favor do caráter associativista e solidário perseguido pelo desenvolvimento sustentável. Logo, trata-se de uma discussão que nos remete a muitos analistas em termos do “otimismo” inscrito no campo de possibilidades abertas pelo avanço do desenvolvimento tecnológico, mas que, no caso, necessitaria, através das lutas, ser redirecionado com base na autogestão e nos valores democráticos, sustentáveis e solidários dos trabalhadores associados.

Ademais, o *ecosocialismo* apresenta-se como sendo o elemento vital para a renovação radical e anticapitalista das teses e projetos que privilegiam a noção da ideologia do progresso e da modernização: é a consciência ecológica que exige ser admitida de maneira radical, sobretudo, anticapitalista, diante do “progresso destrutivo”. Por isso, temos então uma elaboração mais

crítica, que envolve diálogos e ligações com alguns autores, a exemplo de Mészáros e de Singer, mas também com a tradição do chamado “marxismo ocidental”, dos ecologistas, dos intelectuais e dos movimentos sociais, especialmente latino-americanos.

E, finalmente, o *socialismo pós-capital* assevera a total incapacidade das transformações supraestruturais, bem como da exigência do desenvolvimento das forças produtivas, para a concretização do socialismo, diante do caráter destrutivo da produção do capital. Importa, sobretudo, instaurar o processo de fenecimento do Estado, acompanhado pela reestruturação da economia, a fim de instaurar a progressiva democratização dos poderes de decisão até o nível em que o sociometabolismo do capital seja suplantado pela autogestão do trabalho comunalmente organizado, isto é, a eliminação por completo do comando “separado” do capital sobre o trabalho e sobre o Estado. Logo, trata-se de um argumento que encontra ressonância em grande parte da esquerda anticapitalista e revolucionária.

Uma vez apresentada esta breve síntese do debate, são bastante explícitas as diferenças entre os autores em termos de pensar a transição ao socialismo/ pós-capitalismo no século XXI do ponto de vista do papel atribuído ao desenvolvimento das forças produtivas, assim como também das perspectivas acerca das necessidades de transformações na forma do Estado e do mercado e, sobretudo, da efetividade ou não de uma revolução para a supressão do próprio capitalismo.

Referências

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- BARBIERI, F. *História do debate do cálculo econômico socialista*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- BERNARDO, J. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Lisboa: Editora Afrontamento, 1975.
- BORDA, O. F. *El socialismo raizal y la Gran Colombia bolivariana*. Caracas: Fundación Editorial Elperroylarana, 2008.
- DIETERICH, S. H. *El Socialismo del siglo XXI*. Berlim: Gegenstandpunkt, 2006.
- LINERA, A. G. *Socialismo Comunitário: un horizonte de época*. La Paz: Vicepresidencia del Estado, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.
- LOUREIRO, I. (org.) *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2008.
- LÖWY, M. "Por um marxismo crítico". In: BENSÁID, D. & LÖWY, M. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- _____. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. "Ecosocialismo e planejamento democrático", *Crítica Marxista*, n. 28, pp. 35-50, 2009.
- MASON, P. *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MAYER-SCHÖNBERGER, V. & RAMGE, T. *Reinventing Capitalism in the Age of Big Data*. New York: Basic Books, 2018.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOROZOV, E. "Digital Socialism? The calculation debate in the age of Big Data", *New Left Review*, n. 116/117, pp. 33-67, março-junho, 2019.
- PRADO, E. "Do socialismo centrista ao socialismo democrático", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 39, pp. 60-77, outubro, 2014.
- _____. "Socialismo, utopia inviável? Parte 1, 2 e 3. 2019". In: *Outras Palavras*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/socialismo-utopia-inviavel-1/>. Acesso em: 11/11/2020.
- SAROS, D. *Information Technology and Socialist Construction: The End of Capital and the Transition to Socialism*. New York: Routledge, 2014.
- SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- _____. "Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão". In: *Democracia e autogestão*. São Paulo: Temporaes, 1999.
- _____. "Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário", *Revista Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, pp. 7-22, 2004.

CARLOS HENRIQUE LOPES RODRIGUES

VANESSA FOLLMANN JURGENFELD

O NEOLIBERALISMO NO GOVERNO ITAMAR FRANCO: UMA ANÁLISE DE SUA POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES

Recebido em 28/11/2020

Aprovado em 26/04/2021

O NEOLIBERALISMO NO GOVERNO ITAMAR FRANCO: UMA ANÁLISE DE SUA POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES¹

Resumo

A privatização dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, a venda da Embraer e a permissão de 100% de capital estrangeiro no programa de desestatização do Brasil dão indicativos de que o governo Itamar Franco, que assumiu em 29 de dezembro de 1992 a presidência do país, pautou-se pela agenda neoliberal. As desestatizações de setores industriais relevantes do país podem ser entendidas como uma evidência da distância de seu governo de um nacionalismo que algumas análises insistem defender, como se este se diferenciasse da política econômica de seu antecessor, Fernando Collor de Mello. Para discutir um dos aspectos-chave do neoliberalismo no governo Itamar, este artigo tem como foco analisar justamente as privatizações realizadas entre 1993 e 1994, ocorridas sob o pretexto de modernizar o país, ampliar a sua produtividade e a competitividade internacional.

Palavras-chave: neoliberalismo; Itamar Franco; privatização; capital estrangeiro.

CARLOS HENRIQUE LOPES RODRIGUES

Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp.

E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8419-5826>

VANESSA FOLLMANN JURGENFELD

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp.

E-mail: vfollmann@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0378-9695>

¹ Este artigo é uma versão revisada do texto apresentado no XXV Encontro Nacional de Economia Política (ENEP).

Abstract

The privatization of the steel, petrochemical and fertilizer sectors, the sale of Embraer and the permission of 100% foreign capital in the privatization program in Brazil indicate that the Itamar Franco administration, which took over on December 29th, 1992, as president of the country, was guided by the neoliberal agenda. The privatization of relevant industrial sectors in the country can be understood as evidence of the distance of his government from a nationalism that some analysis insist on defending, as if it were different from the economic policy of its predecessor Fernando Collor de Mello. To discuss one of the key aspects of neoliberalism in the Itamar administration, this article focuses on analyzing precisely the privatizations carried out between 1993 and 1994, which took place under the pretext of modernizing the country, increasing its productivity and international competitiveness.

Keywords: neoliberalism; Itamar Franco; privatization; foreign capital.

I. Introdução

O governo do presidente Itamar Franco costuma ser pouco estudado, talvez por ter sido um período curto, de apenas dois anos, após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Mas não discutir a política econômica de Itamar² é desconsiderar medidas relevantes tomadas neste governo no sentido do aprofundamento do neoliberalismo no Brasil. Além de ter sido neste governo que se iniciou o Plano Real, assunto pelo qual é raramente lembrado (Itamar Franco passou o fim da sua vida reclamando disso),³ foi sob seu comando que o Brasil realizou uma ampliação da abertura ao capital estrangeiro, permitindo que este entrasse em maior volume no capital das empresas estatais privatizadas. Também compõem o seu legado a consolidação das privatizações do importante setor siderúrgico nacional, desestatizações do setor petroquímico e de fertilizantes e a polêmica venda de uma das maiores e mais importantes empresas nacionais, a Embraer.

O objetivo deste artigo é discutir o neoliberalismo do governo Itamar. Trata-se de debater como suas políticas econômicas podem afastá-lo da interpretação de que este foi um governo com direção distinta da de Collor, como se fosse um “nacionalista”, que trabalhava, de fato, em prol do desenvolvimento nacional.⁴

Para discutir o período de Itamar na presidência do país, é necessário lembrar que já estava em curso o importante processo mundial de internacionalização financeira,⁵ do qual o Brasil certamente fazia parte, tanto que implementava uma política de abertura comercial, produtiva e financeira.

² Recentemente, uma amostra deste tipo de “esquecimento” do governo Itamar apareceu em artigo de Castelar, que na sua reconstituição histórica do processo de privatização dos anos 1990 aos anos 2000, pula do governo Collor direto ao governo FHC, sem sequer mencionar Itamar (A PRIVATIZAÇÃO..., 21/01/2020, s/p).

³ O desconforto de Itamar com FHC por ele se dizer pai do Plano Real apareceu em entrevista, quando falou em um evento em 1994 que discutiria sobre a ALCA (MORAES NETO, 2005).

⁴ Sobre o pretenso nacionalismo de Itamar, ver: “Itamar...” (02/07/2011, s/p), “Itamar...” (02/12/2016, s/p) e Ruy (2001, pp. 22-23).

⁵ De acordo com Campos (2009, pp. 10-11), essa “fase, chamada de internacionalização financeira, consolidou-se nos anos 80 e ingressou nos anos 90 mantendo seus traços essenciais até a atualidade. Na fase de internacionalização financeira, a dimensão financeira do capital estabelece então uma dinâmica crescente em relação à dimensão produtiva, em que as transformações iniciadas na fase anterior lhe possibilitam recentralizar o capital como um todo, impondo também uma mudança nas estratégias de acumulação das empresas multinacionais instaladas na periferia”. Para mais informações, ver Chesnais (1995; 1996) e Rodrigues (2017).

Para dar conta deste debate, além desta introdução e das considerações finais, o artigo discute inicialmente a internacionalização financeira e o neoliberalismo no Brasil e, em seguida, trata das políticas de Itamar no sentido da desestatização, com especial foco na participação estrangeira, na privatização dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes e na venda da Embraer.

2. Notas sobre a internacionalização financeira e o neoliberalismo no Brasil

As formas de valorização do capital das empresas multinacionais, assim como seus interesses sobre os países da América Latina, sofreram alterações no contexto da internacionalização financeira.⁶ Entre os anos 1980 e 1990, houve mudanças dos países periféricos para ter acesso ao novo ciclo de internacionalização do capital. Importante destacar quatro modificações que fizeram parte deste contexto: a Rodada Uruguai (1986 a 1994), que resultou na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995; a criação da cartilha do Consenso de Washington e sua adesão pelo Brasil; a renegociação da dívida externa brasileira por meio do Plano Brady; além da criação do Mercosul.

Observa-se que a Rodada Uruguai e a consequente criação da OMC foram fatores definitivos para uma influência ainda maior, e a partir de então “regulamentada”, que os Estados Unidos teriam nas decisões sobre o comércio mundial. Os norte-americanos definiriam o que seria permitido no comércio internacional por todos os países e os excluiriam muitas vezes das regras criadas. Harvey (2004, p. 67), por exemplo, lembrou que o Senado norte-americano aprovou os acordos da OMC com a “ressalva de que o país

⁶ A crise estrutural do capital na passagem dos anos 1960 para os anos 1970 teve como desfecho a internacionalização financeira e o neoliberalismo. Esse contexto foi estimulado pela estratégia dos Estados Unidos de retomada de sua hegemonia mundial. Entre as empresas multinacionais, este novo padrão de acumulação significou uma ampla reestruturação produtiva, que as conduziu a uma produção cada vez mais flexível e a ganhos financeiros expressivos. Sobre a crise estrutural, ver Mészáros (2009).

poderia ignorar e recusar toda regra da OMC considerada fundamentalmente injusta do ponto de vista dos interesses norte-americanos (exemplo do hábito familiar que têm os Estados Unidos de suporem-se portadores do direito de ser tanto juiz como júri)”.

Praticamente na mesma época o mundo conheceu o Consenso de Washington, que surgiu em 1989 como um documento que explicitou as orientações econômicas que as economias periféricas deveriam seguir para ter acesso aos capitais financeiros. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Washington funcionários do governo estadunidense e dos organismos financeiros ali sediados, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para um balanço da política neoliberal nos países da América Latina que já haviam implementado o neoliberalismo⁷ e uma discussão para introduzir essa política em outros países. Entre os pontos importantes deste Consenso esteve o questionamento da competência do Estado nacional, ressaltando-se uma suposta falência do mesmo, visto como incapaz de formular políticas macroeconômicas, de tal modo que seria necessário transferir essa grande responsabilidade a organismos internacionais, como o FMI⁸ e o Banco Mundial (BATISTA, 1994).

Em alguns países da América do Sul, como reflexo dessas políticas mundiais, houve o estabelecimento do Mercosul, que foi concebido a partir do Tratado de Assunção, em 1991, e que significou a opção por uma integração comercial e produtiva de natureza aberta e desregulada (CAMPOS, 2009). Além disso, foi realizada a renegociação da dívida externa de vários países “em desenvolvimento”, o que ficou conhecido como Plano Brady. A

⁷ O Chile é o exemplo mais conhecido da região, tendo iniciado o neoliberalismo em 1973, após o golpe contra o governo Salvador Allende, democraticamente eleito. Para mais informações, ver Anderson (1995).

⁸ Para Tavares (1998, p. 102), “como é natural, as políticas de ajuste recomendadas pelo FMI para a década de 90 são também de sinal contrário. Durante a década de 80 os países periféricos foram obrigados a praticar políticas destinadas à geração de superávits comerciais para pagar o serviço da dívida externa. Depois de 1990, os países da periferia são obrigados a inverter sua política cambial e a aceitar a absorção de recursos externos de curto prazo, com altas taxas de arbitragem em dólar, em reposta ao excesso de liquidez que se esparrama pelo mundo [...]. Em nome da liberdade de mercado, impôs-se à América Latina uma desregulamentação financeira e comercial indiscriminada”.

renegociação era voltada para atrair fluxo de capitais, que, supostamente, na versão utilizada pelos governos neoliberais da região, ajudariam os países periféricos com recursos e investimentos no seu processo de desenvolvimento em substituição ao Estado nacional. Para receber esses capitais, era preciso encontrar formas de remunerá-los significativamente e de lhes dar garantias (isto é, ser entendido pelos credores como um país “seguro” para seus investimentos especulativos, por exemplo).

Especificamente no Brasil, algumas das medidas neoliberais dos anos 1990 foram a abertura comercial, produtiva e financeira, articulação para a existência do Mercosul, privatizações e renegociação da dívida externa, com uma substituição do Plano Baker pelo Plano Brady. A partir da renegociação, veio a imposição de uma política econômica conforme estabelecida pelo Consenso de Washington, que mais tarde, entre 1993 e 1994, coroou-se-ia com o Plano Real.⁹

3. O governo de Itamar Franco: um presidente “sob pressão”

O mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992) iniciou com algumas das transformações sugeridas pelo Consenso de Washington. A agenda do Consenso de Washington na periferia, de acordo com Filgueiras (2006, p. 58),

pode ser resumida pelos seguintes pontos: combate à inflação através de planos de estabilização alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; abertura da economia, com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros; e, adicionalmente, as chamadas reformas estruturais do Estado – com destaque para a privatização – e da economia, com a quebra dos monopólios estatais.

O governo criou o Plano Collor, que justamente contemplava a abertura comercial, produtiva e financeira, privatizações a partir da criação do I Plano

⁹ Sobre o Plano Real, recomenda-se a leitura de Filgueiras (2006) e Oliveira (2012).

Nacional de Desestatização (I PND) e uma tentativa de estabilização dos preços da economia brasileira.¹⁰

Contudo, Collor não teve êxito na estabilidade de preços e as dificuldades na formação de forças políticas aliadas e a denúncia de corrupção em seu governo fizeram com que ele sofresse um processo de *impeachment*¹¹ e deixasse a presidência da República em dezembro de 1992. Com a saída de Collor, o seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência até 1994.

Mineiro de Juiz de Fora, Itamar foi visto com ceticismo pela ortodoxia econômica, favorável ao projeto modernizante de Collor. Segundo Antunes (2005 [1993]), Itamar era proveniente de uma escola política com traços reformistas e nacionalistas e isso incomodava os interesses dominantes. Havia quem entendesse que, por conta disso, ele se distanciaria do projeto modernizante de Collor, apegando-se a um “capital industrial nacional” e evitando políticas voltadas ao capital estrangeiro e financeiro.¹² Tanto que a ortodoxia econômica saiu rapidamente cobrando que, se Itamar não levasse adiante o legado de Collor, estaria cometendo uma espécie de estelionato eleitoral, uma vez que não daria cabo às propostas do seu antecessor. À época, as críticas vieram de pessoas como Delfim Netto e foram expostas na *Folha de São Paulo* (A FARSA..., 03/03/1993, p. 2), poucos meses após Itamar assumir:

[...] o presidente [Collor] é eleito com um programa que não executa porque ele era apenas “discurso” e não se cuidou da maioria parlamentar. Faz uma série de bobagens e é justamente substituído pelo vice-presidente

¹⁰ Para Filgueiras (2005, p. 11), “o programa apresentado, consubstanciado no chamado Plano Collor, pela primeira vez não se resumia – quando comparado aos outros planos de estabilização heterodoxos –, simplesmente ao combate à inflação; era um programa de reformas estruturais do Estado e das relações deste com o setor privado e do capital com o trabalho, nos moldes da doutrina neoliberal: privatização, abertura comercial e financeira e ataque aos direitos sociais e trabalhistas – com a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e das relações trabalhistas”.

¹¹ Para uma discussão sobre a produção acadêmica nas ciências sociais referente ao processo de impeachment de Collor, recomenda-se Sallum Jr. e Casarões (2011).

¹² Essas diferentes interpretações sobre Itamar podem ter levado em conta alguma diversidade de partidos políticos por onde passou. Itamar filiou-se ao PRN (Partido da Reconstrução Nacional) de Collor, após transitar do PMDB ao PL.

[Itamar Franco] eleito com ele, com seus votos e seus eleitores e com o seu “discurso”... A partir daí constrói um governo com os que perderam a eleição, para cumprir um programa que é exatamente o oposto do que se havia prometido...

É possível ver outras críticas deste tipo a partir da pesquisa de Silva (2008, s/p), que revelou que no início do governo de Itamar “a posição de *Veja* foi mostrá-lo como um dinossáurico ‘nacionalista’”. Segundo esta autora, a revista o aproximava da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que supostamente representaria o atraso por privilegiar o capital industrial em um momento em que triunfava o capital financeiro.¹³ “Claro que nesses momentos a revista homogeneíza também a posição da Federação das Indústrias, ao mesmo tempo que ignora os debates internos e as mudanças de posição dos grandes capitalistas brasileiros” (*ibidem*, s/p).

Conforme mostrou essa autora, o contato de Itamar com Antônio Ermírio de Moraes, então presidente do grupo Votorantim, também era considerado um risco de retrocesso no processo de modernização do país, que seria supostamente boa ao desenvolvimento e havia sido tentada pelo governo Collor. Segundo Silva (2008), a revista queria a manutenção da ordem. Além de entrevistar pessoas como João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do planejamento nos governos militares de Médici e Geisel, a revista também pedia a Itamar, assim como Delfim Netto, que mantivesse as grandes linhas do seu antecessor. Uma dessas exigências apareceu na edição especial sobre o *impeachment*, em editorial que trazia o seguinte trecho:

Cabe a Itamar Franco cumprir o programa com base no qual foi eleito. Um programa que visa pôr fim aos cartórios e ao protecionismo. Que prega o desmonte do corporativismo e a privatização de empresas estatais que a iniciativa [privada?] pode gerir de forma a aumentar a produtividade da economia brasileira. Sem a modernização do Brasil não haverá como sairmos da miséria. (VEJA *apud* SILVA, 2008, s/p)

¹³ Cabe registrar que, em 1990, a FIESP divulgava um livro defendendo os preceitos do neoliberalismo (FIESP, 1990).

Em entrevista em 2005, muitos anos depois de deixar a presidência da República, Itamar chegou a revelar seu desconforto com a *Veja* e comentou também sobre a capa que a revista fez no início do seu governo, quando trouxe uma manchete que questionava a estatura do ministério recém-nomeado por ele (O SEGREDO..., 02/07/2011, s/p).

Itamar montou ministérios com nomes como Walter Barelly (Trabalho), Eliseu Resende e depois Fernando Henrique Cardoso (Fazenda),¹⁴ Alberto Goldman (Transportes), além de Luiza Erundina (ministra-chefe da Administração Federal), entre outros. Havia, de fato, algum ecletismo nesses nomes, mas o relevante é que Itamar concedeu ministérios pequenos aos nomes mais progressistas como Erundina e ministérios mais importantes a tucanos favoráveis ao projeto “modernizante” do país. Itamar, de acordo com Antunes (2005 [1993], pp. 21-22),

chama Luiza Erundina para um ministério fraco e recruta Eliseu Resende [que antecedeu FHC] para o Ministério da Fazenda; em vez de um imposto para o capital financeiro, tributa o assalariado que recebe pelos bancos. Propaga um “reformismo social” para os assalariados, que se exaure no plano meramente discursivo, e realiza, de fato, um programa “modernizador” para os proprietários do capital.

Ao montar uma equipe econômica com economistas vinculados, sobretudo, à PUC-Rio Itamar não deixaria dúvidas da direção que assumiria: aproximar-se do projeto de Collor, satisfazendo os críticos provenientes da ortodoxia econômica, a tal ponto que recebeu, em 2011, um obituário elogioso, intitulado “Itamar Franco: o presidente que surpreendeu o Brasil”, na mesma revista *Veja*. Ele era destacado ainda, no entanto, de forma um tanto caricata, ao ser lembrado como “dono do maior topete da história republicana, ele parecia o homem errado no lugar errado”. Mas a revista o ressaltaria como o nome que “teve papel decisivo na garantia da estabilidade política e econômica do país” (ITAMAR..., 02/07/2011, s/p).

¹⁴ Cardoso foi o quarto ministro da Fazenda do governo Itamar em pouco mais de sete meses de mandato, sucedendo a Eliseu Resende.

A revista não deixaria de lembrar outros episódios de Itamar considerados como parte do “anedotário político”, entre eles o relançamento do Fusca, um carro visto como ultrapassado. A revista, no entanto, o enaltecia ao dizer que era “preciso atribuir a esse improvável presidente viúvo e namorado muitos dos méritos da fundação do Brasil atual, de economia estável e democracia consolidada. Da coragem e da necessidade de suas decisões nasceram as bases para o sucesso de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma” (*idem ibidem*).

Em entrevista para a revista *IstoÉ*, 25 anos depois de ter escrito o artigo na Folha já mencionado, Delfim Netto também tratou de se redimir ao afirmar que “Itamar foi o melhor presidente. Com todas as suas idiossincrasias, sem o Itamar, jamais teria havido o Plano Real” (*O ECONOMISTA...*, 27/04/2018, s/p).

Os elogios que Itamar recebeu se devem, em síntese, por suas ações em prol da consolidação do neoliberalismo no Brasil. Assertivamente, Antunes descreveu o “jogo” daquele presidente:

Itamar praticou, sob pretexto da interinidade, aquela ambiguidade que o caracterizou desde o início do seu governo: quanto mais fala no “social”, na “miséria e sofrimento de milhões de compatriotas”, conforme a peça final do discurso em que anunciou o seu plano econômico, mais implementa um projeto com traços de continuidade do Projeto Collor: critica a fome e concede mais de um bilhão de dólares aos usineiros; fala em um projeto autônomo e independente, mas dá continuidade às privatizações escandalosas [...]. (ANTUNES, 2005 [1993], p. 21)

No governo Itamar, a figura-chave do então ministro FHC teve pelo menos três atuações decisivas para dar andamento ao neoliberalismo no país: 1) auxiliou em uma perda ainda maior de autonomia por parte do Estado nacional com a conclusão da negociação do Plano Brady; 2) realizou a elaboração do Plano Real;¹⁵ e 3) continuou o programa de privatizações herdado de Collor.

Sobre o primeiro ponto, destaca-se a renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady, que havia sido iniciada no governo Collor e foi

¹⁵ “No primeiro governo, com a implementação do Plano Real, a lógica de valorização e a política econômica do capital financeiro se impuseram de forma cabal – com a estabilização monetária apoiada na valorização cambial e em taxas de juros elevadas, acompanhadas de desregulamentação e abertura comercial e financeira, privatização e desregulação do mercado de trabalho –, dando continuidade ao programa de Collor” (FILGUEIRAS, 2005, pp. 13-14).

concluída no governo Itamar. Este plano permitiu a renegociação, no mercado financeiro mundial, de parte dos títulos da dívida externa que até então eram considerados prescritos¹⁶ e com possibilidade de elevados ágios. Com esta renegociação, o Brasil foi obrigado a oferecer garantias aos detentores dos títulos da dívida externa, contratando novos empréstimos e realizando imobilização de parte das reservas do Banco Central,¹⁷ o que, em suma, resultou numa renegociação mais cara do que a de países como México, Venezuela e Argentina, que tiveram garantias financiadas com recursos de fontes oficiais (BATISTA JR. & RANGEL, 1994).

O governo Itamar atendeu, por meio do Plano Brady, uma parte dos interesses dos credores internacionais e FHC projetou-se na “comunidade financeira internacional”, a ponto de esta apoiá-lo na disputa presidencial em outubro de 1994.¹⁸

Sobre o segundo ponto, salienta-se que outra parte da exigência internacional foi atendida com a elaboração do Plano Real,¹⁹ cujo êxito no combate

¹⁶ De acordo com entrevista de Maria Lúcia Fattorelli à revista *Carta Capital*, “uma dívida prescrita é morta. E isso aconteceu no Brasil também na época do Plano Brady, que transformou dívidas vencidas em títulos da dívida externa. Depois, esses títulos da dívida externa foram usados para comprar nossas empresas que foram privatizadas na década de 1990” (A DÍVIDA..., 09/06/2015, s/p).

¹⁷ Apesar da retórica de que com a renegociação a dívida seria diminuída, o que se constatava era o contrário. De acordo com Carcanholo (2003, p. 50), “o crescimento da dívida externa nos anos 90 é nítido, passando de um total de US\$ 115,5 bilhões em 1989 para US\$ 241,2 bilhões dez anos depois, um aumento de quase 109% na década. Os gastos com o serviço dessa dívida também mostraram um crescimento considerável de US\$ 24 bilhões no final da década de 80 para US\$ 62,8 bilhões ao término da década passada. Deve-se ressaltar, entretanto, que o serviço da dívida externa experimentou certo recuo no início da década de 90, muito por causa da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady encerrada em 1994. A partir desse momento, a trajetória de crescimento do serviço da dívida acompanhou a elevação do endividamento do país.”

¹⁸ FHC, em seu discurso no Senado Federal, após a conclusão da renegociação da dívida externa, declarou “que estava ‘extremamente feliz com o fim do problema da dívida externa’. Admitiu também que um dos condicionantes do FMI era a vinculação direta do real ao dólar norte-americano, além do receituário tradicional do Fundo: equilíbrio fiscal, austeridade monetária, superávit comercial e a agilização do programa de privatizações” (BATISTA JR. & RANGEL, 1994, p. 5).

¹⁹ O Plano Real foi implementado em 3 fases, a saber: em primeiro lugar, o governo adotou um Programa de Ação Imediata, o PAI, que foi um mecanismo de equilíbrio orçamentário, uma vez que o governo, com o fim da inflação, teria dificuldades em fechar suas contas, e criou o FSE (Fundo Social de Emergência) e a IPMF (Imposto sobre Movimentação Financeira), sendo o FSE o responsável justamente por tirar recursos da área social, garantidos pela constituição de 1988, para o governo manejar da maneira que quisesse. A segunda fase consistiria na criação de um mecanismo original de transição, um índice único e obrigatório de indexação que restituiria a função de unidade de conta da moeda – assim criou-se a URV. A terceira fase seria responsável pela restauração das duas outras funções da moeda, ou seja, a de servir como meio de troca e reserva de valor – assim ocorreria a transformação da URV em Real (OLIVEIRA, 1996). Para mais informações, ver Filgueiras (2006) e Oliveira (2012).

à inflação mostrava-se central para projetar FHC em sua campanha eleitoral.²⁰ Na fase de internacionalização financeira, a estabilidade econômica passou a ser condição para a atração desses capitais disponíveis no mercado financeiro mundial. Assim, o Plano Real²¹ e o então ministro da Fazenda contaram com o apoio do FMI, das empresas multinacionais e da burguesia brasileira.²²

O terceiro ponto mencionado, as privatizações, será discutido com mais detalhamento no tópico seguinte, uma vez que constitui o foco deste artigo.

4. As desestatizações do governo Itamar e seu auxílio ao capital estrangeiro

Antes da discussão sobre as privatizações realizadas por Itamar, é importante apresentar algumas mudanças de marcos legais feitas por ele que precederam a venda de relevantes empresas estatais.

²⁰ De acordo com Itamar Franco: “A eleição de Fernando Henrique Cardoso dependeu do Plano Real, sobretudo. Pode ele não gostar, porque costuma dizer que ele é quem fez o Plano Real. Não discuto nem brigo: um dia, vão ver que a assinatura não foi a de Fernando Henrique. Porque muitos trabalharam no Plano Real: Paulo Haddad, Gustavo Krause, Eliseu Resende, Fernando Henrique Cardoso e o grande sacerdote do plano, o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero. Lamentavelmente, o ministro Ricupero teve de sair, pelas condições que todo o Brasil conhece. Depois, veio o ministro Ciro Gomes, a quem muito devo também. Mas, naquele instante, Fernando Henrique se agarrou ao Plano Real. Como o plano não era uma planta de beira de rio, que vai embora na primeira enchente, Fernando Henrique ficou agarrado a ele. Assim, elegeu-se, independentemente de todas as qualidades que tenha” (O SEGREDO..., 02/07/2011, s/p).

²¹ Não cabe neste artigo discutir em detalhes todos os efeitos do Plano Real sobre a economia brasileira, mas vale sinalizar que este plano, para manter a estabilidade, necessitou de uma taxa de juros elevada para atrair o capital financeiro internacional. Isso resultou, por anos, em uma moeda nacional sobrevalorizada, de modo que o governo teve que realizar intervenções no mercado de câmbio ofertando títulos da dívida pública a altas taxas de juros para controlar a cotação da moeda. Além do alto endividamento público interno, houve crescimento do endividamento externo, porque o governo também era obrigado a contrair empréstimos por meio de pacotes do FMI. Deste modo, o Plano Real teve como resultado um aumento significativo da dependência brasileira, sem resolver sequer o problema do crescimento econômico. Essa discussão já foi feita em Filgueiras (2006), Oliveira (2012), Carcanholo (2005) e Rodrigues (2011).

²² Ficou famoso um documento lançado pela FIESP, em 1990, intitulado “Livres para Crescer”, no qual havia anseios da burguesia de tirar vantagens dos ganhos da financeirização em detrimento do setor produtivo industrial. Para mais informações sobre as posições da FIESP na década de 1990, ver Deo (2005).

O governo Itamar permitiu que a participação do capital estrangeiro nos processos de privatizações brasileiros fosse de até 100% do total das ações disponíveis em leilões (BRASIL, 1993).²³ Até então, conforme estabelecido pelo I Plano Nacional de Desestatização (I PND), instituído pelo presidente Collor, por meio da Lei 8.031 de 12 de abril de 1990 (BRASIL, 1990), havia um limite de 40% para a participação do capital estrangeiro no processo de desestatização.

Outra mudança implantada por Itamar foi a permissão da entrada de pessoas de fora do governo na composição da Comissão Diretora do Plano Nacional de Desestatização, desde que tivessem “notório conhecimento”, como conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis, de administração de empresas ou de mercado de capitais. Isso significava a entrada de várias pessoas do setor privado em uma área estratégica do governo, certamente representando interesses do capital privado (BRASIL, 1993).

Itamar também passou do BNDES ao Ministério da Fazenda de FHC a coordenação, supervisão e fiscalização da execução do PND (BNDES, 1994, p. 28).²⁴ O BNDES mantinha-se como “instituição gestora do FND, com responsabilidade de supervisionar o trabalho dos consultores e auditores privados e de tornar efetivo o processo de desestatização” (*ibidem*, p. 29).

Outra mudança nos marcos legais no ano de 1994 foi incluir no PND a venda das participações minoritárias detidas pelo governo em várias empresas (BRASIL, 1994a):

as participações societárias minoritárias de que [eram] titulares as fundações, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e quaisquer outras entidades controladas, direta e indiretamente, pela União [além de facilitar a] avaliação e venda das participações minoritárias detidas direta e indiretamente pela União.²⁵ (BNDES, 1995, p. 7)

²³ “Art. 13. IV - a alienação de ações de empresas a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras poderá atingir cem por cento do capital votante, salvo determinação expressa do Poder Executivo, que determine percentual inferior” (BRASIL, 1993).

²⁴ Sobre isso, também ver a Medida Provisória 772, de 20 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994b).

²⁵ Além disso, “as participações acionárias detidas por entidades não privatizáveis [passavam] a ser explicitamente passíveis de privatizações” (BNDES, 1995, p. 43).

Essas alterações estavam em consonância com o fato de que no período havia uma preocupação maior em fazer caixa por conta da introdução do Plano Real. Por essa razão, Itamar e o ministro FHC estabeleceram um programa audacioso de leilões, que certamente aumentaria as receitas a curto prazo da União.

Para o governo, estiveram no foco os efeitos positivos temporários das privatizações no balanço de pagamentos e a “sustentação” do Plano Real, mas é preciso atentar que a entrada do capital estrangeiro a longo prazo significaria saída de capital, pela via de remessas de lucros para suas matrizes, e desnacionalização. Mas isso não era enfatizado. Além disso, o Estado ficaria sem uma fonte de receita importante oriunda dos lucros das empresas estatais, que passaria para o capital privado nacional e, sobretudo, para o estrangeiro.

4.1. A conclusão da venda do setor siderúrgico brasileiro e o avanço da desestatização dos setores petroquímico e de fertilizantes

No primeiro ano do seu governo, em 1993, Itamar privatizou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Açominas e a Cosipa. Essas empresas pertenciam à estatal Siderbrás. E em 1994 concluiu a venda do setor siderúrgico nacional, vendendo ações remanescentes de empresas como Usiminas, CSN, Cosipa e Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) (QUADRO 1).

No setor petroquímico, Itamar também foi bastante incisivo. Privatizou, em 1993, empresas como Ultrafértil, Poliolefinas e Oxiteno. E, em 1994²⁶, desestatizou as empresas Petroquímica União, Politen, Coperbo, Ciquini, Polialden. No setor de fertilizantes, privatizou Acrinor e Arafértil (BNDES, 1994; 1995) (QUADRO 1).

²⁶ Em 1994, houve a privatização importante da Embraer, como já mencionado na introdução. Ela será discutida mais adiante neste artigo.

QUADRO 1. As privatizações do governo Itamar Franco

Empresas privatizadas em 1993	Valor da venda (em US\$ milhões)
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	1.271,70
Aço Minas Gerais S.A. (Açominas)	598,50
Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)	359,80
Ultrafertil - Ind. e Com. de Fertilizantes S.A.	210,50
Poliolefinas S.A.	87,10
Oxiteno S.A. Ind. e Com.	53,90
Total em 1993	2.581,50
Empresas privatizadas em 1994	
Petroquímica União S.A.	287,53
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer)	192,20
Politeno Indústria e Comércio S.A.	44,87
Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo)	25,95
Ciquini - Companhia Petroquímica	23,69
Polialden Petroquímica	16,73
Acrilonitrila do Nordeste S.A. (Acrinor)	12,14
Arafertil S.A.	10,76
Mineração Caraíba Ltda. ²⁷	5,77
Total em 1994	619,64

Fonte: BNDES (1994; 1995). Elaboração própria a partir de Rodrigues (2017) e Rodrigues e Jurgensfeld (2019).

Do total de US\$ 2,58 bilhões arrecadados com todos os leilões feitos em 1993, a CSN correspondeu a US\$ 1,27 bilhão, praticamente a metade da soma total do ano. A CSN, com sede em Volta Redonda (RJ), era simplesmente “a maior siderúrgica integrada fabricante de produtos planos e aço comum no país”²⁸ (BNDES, 1994, p. 9). Suas ações eram quase todas de propriedade da Siderbrás/Tesouro (90,8%). Após leilão, as ações da CSN ficaram, em sua

²⁷ A Mineração Caraíba foi a única empresa de mineração vendida no governo Itamar – ela foi leiloada por US\$ 5,77 milhões.

²⁸ “O minério de ferro é fornecido cativamente pela mina Casa de Pedra, localizada em Congonhas (MG). A CSN dispõe ainda de duas minas, de dolomita e calcário, em Arcos (MG). Em Conselheiro Lafayette (MG) opera uma mina de resíduos de manganês [...]. A Fábrica de Estruturas Metálicas, subsidiária da CSN, também está situada em Volta Redonda, com capacidade de produção anual de 40 mil toneladas de estruturas metálicas e 30 mil toneladas de perfis soldados” (BNDES, 1994, p. 9).

maior parte, nas mãos de instituições financeiras, como o Bamerindus e o Bradesco (RODRIGUES & JURGENFELD, 2019).

Sobre o seu valor de venda de US\$ 1,27 bilhão, deve-se destacar que o governo havia promovido previamente um saneamento financeiro da empresa no valor de US\$ 756 milhões. Isso significava que, do valor arrecadado com a venda, mais da metade já havia sido gasto pelo governo anteriormente, “ajustando” a empresa para ser ainda mais atrativa ao capital privado.

Depois da desestatização, logo houve reversão dos prejuízos da CSN. Em 1994, a empresa já apresentava um lucro de US\$ 150 milhões, o que significava que, quando foi desestatizada, estava praticamente pronta para dar lucros. Também um ano depois da sua venda a CSN chegava a 4,6 milhões de toneladas de aço líquido, um recorde na América Latina. Além disso, cabe destacar que os controladores da CSN, anos depois comprariam mais uma importante empresa do setor, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)²⁹, em 1997³⁰ (RODRIGUES & JURGENFELD, 2019).

Alguns dos efeitos negativos da desestatização da CSN foram sentidos na economia. Depois da desestatização, o capital privado internacional vinculado ao setor de aço tinha conseguido expandir inclusive seu poder de ditar preços. Após a sua privatização, a CSN não teve mais que segurar os preços dos seus produtos, como parte de políticas de controle de preços administrados pelo governo federal, como era comum quando ainda era estatal. Anos depois do governo Itamar, em junho de 1997, chegou inclusive a ser acusada, juntamente com a Cosipa e a Usiminas, de cartelização pela Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça (*ibidem*).

²⁹ No polêmico leilão da Companhia Vale do Rio do Doce (CVRD), por meio de sua subsidiária, a CSN Steel Corp., sociedade constituída nas Ilhas Cayman, e em parceria com CSN Panamá, com a Litel Participações, com a Textília, com a Sweet River Investments e Eletron, o Consórcio Brasil, liderado pela CSN, comprou o total de 104.318.070 ações ON do capital social da CVRD, representativas de 41,73% de seu capital votante e de 26,85% de seu capital social total, pelo preço de R\$ 3,3 bilhões (VALE..., 13/05/1997, p.A3 e C5; CSN..., 03/06/1996, p. B1).

³⁰ Chega a ser curioso que Itamar, em prefácio da sua biografia, foi lembrado como um nome que lutou contra a privatização da CVRD (SANTAYANA, 2011).

A Açominas, com sede em Ouro Branco (MG), também foi uma empresa importante vendida por Itamar. Ela produzia “semi-acabados de aço comum (placas, blocos e turugos)” (BNDES, 1994, p. 10). Em decorrência de sua privatização por US\$ 598,5 milhões, a Açominas, da qual a Siderbrás era acionista majoritária, passou para o controle da Cia. Mineira de Participações Industriais (26,8%). Assim como ocorreu com a CSN, antes de privatizar a Açominas, o governo Itamar, contudo, deu uma “arrumada” neste ativo, tornando-o mais atraente, estabelecendo uma reestruturação financeira para sanar sua dívida, que se encontrava no valor total de US\$ 470 milhões (*ibidem*).

Outra desestatização de destaque de Itamar foi a da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), localizada em Cubatão (SP). Tratava-se de “uma usina integrada, fabricante de produtos planos de aço comum, com capacidade de produção anual de 3,9 milhões de toneladas de aço” (*ibidem*, p. 10), e ainda dispunha de um porto anexo para o transporte de cargas, tanto para receber matéria-prima quanto para exportar seus produtos. Esta empresa também pertencia à Siderbrás (99%) e foi vendida por US\$ 359,8 milhões. O acionista majoritário passou a ser a Anquilla Participações (34,4%), seguida pela Brastubo (23%).

A Cosipa tinha uma dívida estimada em US\$ 2 bilhões e, para viabilizar sua privatização, o governo Itamar também promoveu um saneamento financeiro desta empresa: “a) assunção e capitalização, pela Siderbrás, de dívidas no valor de US\$ 1 bilhão [...]; e b) reescalonamento de dívida no valor de US\$ 605 milhões” (*ibidem*, pp. 15; 18). Considerado o valor gasto com o saneamento financeiro da empresa, nota-se que ele foi quase 4,5 vezes maior do que o valor atingido na sua privatização.

No setor petroquímico, Itamar também se desfez de algumas das maiores empresas do país (e da América Latina). A desestatização da Poliolefinas S.A., instalada em São Paulo e com unidades produtivas em Santo André (SP), Triunfo (RS) e Camaçari (BA), foi uma destas e representou a venda da maior produtora de polietileno da América Latina. Sua

propriedade era dividida igualmente entre a Petroquisa (31,5%), a Odebrecht Química S.A. (31,5%) e a Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar) (31,5%), além de acionistas minoritários como o Bank of America (4,4%) e a Hanover (1,2%). A Odebrecht Química S.A. comprou as ações do governo (a partir da Petroquisa) por US\$ 87,1 milhões e passou a deter o controle, com 62,9% do capital (*ibidem*).

A Oxiten S.A. também era uma gigante do setor petroquímico. Ela contava com oito plantas produtivas, localizadas em Cubatão, Mauá e Tremembé (SP), Camaçari (BA), Santa Cruz e Triunfo (RS), e era a “principal produtora de óxido de eteno e seus derivados na América Latina” (*ibidem*, p. 10). Antes do seu leilão, as ações da Oxiten tinham a seguinte distribuição: Ultraquímica (60,6%), Petroquisa (18,5%), Monteiro Aranha (11,3%) e “outros” (9,6%). Com seu leilão no valor de US\$ 53,9 milhões, sua propriedade passou a ser distribuída entre Ultraquímica (69,3%), Monteiro Aranha (11,3%), Dresdner Bank (8,9%), GBOEx (0,2%) e “outros” (9,7%). “A Petroquisa manteve uma participação residual de 0,6% do capital votante devido à existência de litígio judicial sobre sua participação” (*idem ibidem*).

Em 1994, Itamar vendeu a Petroquímica União S.A. (PQU), com sede em Santo André (SP), por US\$ 287,5 milhões. O governo detinha participação majoritária nesta empresa a partir da Petroquisa (67,8%), empresa da Petrobras, e optou por vender o controle, mantendo uma participação menor do que 20%.

Para se ter ideia da importância desta estatal, a PQU era uma das 10 maiores empresas do setor no país, sendo a maior de São Paulo. Mantinha 1,2 mil funcionários, com atendimento de indústrias de embalagens, tintas, produtos farmacêuticos, entre outros, e um faturamento anual em torno de US\$ 400 milhões (RODRIGUES & JURGENFELD, 2019).

Após a desestatização da PQU, o capital da empresa passou a ser detido pela Unipar (30%), uma empresa química de São Paulo, a Petroquisa passou a deter 17,5% e o Consórcio Polo Invest ficou com 13%. O Consórcio Polo Invest deve ser destacado, pois tinha como principal membro a empresa norte-americana Union Carbide, uma das maiores demandantes da nafta

da PQU, e porque foi representativo de uma desnacionalização do capital da PQU. Além da Union Carbide, participavam do consórcio a Oxiteno, a CBE e a Polibrasil, que tinha entre seus sócios a Ipiranga, a Suzano e a Shell (*ibidem*).

O governo também privatizou empresas que eram de interesse de grupos japoneses. A Ciquine, com sede no Polo de Camaçari (BA), foi vendida por US\$ 23,7 milhões. Ela possuía unidades em Arujá (SP), para produção de plastificantes; em Taubaté (SP), onde fabricava acrilatos; no Uruguai, onde produzia ftálicos, e na Argentina, unidade que explorava o anidrido maleico. A Petroquisa detinha 33,2% do capital votante e 31,4% do capital total da empresa (BNDES, 1995). Após o leilão, suas ações foram adquiridas pela Companhia Nordeste de Participações (Conepar), que era “já acionista da empresa, que elevou seu nível de participação para 66,5% do capital votante (50,6% do capital total). O principal acionista estrangeiro (Mitsubishi) manteve sua participação em 27,9% do capital votante e 13,1% do capital total” (*ibidem*, p. 27). A NisshoIwai e “outros” (grupo que engloba acionistas minoritários) permaneceram com seu capital votante em 5,4% e 0,3%, respectivamente (*ibidem*).

A Polialden Petroquímica S.A., com sede em Camaçari (BA), foi vendida por US\$ 16,7 milhões. Ela explorava “resinas derivadas do eteno, produzindo polietileno de alta densidade (PEAD) e polietileno de ultra-alto peso molecular (PEUAPM)” (*ibidem*, p. 27). Antes da desestatização, o capital da Polialden era dividido entre Petroquisa (33,3%), Conepar (33,3%), Mitsubishi (16,7%) e NisshoIwai (16,7%). Após a privatização, as ações da Petroquisa foram compradas “pelo sócio Conepar, que passou a controlar a empresa com 66,7% do capital votante. Os demais sócios mantiveram as participações detidas antes do leilão” (*ibidem*, p. 28).

Itamar privatizou ainda a Politeno Indústria e Comércio S.A., instalada também em Camaçari (BA), que produzia e comercializava “resinas poliolefinicas, com destaque para o polietileno de baixa intensidade (PEBD), termoplástico de maior utilização no mercado” (*ibidem*, p. 26). A Petroquisa possuía 30% do seu capital votante e 24,9% do capital total. Com a

privatização por US\$ 44,8 milhões, as ações da Petroquisa foram adquiridas de maneira equivalente “pelos sócios Conepar e Suzano, que atingiram assim, cada um, 35% do capital votante. Os dois sócios estrangeiros, também japoneses, mantiveram suas participações em 20% (Sumitomo) e 10% (Itochu)” (*idem ibidem*).

Como se nota, nessas três privatizações (Ciquine, Polialden e Politeno) a Conepar esteve entre os grandes compradores. A Conepar era uma *holding* do Banco Econômico, que passaria, desde então, a deter participações significativas em várias empresas petroquímicas.³¹

A Acrilonitrila do Nordeste S.A. (Acrinor), sediada em Camaçari (BA) e produtora de acrilonitrila, produto petroquímico intermediário de grande uso na produção de fios e fibras para a indústria têxtil, e de resinas ABS para as indústrias automobilísticas e eletroeletrônica, também foi vendida em 1994, por US\$ 12,1 milhões. Ela atendia a todo o mercado interno e exportava 45% de toda a sua produção. A Petroquisa e a francesa Rhodia detinham 35% do capital votante da Acrinor cada uma, a Copene (maior central petroquímica de primeira geração do país e a maior produtora de eteno, que serve de matéria-prima para a fabricação de polietileno) detinha 26% e a Unigel, 4%. As ações da Petroquisa foram adquiridas pela Copene e pela Rhodia, que passaram a possuir 48% da empresa cada uma, e a Unigel manteve sua participação em 4% (*ibidem*).

Também foi vendida a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo), por US\$ 25,9 milhões³². Ela produzia “copolímeros de butadieno e estireno a partir do eteno proveniente de Camaçari (BA)” (*ibidem*, p. 28). A empresa tinha seu controle dividido entre Petroquisa (23,1%), Copene (15,4%), Petroflex (53,6%), estado de Pernambuco (5,2%) e “outros” (2,8%)

³¹ Observa-se que, posteriormente, no governo FHC, o grupo Econômico, do qual fazia parte este banco, viria a sofrer uma intervenção do Banco Central por várias fraudes cometidas no sistema financeiro, e suas participações no setor petroquímico seriam vendidas (DISPUTA..., 09/10/1997, s/p).

³² “No biênio 1992/93, a Coperbo apresentou uma receita operacional líquida de US\$ 87 milhões/ano, com um lucro líquido médio de US\$ 68 milhões/ano. Em dezembro de 1993 o ativo total da empresa atingia US\$ 115 milhões, com um patrimônio líquido de US\$ 68 milhões” (BNDES, 1995, p. 28).

(*ibidem*). Após o leilão, a Petroflex ficou com 71,5% das ações e a Copene aumentou para 20,5% sua participação na Coperbo. O governo do estado de Pernambuco, assim como “outros”, mantiveram suas participações em 5,2% e 2,8%, respectivamente (*ibidem*).

No setor de fertilizantes, Itamar se desfez da Ultrafertil S.A. Indústria e Comércio de Fertilizantes, localizada em Cubatão (SP), que possuía uma unidade produtiva em Araucária (PR) e um terminal marítimo em Cubatão, e era responsável pelo fornecimento de fertilizantes nitrogenados e fosfatados. Com a privatização da Ultrafertil por US\$ 210,5 milhões, as ações que pertenciam integralmente à estatal Petrofertil passaram ao controle da Fertilizantes Fosfatados S.A. (Fosfertil) (90%) (BNDES, 1994).

Outra empresa vendida neste setor foi a Arafertil S.A., localizada em Araxá (MG), por US\$ 10,7 milhões. Ela fornecia concentrado fosfático e superfosfato em pó granulado. A empresa era dividida igualmente (33,3%) “entre a Petrofertil, a Quimbrasil (Grupo Moinho Santista) e a Fertisul (Grupo Ipiranga)” (BNDES, 1995, p. 25). Após o leilão, as ações da Petrofertil foram adquiridas pela Fertisul, que passou a deter 50,1% da empresa, e pela Quimbrasil, que ficou com 49,9% das ações (*ibidem*).

4.2. A privatização da Embraer

Além das empresas acima discutidas, é importante salientar a venda mais emblemática feita por Itamar, a privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), que será debatida neste tópico.

Desde 1991, com o presidente Collor, a privatização da Embraer esteve na agenda do governo federal, mas ela se concretizou de fato três anos depois, em dezembro de 1994, no último mês do mandato de Itamar, o que sinalizava a necessidade de fazer “caixa” em função da implementação do Plano Real, que exigia recursos expressivos por parte do governo e emissão de títulos da dívida pública para manter a moeda sobrevalorizada.

A Embraer, única empresa do ramo localizada em país subdesenvolvido e com tradição na produção de aviões de porte médio, foi vendida por US\$ 192,2 milhões. Ela tinha sede em São José dos Campos (SP) e comandava outras quatro empresas: “Indústria Aeronáutica Neiva S.A.; Embraer Aircraft Corporation (EAC), na Flórida (Estados Unidos); Embraer Aviation International (EIA), na França; e Órbita Sistemas Aeroespaciais S.A.” (BNDES, 1995, p. 21). Além disso, a Embraer participava como acionista das empresas: “Motortec Indústria Aeronáutica (11% do capital) e AM-X International Limited (29,7% do capital), sediada em Londres, com as quais [mantinha] contratos de transferência de tecnologia” (*idem ibidem*).

Antes da privatização, as ações da Embraer eram quase todas da União (95,2%). Após a venda, a União ficou com 20% da Embraer, ainda a maior fatia, mas muito próxima ficou a participação do Banco Bozano, Simonsen, com 16,1%. Os fundos de pensão Previ e Sistel ficaram com 9,8% cada,³³ e o grupo denominado “outras fundações de previdência privada” somaram 9,9% (RODRIGUES & JURGENFELD, 2019).

Com essa nova composição acionária, portanto, os acionistas em conjunto que podem ser identificados como setor financeiro representaram muito mais do que a participação do governo. A soma das fatias do Bozano, Simonsen, com as da Previ e da Sistel e a de outras fundações de previdência privada chegava a 45,6%. Assim, este setor assumiu, de fato, as operações executivas da empresa, mesmo tendo o governo detido uma ação denominada *golden share*,³⁴ isto é, ação de classe especial da União que possibilitaria

³³ Em 1997, com um aumento de capital de R\$ 230,2 milhões, esse grupo de acionistas passou a controlar 85,4% do capital votante da companhia. A operação envolveu conversão de ações preferenciais em ordinárias (CAPITAL..., 08/09/1997, p. C4).

³⁴ “ART. 9º - A ação ordinária de classe especial confere à União poder de veto nas seguintes matérias:

- I. Mudança de denominação da Companhia ou de seu objeto social;
- II. Alteração e/ou aplicação da logomarca da Companhia;
- III. Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil;
- IV. Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares;
- V. Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares;
- VI. Transferência do controle acionário da Companhia” (EMBRAER, 2016).

o poder de veto em relação a determinadas decisões por parte das empresas desestatizadas.³⁵

Para a venda da Embraer,³⁶ Itamar também realizou previamente um saneamento financeiro. Em 1993, a empresa possuía uma dívida total de US\$ 902,9 milhões, sendo US\$ 263,1 milhões no curto prazo, dos quais US\$ 239 milhões já haviam vencido. Do total, US\$ 438 milhões foram contratados entre 1987 e 1992 (OZIREs..., 19/05/1993, p. 11). O saneamento envolvia um refinanciamento de US\$ 438 milhões, negociado com o Banco do Brasil (BB), e injeção direta de recursos na empresa “em moeda forte”, de US\$ 300 milhões (GOVERNO..., 27/09/1993, p. 28). Em novembro de 1993, a União fez um aumento de capital de US\$ 190 milhões na Embraer. Foram negociados no BB cerca de US\$ 172 milhões e bens que o Ministério da Aeronáutica possuía na Embraer sob comodato, no valor de US\$ 18,2 milhões. O aumento de capital foi usado para diminuir o estoque de dívida de longo prazo da empresa (GOVERNO..., 20, 21 e 22/11/1993, p. 31). Com esses ajustes financeiros prévios, a companhia elaborou um plano enviado ao PND que mostrava, até 2003, um potencial de faturamento anual entre US\$ 800 milhões e US\$ 900 milhões.

Apesar desse potencial de faturamento, a Comissão Diretora do PND chegou a estabelecer, no dia 7 de março de 1994, o preço mínimo de venda da companhia em US\$ 295,3 milhões, que em agosto foi reduzido para US\$ 265 milhões, e em novembro caiu ainda mais, para US\$ 153 milhões, com a justificativa de que havia dívidas remanescentes (EMBRAER..., 08/03/1994, p. 26).

Tão logo adquiriram a empresa, os novos controladores já informavam que rapidamente a Embraer ia ser lucrativa. Diziam que esperavam reduzir seu prejuízo líquido de US\$ 300 milhões em 1995 para algo entre US\$ 50 milhões

³⁵ Apesar da privatização da Embraer ter ocorrido no mandato de Itamar, com a proposta em 2018 de a Boeing se fundir com a Embraer, surgiu um falso debate de que a empresa ainda seria uma estatal. A questão que causou confusão foi o fato de o governo deter a *golden share*. No caso da fusão Boeing-Embraer, que acabou não acontecendo por desistência da Boeing, vale destacar que o governo federal foi favorável à operação.

³⁶ Para mais informações sobre a Embraer, recomenda-se: Moraes (2013) e Cardoso (2018).

e US\$ 70 milhões já em 1996³⁷ (A EMBRAER..., 25, 26 e 27/10/1996, p. C3). Demorou um pouco mais para registrar lucro líquido, o que ocorreu em 1998, atingindo R\$ 132 milhões. Já em 1999, bancos como Bozano, Simonsen sinalizavam interesse em vender sua participação, o que lhe seria certamente rentável naquele momento (RODRIGUES & JURGENFELD, 2019).

5. Uma síntese das privatizações de Itamar

É possível dimensionar o tamanho das privatizações de Itamar quando confrontadas com as desestatizações realizadas em outros governos, como Collor e FHC. Em uma análise anual, desde 1991 a 1998, observa-se que as vendas de empresas estatais sob o governo Itamar em 1993 foram tão expressivas que o total de privatizações, somente naquele ano, representou 0,60% do PIB. Este patamar é praticamente equivalente ao do último ano do governo Collor (ou seja, 1992), e o dobro do que foi vendido por ele em 1991.

Além disso, as desestatizações de Itamar em 1993, usando a mesma comparação, ou seja, relativas ao PIB, são superiores à maior parte do que foi realizada nos anos do presidente FHC, exceto 1998, quando este vendeu o importante Sistema Telebras. (QUADRO 2)

³⁷ Sete anos depois da sua venda, para se ter uma ideia da lucratividade que a empresa adquiriria, em 2001 a margem líquida de lucro da Embraer superou US\$ 450 milhões, “tornando a Embraer um dos fabricantes aeronáuticos mais lucrativos do mundo, sete anos após a sua privatização e cinco após o início do apoio do BNDES à empresa” (GOMES, 2012, p.151). Prossegue o autor: “o apoio do BNDES ao setor aeronáutico no país adquiriu um porte mais significativo após a privatização da Embraer em 1994. Naquela ocasião [...] o BNDES contribuiu com US\$ 300 milhões adicionais por meio de diversos instrumentos de renda fixa e renda variável” (*ibidem*, pp.177-178).

QUADRO 2. Privatizações de 1991 a 1998

Ano	Privatização*	PIB**	Privatização/ PIB (%)	Setores
Collor				Bens de Capital, Fertilizantes, Petroquímico e Siderurgia
1991	1.265,20	405.679,23	0,31	
1992	2.400,40	387.294,94	0,62	
Média anual			0,47	
Itamar				Aeronáutico, Fertilizantes, Mineração, Petroquímico e Siderurgia
1993	2.581,50	429.685,27	0,60	
1994	619,63	543.086,59	0,11	
Média anual			0,36	
FHC				Bancos, Energia, Mineração, Petroquímico, Portos, Telecomunicações e Transportes
1995	1.039,90	770.733,14	0,13	
1996	4.072,60	851.019,12	0,48	
1997	3.805,90	883.281,56	0,43	
1998	23.075,00	863.872,29	2,67	
Média anual			0,93	

Fonte: Rodrigues (2017, p. 250)

*Em US\$ milhões

** Em US\$ milhões (dólar médio anual)

Apesar do grande volume de privatizações, anos após deixar a presidência, Itamar tornou-se, em 1998, governador de Minas Gerais, e posicionou-se contra a desestatização da Furnas Centrais Elétricas. Embora fosse uma subsidiária da Eletrobras, e, portanto, pertencente ao governo federal, para Itamar, a venda de Furnas significaria “a privatização dos rios do estado [de Minas Gerais]” (ITAMAR..., 13/10/1999, s/p). Nesse processo Itamar saiu vitorioso, uma vez que Furnas não foi desestatizada, contudo, continua na ordem do dia sua privatização.³⁸

³⁸ Ver, por exemplo: “De olho...” (26/09/2019, s/p), “Presidente...” (30/07/2019, s/p) e “Na lista...” (26/09/2019, s/p).

Itamar também se colocou contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, fundada em Itabira, Minas Gerais, em 1942.³⁹ Sua posição contra a desestatização da Vale do Rio Doce foi, no entanto, perdedora, uma vez que ela foi vendida em 1997 pelo presidente FHC.

Ainda no campo de seu novo comportamento avesso às privatizações, o então governador Itamar realizou a retomada, por meio judicial, do controle acionário da estatal elétrica Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).⁴⁰

Embora no governo mineiro mostrasse sua indisposição com a venda do setor elétrico, é importante notar que em documentos durante o seu período na presidência do país ele havia mostrado intenção de privatizar esse setor. Isso ficou documentado em relatório no qual ressaltava a necessidade de “atração, via PND, de capitais privados para atender as necessidades cada vez mais prementes de investimento no setor infraestrutural, notadamente nos setores de transporte ferroviário e de geração e distribuição de energia elétrica” (BNDES, 1994, p. 6).

Surpreendentemente, no prefácio da biografia sobre Itamar, lançada em 2011, ano da sua morte, mais de uma década depois de ele ter deixado a presidência e o país ter vivido todos esses anos sob vários efeitos negativos das desestatizações, ainda se defendia que ele havia sido um nacionalista: “[...] ficou na história como um homem inflexível na defesa dos trabalhadores e da soberania brasileira” (SANTAYANA, 2011, s/p).

³⁹ “O ex-presidente Itamar Franco vai formalizar no sábado sua posição contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, defendida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso” (ITAMAR..., 13/11/1996, s/p).

⁴⁰ Assim como ameaçou o governo federal contra a privatização de Furnas, também argumentou que a desestatização da Cemig só ocorreria se o governo enviasse “tropas federais” a Minas Gerais (ITAMAR..., 13/10/1999, s/p).

Ao prefaciar a biografia sobre Itamar Franco, Santayana (2011) também destacou os movimentos posteriores de Itamar contra as privatizações. Entre os episódios relatados, esteve a criação de um suposto grupo de patriotas que teria se reunido em Juiz de Fora (MG) para lançar manifesto contra a desestatização da mineradora Companhia Vale do Rio Doce

6. Considerações finais

O artigo insere-se em uma visão crítica às análises que entenderam Itamar Franco enquanto um presidente nacionalista. Por meio do estudo de sua política econômica, consubstanciada na renegociação da dívida externa, no Plano Real e nas privatizações, é possível entender o quanto o seu governo, à frente da presidência do país, foi um reforço do neoliberalismo no Brasil.

Este artigo apoiou-se, sobretudo, na sua política de desestatizações, que envolveu a consolidação da venda do importante setor siderúrgico nacional, tendo como marco a venda da CSN, as desestatizações dos setores petroquímico e de fertilizantes, além da privatização da Embraer. A privatização de empresas-chave, muitas de setores indispensáveis ao desenvolvimento industrial, e de empresas detentoras de tecnologia de ponta (o caso da Embraer é muito evidente neste sentido), mostrou como Itamar estava distante do desenvolvimento nacional, de fato, e próximo à política econômica de seu antecessor, Fernando Collor de Mello.

Suas desestatizações envolveram empresas que eram estratégicas para o desenvolvimento do setor de bens de capital, com conhecidos encadeamentos para frente e para trás, e que eram essenciais, inclusive, para a soberania nacional.

Assim como Collor, Itamar seguiu os preceitos do Consenso de Washington, de que o país deveria se “modernizar” e que ganharia maior produtividade e competitividade internacional com as privatizações.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005 [1993].
- BATISTA, Paulo Nogueira. “O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos”, *Caderno Dívida Externa*, n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira & RANGEL, Armênio de Souza. “A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados”, *Caderno Dívida Externa*, n. 7, PEDEX, São Paulo, 1994.
- CAMPOS, Fábio Antonio de. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “A década mais que perdida: vulnerabilidade e restrição externas no Brasil nos anos 90”, *Economia-Ensaios*, 17(2)/18(1), pp. 87-102, Uberlândia, jul.-dez.2003.
- _____. *A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.
- CARDOSO, Arthur. *A Embraer e a questão nacional*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- CHESNAIS, François. “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”, *Economia e Sociedade*, n. 5, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, dez. 1995.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEO, Anderson. *A FIESP e as novas inflexões do capital na década de 1990*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2005.
- FIESP. *Livres para crescer: proposta para um Brasil moderno*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*. Mimeo, 2005.
- _____. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- GOMES, Sergio Varella Bittencourt. “A indústria aeronáutica no Brasil: evolução recente e perspectivas”. BNDES, 2012. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/BNDES_Setorial/201210_4.html. Acesso em: 13/02/2020.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAES, Lívia de Cássia Godoi. *Pulverização do capital e intensificação do trabalho: o caso da EM-BRAER*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasília – os segredos dos presidentes*. São Paulo: Globo, 2005.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012 (Pensamento Brasileiro).
- OLIVEIRA, Gesner. *Brasil Real, desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarim, 1996.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. “Neoliberalismo: apontamentos histórico-econômicos e acirramento de sua implementação no governo FHC”, *Revista Praia Vermelha*, vol. 21, n. 1, pp. 43-57, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2011.

_____. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)*. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes & JURGENFELD, Vanessa Follmann. “Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC)”, *Economia e Sociedade*, vol. 28, n. 2, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, mai.-ago. 2019.

SALLUM JR., Basilio & CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. “O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo”, *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 82, pp. 163-200, São Paulo, 2011.

SANTAYANA, Mauro. “Prefácio”. In: YAZBECK, Ivanir. *O real Itamar: uma biografia*. Belo Horizonte: Gutenberg, 2011.

SILVA, Carla Luciana. “A revista Veja e o governo Itamar Franco”. In: *Anais do Terceiro Simpósio do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL)*. UEL, Londrina, 2008. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_iii.html#c. Acesso em: 13/02/2020.

TAVARES, Maria da Conceição. “A economia política do Real”. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp, IE, 1998.

Documentos

BNDES. *Programa nacional de desestatização: relatório de atividades, 1993*. Rio de Janeiro: BNDES, 1994.

_____. *Programa nacional de desestatização: relatório de atividades, 1994*. Rio de Janeiro: BNDES, 1995.

BRASIL. Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994. Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND) das participações societárias minoritárias, detidas pelas entidades da Administração Federal que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 mar. 1994a, p. 3045. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=1068&ano=1994&ato=786oXSU1UNFpWT63f>. Acesso em: 04/10/2019.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 abr. 1990, p. 7103. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04/10/2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 362, de 25 de outubro de 1993. Altera as Leis nºs 8.031, de 12 de abril de 1990, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.249, de 24 de outubro de 1991, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1993. Seção 1, p. 15821. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1993/medidaprovisoria-362-25-outubro-1993-372883-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/10/2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 772, de 20 de dezembro de 1994. Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1994b. Seção 1, p. 20028. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1994/medidaprovisoria-772-20-dezembro-1994-377244-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/10/2019.

EMBRAER. Relações com investidores [internet]. São José dos Campos, c2016. Disponível em: <https://ri.embraer.com.br/show.aspx?idCanal=3mAFUKdXQpHYE3WjGquiWg==>. Acesso em: 13/02/2020.

Jornais

A Dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado. *Carta Capital*, São Paulo, 09/06/2015, s/p. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552/>. Acesso em: 13/02/2020.

A EMBRAER desafia a Bombardier. *Gazeta Mercantil*, São José dos Campos, 25, 26 e 27/10/1996, Business Week, p. C3.

A FARSA presidencialista. *Folha de São Paulo*, 03/03/1993, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11986&keyword=O%2Co%2Cgoverno&anchor=4752800&origem=busca&pd=e435b270a4a270d3c41c3be02f0c5dac>. Acesso em: 13/02/2020.

A PRIVATIZAÇÃO de Bolsonaro. *Jornal Valor Econômico*, São Paulo, 21/01/2020, s/p. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-privatizacao-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 13/02/2020.

CAPITAL da Embraer passa para R\$ 1,9 bi. *Gazeta Mercantil*, São José dos Campos, 08/09/1997, p. C4.

CSN quer comprar a Cerj. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 03/06/1996, p. B1.

DENÚNCIA contra edital da empresa. *Gazeta Mercantil*, São José dos Campos, 10/07/1994, p. 20.

DE OLHO em privatização, Furnas vai demitir todos os contratados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/09/2019, s/p. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/de-olho-em-privatizacao-furnas-vai-demitir-todos-os-contratados-23976162>. Acesso em: 13/02/2020.

DISPUTA pela Conepar agita o mercado petroquímico. *Folha de São Paulo*, 09/10/1997, s/p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi091012.htm>. Acesso em: 13/02/2020.

EMBRAER vai a leilão em 20 de maio pelo preço mínimo de US\$ 295 milhões. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 08/03/1994, p. 26.

EMBRAER vende 4 EMB-145 à Luxair. *Gazeta Mercantil*, São José dos Campos, 03, 04 e 05/10/1997, p. C6.

GOVERNO demonstra interesse em sanear a Embraer, que poderá ser privatizada. *Gazeta Mercantil*, São José dos Campos, 27/09/1993, p. 28.

GOVERNO vai subscrever ações para capitalizar Embraer em US\$ 190 milhões. *Gazeta Mercantil*, São José dos Campos, 20, 21 e 22/11/1993, p. 31.

ITAMAR ameaça desviar rios. *Folha de São Paulo*, 13/10/1999, s/p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1310199907.htm>. Acesso em: 13/02/2020.

ITAMAR fará oposição à privatização. *Folha de São Paulo*, 13/11/1996, s/p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/13/brasil/27.html>. Acesso em: 13/02/2020.

ITAMAR Franco: nacionalismo puro. *IstoÉ Dinheiro*, São Paulo, 02/12/2016, s/p. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/itamar-franco-nacionalismo-puro/>. Acesso em: 13/02/2020.

ITAMAR Franco: o presidente que surpreendeu o Brasil. *Revista Veja*, 02/07/2011, s/p. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/itamar-franco-o-presidente-que-surpreendeu-o-brasil/>. Acesso em: 13/02/2020.

ITAMAR, nacionalista de temperamento marcante. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 02/07/2011, s/p. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/cristianalobo/2011/07/02/itamar-nacionalista-de-temperamento-marcante/>. Acesso em: 13/02/2020.

NA LISTA de privatizações, Furnas quer demitir mais de mil terceirizados. *Poder 360*, 26/09/2019, s/p. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/furnas-quer-demitir-1041-funcionarios-antes-de-privatizacao-da-eletronbras/>. Acesso em: 13/02/2020.

O SEGREDO que Itamar guardou até o fim: o dia em que recebeu, na Presidência, uma proposta mais “tenebrosa” do que fechar o Congresso Nacional. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 02/07/2011, s/p.

Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/geneton/2011/07/02/o-segredo-que-itamar-franco-nao-quis-revelar-qual-foi-o-conselho-tenebroso-que-ouviu-quando-era-presidente-da-republica-mas-ele-confirma-politicos-queriam-que-ele-fechasse-o-congresso-nacional/>. Acesso em: 13/02/2020.

O ECONOMISTA mais poderoso do Brasil. *IstoÉ Dinheiro*, São Paulo, 27/04/2018, s/p. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/o-economista-mais-poderoso-do-brasil/>. Acesso em: 13/02/2020.

OZIRES Silva anuncia retomada do processo de privatização da Embraer. *Gazeta Mercantil*, São José dos Campos, 19/05/1993, p. 11.

PRESIDENTE de Furnas defende privatização da empresa. *Folha de São Paulo*, 30/07/2019, s/p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/presidente-de-furnas-defende-privatizacao-da-empresa.shtml?origin=folha>. Acesso em: 13/02/2020.

RUY, José Carlos. "Itamar Franco: ênfase no nacionalismo". In: *Revista Princípios*, edição 62, São Paulo, ago/set/out, 2001, pp. 22-23. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/62/cat/1310/itamar-franco-ênfase-no-nacionalismo-.html>. Acesso em: 13/02/2020.

VALE. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 13/05/1997, pp. A3; C5.

TALES RABELO FREITAS

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SISTEMA ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE KARL POLANYI

Recebido em 03/11/2020

Aprovado em 08/02/2021

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SISTEMA ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE KARL POLANYI

Resumo

Para Karl Polanyi, o sistema econômico não é passível de ser analisado de maneira isolada das instituições sociais. A falácia do economicismo negligencia variáveis sociais que são fundamentais para a determinação da ação econômica e das transformações sistêmicas. Isso implica que a ascensão do sistema de mercados autorregulados e sua dominância sobre as instituições sociais não são um movimento natural quando analisado à luz de toda a história das sociedades humanas. Para o autor, o que ocorreu foi uma espécie de desenraizamento da economia, embora este movimento tenha sido apoiado em um contexto institucional bastante específico no passado, e sem possibilidade de sustentação. Por ser a economia um subproduto das instituições sociais, a abordagem polanyiana entende que qualquer análise, seja da dinâmica econômica, seja de suas transformações, deve ser realizada tendo em conta as necessidades da sociedade como um todo.

Palavras-chave: instituições; economicismo; Karl Polanyi

**TALES RABELO
FREITAS**

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: tales.rabelo@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7450-424X>

Abstract

For Karl Polanyi, the economic system cannot be analyzed in isolation from social institutions. The economicism fallacy neglects social variables that are fundamental for determining economic action and systemic transformations. This implies that the rise of the self-regulated market system and its dominance over social institutions are not a natural movement when analyzed in the light of the entire history of human societies. For the author, what happened was a kind of uprooting of the economy, although this movement has been supported in a very specific institutional context in the past, and with no possibility of sustainability. As the economy is a by-product of social institutions, the Polanyian approach understands that any analysis, whether of economic dynamics or its transformations, must be carried out taking into account the needs of society as a whole.

Keywords: institutions; economicism; Karl Polanyi

I. Introdução

Karl Polanyi (1886-1964) foi um importante historiador econômico e economista institucionalista. Sua obra de maior destaque foi *A grande transformação*, com sua primeira edição publicada em 1944. A sua abordagem parte do princípio de que a vida econômica dos povos não é separada das instituições sociais (KNOEDLER *et alii*, 2007). De forma considerada contraditória por alguns estudiosos de seus escritos, Polanyi analisa os impactos do desenraizamento da instituição do livre mercado no século XIX das demais normas de vida, explicitando seus efeitos perversos nas sociedades e, por fim, sua ruptura na virada para o século XX (BLOCK, 2003; GEMICI, 2008).

Polanyi foi muito interessado na incorporação da antropologia e dos princípios evolucionários em seus trabalhos de história e teoria econômica. A análise do autor foi influenciada pelo seu interesse nas questões metodológicas envolvendo a antropologia econômica e os sistemas econômicos comparativos (STANFIELD, 1980; CANGIANI, 2011). Estas proporcionavam uma reflexão que contrariava a teoria econômica desenvolvida até então, tanto do lado dos ortodoxos quanto do da heterodoxia.

Foi esta abordagem histórico-antropológica, apoiada no princípio da incorporação dos processos econômicos no contexto social e cultural dos povos, que permitiu a Polanyi explicar os impactos nocivos do sistema de mercado autorregulável. Parte do foco de suas obras está nas transformações que as sociedades experimentaram a partir da adoção do livre mercado.

Com base nos escritos de Bronisław Malinowski (1935, 2002, 2015), Raymond Firth (2011 [1929]) e Richard Thurnwald (2018 [1932]), Polanyi afirma que o problema do sistema de mercado não é a exploração e os baixos salários, que é a problemática marxista. Para ele, os males do capitalismo residem na degradação das relações sociais e da substância humana, sendo esta reduzida ao caráter de mercadorias (BUGRA & AGARTAN, 2007). Os modos de organização da economia eram dos mais diversos nas etapas de desenvolvimento anteriores à institucionalização do método capitalista de produção.

O comportamento econômico dos indivíduos respeitava os hábitos culturais de suas respectivas comunidades. Porém, esse ajuste foi abalado com a instituição do sistema de mercado autorregulável em meados do século XIX. A nova lógica passou a ser representada pela sujeição dos vários aspectos da vida social pelas leis de mercado. Esse processo é chamado por Polanyi (2012a) de “mercadorização” do trabalho e da terra, cujo resultado foi o desenraizamento do comportamento econômico dos demais hábitos de vida dos indivíduos (DALE, 2008).

A abordagem de Polanyi é tão complexa quanto as dos demais autores da literatura clássica de economia, como Adam Smith, Marx e Keynes. Porém, as suas ideias sobre a dualidade dos processos econômicos enraizados/desenraizados das demais instituições sociais geraram divergências entre seus intérpretes.

Este artigo tem como objetivo analisar os vários aspectos dos escritos desse autor. A primeira seção abrange a crítica de Polanyi contra o que chama de “falácia economicista”, que é a escolha das teorias econômicas padrões pela negligência das variáveis sociais. Em seguida, na segunda seção, analisa-se como a abordagem polanyiana explica o processo de ascensão do livre mercado e a mudança de dominação institucional, com o sistema de mercado autorregulado sobressaindo-se em relação às instituições sociais. Na terceira seção tem-se o argumento de Polanyi de que as transformações sociais e econômicas sempre ocorrem com base nas necessidades da sociedade como um todo, e não a partir dos imperativos de classes isoladas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. A falácia economicista

Um dos pontos fundamentais do pensamento de Polanyi é a sua crítica ao que denominou de “falácia economicista”, ao se referir à tendência das teorias econômicas tradicionais em analisar todos os aspectos da vida humana e social como sendo redutíveis aos princípios econômicos (BLOCK

& SOMERS, 2014; BUGRA & AGARTAN, 2007). Para isso, Polanyi (1957) apresenta dois significados distintos do termo “econômico”. O primeiro é o sentido substantivo, que decorre da realidade e centra-se na forma como os seres humanos organizam e alocam os esforços para a busca das coisas necessárias para a subsistência. Já o segundo sentido é denominado de economia formal, e se refere ao nível lógico, no qual há uma situação de escolha que surge a partir da escassez de recursos. A diferença entre os dois conceitos é que o conceito substantivo não necessariamente estabelece a necessidade de escolha e nem implica insuficiência de recursos, e quando há a escolha, ela não é determinada, necessariamente, pelos efeitos da escassez.

A crítica à visão formal é que a economia é definida como um processo instituído a partir das relações entre os homens e a natureza, cujo resultado é o fornecimento permanente de recursos que garantem a subsistência da sociedade (POLANYI, 1957). Portanto, o autor enfatiza, em suas análises, a primazia das relações sociais não redutíveis ao âmbito da racionalidade utilitarista da economia formal. Assim, a interação social que explica os fenômenos econômicos está constituída em três níveis distintos (BLOCK & SOMERS, 2014; POLANYI, 1957):

- a) o contexto global em que a sociedade se situa;
- b) as ações dos Estados;
- c) os conflitos entre as classes sociais e outros grupos.

O uso do significado formal denota a economia como uma sequência de atos de economizar, ou seja, de escolhas induzidas por situações de escassez. Embora as regras que rejam tais atos sejam universais, a extensão em que as regras são aplicáveis a uma economia definida depende de essa economia ser ou não, de fato, uma sequência de tais atos. [...] A relação entre a economia formal e a economia humana é, com efeito, contingente. Fora de um sistema de mercados formadores de preços, a análise econômica perde a maior parte de sua relevância como um método de investigação sobre o funcionamento da economia. (POLANYI, 1957, p. 247; tradução nossa)

Diante disto, em detrimento do método da economia ortodoxa, que assume princípios universais e imutáveis, o autor foca sua análise nas instituições políticas e sociais de um povo para explicar o sistema econômico. Em outras palavras, enquanto os economistas clássicos analisavam as distintas sociedades, primitivas e contemporâneas, sob o mesmo prisma, Polanyi assumiu que as motivações para a ação econômica poderiam ser distintas no tempo e espaço (BLOCK & SOMERS, 2014).

Com base na literatura antropológica de Malinowski (2015 [1926]) e Thurnwald (2018 [1932]), Polanyi estabelece dois princípios que regem a ação econômica dos indivíduos e das sociedades ao longo da história: a reciprocidade e a redistribuição¹ (POLANYI, 2012a). Estes princípios, além de não serem abarcados pelas teorias econômicas ortodoxas, vão contra as ideias de que os agentes são egoístas e agem apenas em função de assegurar seus desejos individuais. Enquanto na economia clássica a ordem e o bem-estar da sociedade são estabelecidos a partir das ações egoístas dos agentes, a abordagem de Polanyi afirma que a organização das atividades econômicas é assegurada através da existência de um código de honra e generosidade instituído, o qual, por sua vez, atua impedindo os indivíduos de agirem individualmente e em detrimento do bem-estar da comunidade.

O hábito da reciprocidade gera confiança entre as pessoas, de modo que ninguém pense que seus esforços serão em vão ou direcionados para sustentar possíveis aproveitadores.

[...] a troca de produtos e serviços é realizada principalmente dentro de uma parceria permanente, ou está associada a laços sociais definidos ou acoplada a uma reciprocidade em questões não econômicas. A maioria dos atos econômicos, quando não todos, é vista como pertencendo a alguma cadeia de presentes recíprocos e contrapresentes, que no longo prazo se equilibram, beneficiando igualmente ambos os lados. (MALINOWSKI, 2015 [1926], p. 39)

¹ Deve-se ter em mente que mercados existiram em diversas sociedades e em praticamente todos os momentos da história humana. Porém, a presença de mercados não implica a instituição de uma sociedade de mercado. Barber (1995) argumenta que a sociedade moderna não é exclusivamente uma sociedade de mercado. Ao longo do tempo os três tipos de troca econômica foram verificados ao mesmo tempo, porém, em cada época um mix diferente entre estes foi estabelecido.

Já a redistribuição está associada à vaidade, demonstração de superioridade e riqueza. Geralmente, nas sociedades primitivas, os excedentes de cada família ou grupo eram compartilhados com o restante da comunidade. As recompensas para as doações e distribuições dos excedentes eram mensuradas através do ganho de prestígio social, o que tem como resultado sentimentos de manifestação de poder e elevação da personalidade (POLANYI, 2012a; MALINOWSKI, 2015 [1926]).

Conforme o autor, a motivação para o trabalho não é encontrada na lógica econômica, impulsionada pela maximização de utilidade e dos lucros, mas sim determinada pela cultura e pelas instituições estabelecidas socialmente. Desta forma, Polanyi apoia-se nos estudos de economia primitiva de autores da antropologia para definir os princípios da motivação humana nas relações econômicas:

- a) A motivação do ganho não é “natural” no homem [...]
- b) Contar com o pagamento do trabalho não é “natural” no homem [...]
- c) Restringir o trabalho ao mínimo inevitável não é “natural” no homem [...]
- d) Os incentivos habituais do trabalho não são o ganho, mas a reciprocidade, a competição, o prazer do trabalho e a aprovação social [...]
- e) O homem, sempre o mesmo em todas as épocas. [...] Thurnwald enfatiza a similaridade dos homens em todos os estágios do seu desenvolvimento [...]
- f) Os sistemas econômicos, em regra, estão inseridos nas relações sociais; a distribuição dos bens materiais é assegurada por motivos não econômicos [...]
- g) A coleta individual de alimentos para uso da própria pessoa e da família não é parte da vida do homem primitivo [...]
- h) A reciprocidade e a redistribuição são princípios de comportamento econômico que se aplicam não apenas a pequenas comunidades primitivas, mas também a grandes e poderosos impérios. (POLANYI, 2012a, pp. 296-300)

A partir daí, Polanyi (*ibidem*) esforça-se em demonstrar como a sociedade capitalista emerge de um contexto em que os mecanismos de mercado estavam presentes apenas parcialmente e, mesmo assim, dominados pelas demais instituições sociais. O autor argumenta que o sistema de mercado autorregulável não foi um fenômeno espontâneo e natural, e sim um projeto político com o intuito de realizar mudanças institucionais que estabelecessem o trabalho, a terra e o dinheiro como mercadorias (BUGRA & AGARTAN, 2007). Desta forma, opõe-se aos economistas que fazem a análise dos fenômenos socioeconômicos partindo dos princípios que regem a dinâmica do livre mercado, como se esta instituição estivesse presente nos genes do sistema e coordenasse a vida das sociedades desde os primórdios. Nas palavras do autor, “a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente” (POLANYI, 2012a, p. 40).

Essa visão tradicional do “economicismo” negligencia motivações e eventos de outras naturezas. Os agentes não agem segundo os princípios utilitaristas, “para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais”, pois o seu propósito vai além, está submerso nas relações sociais historicamente construídas, ou seja, o homem age para “salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social” (*ibidem*, p. 48).

Para o autor, a falácia economicista incorre no erro de igualar a economia humana em sua generalidade com sua forma de mercado. Isto faz com que se parta de um caso específico na história econômica, como a instituição de mercado dominante na era moderna, para analisar o processo como um todo. Esta lógica reduz todas as motivações do trabalho e dos negócios à busca pelo nível ótimo de remuneração e lucro. Nas palavras do autor, esta abordagem “defende a presença virtual de um sistema de mercado em todas as sociedades [...]. Toda a economia humana, portanto, poderia ser encarada como um mecanismo potencial de oferta-procura-preço, e os processos

reais, sejam quais forem, seriam explicáveis em termos dessa hipótese” (POLANYI, 2012b, p. 270).

Para Polanyi (*ibidem*), as motivações por trás da atividade econômica são das mais diversas, apresentando especificidades, no tempo e no espaço, que não são redutíveis ao mecanismo clássico de oferta-demanda-preço autor-reguláveis. “A pré-história, a história da Antiguidade e, a rigor, como Karl Bucher foi o primeiro a proclamar, toda a história, afora estes últimos séculos, tiveram economias cuja organização diferiu de tudo que tem sido presumido pelos economistas” (*ibidem*, p. 272). O autor também lista algumas motivações negligenciadas nos modelos teóricos clássicos e que foram verificadas ao longo da história.

Os monges comerciavam por razões religiosas, e os mosteiros tornaram-se os maiores estabelecimentos comerciais da Europa. O *kula* dos nativos das ilhas Trobriand, um dos mais intrincados sistemas de trocas que o ser humano já conheceu, é sobretudo uma busca estética. A economia feudal dependia largamente dos costumes e da tradição. Entre os kwakiutl, o objetivo principal da indústria parece ser satisfazer uma questão de honra. No despotismo mercantilista, a indústria era concebida para servir ao poder e à glória. (*ibidem*, p. 55)

Desta forma, há de se conceber que os fatos da economia não podem ser desvinculados da vida social como um todo. Não há uma natureza econômica prévia e independente das instituições sociais que regulam os vários níveis da interação humana. Os mercados, configurados da forma reconhecida atualmente, somente surgiram e se estabeleceram com o desenvolvimento de instituições posteriores, de modo que o simples aprofundamento do comércio na sociedade não foi condição suficiente para a criação de uma economia de mercado.

O fortalecimento dos mecanismos de mercado permitiu a difusão da ideia de que as instituições sociais eram determinadas pelo sistema econômico, o qual se estabeleceu como uma lei geral que visa explicar a sociedade humana em geral. Apesar desta lei ser válida para uma sociedade dominada

pela economia de mercado – a qual representa uma parcela mínima da história –, ela não serve para explicar os movimentos de transformação social, os quais são atrelados a motivações que vão além da ótica utilitarista. É a partir deste erro da economia clássica que os escritos de Polanyi mostram a necessidade de aprofundar os estudos sobre a natureza humana e suas inclinações para compreender quais forças estão por trás das instituições e dos hábitos que regularam, e continuam determinando, a sociedade ao longo da história.

3. Economia enraizada/desenraizada e as transformações nas sociedades de mercado

Em termos gerais, da mesma forma como fazem os autores da literatura de economia institucional original, a análise econômica de Polanyi não parte do indivíduo como unidade básica. O seu método apoia-se no princípio de que os processos econômicos são integrados à rede de relações sociais, as quais apresentam propriedades que se desenvolvem e se transformam no desenrolar da história (CANGIANI, 2003; 2011).

Para o autor, o comportamento econômico dos indivíduos é indissociável dos demais hábitos que regulam as outras áreas da vida em sociedade. A separação e a identificação de algum comportamento como comportamento econômico específico são uma abstração mental dos economistas, a cujo método Polanyi se opõe. “*As pessoas vivem suas vidas como um todo integrado, não como formas de dois aspectos distintos, ‘o econômico’ e ‘o não econômico’*” (KNOEDLER *et alii*, 2007, p. 114; tradução nossa; grifos no original).

Porém, Polanyi (2012a) inverte a relação entre economia e sociedade quando passa a analisar os processos econômicos do mundo ocidental a partir do século XIX. No primeiro momento, o argumento é que as formas de produção e distribuição dos recursos entre os indivíduos sempre respeitaram as formas de organização social.

Já na segunda parte de *A grande transformação* esta lógica se inverte. Ou seja, as instituições sociais tornaram-se subordinadas aos imperativos do sistema econômico de mercado autorregulável. O trabalho e a terra, que antes eram utilizados para o atendimento das necessidades fundamentais do homem, passaram a ser reconfigurados como mercadorias e, conseqüentemente, demandados para atenderem as necessidades da reprodução do capital, de modo que “a sociedade humana tornara-se um acessório do próprio sistema econômico” (*ibidem*, p. 81):

Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado – em outras palavras, como mercadorias. A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria – trabalho, terra e dinheiro – foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda. (*idem ibidem*)

Essa transformação não foi um movimento natural, mas instituída como um projeto político para o enfrentamento dos problemas derivados da Revolução Industrial, o que justifica o argumento de Polanyi sobre o desenraizamento do sistema econômico do século XIX das demais instituições da sociedade ocidental. “*A fim de permitir o uso de maquinários elaborados e poderosos, transformamos a economia humana em um sistema autoajustável de mercados e ajustamos nossos pensamentos e valores aos moldes desta única inovação*” (POLANYI, 1947, p. 109; tradução nossa; grifos no original).

A ideia utópica do estabelecimento de um sistema econômico com base nos princípios do mercado autorregulável surge em um contexto dominado por uma cultura comercial em crescimento e de surgimento de novas formas de produção, derivadas das inovações tecnológicas. Polanyi (2012a) enfatiza a eclosão deste sistema na Inglaterra – tendo se espalhado para outros países do continente europeu e para a América do Norte – e as condições

construídas para a realização deste projeto político. Assim, a implementação do sistema capitalista liberal se deve a partir do somatório dos seguintes componentes:

- a) a política de cercamento dos campos abertos e as conversões da terra arável em pastagem durante o período Tudor na Inglaterra;
- b) a incorporação de inovações de técnicas produtivas;
- c) um contexto representado por uma sociedade agrária e comercial.

Polanyi afirma que este projeto se apoiava em quatro mecanismos fundamentais, e conscientemente orientados para a sustentação do sistema de livre mercado:

A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro, que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado autorregulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o Estado liberal. Classificadas de um certo modo, duas dessas instituições eram econômicas e duas, políticas. Classificadas de outra maneira, duas delas eram nacionais, duas, internacionais. Entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização. (*ibidem*, p. 3)

Com a ruptura destas instituições, iniciada no fim do século XIX e intensificada no início do século XX, conseqüentemente houve a queda do sistema de mercado autorregulável. Polanyi (2012a) pontua os eventos que levaram ao fim o capitalismo liberal nesse período:

- a) a concentração de renda e a organização sindical resultaram em revoltas dos trabalhadores assalariados contra as condições precárias de trabalho e a baixa remuneração, o que levou ao rompimento com o mercado autorregulador;
- b) a instabilidade do sistema de equilíbrio de poder levou ao surgimento da Primeira Guerra Mundial;

c) conseqüentemente, o padrão-ouro se rompe a partir da inabilidade da *haute finance* em contornar a disseminação das guerras;

d) e finalmente, o fim do Estado liberal foi substituído por ditaduras totalitárias.

O rompimento com o sistema de livre mercado não foi acidental, mas espontâneo. O que Polanyi quis dizer sobre este processo de ruptura é que a instituição dos mercados autorregulados tem como propósito se enraizar nas demais instituições, dominando-as a partir do estabelecimento de um sistema econômico autônomo. Porém, este processo está fadado ao fracasso, principalmente pela incapacidade do capitalismo liberal de se perpetuar nas sociedades humanas, uma vez que, em algum momento, o bem-estar e a capacidade de sobrevivência dos povos serão colocados em risco (BLOCK & SOMERS, 2014; KRIPPNER, 2001).

Nossa tese é que a ideia de um mercado autorregulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria de tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas, elas prejudicariam a autorregulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira. Foi esse dilema que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e, finalmente, rompeu a organização social que nela se baseava. (POLANYI, 2012a, p. 4)

Ou seja, a dominância do mercado sobre a vida social não é o meio “natural” de se organizar a sociedade. O que ocorreu foi o seu estabelecimento a partir de um contexto político específico, o qual não pode ser tratado como a norma perante a totalidade da história da civilização humana.

Este duplo movimento – desenraizamento/reenraizamento da economia – foi gerado por um mecanismo de contramovimento das sociedades. À medida que a utopia do projeto do livre mercado procurava moldar as instituições

sociais para permitir a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro, a sociedade buscava, por outro lado, proteger-se das degradações impostas pelo mercado. Essa resistência foi espontânea e veio de todos os lados: o trabalho, a terra e o dinheiro não eram, estritamente falando, mercadorias, e os esforços para tratá-los como tal representavam um assalto direto às sensibilidades e aos meios de subsistência (KRIPPNER, 2001; DALE, 2008; GEMICI, 2008).

Por ser a sociedade de mercado uma “anomalia social” na história da humanidade, sua incapacidade de perpetuação se deve ao processo de desconexão do sistema econômico do conjunto de motivações humanas, que vão além da remuneração pecuniária. Ou seja, toda e qualquer atividade, para se manter válida, deve se adequar à necessidade da acumulação de riqueza.

[Até a época dos escritos de Polanyi] Somente a civilização do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado autorregulável derivou unicamente desse princípio. (POLANYI, 2012a, p. 31)

Para Polanyi (2012a), os escritores liberais tinham o pensamento de que o movimento da sociedade em direção ao livre mercado era um movimento natural. Enquanto para estes “todo o protecionismo foi um erro resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão, e sem elas o mercado teria resolvido suas dificuldades”, a contraposição polanyiana argumenta que “o conceito de um mercado autorregulável era utópico e seu progresso foi obstruído pela autoproteção realista da sociedade” (*ibidem*, p. 158).

Outra questão sobre a interpretação de Polanyi acerca da dicotomia enraizada/desenraizada é a rejeição das pressuposições liberal e marxista, que estabelecem a existência de um sistema econômico autônomo, sujeito à sua própria lógica (BLOCK & SOMERS, 2014). O argumento do autor é que uma economia de mercado somente se mantém a partir da dependência de

um Estado para gerenciar a oferta e demanda das chamadas “mercadorias fictícias” – o dinheiro, o trabalho e a terra. Neste caso, embora se afirme que há autonomia no processo de mercado autorregulável das instituições sociais, esta não se sustenta por muito tempo por ir contra os imperativos das demais motivações humanas.

A ideia de que o sistema de mercado autorregulável se tornou desenraizado das demais instituições sociais levou à uma certa divergência entre os intérpretes do autor. Alguns afirmaram ser confusa a dualidade enraizado/desenraizado, levando a interpretações ambíguas.

Barber (1995) critica o dualismo empregado por Polanyi, o que, para ele, apenas a visão de sistemas econômicos incorporados às instituições sociais deve ser aceita. Por outro lado, Lie (1991) observa que a contradição se deve pela crítica moral de Polanyi ao sistema de mercado, fazendo-o perceber a criação do livre mercado como um experimento social e, portanto, incapaz de conciliá-lo com as demais instituições. Já Block (2003) avalia que Polanyi vislumbrou a ideia de uma economia de mercado sempre enraizada, mas não foi capaz de elaborar este argumento. Este também afirma que Polanyi seguiu a lógica de Marx de analisar as contradições do capitalismo, de modo que uma tendência inicial para a criação de um sistema econômico autorregulável produz, espontaneamente, uma contratendência na direção de limitar sua atuação.

A história social do século XIX foi, assim, o resultado de um duplo movimento: a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias. Enquanto, de um lado, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos assumiu proporções inacreditáveis, de outro, uma rede de medidas e políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro. (POLANYI, 2012a, p. 82)

Krippner (2001) considera o dualismo enraizado/desenraizado uma contradição reconciliável. Isso decorre do objetivo de Polanyi de refutar a análise baseada no *homo economicus* e, ao mesmo tempo, retratar o mercado como uma instituição entrelaçada com as demais. A ideologia do livre mercado simplesmente refletia as instituições que passaram a moldar a vida social. Porém, não foi um movimento espontâneo e livre de conflitos, pois a instituição do mercado autorregulável foi o resultado de batalhas políticas, e que não se sustentou devido à própria “natureza das coisas” (POLANYI, 2012a, p. 309).

Krippner (2001) também argumenta que Polanyi pretendeu demonstrar que, dentro do específico contexto histórico da sociedade do século XIX, e apenas neste, os economistas liberais estavam corretos. Porém, o erro do *mainstream* econômico consistia em tratar as regularidades provenientes de um sistema regido pelos princípios do mercado autorregulável como uma categoria trans-histórica.

Já Hodgson (2017) afirma que Polanyi errou ao dar grande ênfase aos mercados e não às instituições financeiras que impulsionaram a transformação a partir do século XVIII. Menciona os trabalhos de Commons (1924) e Schumpeter (1954), os quais atribuem ao crescimento do sistema financeiro o mecanismo crucial para a imposição da ideologia economicista na sociedade. Para Hodgson, isso alimenta o argumento antimercado e negligencia a importância desta instituição nas sociedades modernas e de economia complexa.

Ainda, segundo Hodgson (2017), a ideia de uma economia desenraizada da sociedade dá a entender que mercados, quando existem, devem ser sempre autorregulados e livres de interferência, quando, na verdade, há a possibilidade de mercados ligados ao contexto social. Neste caso, em vez de um ataque geral ao sistema de mercado, há de se considerar diferentes tipos de economia de mercado, diferentes graus de domínio de mercado, diferentes maneiras de manter os mercados sob controle e diferentes maneiras de lidar com os problemas que os mercados podem exacerbar ou criar.

Diante deste debate sobre o dualismo enraizado/desenraizado nos escritos de Polanyi, entende-se como mais coerente a interpretação da instituição do mercado autorregulável não como um sistema econômico desenraizado da sociedade, mas como uma transformação na ordem com que o conjunto de instituições sociais passou a ser organizado.

O mercado, que nas economias primitivas era colocado em segundo plano, respeitando a cultura do grupo, passou a dominar as demais instituições no século XIX. Essa alternância não significa que o sistema de mercado adquiriu uma lógica autônoma da natureza humana e social. Também não significa que é uma propensão natural à qual todas as sociedades estão sujeitas. O real significado é que a economia de mercado foi apenas uma forma que a sociedade encontrou, no contexto político da época, para lidar com as novas tecnologias de produção dentro de um sistema de poder já prevalecente.

De um lado, se afirma que o sistema de mercado é enraizado, pois é fruto das ações e hábitos humanos socialmente instituídos, por outro, se diz desenraizado, uma vez que se alternou a lógica de dominação. Ou seja, na economia do século XIX não foi mais o mercado que se sujeitou às instituições sociais, mas o contrário. O desenraizamento não significa uma desconexão entre economia e sociedade, mas sim uma mudança de protagonismo sobre qual instituição será a principal responsável pelo direcionamento da trajetória do sistema como um todo.

Mesmo diante das críticas, os escritos de Polanyi são importantes para contestar as motivações humanas que servem como base da economia neoclássica. A percepção do autor sobre as motivações humanas por trás da ação econômica fornece alternativa relevante para compreender o comportamento das variáveis econômicas, como as decisões de investimento, produção, inovação, política econômica, além da própria mudança econômica e social.

4. Interesses de classes e mudança social

Polanyi (2012b) fez oposição às ideias de conspiração coletivista dos pensadores liberais e à teoria de classe do desenvolvimento social, pelo lado marxista. Para os primeiros, o protecionismo resultante do fim do livre mercado no final do século XIX foi o resultado dos interesses dos latifundiários, industriais e das organizações sindicais, que destruíram os mecanismos do mercado autorregulável. Já os marxistas argumentam sobre uma conspiração capitalista, movida pelas grandes empresas, para induzir os governos a desencadear guerras em favor dos interesses dos financistas e da indústria armamentista.

Sustentando o ponto de vista de classes opostas, liberais e marxistas defenderam propostas idênticas. Defenderam que o protecionismo do século XIX resultou da ação de classes, e que essa ação deve ter servido primordialmente aos interesses econômicos dos membros das classes em questão. Juntos, eles obstruíram quase por completo a visão geral da sociedade de mercado e da função do protecionismo nessa sociedade. (*ibidem*, p. 362)

A opinião do autor é de que as transformações e qualquer processo social de longo prazo não são redutíveis aos interesses individuais de qualquer classe. “O destino das classes é determinado pelas necessidades da sociedade muito mais que o destino da sociedade pelas necessidades das classes” (*idem ibidem*).

A visão holística de Polanyi apregoa que as propriedades institucionais das classes que compõem a sociedade devem ser compreendidas em consonância com a situação total da comunidade e não derivadas de forma atomística. Além do mais, argumenta ser errada a visão de que os interesses de classe são de natureza estritamente econômica. Em vez disso, o autor afirma que as classes são movidas para a conquista e/ou manutenção de *status* dentro de uma sociedade.

As teorias de classes oferecem uma explicação apenas parcial da dinâmica e do desenvolvimento social. Estas funcionam no máximo para analisar circunstâncias de curto prazo, quando se tem uma estrutura social definida;

ao passo que esta sofre mudanças é de se esperar que novas regularidades sistêmicas passem a emergir. Pode ocorrer de uma classe perder sua função e, portanto, desintegrar-se ou ser suplantada, como também classes distintas se coadunarem para granjear objetivos convergentes. Neste último caso, haveria a necessidade de considerar atividades que sejam ditadas por interesses mais amplos do que os de uma classe isolada. Consequentemente, os interesses de classe por si só não poderiam oferecer uma explicação satisfatória para qualquer processo social de longo prazo (*ibidem*).

Tanto a expansão, quanto o embargo do sistema de livre mercado ao longo dos séculos XIX e XX, se deveram aos interesses, econômicos e não econômicos, de mais de uma classe social. A promoção do sistema capitalista de produção esteve atrelada ao surgimento de uma nova classe de empresários e trabalhadores urbanos, mas tiveram apoio das classes fundiárias tradicionais. Este movimento, a princípio, era compatível com os interesses de todos, inclusive de trabalhadores. Já a obstrução do sistema de mercado autorregulável ocorreu a partir da coalizão das mesmas classes:

As tarifas aduaneiras, que implicavam lucros para os capitalistas e salários para os trabalhadores, significavam, em última instância, a segurança contra o desemprego, a estabilização das condições regionais, a garantia contra a liquidação de indústrias e, o que talvez fosse mais importante, a evitação da dolorosa perda de status que inevitavelmente acompanha a transferência para um emprego em que o homem é menos qualificado e experiente. (*ibidem*, p. 365)

A transformação social, portanto, ocorre na medida em que as distintas classes vão experimentando o desconforto e a impossibilidade de manutenção dos seus interesses. Há casos em que a ausência de soluções convenientes para as classes em geral leva à dissolução de grupos existentes ou ao surgimento de outros. Conforme Polanyi (*ibidem*, pp. 367-368), o sucesso de uma classe social “é determinado pela amplitude e a variedade dos interesses a que ela possa servir, afora os seus”, de modo que, “nenhuma classe brutalmente egoísta é capaz de se manter na liderança”.

Ainda sobre a crítica às doutrinas economicistas, que concebem a natureza dos interesses de classe como sendo essencialmente econômicos, para Polanyi (*ibidem*), é somente nos casos excepcionais da história que as sociedades foram condicionadas por fatores econômicos. A regra geral é que as motivações humanas são determinadas por fatores que vão além da simples satisfação material. É o reconhecimento social – como a reputação, o *status* e a posição ocupada – o componente mais relevante para a determinação do comportamento de classe, enquanto as questões puramente econômicas ficam em segundo plano (*ibidem*). Assim, uma concepção muito estreita do interesse econômico das classes leva a uma interpretação deturpada da história social e política.

Por esta perspectiva, tem-se que a expansão do mercado foi promovida e obstruída pela ação conjunta das distintas classes, e tal mudança, como todas as outras, é associada a um fenômeno cultural e não, econômico. A classe emergente dos empresários industriais, surgida a partir dos remanescentes de classes anteriores, somente conseguiu liderar a transformação que se iniciara a partir da Revolução Industrial por abranger os interesses da comunidade como um todo. Entretanto, na medida em que a nova classe capitalista conseguia instituir um sistema de mercado, teve de enfrentar certas resistências das classes fundiárias tradicionais e do nascente proletariado fabril. “Foi exatamente porque os interesses – não econômicos, mas os sociais – de diferentes segmentos da população foram ameaçados pelo mercado que, inconscientemente, pessoas de diversas camadas econômicas uniram forças para enfrentar o perigo” (*ibidem*, p. 366).

Nem sempre os movimentos que levam à mudança são harmoniosos, ocorrendo calamidades sociais, como é o caso dos baixos salários oferecidos aos trabalhadores, exploração de mão de obra infantil e condições precárias de trabalho que se verificaram nas primeiras décadas do sistema fabril. Para Polanyi (*ibidem*), a degradação da vida humana, oriunda das transformações que fizeram emergir o sistema de mercado autorregulável, é fruto não apenas da exploração econômica, mas também da desintegração cultural.

“O processo econômico pode fornecer o veículo da destruição, mas nem por isso a causa imediata de sua ruína é econômica; ela reside, antes, no ferimento letal infligido às instituições em que sua existência social se encarna” (*ibidem*, p. 370).

Sobre isto, Polanyi (*ibidem*) demonstra as implicações trágicas da imposição do sistema de mercado nos países colonizados, como fora nas regiões da África Ocidental e na Índia. O crescimento econômico, medido a partir da melhoria geral das condições materiais, não evitou a desestruturação social, levando à miséria e a degradações em certas áreas. Na Índia, a fome que alastrou o país na segunda metade do século XIX foi um resultado da destruição do estilo de vida das comunidades aldeãs a partir da introdução do sistema de mercado pela colonização britânica. A livre comercialização dos cereais e o barateamento permanente do *chaddar* – devido à mudança do estilo de produção artesanal para o industrial de grande escala – fizeram com que a subsistência se tornasse complicada, porque os baixos salários não eram suficientes para a compra de alimentos, uma vez que estes se tornaram caros. Ou seja, a mudança na forma de distribuição da produção, abrindo mão de um modo mais comunitário – com a presença de depósitos locais para o abastecimento geral das famílias – e passando para o controle do mercado, gerou grandes períodos de desestruturação social, provocando fome e miséria.

As três ou quatro grandes fomes que dizimaram a Índia durante o governo britânico, desde a rebelião, não foram consequência das forças da natureza nem da exploração, mas, simplesmente, da nova organização de mercado do trabalho e da terra, que desarticulou a antiga aldeia, sem de fato resolver seus problemas. (*ibidem*, p. 374)

Fenômeno semelhante ocorreu na África, quando a instituição do mercado autorregulável não conseguiu ser assimilada pelas comunidades nativas. Além disso, o processo de colonização promoveu outros movimentos que culminaram na destruição das instituições cerimoniais que dominavam as manifestações culturais dos indivíduos. “A abolição das lutas reduz a

população, uma vez que a guerra resultava em muito poucas baixas, ao passo que sua ausência significa a perda de costumes e cerimônias revigorantes, e a conseqüente monotonia e apatia nocivas da vida na aldeia” (*ibidem*, p. 378).

Assim, a ruptura com as tradições culturais e a incompatível inserção de um sistema de mercado em comunidades em que, até então, a acumulação de bens era considerada uma prática desonrosa têm como resultado a degradação social e econômica destes povos, uma vez que a motivação original para o trabalho não é mais encontrada na estrutura institucional.

Em suma, a abordagem de Polanyi explica que as motivações por detrás das transformações experimentadas pelas sociedades são de cunho social e não, econômico, indo de encontro ao que os economistas tradicionais afirmam. Além disso, a mudança não é direcionada exclusivamente por uma determinada classe de forma isolada, mas sim a partir dos interesses da sociedade como um todo. Mesmo que o estímulo para a mudança tenha partido de certo grupo, a aderência deve ser geral, do contrário haveria, segundo o autor, um processo de degradação social que, em algum momento, tornaria insustentável o modo de organização emergente, ocasionando a desintegração ou transformação de uma ou mais classes.

A queda do sistema de livre mercado no século XX, como citado por Polanyi, se deu pelo motivo de insustentabilidade da manutenção dos *status* sociais das distintas classes. “O mercado de trabalho competitivo atingiu o portador da força de trabalho, ou seja, o homem. O livre comércio internacional foi uma ameaça para a agricultura. O padrão-ouro pôs em risco as organizações produtivas cujo funcionamento dependia do movimento relativo dos preços” (*ibidem*, p. 376).

Logo, a perda da autoestima suportada pelos trabalhadores e a ameaça de queda da dignidade social de capitalistas e latifundiários tornaram evidente a necessidade de mudança. Tal mudança vai no sentido de reverter o processo vigente de dominação do sistema de mercado autorregulável, dando início à criação de instituições para o controle dos mercados e retomando o protagonismo dos imperativos sociais no comando da trajetória do sistema como um todo.

5. Considerações finais

São duas as lições gerais que os escritos de Polanyi buscam passar. A primeira é a de que o sistema de mercados autorreguláveis não é natural às sociedades humanas, no sentido de que este é um caminho para o qual todos os povos estariam destinados a perseguir. A implementação deste sistema no século XIX, e que durou até a parte inicial do século XX, ocorreu com base em contexto político e tecnológico específico, no qual a solução encontrada pela sociedade para lidar com os problemas emergentes foi alterar a dinâmica institucional.

A segunda lição é que não é correto negligenciar fatores sociais na análise econômica. Mesmo que Polanyi tenha afirmado sobre a existência de um desenraizamento entre economia e sociedade, com a adoção do sistema de mercados autorregulados, argumenta-se neste artigo que se pode resolver a aparente confusão do autor a partir da interpretação de que a guinada liberal levou à uma alteração na dinâmica de dominação institucional, e não a um rompimento propriamente dito. Isso pois, a lógica de dominação é passível de alteração sempre que as soluções para o bem-estar social se tornarem difíceis. Ou seja, na iminência de uma profunda deterioração das condições de vida e da reprodução das inclinações humanas afloradas pelas instituições sociais, a sociedade como um todo é pressionada para modificar a ordem institucional vigente.

No intuito de sugerir futuras pesquisas a partir deste referencial teórico, considera-se que a abordagem polanyiana oferece uma agenda de pesquisa ampla e que é possível avançar por dois caminhos principais. O primeiro seria no sentido de analisar fenômenos capitalistas passados, como o enfraquecimento do sistema de mercado a partir das duas Grandes Guerras Mundiais. Já um segundo caminho estaria relacionado aos estudos de eventos atuais, como as implicações das transformações na estrutura produtiva global no bem-estar social e seus impactos na manutenção ou ruptura do sistema liberal atual, o qual foi resgatado nos anos de 1970 e, conseqüentemente, vem sendo aprofundado desde então.

Referências

- BARBER, B. "All economies are 'embedded': the career of a concept, and beyond", *Social Research*, v. 62 (2), pp. 387-413, 1995.
- BLOCK, F. "Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation", *Theory and Society*, v. 32, n. 3, pp. 275-306, 2003.
- BLOCK, F. & SOMERS, M. R. *The power of market fundamentalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.
- BUGRA, A. & ARGATAN, K. (orgs.). *Reading Karl Polanyi for the twenty-first century: market economy as a political project*. Houndmills and New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- CANGIANI, M. "The forgotten institution", *International Review of Sociology/Revue Internationale de Sociologie*, v. 13, n. 2, pp. 327-341, 2003.
- _____. "Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and its 'Disembedded' Economy", *Journal of Economic Issues*, v. 45, n. 1, pp. 177-198, 2011.
- COMMONS, J. R. *Legal Foundations of Capitalism*. New York: Macmillan, 1924.
- DALE, G. "Karl Polanyi's The Great Transformation: perverse effects, protectionism and Gemeinschaft", *Economy and Society*, v. 37, n. 4, pp. 495-524, 2008.
- FIRTH, R. *Primitive Economics of the New Zealand Maori (Routledge Revivals)*. New York: Routledge, 2011 [1929].
- GEMICI, Kurtulus. "Karl Polanyi and the antinomies of embeddedness", *Socioeconomic Review*, vol. 6 (1), pp. 5-33, Oxford University Press, 2008.
- HODGSON, G. M. "Karl Polanyi on economy and society: a critical analysis of core concepts", *Review of Social Economy*, v. 75, n. 1, pp. 1-25, 2017.
- KNOEDLER, J. T.; PRASCH, R. E. & CHAMPLIN, Dell P. (eds.). *Thorstein Veblen and the revival of free market capitalism*. Northampton, Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2007.
- KRIPPNER, G. R. "The elusive market: Embeddedness and the paradigm of economic sociology", *Theory and Society*, v. 30, n. 6, pp. 775-810, 2001.
- LIE, J. "Embedding Polanyi's market society", *Sociological Perspectives*, v. 34, n. 2, pp. 219-235, 1991.
- MALINOWSKI, B. *Coral Gardens and Their Magic: A Study of the Methods of Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobriand Islands. II, the Language of Magic and Gardening*. Bloomington, London: Routledge Falmer, 1935.
- _____. *Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Hoboken, New Jersey: Routledge, 2002 [1922/1994].
- _____. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- POLANYI, K. "Our Obsolete Market Mentality: 'Civilization Must Find a New Thought Pattern'", *Commentary*, v. 3, pp. 109-117, 1947.
- _____. "The Economy as Instituted Process". In: POLANYI, K.; ARENSBERG, Conrad M. & PEARSON, Harry W. (orgs.). *Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1957, pp. 243-270.
- _____. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo*. São Paulo: Campus, 2012a.
- _____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.
- SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. ed. EB Schumpeter. London: George Allen and Unwin, 1954.
- STANFIELD, J. R. "The institutional economics of Karl Polanyi", *Journal of Economic Issues*, v. 14, n. 3, pp. 593-614, 1980.
- THURNWALD, R. *Economics in primitive communities*. London: Routledge, 2018.

RESENHA

THE GIG ECONOMY: A CRITICAL INTRODUCTION

WOODCOCK, Jamie & GRAHAM, Mark. 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2020.

Recebido em 14/09/2020
Aprovado em 19/04/2021

Os termos “*gig economy*”¹, “uberização do trabalho” e “trabalho por plataforma” têm se tornado cada vez mais presentes no vocabulário público e acadêmico global nos debates sobre trabalho e suas vicissitudes no capitalismo contemporâneo. Englobando trabalhadores dos mais diversos ramos de atividade, as plataformas digitais estão presentes na entrega de refeições por ciclistas, nas viagens curtas com motoristas particulares, no serviço doméstico e até mesmo em atividades pouco conhecidas, como é o caso do treinamento de mecanismos de inteligência artificial e da moderação de conteúdo digital. Ainda que ocupem um papel recente nos fenômenos de exploração do trabalho, sendo predominantes na segunda década do século XXI, as plataformas têm sido investigadas intensivamente por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, permitindo que seus elementos constitutivos e contradições sejam, aos poucos, sistematizados e discutidos.

Nesse sentido, *The Gig Economy: A Critical Introduction* (2020), de Jamie Woodcock e Mark Graham, é uma obra fundamental para os pesquisadores e público geral que compartilham o interesse por essa tendência de transformação do trabalho na era digital. Doutor em sociologia pela Universidade de Londres e atual professor sênior na Open University (UK),

RODRIGO CONSTANTINO JERONIMO

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara.

E-mail: rodrigo.jeronimo@unesp.br

¹ Normalmente traduzido como “economia dos bicos”, o termo *gig* originalmente descreve as atividades de artistas em pequenas apresentações musicais em bares e restaurantes locais.

Woodcock tem dedicado seus estudos à investigação da realidade diária e da experiência de trabalhadores por plataforma, analisando, principalmente, os aspectos de organização e gamificação do trabalho. Mark Graham, por sua vez, é professor de Geografia da Internet no Instituto de Internet de Oxford (Universidade de Oxford) e, em sua prolífica produção científica sobre o trabalho em plataformas digitais, tem dirigido seus estudos para os efeitos do trabalho digital no Sul Global, além de fazer parte do *Fair Work Foundation*, uma iniciativa que busca estabelecer os princípios de boas práticas e trabalho justo para o trabalho em plataformas.

Ao definirem como objeto de investigação “as formas precárias e fragmentadas de trabalho que se tornaram conhecidas como *gigs*” (p. 14; tradução nossa), os autores deixam claro o teor crítico-analítico da sua leitura dos impactos da lógica do trabalho digital sobre a força de trabalho e ele sujeitos. Dito isso, a obra analisada não se restringe ao estudo puramente conceitual e à descrição estrutural da *gig economy*, mas se estende à problematização de aspectos pouco explorados, como oportunidades e riscos ao trabalhador, discutindo os caminhos para a busca de práticas justas e fornecendo insumos para estudos e políticas de proteção ao trabalho.

O primeiro capítulo da obra tem como objetivo apresentar uma leitura sobre as origens da *gig economy*, que vão além da exclusividade comumente atribuída aos avanços tecnológicos, em especial no campo da comunicação. Sustentando a noção de que o processo de precarização em si não representa algo novo no mundo do trabalho, os autores abordam a *gig economy* como uma forma de “transformação e reorganização” (p. 525) desse trabalho historicamente precarizado. Com isso, o capítulo apresenta a interrelação de fatores políticos, tecnológicos e sociais que favoreceram a adaptação do trabalho à sua forma digital coordenada pelas plataformas. A partir da definição desses três fatores, o capítulo deriva nove pré-condições moldadoras que atuam na expansão dessas empresas, a saber: a infraestrutura das plataformas intermediando as relações entre trabalhadores e clientes; a legibilidade digital do trabalho, ou seja, a habilidade de automatização dos processos de trabalho; a

conectividade em massa e tecnologias baratas; mudanças no comportamento do consumidor; relações de trabalho por gênero e raça; desejo de flexibilidade para os/dos trabalhadores; regulamentação Estatal; poder dos trabalhadores; e globalização e terceirização.

Ao apresentar sua discussão sobre as raízes do trabalho digital, bem como sobre as particularidades de cada um dos elementos citados anteriormente, o livro evidencia que a investigação da *gig economy* se refere a um campo complexo, que supera os debates sobre as vantagens e desvantagens da tecnologia.

O reconhecimento das particularidades políticas, culturais e sociais de certa localidade nos permite uma análise contextualizada capaz de explicar, entre outras coisas, a razão pela qual a percepção sobre as plataformas poder diferir entre países. Tal fato ocorre no caso da leitura entre Sul e Norte globais em que a informalidade do primeiro representa aspectos estruturais que antecedem a emergência das plataformas. Dessa forma, conforme discutido por Ludmila Abílio (2020, p. 14) a *gig economy* “reflete uma tendência à generalização de características de mercados de trabalho do Sul, os quais agora ganham visibilidade ao se espriarem por países do centro e entre trabalhadores com qualificação e rendimento maiores”.

Embora tratadas de maneira generalizada sob o conceito de *gig economy*, o funcionamento das plataformas de trabalho digital é heterogêneo, variando de acordo com a atividade exercida e suas restrições geográficas. O capítulo 2 versa sobre o mecanismo dessas plataformas, classificando-as em dois grupos: *geographically tethered work* e *cloudwork*, também descritos na literatura como “atividades baseadas na localização e atividades baseadas na internet” (ILO, 2018). O primeiro grupo descreve as atividades sob demanda que ocorrem em uma localização específica e são restritas aos trabalhadores de determinada região (*p.e.*, Uber, iFood etc.), enquanto o segundo grupo se baseia em tarefas realizadas integralmente *online*, de modo que o acesso à internet é o principal requisito para o trabalho e há pouco

ou nenhum peso para a localização do trabalhador (*p.e.*, serviços de *design* gráfico, tradução, microtarefas²).

Como principal contribuição do capítulo 2 está a sistematização proposta pelos autores para uma leitura dos elementos de diversidade entre as plataformas. Com base na lógica da estrutura definida por Gereffi *et alii* (2005) em seu artigo seminal sobre a governança de cadeias globais de valor e seus determinantes, Woodcock e Graham estabelecem seis aspectos que demonstram os graus de coordenação explícita sobre a força de trabalho em diferentes plataformas. Classificados por graus (alto, baixo ou médio) de controle, os seis determinantes são: controle espacial, controle temporal, habilidade de definir tarifas, legibilidade digital do trabalho, barreiras à entrada para trabalhadores e possibilidade de repetição de trabalho para o mesmo cliente. Tomando como exemplo uma plataforma de entregas de alimentos e uma plataforma de serviços de *design* gráfico, a primeira tem controle alto sobre a localização do trabalhador e também sobre a definição de tarifas; a segunda, por sua vez, tem pouco controle sobre a localização do trabalhador, da mesma forma que usualmente não define os preços cobrados, apresentando menor grau de coordenação explícita.

Os diferentes graus de coordenação explícita em cada um dos seis determinantes descritos anteriormente geram diferentes percepções e experiências de trabalho para os trabalhadores que atuam em plataformas distintas (p. 102). Desta forma, o capítulo 3 apresenta a *gig economy* pela voz dos seus próprios atores, demonstrando a necessidade de interpretar o trabalho digital pela ótica daqueles diretamente relacionados a ela. Assim, o leitor é apresentado a testemunhos que apontam para percepções positivas e negativas que, de outra forma, passariam despercebidas da investigação descritiva. Apesar da não classificação formal de emprego, os autores consideram os ramos da *gig economy* como trabalhos, explicitados pelas formas

² Fundada em 2005, a Amazon Mechanical Turk (MTurk) é a principal plataforma das atividades de microtarefas *online*. Utilizando a noção de *crowdsourcing*, a terceirização para a multidão, as empresas clientes disponibilizam seus processos fragmentados em milhares de pequenas tarefas e remuneram os trabalhadores/usuários da plataforma por cada tarefa concluída. São exemplos comuns de microtarefas: serviços de transcrição de documentos, moderação de conteúdo, divulgação de conteúdo em redes sociais, análise de imagens etc.

de controle, pelo uso da força de trabalho em atividade produtiva, bem como pelos conflitos e queixas resultantes de sua precarização. Portanto, para uma abordagem mais ampla, são reunidos relatos de trabalhadores de plataformas de entrega, de serviços de transporte, cuidados domésticos, microtarefas e outros serviços especializados.

Embora precarizado pela lógica *gig* e atomizado pelo *design* das plataformas, que dificultam qualquer tipo de contato entre os trabalhadores envolvidos em uma mesma atividade, é um equívoco afirmar que não há movimentos de ação coletiva para proteção desses trabalhadores. O último capítulo da obra tem como objetivo apresentar o trabalhador de plataformas como um agente ativo, capaz de se organizar, apesar das restrições estruturais dos aplicativos, agindo na reestruturação das plataformas. Novamente o trabalho é diferenciado entre *geographically tethered work* e *cloudwork*, tendo o primeiro uma maior capacidade de organização pela proximidade geográfica entre os pares, mas também apontando para iniciativas do segundo, como a criação do Turkopticon, uma ferramenta paralela de trabalhadores do Mechanical Turk para a avaliação de empresas, sinalizando aquelas com histórico de não pagamento. Aqui também se aponta para o papel organizador de meios não tradicionais, como Facebook e WhatsApp, funcionando como fóruns para compartilhamento de dicas, reclamações e organização de demandas desses trabalhadores.

A obra analisada conclui sua exposição com quatro temas de debate para a transformação do trabalho em plataformas, a saber: a questão da transparência sobre as relações entre plataforma e trabalhador; a questão da prestação de contas e das responsabilidades das plataformas; a questão do poder dos trabalhadores e do fortalecimento de ações coletivas; e, por fim, a propriedade democrática por cooperativas. Importa-nos salientar uma noção fundamental para o debate e que podemos considerar como o fio condutor do livro: a *gig economy* não é um resultado natural de organização do trabalho, tampouco uma tendência inexorável, em que não há espaço para debates e modificações, de modo que “é importante não apenas refletir sobre o que é e de onde vem a *gig economy*, mas também apresentar uma série de futuros mais desejáveis” (p. 183; tradução nossa).

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado?”, *Contracampo*, v. 39, n. 1, pp. 12-26, abr.-jul. 2020.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J. & STURGEON, T. “The Governance of Global Value Chains”, *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1, pp. 78-104, fev. 2005.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE, ILO. *Digital Labor Platforms and the future of work: towards decent work in the online world*. Geneve: International Labor Office (ILO), 2018.

WOODCOCK, Jamie & GRAHAM, Mark. *The Gig Economy: A Critical Introduction*. 1a ed. Cambridge: Polity Press, 2020.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista. Registra-se que é necessário preencher e anexar o [Termo de Originalidade](#) digitalmente no sistema no ato da submissão.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências são informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas (verificar item 6 das [Diretrizes para Autores](#)).

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A [*Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política \(RSEP\)*](#) publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Para as submissões é necessário se cadastrar no sistema da *Revista da SEP*. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça

login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu Autor, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho. Lembre-se de que, além de anexar os arquivos referentes ao texto do artigo, deve-se enviar o [Termo de Originalidade](#).

6. Assegurando a avaliação cega pelos pares: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares para a submissão a esta Revista, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores sejam conhecidas um do/pelo outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão), verificando se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo :

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome dos autores, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

7. Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- Margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.
- Fonte: times new roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Para artigos e traduções, o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4. Para resenhas, o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Por sua vez, as entrevistas devem ter entre 8 e 15 laudas. Incluir neste limite as notas de rodapé, referências, gráficos e ilustrações.

– Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant da Capital*. Paris: Anthropos, 1968, pp. 297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. pp. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em anais:**

DUFOURT, D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, pp. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, Veblen, entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense

Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225

www.sep.org.br – sep@sep.org.br

www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXVI Encontro Nacional de Economia Política

Centralidade do trabalho e crise do capital no mundo pós-pandêmico

“Nada será como antes, amanhã”? Trabalho, crise e pandemia

Universidade Federal de Goiás | Evento Virtual | 8 a 11 de junho de 2021



APOIO

